

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE – CPDA**

TESE DE DOUTORADO

Desenvolvimento local e espaços sociais ampliados.

Márcio Carneiro dos Reis

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

DESENVOLVIMENTO LOCAL E ESPAÇOS SOCIAIS AMPLIADOS

MÁRCIO CARNEIRO DOS REIS

Sob a Orientação do Professor
Renato Sérgio Jamil Maluf

Tese submetida como requisito
parcial para obtenção do título
de **Doutor em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade**

Seropédica, RJ
Setembro de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

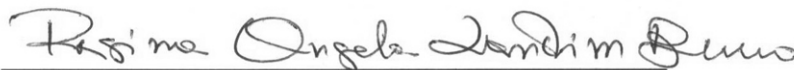
MÁRCIO CARNEIRO DOS REIS

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, área de Concentração em Desenvolvimento e Sociedade.

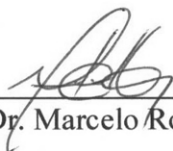
TESE APROVADA EM 11/09/2006



Dr. Renato Sérgio Jamil Maluf - CPDA/UFRRJ
(Orientador)



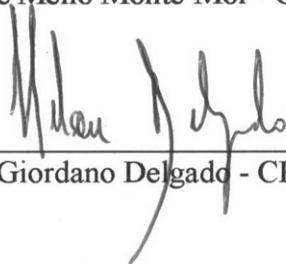
Dra. Regina Ângela Bruno - CPDA/UFRRJ



Dr. Marcelo Rosa - UFF



Dr. Roberto Luis de Mello Monte-Mór - CEDEPLAR/UFMG



Dr. Nelson Giordano Delgado - CPDA/UFRRJ

338.9001 Reis, Márcio Carneiro dos
R375d Desenvolvimento local e espaços sociais
T ampliados / Márcio Carneiro dos Reis. -
2006.

161 f.

Orientador: Renato Sérgio Jamil Maluf.
Tese (doutorado) - Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de
Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 151-161.

1. Desenvolvimento - Teoria - Teses. 2.
Desenvolvimento local - Teses. 3. Espaços
sociais - Transformações históricas -
Teses. 4. Mapa da Estrutura-Ação das
Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial
- Santos, Boaventura. I. Maluf, Renato
Sérgio Jamil. II. Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

À

Gabriela

Flávia

Mateus

Larissa

Júlia

AGRADECIMENTOS

Este estudo não teria sido possível sem a colaboração de muitas pessoas e algumas instituições. São muitas as pessoas que, ao longo desses quase cinco anos, me incentivaram e contribuíram para a viabilização do meu doutoramento e acho que não conseguirei aqui fazer referência a todos. Por isso, desde já, peço desculpas pela possível omissão e isento todos de qualquer responsabilidade quanto ao que aqui está escrito.

Agradeço primeiramente aos meus pais, aos meus familiares e à Júnia, minha companheira, por terem compreendido minha ausência e me apoiado em muitos momentos, durante todo esse tempo. Mas, além disto, todos participaram, de uma forma ou de outra. A Júnia sempre esteve presente nos momentos críticos e aquilo que talvez seja uma das coisas mais importantes deste estudo – o espaço do sujeito, ela vem ajudando efetivamente a construir. Meus pais, Yedda e Gabriel, mostraram-se sempre disponíveis para realizar tarefas de minha responsabilidade e a me acompanhar nos momentos de necessidade, como, por exemplo, levantar de madrugada para me levar ao aeroporto e estar lá para me buscar, quando do meu retorno. Minha irmã Cláudia, com seu carinho, paciência e capacidade de organização, foi presença fundamental sobretudo nesses últimos doze meses. Meu irmão Sérgio e minha cunhada Mônica nunca cansaram de me estimular e de me apontar o melhor caminho. Os pais da Júnia, Dr. Exedito e D. Alcea, seus filhos, Pedro e André, e seus irmãos e cunhados, Tânia e Helemar, Alex e Roseli, Jordan e Suzana e Cid sempre me estimularam e ajudaram de várias formas e eu lhes agradeço por isso. Ao Roninho e à Pia, um agradecimento especial.

Agradeço profundamente ao Prof. Renato Maluf, não apenas por ter me orientado ao longo desse difícil caminho, sempre demonstrando sabedoria, temperança e amizade, mas também pelas oportunidades de aprendizado que me proporcionou. Esse agradecimento também se estende às Professoras Leonilde Medeiros e Regina Bruno e aos Profs. John Wilkinson, Sérgio Leite, Nelson Delgado e Maria José Carneiro que, além de sempre terem me incentivado, como Mestres, contribuíram para a continuidade da minha formação profissional e pessoal. Aliás, agradeço a todos que compõem o CPDA enquanto instituição, que me acolheram e, de alguma forma, que eu não sei dizer qual é, potencializaram o meu doutoramento. Claro que aqui estão incluídos aqueles que dividiram comigo as aulas, os trabalhos e os seminários realizados. William, Mônica Cox, Gilberto Mascarenhas, Bené, Maroca, Gilberto Marques, Mônica Lepri, Ana Motta, sempre trouxeram contribuições relevantes para a construção do trabalho e me incentivaram a realizá-lo. Especialmente, agradeço ao Luiz e à Flávia, amigos com quem dividi muitas das angústias e alegrias nessa caminhada e que trouxeram grandes contribuições, mesmo que sentados na mesa do cafezinho ou tomando chope no Manuel & Joaquim.

Agradeço aos meus amigos por terem sempre me incentivado. Múcio e Sandra estiveram presentes desde a construção do projeto a ser apresentado para a seleção do Programa de Doutorado. Múcio me incentivava dizendo que eu iria gostar de estudar no CPDA. E ele estava certo! Ronaldo e Rosana também estiveram presentes desde o primeiro momento e o estímulo que me deram foi fundamental. Ronaldo, além de ter várias vezes me levado à Rodoviária para pegar o último ônibus, pacientemente me escutava falar da tese durante as viagens para Itaúna. Carlos Flores, nas muitas conversas que tivemos, como Ronaldo, abriu

caminhos e levantou questões. Eles, Renato Feijó, Ricardo Carneiro e Herbert Martins temperaram a realização deste estudo muitas vezes me chamando atenção para pontos importantes, e outras com humor e descontração. Acho também que este trabalho não teria sido possível sem a assistência que me foi dada por Nereida Vilela e principalmente Rizza D'ávila. E muitas outras pessoas foram importantes ao longo desse tempo. Margaret e Celso, Flávio Riani, Walter Victorino, meus colegas de trabalho, meus alunos. Obrigado a todos.

Por fim, este trabalho não teria sido realizado sem a colaboração da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, que me concedeu uma bolsa de doutoramento; da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais; e da UI - Universidade de Itaúna.

RESUMO

REIS, Márcio Carneiro dos. **Desenvolvimento Local e Espaços Sociais Ampliados**. 217p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura). Instituto de Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

O estudo objetiva contribuir para a compreensão dos processos históricos e para a formulação de estratégias de promoção do desenvolvimento local propondo a inclusão, no Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial, de Boaventura Santos, do Espaço do Sujeito e do Espaço Grupal. A tese que procuramos demonstrar, em meio à análise da passagem do desenvolvimento nacional para o desenvolvimento local e das representações do desenvolvimento no plano local, é que os espaços sociais se ampliaram com as transformações históricas ocorridas ao longo do último meio século. Essa ampliação dos espaços sociais provocou dois efeitos: comprometeu as leituras da história que forneciam subsídios para a construção de estratégias de promoção do desenvolvimento; e tornou os espaços locais espaços privilegiados para se pensar o desenvolvimento. As análises, ao longo desse período, passaram a pontuar os atributos locais, os atores, suas instituições e relações sociais como forma de alavancar o desenvolvimento local. Ao caminharem nesse sentido, enfatizam as famílias, as comunidades, formas de produção que não se encontram direcionadas para o mercado, formas de regulação dos conflitos sociais que não são abarcadas pelas regras emanadas do Estado Territorial e relações internacionais que não se encontram limitadas àquelas estabelecidas entre os Estados Nacionais e nem pelo fluxo tradicional de capitais e de comércio internacional. Para dar conta dessa complexidade e demonstrar, primeiro, que os espaços sociais se ampliaram e, depois, que é importante considerar e que é possível detectar, em meio à ampliação desses espaços, um espaço próprio do sujeito e um espaço próprio dos grupos sociais e que a percepção de ambos é importante para a análise dos processos históricos locais, optamos por desenvolver um argumento que pode ser dividido em cinco partes: 1) evidenciar as transformações históricas recentes que nos parecem relevantes para a discussão aqui realizada; 2) demonstrar como essas transformações históricas comprometeram a leitura da história inerentes às teorias do desenvolvimento; 3) como, a partir dessas mesmas teorias, podemos perceber os espaços sociais se ampliando; 4) abordar o problema do desenvolvimento local a partir de algumas contribuições teóricas que se dedicam ao tema, para saber se os espaços sociais ampliados vêm tendo alguma relevância e, se sim, como eles vêm sendo tratados; e 5) propor a inclusão, no Mapa da Estrutura-Ação de Boaventura Santos, do espaço do sujeito e do espaço grupal. A importância da consideração desses dois espaços estruturais para as discussões sobre desenvolvimento local está no fato de que: a) o sujeito ficou em evidência com as transformações recentes, dado o processo de individualização que se encontra em curso; e b) não há como considerar a criatividade da vida social sem considerar os aspectos subjetivos e intersubjetivos que permeiam as relações das pessoas com elas mesmas e das relações que elas estabelecem na formação dos grupos sociais. Dessa forma, focar apenas os limites objetivos do desenvolvimento pode não ser suficiente para provocar o desencadeamento de processos de desenvolvimento local, que deve considerar a incerteza inerente aos processos históricos, bem como a pluralidade de caminhos.

Palavras-Chave: processos históricos; desenvolvimento local; espaços sociais.

ABSTRACT

REIS, Márcio Carneiro dos. **Local Development and Enlarged Social Spaces**. 217p. Thesis (Doctorate in Development, Society and Agriculture). Institute of Human Sciences, Course of Masters degree in Development, Society and Agriculture, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

The aim of this study is to contribute towards understanding the historical processes and towards conceiving strategies for the local development promotion proposing the inclusion of the Subject's Space and of the Group's Space in the Map of the Structure-Action of the Capitalist Societies in the World Space, by Boaventura Santos. The thesis that we try to demonstrate is that the social spaces were increased with the historical transformations which happened throughout last half century, amid the analysis of the passage of the national development to the local development and also the analyses of the development representations in the local plan. That expansion of the social spaces caused two effects: it exposed the readings of the history which supplied subsidies for the conception of the development strategies; and it turned the local spaces into privileged spaces to think about development. Throughout that period, the analyses start to punctuate the local attributes, the actors, their institutions and social relationships as a form to trigger local development. In doing that, these analyses emphasize the families, the communities, production forms which are not aimed at the market, forms of regulation of the social conflicts that are not embraced by the rules originated from the Territorial State and international relationships that are not limited to those established among National States and to the traditional flow of capitals and of international trade, either. To be able to deal with such complexity and to demonstrate, first, that the social spaces were increased and, then, that it is important to consider and that it is possible to detect an space for the subject and an space for the social groups, amid the expansion of those spaces, and that the perception of both it is important for the analysis of the local historical processes, we opted for developing an argument that can be divided into five parts: 1) to give evidence to the recent historical transformations that seem to us important to the discussion here established; 2) to demonstrate how those historical transformations exposed the reading of the inherent history to the theories of the development; 3) starting from those same theories, how to notice the social spaces increasing; 4) to approach the problem of the local development starting from some theoretical contributions that are devoted to the theme, in order to know if the increased social spaces have some relevance and, if they do, how they are being dealt; and 5) to propose the inclusion of the subject's space and of the group's space in the Map of Boaventura Santos' Structure-action. The importance of the consideration of those two structural spaces for the discussions on local development is due to the fact that: a) the subject was in evidence with the recent transformations, in view of the individualization process in progress nowadays; and b) there is no possibility of considering creativity of the social life without considering the subjective aspects and inter-subjective that permeate people's relationships with themselves and the relationships that they establish in the formation of the social groups. For this reason, to focus only on the objective limits of the development may not be enough to provoke the triggering of processes of local development, which should consider the inherent uncertainty to the historical processes, as well as the plurality of roads.

Key- words: historical processes; local development; social spaces.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES.....	20
I.1 Introdução.....	20
I.2 Individualização e Novas Identidades.....	21
I.3 Acumulação de Capital e a Intensificação da Concorrência.....	24
I.4 Desenvolvimento e a Ascensão Política do Projeto Liberal-Conservador.....	29
I.4.1 Intervenção estatal e desenvolvimento.....	29
I.4.2 Ampliação dos sentidos da melhora.....	32
I.4.3 A Ascensão política do projeto liberal-conservador.....	33
CAPÍTULO II – REGULAÇÃO SOCIAL E PADRÕES INSTITUCIONAIS.....	37
II.1 Introdução.....	37
II.2 Regulação da Ordem Social a partir do Estado e do Mercado.....	39
II.2.1 O Mapa da Estrutura-Ação.....	41
II.2.2 Princípios de regulação.....	45
II.3 Notas Parciais acerca da Transformação de Processos Históricos em Processos de Desenvolvimento.....	49
CAPÍTULO III – CAMADAS SOCIAIS E NOVAS TERRITORIALIDADES.....	52
III.1 Introdução.....	52
III.2 A Teoria Marxista.....	53
III.3 A Dinâmica do Capitalismo em Braudel.....	55
III.4 Camadas Sociais, Incerteza e Redes sociais.....	56
III.5 Novas Territorialidades.....	58
III.5.1 Reorganização territorial do espaço.....	59
III.5.2 Ampliação da camada do mercado.....	61
CAPÍTULO IV – NOVOS ATORES E OS SENTIDOS DA MELHORA.....	64
IV.1 Introdução.....	64
IV.2 Projetos Políticos em Disputa nos Anos Pós-Guerra.....	66
IV.3 A Teoria Desenvolvimentista da CEPAL.....	67
IV.4 A Caminho do Local.....	71
IV.5 Sentidos da Melhora.....	77

CAPÍTULO V – CRIATIVIDADE, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO LOCAL	82
V.1 Introdução	82
V.2 Pessoas, Grupos Sociais e Processos Históricos	84
V.3 Enfoque da Criatividade na Vida Cotidiana	94
V.4 Território, Região e Desenvolvimento	97
V.5 Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento	99
V.6 A Diversidade que Implica Custos.....	101
CAPÍTULO VI – CAPITAL SOCIAL, SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	103
VI.1 Introdução	103
VI.2 Capital Social e Desenvolvimento.....	104
VI.2.1 Capital social como fator de produção	105
VI.2.2 Capital social como recurso social	108
VI.3 Solidariedade e Autogestão	111
VI.3.1 Economia popular e solidária	115
CAPÍTULO VII – ESPAÇO DO SUJEITO E ESPAÇO GRUPAL	125
VII.1 Introdução.....	125
VII.2 Configuração, o Sujeito e Relações Sociais	128
VII.3 O Espaço do Sujeito	131
VII.4 O Espaço Grupal	134
VII.5 O Mapa da Estrutura-Ação “Estendido”	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento é uma daquelas palavras mágicas que nos fazem levantar a cabeça e olhar para o futuro. Ela reconstitui as esperanças. Em um mundo marcado pela desigualdade e carências de todos os tipos, aqueles que são capazes de apontar para um futuro melhor que o presente, mesmo que esse futuro melhor não venha a se confirmar, são proprietários de uma espécie de poder simbólico,¹ cuja existência não deve ser desconsiderada por aqueles, como nós, que vamos iniciar agora um estudo sobre o desenvolvimento local e sua promoção. Neste estudo, vamos chamar de representação do desenvolvimento a articulação de idéias que apontam para um futuro melhor que o presente; e vamos dizer que os proprietários dessa representação e do poder simbólico que lhe é inerente são os projetos políticos.

Além desse caráter simbólico, o termo *desenvolvimento* implica considerar quatro outros elementos que dele são constituintes: melhora, processo, território e ação. Como o próprio caráter simbólico já sinaliza, desenvolver implica melhora em relação ao presente. Dado que o futuro é incerto, dois pontos no tempo então estão sendo considerados e esses pontos são separados por um processo, um processo de desenvolvimento. Esse processo de desenvolvimento, no entanto, carece de uma referência espacial, que não é apenas espacial, porque não se trata do espaço físico propriamente dito, mas do espaço físico construído socialmente, o que nos leva à idéia de território. A construção social do espaço implica o estabelecimento de relações entre os grupos sociais e o meio ambiente circundante, como também entre os próprios membros dos grupos sociais. Essas relações sociais são também relações de poder, de modo que o território sobre o qual os processos de desenvolvimento deverão acontecer são definidos pelo conjunto de relações de poder que demarcam um espaço físico determinado, com seus atributos ambientais e institucionais.

Os processos de desenvolvimento são desencadeados por um conjunto de ações que objetivam a sua promoção. Falamos aqui de uma ação consciente, que tem duas implicações: agir sobre a realidade implica, por um lado, a definição a priori do sentido da ação, isto é, do sentido que os processos de desenvolvimento devem tomar. Por outro, implica o reconhecimento dessa realidade segundo, é claro, a percepção daqueles que irão realizar a ação. Entendemos que esse reconhecimento se confunde com uma determinada leitura dos processos históricos e dos processos em curso, de onde se extrai o sentido da melhora que se espera do desenvolvimento.

Se aceita essa proposição, e dado o sentido da melhora que se espera, podemos formular o problema da promoção do desenvolvimento da seguinte forma: como processos históricos podem ser transformados em processos de desenvolvimento?

O reconhecimento da realidade através da leitura dos processos históricos pressupõe, contudo, a existência de um quadro conceitual a partir do qual essa leitura será realizada e através do qual os sentidos da melhora inerentes ao desenvolvimento serão pensados. Posto isto, vamos também dizer que, entre os quadros conceituais utilizados para o reconhecimento

¹ A noção de poder simbólico que vamos utilizar nesse estudo é devida às contribuições de Norbert Elias. A partir dessas contribuições, podemos dizer que as pessoas e os grupos sociais se organizam em torno de três oportunidades de poder: a capacidade de impingir violência ao outro; o controle sobre os meios de sobrevivência e os fluxos de riqueza; e a capacidade de criar representações sobre a realidade. É acerca dessa última forma de oportunidade de poder que acima nos referimos. Ver nesse sentido Elias (1993 e 2001) e também Chartier (2001).

da realidade e a definição dos sentidos da melhora, encontram-se os projetos políticos em disputa. É no bojo desses projetos políticos que a questão de como transformar processos históricos em processos de desenvolvimento é pensada. Essa transformação, no entanto, implica ação, como vimos. Então, a disputa em torno das representações do desenvolvimento se desdobra em uma disputa pela capacidade das instituições – sobretudo do Estado, de intervir sobre a realidade.²

“Desenvolvimento” e “local”, por outro lado, são duas palavras que apenas recentemente, isto é, num período não muito maior do que trinta anos, foram unidas para designar, segundo a nossa percepção, uma das formas que a abordagem do tema do desenvolvimento assumiu na contemporaneidade. Além do adjetivo “local”, outros como “social”, “sustentável”, “institucional”, “rural”, “territorial”, “comunitário” ou “urbano”, por exemplo, também passaram a ser evocados diante da ampliação da complexidade que o tema do desenvolvimento passou então a conter. No entanto, enquanto “desenvolvimento econômico” aponta para um sentido de melhora que se espera no setor econômico, a designação “local” nos diz acerca do lugar onde essa melhora deverá ocorrer.³

“Desenvolvimento local”, assim, se adiciona a expressões como “desenvolvimento regional”, “nacional”, “global” “urbano”, “rural” e “comunitário”, definindo a territorialidade específica na qual o desenvolvimento está sendo pensado. Isto difere das designações “desenvolvimento social”, “institucional”, “tecnológico”, “político”, e “ambiental”, por exemplo, que se agregam ao “desenvolvimento econômico” como setores da realidade passíveis de melhora.

Diferentemente disto, “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento endógeno” e “desenvolvimento integrado” nos dizem acerca da forma como os processos de desenvolvimento devem ocorrer. No primeiro caso, os processos de desenvolvimento devem se manter ao longo do tempo, acrescidos do fato de que isso deve ocorrer sem comprometer o meio ambiente e as condições da vida futura. No segundo caso, os pontos de partida dos processos de desenvolvimento devem ser encontrados na disposição dos atores de um determinado território e na disponibilidade interna de recursos, sejam eles humanos, ambientais, sociais, econômicos ou político-institucionais. No terceiro caso, deve haver a integração dos aspectos econômicos, políticos, sociais, etc. quando se pensam os problemas relacionados com o desenvolvimento. Além desse tipo de integração, a expressão também comporta a integração entre os setores da sociedade – Estado, sociedade civil e mercado; a integração dos setores econômicos – agropecuária, indústria, comércio e serviços; ou ainda a integração dos setores de governo na elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento.

Em termos de territorialidade, a designação *desenvolvimento local*, embora não exclua, pode abranger ou até se confundir com desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural e desenvolvimento comunitário. Também de forma não excludente, o desenvolvimento local pode ser pensado em termos de todos os sentidos de melhora acima explicitados, além de poder acontecer de forma integrada, sustentável e endógena. O “local” refere-se, portanto,

² Veremos que, ao passarmos da problemática da promoção do desenvolvimento nacional para a promoção do desenvolvimento local, surge uma questão de escala. Isto é, a promoção do desenvolvimento se dava predominantemente no âmbito do Estado Nacional e do Estado no âmbito regional. A promoção do desenvolvimento local, por outro lado, além do Estado, sobretudo no âmbito municipal, é objeto da ação de organizações da sociedade civil e de associações comunitárias, entre outros. Esse é um dos problemas que impede a transposição mecânica dos projetos políticos que disputavam as representações do desenvolvimento nos anos pós-guerra para aquelas que procuram dar respostas ao desenvolvimento local.

³ O que está posto acima não implica, evidentemente, que pensar localmente os processos de desenvolvimento se constitui numa característica exclusiva do período aqui considerado.

a uma territorialidade específica a partir da qual o desenvolvimento pode ser pensado. Nos anos 1950/1980, a territorialidade do desenvolvimento estava basicamente referida às ações do Estado no âmbito nacional e também regional. Ao longo dos últimos 30 anos, essa territorialidade se expandiu para os planos global e local da realidade.

Então, quando pensamos em local, estamos pensando numa dimensão da realidade que expressa a idéia de território e que se complementa com o regional, o nacional e o global. Ele, contudo, não se confunde com o Estado Territorial Municipal, podendo estar para além dele – um arranjo produtivo local por exemplo, que perpassa vários municípios; ou para alguém dos municípios, como uma comunidade específica.

A expansão dessa territorialidade foi acompanhada da ampliação dos sentidos da melhora inerentes ao desenvolvimento, de modo que questões ambientais, culturais, sociais e político-institucionais se agregaram aos problemas econômicos, prevaletentes nos anos anteriores. Assim, a evolução da problemática relativa ao tema “desenvolvimento local” expressa a expansão da territorialidade específica sobre a qual o desenvolvimento pode ser pensado, além de trazer consigo a ampliação dos sentidos da melhora que podem ocorrer num território específico.⁴

Mas o desenvolvimento local traz em si uma característica diferenciadora, qual seja, o fato dele ser eminentemente endógeno. Isso significa que a participação dos atores locais é dada como certa e que o ponto de partida para a promoção do desenvolvimento são os atributos locais – humanos, sociais, econômicos, político-institucionais, culturais e ambientais. Então, o problema do desenvolvimento, quando visto a partir do “local”, passa a estar condicionado pela maneira particular de apropriação desses atributos locais por parte das representações do desenvolvimento. É dessa forma específica de apropriação que devem surgir as estratégias de promoção do desenvolvimento, isto é, estratégias no sentido de transformar processos históricos locais em processos locais de desenvolvimento.

Em outras palavras, ao apontarem para uma melhora no futuro em relação ao presente, condizente com a idéia de desenvolvimento no plano local, as representações do desenvolvimento de alguma forma devem se apropriar dos atributos e das práticas sociais locais e, a partir deles, propor estratégias para a promoção do desenvolvimento. E essa apropriação vem ocorrendo no plano teórico, de modo que quadros conceituais vêm se formando ou se adequando, a partir das discussões prévias acerca do desenvolvimento, com o propósito de fornecer subsídios à construção de estratégias de desenvolvimento no plano local.

Posto isto, o objeto do presente estudo é o deslocamento da territorialidade privilegiada para se pensar o desenvolvimento do âmbito nacional para o âmbito local e suas conseqüências, no plano teórico, para a compreensão dos processos históricos e a formulação de estratégias para a promoção do desenvolvimento local. Estamos interessados na passagem da prevalência das perspectivas acerca do desenvolvimento nacional nos anos pós-guerra para a importância que o desenvolvimento local assumiu na atualidade. Entendemos que nessa passagem é possível perceber o surgimento de novos espaços sociais, como conseqüência das transformações históricas recentes. Por espaços sociais entendemos aquilo que a teoria social é capaz de abarcar da realidade, para compreendê-la e, então, criar condições para a construção de propostas de mudança no sentido do desenvolvimento. Os novos espaços sociais que surgiram em decorrência das transformações recentes comprometeram a capacidade explicativa das teorias do desenvolvimento que prevaleciam no período pós-

⁴ Veremos a seguir que a questão relativa aos sentidos da melhora possui duas dimensões: a sua ampliação para além dos aspectos econômicos, como visto acima e o problema relativo à definição desses sentidos a-priori na construção de estratégias para a promoção do desenvolvimento.

guerra, ao mesmo tempo em que vêm sendo apreendidos por construções teóricas que procuram dar conta do problema do desenvolvimento local ou que impactam a construção de estratégias nesse sentido.

Em outras palavras, nosso entendimento acerca dos espaços sociais decorre do que a teoria social, que trata dos problemas relativos ao desenvolvimento, abarca da realidade para construir suas leituras da história e dos processos em curso. A partir dessa leitura, no âmbito dos projetos políticos, são elaboradas estratégias condizentes com o sentido de melhora que lhes é pertinente. Consideraremos aqui três teorias e quatro projetos políticos que prevaleciam no período 1950/1980: a teoria política e econômica liberal, que dava sustentação a dois projetos políticos distintos: o liberal-conservador ou neoliberal e o liberal-democrata; a teoria marxista, que dava sustentação ao projeto social-democrata; e a teoria desenvolvimentista da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, das Nações Unidas, que subsidiava o que vamos aqui chamar de projeto desenvolvimentista.⁵

É verdade que, do ponto de vista do estatuto da teoria, existe uma diferença entre as proposições desenvolvimentistas da CEPAL e as matrizes teóricas marxista e liberal. A despeito disto, no entanto, dada a importância que a CEPAL adquiriu no debate sobre a superação do subdesenvolvimento e na elaboração de estratégias desenvolvimentistas nos países periféricos, pontuando as relações entre esses e os países desenvolvidos, vamos aqui considerar suas contribuições como uma teoria do desenvolvimento distinta daquelas que subsidiavam as proposições inerentes aos projetos políticos de origem liberal e social-democrata. Nosso interesse em enfatizar suas contribuições se liga ao fato de que, no interior do debate suscitado pela teoria desenvolvimentista da CEPAL, estão questões importantes para a análise do desenvolvimento local na atualidade, como a participação de atores locais e não-locais nos processos de desenvolvimento; um questionamento acerca dos sentidos da melhora que desses processos se espera; e os efeitos do desenvolvimento sobre as culturas locais.

O objetivo da tese é contribuir para a compreensão dos processos históricos e para a formulação de estratégias de promoção do desenvolvimento local, propondo a inclusão no Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial, de Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2000), do Espaço do Sujeito e do Espaço Grupal. O Mapa da Estrutura-Ação é uma matriz de relações pela qual é possível perceber a realidade social distribuída em seis espaços estruturais – espaço doméstico; espaço da produção; espaço do mercado; espaço da comunidade; espaço da cidadania; e espaço mundial. Para cada um desses espaços estruturais, o Mapa aponta uma unidade de prática social; uma instituição predominante; uma dinâmica de desenvolvimento; e formas de poder, de direito e de conhecimento (forma epistemológica).

A tese que propomos demonstrar é que o Mapa da Estrutura-Ação, acrescido do Espaço do Sujeito e do Espaço Grupal, surge como um instrumento importante para se pensarem os processos históricos e estratégias de promoção do desenvolvimento local. Isto ocorre por três motivos: esse Mapa permite uma leitura integrada dos processos históricos, que envolve os planos locais, regionais, nacionais e globais da realidade; possibilita a percepção de como as decisões emanadas do centro do capitalismo mundial podem alcançar os níveis locais da realidade; e organiza a percepção dos atributos, atores e práticas sociais

⁵ Outros projetos, sustentados em outros arcabouços teóricos existem, obviamente: o projeto anarquista ou o projeto ecológico, por exemplo. Eles podem ser percebidos a partir das ideologias políticas que foram construídas ao longo da Idade Moderna. Ver por exemplo Vincent (1995) ou Châtelet (2000). Os que estão sendo consideradas neste trabalho são os mais significativos do ponto de vista da ação política que são capazes de engendrar no momento presente, de acordo com Przeworsky (1991).

locais de modo a aprimorar a compreensão dos processos históricos que se dão no âmbito local, potencializando a construção de estratégias para a promoção do desenvolvimento.

Essa inclusão, no entanto, pressupõe a reorganização interna dos espaços estruturais; uma visão mais acurada dos efeitos das ações emanadas do centro do capitalismo mundial sobre os espaços subnacionais; e também uma visão mais acurada das relações que ocorrem entre espaços estruturais, para o que nos valeremos das contribuições de Fernand Braudel, de Karl Polanyi e de Norbert Elias.

Na nossa percepção, o “local”, enquanto territorialidade privilegiada para se pensar o desenvolvimento, surge como desdobramento da dinâmica do capitalismo global e, nesse sentido, pode ser visto como o movimento de uma sociedade que, ao se reproduzir no tempo e no espaço, reproduz a desigualdade e a injustiça que lhe é inerente. Mas, o surgimento de novas territorialidades implica trazer à tona um conjunto de manifestações – os modos de ser e de fazer (Sen, 2000) – que ficaram soterrados com a conformação das “velhas territorialidades”.⁶ E, nesse sentido, o “local” se torna espaço para o desabrochar de novas possibilidades e potencialidades.

O “local”, segundo o que estamos propondo, é constituído do espaço do sujeito, do espaço doméstico, do espaço grupal, seguido do espaço da comunidade. Nesses espaços estruturais circulam as “práticas sociais locais”. A literatura se refere a essas “práticas”, evidenciando as regras formais e informais, redes de parentesco, laços de amizade e de confiança, etc.; e a criatividade da vida social. O local é onde essa criatividade se manifesta – ou é sufocada, dependendo de cada caso, muito em função da subjetividade dos sujeitos e da intersubjetividade que caracteriza as relações pessoais, grupais e institucionais.

Esse é o “local”, isto é, onde ele se manifesta de forma genuína. E essa especificidade é sobretudo função das formas em que a sobrevivência dos grupos se dá, associada à possibilidade de uso da força e da capacidade de controle e criação de representações da realidade. Mas essas são as oportunidades de poder que, segundo Elias, organizam as configurações sociais. Elas se entrelaçam e nesse entrelaçamento surgem os padrões institucionais de Polanyi. Ou melhor, os padrões institucionais de Polanyi dão estabilidade a um sistema que se organiza em torno da disputa pelas oportunidades de poder.

Para dar conta dessa complexidade e demonstrar, primeiro, que os espaços sociais se ampliaram e, depois, que é importante considerar e que é possível detectar, em meio à ampliação desses espaços, um espaço próprio do sujeito e um espaço próprio dos grupos sociais e que a percepção de ambos é importante para a análise dos processos históricos locais, optamos por desenvolver um argumento que pode ser dividido em cinco partes: 1) evidenciar as transformações históricas recentes que nos parecem relevantes para a discussão aqui realizada; 2) demonstrar como essas transformações históricas comprometeram a leitura da história inerentes às teorias do desenvolvimento; 3) como, a partir dessas mesmas teorias, podemos perceber os espaços sociais se ampliando; 4) abordar o problema do desenvolvimento local a partir de algumas contribuições teóricas que se dedicam ao tema, para saber se os espaços sociais ampliados vêm tendo alguma relevância e, se sim, como eles vêm sendo tratados; e 5) propor a inclusão dos espaços do sujeito e grupal no Mapa da Estrutura-Ação de Boaventura Sousa Santos.

⁶ Como veremos, parte da literatura sobre desenvolvimento local vem se referindo ao surgimento de “novas territorialidades” para designar o espaço sobre o qual o desenvolvimento local é pensado. Na nossa perspectiva, só faz sentido falar em “novas territorialidades” quando se explicita o que são as “velhas territorialidades”, que entendemos ser os Estados Nacionais - Territoriais.

A construção de nosso argumento parte de uma análise das transformações recentes. Entre essas transformações, em princípio, nós atentaremos para quatro delas: o processo de individualização que se encontra em curso; a formação de novas identidades; a intensificação da concorrência intercapitalista; e a ascensão política do projeto liberal-conservador.⁷ Essas transformações aumentaram o grau de incerteza, tanto do ponto de vista dos processos de reprodução social, quanto dos processos de regulação social e fizeram com que as preocupações sobre desenvolvimento caminhassem em direção ao que se encontra mais perto, fortalecendo a idéia de local, em contraposição ao que se encontra mais distante – o regional, o nacional ou ainda o global. Estamos, portanto, assumindo que o aumento do grau de incerteza no sistema, dado por aquelas transformações históricas recentes, é a razão fundamental da evolução da problemática do desenvolvimento local. Inerentes ao aumento do grau de incerteza estão a desestabilização institucional; a maior dificuldade de reprodução social para grande parte das pessoas; e a mudança no papel do Estado com relação às questões colocadas para o desenvolvimento, decorrentes daquelas transformações históricas.

Comumente se atribui ao termo “incerteza” uma conotação negativa. Essa não é a nossa perspectiva. Incerteza é algo inerente ao devir da própria vida das pessoas, entrelaçada aos processos sociais e naturais.⁸ Ela representa liberdade de um lado e, de outro, o reconhecimento de que a teoria social é capaz de se aproximar da compreensão dos processos históricos, entender suas linhas mais gerais, mas não é capaz de deles se apropriar integralmente, dizendo ao certo o que será o futuro.⁹ Esse reconhecimento é importante, entre outros aspectos, porque questiona propostas para a promoção do desenvolvimento que são muito rígidas, institucionalmente falando. Algo do tipo: se os indivíduos agirem de determinada forma, ocorrerá a melhora da condição de todos. Se se institui formalmente essa “determinada forma”, restringe-se a liberdade de se viver a incerteza inerente ao devir da própria vida.

A proposta de inclusão dos espaços do sujeito e dos grupos no Mapa da Estruturação de Boaventura Santos procura contribuir para o aprimoramento do nosso olhar sobre os processos históricos, porém reconhecendo o lugar da incerteza nesses processos. Aqui está a importância que o dilema entre estrutura e ação assume no atual momento de crise epistemológica das ciências sociais. Na nossa perspectiva, os fluxos que circulam em meio às relações sociais, cujos protagonistas são as pessoas, os grupos que elas formam ou as instituições que elas representam, nem são totalmente desorganizados, nem são passíveis de serem submetidos a uma orientação única, existindo um espaço entre a ação individual, grupal e institucional e as estruturas mais gerais da sociedade. E esse espaço é o espaço da incerteza e é onde a teoria social, que trata das questões relativas ao desenvolvimento, pode pensar em pluralidade de caminhos, além do que a ação das pessoas, grupos e instituições transformam essas estruturas mais gerais, de modo que elas não são estáticas.

Em essência, a possibilidade que se abre com essa perspectiva para se pensar em pluralidade de caminhos para o desenvolvimento coloca para essa problemática uma questão relativa a meios e fins, que possui, antes de tudo, um conteúdo ético importante, mas que neste trabalho iremos apenas tangenciar.

⁷ A seguir, veremos que as transformações recentes colocaram para as teorias do desenvolvimento uma questão metodológica e teórica de fundo, que também se expressa na dicotomia entre estrutura e ação.

⁸ Como dizem Braudel (1992) e Elias (1994), existem três dimensões dos processos históricos e esses não podem ser compreendidos sem que três dimensões façam parte da análise. Estas três dimensões são a das existências individuais; a dos processos sociais; e a dos processos biológicos (Elias) ou geográficos (Braudel).

⁹ Como veremos, Albert Hirschman assinala com frequência essa limitação da teoria social, o mesmo ocorrendo com Elias.

O que nos interessa mais de perto nessa discussão é o que da realidade é apropriado pela teoria social para pensar os processos históricos e transformá-los em processos de desenvolvimento. Perceber o espaço dos sujeitos e o espaço dos grupos de forma distinta nos parece ser importante para a compreensão dos processos históricos. Dessa forma, o local, compreendido pelos sujeitos, pelas famílias, pelos grupos e pelas comunidades, fica então em evidência, quando se contrapõe incerteza de um lado e a idéia de melhora contida nos processos de desenvolvimento, de outro.

Além do fato de que aquelas transformações contribuíram para que o “local” se tornasse uma territorialidade importante para se pensar o desenvolvimento, essa análise permitirá perceber as condições em que se deu o deslocamento da territorialidade privilegiada para se pensar o desenvolvimento do âmbito nacional para o âmbito local. Essas condições estão marcadas pela generalização do sentimento de incerteza em três sentidos: no sentido institucional; no sentido das condições de reprodução da vida social; e no sentido das próprias possibilidades de melhora com relação às diversas questões colocadas para o desenvolvimento.

Então, se por um lado podemos perceber a ampliação dos sentidos da melhora contidos na idéia de desenvolvimento, a partir da análise das condições em que se deu o deslocamento da territorialidade privilegiada para se pensar o desenvolvimento, por outro, as transformações recentes como que “turvaram” o horizonte em relação às possibilidades de melhora. Esse fenômeno, por si só, segundo o nosso ponto de vista, evoca o sentido de proximidade contido na idéia de “local” e faz com que se evidenciem os processos históricos nesse âmbito da realidade, visando a transformá-los em processos de desenvolvimento. Desse contexto, deve ser destacado o sujeito que ressurgem com o processo de individualização em curso, bem como os grupos sociais, que ficam em evidência com a urbanização crescente, por exemplo, bem como com o ressurgimento e conformação de “novas” identidades.¹⁰

As transformações recentes, além disto, também comprometeram a capacidade das teorias do desenvolvimento que prevaleciam no pós-guerra de compreender a realidade e subsidiar a formulação de estratégias de desenvolvimento por parte dos projetos políticos que nelas se apoiavam. Mas os problemas levantados pelas discussões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre eles os sentidos atribuídos ao desenvolvimento que se buscava nos anos 1950/1980, não desapareceram, embora estejam sendo pouco tratados ou cobertos por uma espécie de nuvem de fumaça, que tende a fazer com que o problema do desenvolvimento local se transforme em uma questão institucional, isto é, da falta de espaços institucionais que possibilitem a concertação dos atores locais para a solução de problemas comuns.

As teorias e enfoques que impactam a construção de estratégias de desenvolvimento local, contudo, em face da ampliação dos sentidos da melhora e da natureza endógena do desenvolvimento local, vêm reformulando as teorias prevaletentes nos anos 1950/1980 e utilizando “novos” conceitos – solidariedade; capital social; redes sociais; desenvolvimento endógeno; criatividade da vida cotidiana; territórios; governança – ou reformulando os antigos, como é o caso dos conceitos de inovações; cooperativismo; associativismo; custos de transação, com o intuito de apreender os processos históricos locais e transformá-los em processos de desenvolvimento. Nesse esforço, essas teorias e enfoques vêm desenvolvendo distintas maneiras de se apropriarem das práticas sociais locais e, aparentemente, perdem de vista as questões colocadas pelos desenvolvimentistas dos anos pós-guerra, contidas na tensão

¹⁰ A palavra “novas” se encontra entre aspas porque em grande medida se trata de velhas identidades – negros, indígenas, mulheres, homossexuais, cujos atores não encontravam espaço para afirmar politicamente sua condição. Como veremos, esse espaço, bem como o de manifestação do sujeito individualizado, é privilegiadamente o espaço urbano.

que então prevalecia entre progresso, desenvolvimento e subdesenvolvimento e que se expressava em questões do tipo: qual o lugar dos atores não locais (não nacionais) nos processos de desenvolvimento? O caminho a ser percorrido pelos países (locais) não desenvolvidos já está dado pelo caminho já trilhado pelos países (locais) ditos desenvolvidos?

Vamos demonstrar que, embora em parte significativa dos casos as teorias e enfoques que impactam a construção de estratégias para o desenvolvimento local não façam referência explícita a essas questões, uma análise desses enfoques e teorias é capaz de evidenciar tanto aquela tensão, quanto essas questões, além de outras, como o problema relacionado à transformação da ordem ou preservação da ordem, tão perceptível nos anos 1950/1980. E isto ocorre a despeito do fato de que não é possível uma transposição mecânica dos projetos políticos prevalentes no passado, em termos de desenvolvimento nacional, para as representações do desenvolvimento no presente, em termos de desenvolvimento local. Se no passado a idéia de preservação da ordem estava ligada à defesa do funcionamento dos mecanismos de mercado, com ou sem intervenção do Estado, encontramos no presente representações do desenvolvimento que são centradas no mercado; se, por outro lado, a idéia de transformação da ordem no passado estava relacionada à inibição do funcionamento dos mecanismos de mercado e/ou ao redirecionamento das ações do Estado para questões redistributivas, hoje encontramos enfoques e estratégias social-centradas.

Na nossa perspectiva, o que em primeiro plano as transformações históricas recentes colocaram para as teorias do desenvolvimento foi um problema metodológico e teórico de fundo, que se expressa na dicotomia entre estrutura e ação,¹¹ questionando muitos dos conceitos, análises e processos que aquelas teorias e os projetos políticos que nelas se apoiavam utilizavam, surgindo portanto uma espécie de vácuo conceitual. A abordagem da questão relativa aos aparatos teóricos para a compreensão dos processos históricos e, no que diz respeito particularmente ao desenvolvimento local, as formas específicas de apropriação das práticas sociais locais de modo a construir estratégias de desenvolvimento é o problema fundamental com o qual estamos nos dando neste estudo. Esse problema, além da dimensão teórico-metodológica acima apontada, torna-se mais complexo ainda em face a mais três fatores: a) o deslocamento da territorialidade do plano nacional para o plano local, quando se pensam os problemas relativos ao desenvolvimento; b) a ampliação dos sentidos da melhora inerentes à idéia de desenvolvimento; e c) o caráter endógeno do desenvolvimento local.

O primeiro fator – o deslocamento da territorialidade do plano nacional para o plano local implica considerar como essa nova territorialidade surgiu. Na maior parte das análises, novas territorialidades surgem da necessidade de solução de problemas comuns aos atores envolvidos, pelo sentido de proximidade e pelos desgastes sofridos pelos Estados Nacionais em termos de sua capacidade de promover o desenvolvimento, além do acirramento da competição internacional e da introdução de novos pacotes tecnológicos, desestruturando as relações de produção fordistas.

De acordo com nosso ponto de vista, “novas territorialidades” expressam uma das formas em que o espaço social se ampliou a partir das transformações recentes. Vamos percebê-las surgindo a partir das contribuições de Fernand Braudel. De acordo com o que veremos, essas “novas territorialidades” são decorrentes da própria expansão da dinâmica do capitalismo, que faz com que os habitantes do antimercado se reorganizem na disputa que

¹¹ Nossa compreensão dessa dicotomia decorre dos trabalhos de Norbert Elias e Boaventura de Sousa Santos e está relacionada ao fato de que a teoria social, seja a partir de sua matriz liberal, seja marxista, desenvolveu basicamente duas formas de se compreender a realidade. Respectivamente, ou esta é percebida a partir da ação de indivíduos que agem de forma auto-interessada e racional; ou esta é percebida a partir de estruturas que contêm a-priori o conjunto das relações sociais nas quais os indivíduos se encontram inseridos.

participam em torno do capital circulante,¹² colocando em risco a reprodução social dos habitantes das camadas do mercado e da vida material. E essa reprodução social, para grande parte das pessoas, se dá no plano local, onde as pessoas, as famílias, os grupos e as comunidades se encontram envolvidos por relações de poder, formando um quadro institucional que pode – ou não favorecer a reprodução do capitalismo no plano internacional.

Esse processo de formação das “novas territorialidades”, no entanto, faz revolver a camada “das práticas sociais locais” que ficou soterrada diante da homogeneização da cultura, do tempo e do espaço, imposta pela conformação das “velhas territorialidades”, isto é, com a formação dos Estados Nacionais. Os processos de desenvolvimento local vêm sendo pensados a partir dessas práticas que ressurgem, de modo que elas se tornam ativos para a sua promoção.

No entanto, a violência esteve na base da formação dessas “velhas territorialidades”, de modo que falar em “novas territorialidades” implica revolver a “camada fértil” de cultura que foi soterrada com a consolidação dos Estados Nacionais no processo de constituição das sociedades capitalistas.¹³ Ao mesmo tempo, esse processo dá nova vida aos conflitos originais e libera um potencial criativo inerente às culturas locais. Promover o desenvolvimento local significa então se apoiar nesse potencial criativo e lidar com os conflitos originais que ressurgem, além dos novos conflitos, inerentes à incerteza e aos novos sentidos da melhora que se espera dos processos de desenvolvimento.

Decorre daí a reformulação do problema do desenvolvimento, quando abordado a partir do local. Isto é, o problema do desenvolvimento local pode então ser sintetizado na forma como as práticas sociais são apropriadas pelas representações do desenvolvimento e como elas contribuem para a formulação de estratégias no sentido de sua promoção.

Um aspecto importante do surgimento das novas territorialidades é o fato de que elas representam também novos espaços de poder, tal qual ocorreu com a formação dos Estados Nacionais, na disputa entre os habitantes do antimercado pelo capital circulante. Esses novos espaços, vistos a partir da perspectiva braudeliana, implicam então considerar que a estrutura social, caracterizada pelas camadas do antimercado, do mercado e da vida material, também neles – nos novos espaços – se reproduz. Assim, não é possível descolar, isto é, não é possível deixar de perceber, nos planos locais, o lugar que ocupa as camadas do antimercado; a proximidade de seus habitantes em relação aos novos espaços de poder; sua vocação para a ampliação dos estoques privados de riqueza; e as conseqüências das suas ações nesse sentido para os habitantes das camadas do mercado e da vida material.

Além disto, quando associamos a idéia de “novas territorialidades” à idéia de “desenvolvimento local”, fica também em evidência o caráter simbólico do desenvolvimento, acima referido. Falar em desenvolvimento local a partir da idéia de nova territorialidade amplifica o potencial simbólico contido na idéia de desenvolvimento; revitaliza as esperanças; mobiliza forças; valorizam-se propostas políticas, a despeito do fato de a melhora que se espera no futuro poder ou não ser alcançada.

O segundo fator – a ampliação dos sentidos da melhora inerentes à idéia de desenvolvimento – possui dois elementos distintos que, quando não explicitados, transforma a idéia de desenvolvimento local numa panacéia, num lugar comum para a solução de todos os

¹² Capital circulante é a riqueza na sua forma líquida e diz respeito à capacidade dos atores de efetuar demanda. A disputa em torno de sua apropriação é característica dos habitantes do antimercado, para o que se valem da hegemonia que têm sobre os habitantes das camadas do mercado e da vida material, em relação à capacidade do Estado de intervir sobre a realidade.

¹³ A idéia de que a formação dos Estados Nacionais se deu através de um processo violento de homogeneização da cultura, do tempo e do espaço é devida a Adauto Novaes (Novaes, 2003).

males: a melhora para além dos aspectos econômicos e o problema relacionado à definição a priori desses sentidos. Nos anos 1950/1980, prevalecia o objetivo econômico nas estratégias para a promoção do desenvolvimento. Na atualidade, como vimos acima, fala-se de objetivos compartilhados. Isto é, ao lado da melhora que se espera no setor econômico, outros objetivos do desenvolvimento, como a melhora ambiental, político-institucional, cultural e social vêm também se destacando, a despeito do fato de algumas análises questionarem os resultados do desenvolvimento local em qualquer desses setores, sobretudo no setor econômico.

As discussões em torno dos sentidos da melhora, da forma vista acima, ainda mais quando se percebem esses problemas como problemas comuns àqueles que partilham um determinado território, no entanto, obscurece a discussão em torno da definição a-priori dos sentidos e dos caminhos que a própria melhora será alcançada. Ocorre que, nos anos pós-guerra, os projetos políticos em disputa – o liberal-conservador; o liberal-democrático; e o social-democrático pensavam a idéia de melhora a partir de dois grandes eixos orientadores: transformação da ordem ou conservação da ordem.¹⁴ Eles também pressupunham um caminho único a ser percorrido para os países subdesenvolvidos; ou seja, aquele caminho que já havia sido traçado pelos países ditos desenvolvidos. Ter colocado essas questões em evidência foi obra da teoria desenvolvimentista da CEPAL e das discussões que suas contribuições suscitaram.

A maior parte das contribuições acerca do desenvolvimento local aqui analisadas parecem desconhecer totalmente essa discussão. Pelo que vamos argumentar, um dos pontos fortes da crítica de alguns desenvolvimentistas aos demais projetos políticos no passado advinha do questionamento em relação à participação dos atores locais (nacionais) nos processos de desenvolvimento, o que se desdobrava para a forma como os recursos naturais (nacionais) vinham sendo apropriados, como também seus efeitos sobre as culturas locais (nacionais). Ocorre, no entanto, que a abordagem da problemática do desenvolvimento local, pelo menos para parte da literatura que aqui será analisada, ao tomar como dada a participação dos atores locais, e também como ponto de partida os atributos locais, entre eles os recursos naturais e as culturas locais, deixa de questionar a própria participação dos atores não-locais, como também a forma dos sentidos da melhora que se espera para os processos de desenvolvimento e os caminhos a serem trilhados para tanto. Na verdade, muito daquelas críticas, dado o caráter eminentemente endógeno do desenvolvimento local, perdeu vitalidade, na medida em que os atores locais estarão sempre participando, tornando-se então co-responsáveis pelos resultados da ação pró-desenvolvimento.

A teoria desenvolvimentista da CEPAL, como veremos, foi concebida a partir de um hibridismo das matrizes teóricas marxista e liberal. Ela, entretanto, se apropria da realidade a partir da idéia de que, no plano internacional, Estados soberanos e grandes empresas mantêm relações de poder assimétricas, capazes de reproduzir a dicotomia entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A realidade social se verá ampliada aqui para considerar novos atores, novos fluxos e novas relações no cenário internacional, fundamentais para o desenvolvimento local se tornar alternativa ao desenvolvimento de uma forma geral. A ampliação da realidade social dessa forma, contudo, tornou a atuação dos atores não-locais como natural e os sentidos da crítica acima referida se perderam para grande parte das contribuições. Isto ocorre a despeito do fato de que a diversidade de atores; as formas de financiamento das ações pró-desenvolvimento; a importação de modelos de desenvolvimento já prontos; e os condicionantes que atores não-locais colocam para a sua contribuição na promoção do desenvolvimento não nos permitam dizer que aquelas críticas e, de uma forma geral, as

¹⁴ Como veremos, essa dicotomia aqui imputada à ação desses projetos políticos é devida a Norberto Bobbio (1995).

discussões suscitadas no interior da problemática desenvolvimentista, no que diz respeito ao desenvolvimento local, possam ser abandonadas.

O terceiro fator a ser considerado em relação à complexidade que envolve a abordagem teórica dos processos históricos locais para transformá-los em processos locais de desenvolvimento se refere ao próprio caráter endógeno do desenvolvimento local. Estamos diante da necessidade de especificar melhor o que é o local, para compreendermos melhor os fluxos de relações que nesse âmbito da realidade circulam. O primeiro aspecto a ser considerado é que, como observamos acima, o “local” não existe separado dos demais âmbitos da realidade, de modo que fluxos originados externamente a ele perpassam as relações ali constituídas. Um primeiro fluxo a ser distinguido é aquele proveniente da instituição de redes de troca mercantis, cujo ponto de partida e o ponto de chegada se encontram fora do local. Esses fluxos envolvem a produção, a distribuição e o consumo da riqueza e está relacionado ao processo de acumulação do capital nos planos nacionais e internacionais.

No passado, esses fluxos podiam ser compreendidos a partir da teoria marxista e seus desdobramentos em termos de teoria do imperialismo. A forma de apropriação da realidade inerente a essa perspectiva envolvia uma relação de coação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Como veremos, as transformações recentes, segundo o nosso ponto de vista, colocaram em xeque essa forma de apropriação da realidade. Quando confrontamos essa teoria com as contribuições de Fernand Braudel, podemos perceber os espaços sociais se ampliando. Consideraremos, então, ao invés de trabalhadores *versus* capitalistas, três camadas sociais – a do antimercado, a do mercado e a da vida material, sem no entanto perder de vista o fluxo dominante originado no processo de acumulação de capital, só que agora associado à disputa que se dá em torno do controle sobre o capital circulante, motivado pelas ações dos habitantes do antimercado no esforço de ampliar seus estoques de riqueza.

No entanto, essa contribuição de Braudel deve ser estendida para nos ajudar a perceber melhor os efeitos desses fluxos no plano local. Nosso argumento aqui é que é possível perceber nesse plano, como também nos demais planos, a presença daquelas três camadas sociais, além do fato de que, como vimos acima, o desenvolvimento local pode ficar em evidência a partir das ações dos habitantes do antimercado nos planos subnacionais, em decorrência das suas respectivas necessidades de se recolocarem em meio às modificações nas “regras do jogo” instituídas pelos habitantes do antimercado nos planos superiores.

Um segundo fluxo, de cunho político-institucional, emanado do Estado Nacional e que se expressa também nos Estados Territoriais subnacionais é aquele que busca regular os conflitos sociais a partir de um conjunto de regras – leis, associados ao exercício legítimo da força que o Estado detém. A teoria política e econômica liberal se apóia nesse fluxo para criar sua representação da realidade, considerando ora indivíduos portadores de direitos e deveres – cidadãos, no caso; ora indivíduos que agem no sentido de maximizar seu auto-interesse. Ao confrontarmos essa teoria com as contribuições de Boaventura de Sousa Santos, em torno do Mapa da Estrutura-Ação, outras formas de direito, de poder e de conhecimento, como também outras dinâmicas de desenvolvimento para cada um dos espaços estruturais, que não aquelas emanadas do espaço da cidadania, do espaço do mercado ou da produção ficam em evidência. Aqui, os espaços sociais se ampliam então para considerar essas outras formas de regulação dos conflitos sociais, que perpassam os espaços doméstico e da comunidade, além do espaço mundial.

Além disto, a teoria política e econômica liberal leva em consideração, ao lado das regras emanadas do Estado Territorial, apenas o padrão institucional do mercado como instrumento de regulação dos conflitos que ocorrem em torno da produção, distribuição e consumo da riqueza. As transformações recentes, basicamente aquelas ligadas à intensificação da concorrência capitalista, puseram em evidência outros padrões institucionais que não o padrão institucional do mercado, na medida em que essa intensificação da concorrência excluiu significativas parcelas das populações das possibilidades de reprodução colocadas pelo estabelecimento de relações mercantis, além de terem aumentado a incerteza inerente aos habitantes da camada do mercado. Então, ao contrapormos a teoria política e econômica liberal às contribuições de Karl Polanyi, os espaços sociais também se vêm ampliados para se considerar padrões institucionais não centrados no mercado.

Como veremos, Polanyi percebe, ao longo da história, as sociedades se organizando em torno de quatro padrões institucionais – simetria; centralidade, autarquia e mercado – relacionados aos seus respectivos princípios de comportamento – reciprocidade; redistribuição; domesticidade; e troca. No nosso entender, com respeito às discussões sobre produção, distribuição e consumo da riqueza social, objeto de estudo da economia política, essa é uma contribuição fundamental, por nos permitir descentralizar as relações mercantis e, ao mesmo tempo, associa-las a outros padrões institucionais e princípios de comportamento. Isto porque, quando olhamos para o local, vemos a riqueza social sendo produzida, distribuída e consumida basicamente de duas formas: padrões institucionais não mercado- centrados “funcionando” ao lado do padrão institucional do mercado; e os padrões institucionais não mercado-centrados “funcionando” por detrás das redes de troca mercantis.

Em grande medida, a literatura sobre desenvolvimento local se refere a formas de organização das sociedades locais fundadas nesses padrões institucionais e princípios de comportamento, sem no entanto fazer referência a eles. O que ocorre é que a intenção de se apropriar das práticas sociais locais implica olhar para o que está ao lado e também para o que está por detrás das relações mercantis. Isto é, para as relações que se estabelecem entre pessoas, no interior das famílias, entre famílias, no interior dos grupos sociais e das comunidades e entre os grupos sociais e comunidades, além das relações mercantis propriamente ditas. Então encontramos as regras formais e informais que regulam essas relações, que são, além de relações pessoais e grupais, também relações interinstitucionais.

Os fluxos de relações, na nossa perspectiva, nem são totalmente desorganizados, nem são passíveis de serem submetidos a uma orientação única, existindo um espaço entre a ação individual e grupal e as estruturas mais gerais da sociedade, como já dissemos. Quando estamos falando de estruturas mais gerais da sociedade, estamos considerando os espaços estruturais do Mapa da Estrutura-Ação. A concepção do Mapa da Estrutura-Ação ocorreu a partir do reconhecimento das dificuldades metodológicas e teóricas inerentes às matrizes teóricas liberal e marxista, com o objetivo de se desviar da dicotomia entre estrutura e ação, permitindo uma maior aproximação dos instrumentos de observação da realidade da própria realidade. No entanto, ele não resolve por si só o dilema entre estrutura e ação, quando estamos preocupados em pensar os processos históricos para transformá-los em processos de desenvolvimento. Ou mais exatamente, no contexto de uma discussão sobre desenvolvimento local, como se aperceber dos processos e práticas sociais locais e contribuir para a promoção do desenvolvimento?¹⁵

¹⁵ Nosso argumento traz, portanto, uma crítica implícita à forma dicotômica de pensar, de modo que “ações dentro da ordem transformam a própria ordem”. No Capítulo 5, além de Elias, nos valeremos também das contribuições de Albert Hirschman para introduzir o argumento que então será desenvolvido. Essa crítica pode também ser pensada a partir das contribuições de Joseph Schumpeter, a partir da análise da passagem da “Teoria

Ocorre que, quando perguntamos ao Mapa, na forma que foi originalmente concebido, sobre as possibilidades em termos de estratégias para a promoção do desenvolvimento, a resposta se encontra inserida no dilema entre “emancipação da ordem / regulação da ordem”. E se a “ordem” for dada pela prevalência de relações mercantis, desenvolver significaria restaurar as relações ditas “tradicionais”? O que são essas relações tradicionais? Como elas se expressam na atualidade? Como ocorre o entrelaçamento das relações entre os espaços estruturais? Essas e outras perguntas ficam então pendentes, dada a nossa preocupação em contribuir para a percepção dos processos históricos, no sentido de potencializar as estratégias de desenvolvimento no âmbito local.

Posto isto, além da inclusão dos dois espaços estruturais, vamos também propor três outras alterações no Mapa da Estrutura-Ação de modo a transformá-lo, segundo a nossa percepção, num instrumento mais eficaz à percepção dos processos históricos locais. Primeiro, a noção de espaço estrutural foi originalmente concebida a partir do conceito de “campo” em Pierre Bourdieu.(1989). Segundo o nosso ponto de vista, é mais apropriada a utilização do conceito de “configuração” em Norbert Elias. Em primeiro lugar, por esse conceito abrigar, além do poder simbólico de Bourdieu, outras duas “oportunidades de poder” – o controle sobre os meios através dos quais se praticam a violência e o controle dos meios de subsistência, inclusive os fluxos de riqueza, em torno das quais os atores se organizam em dominantes e dominados. Em segundo lugar, porque o conceito de “configuração” é mais aberto, por assim dizer, em relação ao conceito de “campo”, o que nos permite perceber que pessoas, famílias, grupos sociais, comunidades, instituições e Estados participam de várias configurações ao mesmo tempo, abrindo o leque de possibilidades, o que se amplia na medida em que as configurações não são estáticas, ou melhor, sofrem mutações à medida que os atores se movimentam no interior delas.¹⁶

A segunda alteração que vamos propor é com relação às interações possíveis entre os espaços estruturais. Segundo a concepção original do autor, essas interações se dariam a partir de “constelações de relações de poder, de direito e de conhecimento” que perpassam todos os espaços estruturais. O Mapa da Estrutura-Ação pressupõe apenas um fluxo dominante, aquele emanado dos centros de poder do capitalismo mundial e toda a estrutura social responde a essa emanção, estando apenas disponível a opção “emancipar em relação à ordem” instituída em cada um dos espaços estruturais ou à ordem prevalecente em geral. De acordo com o nosso entender, a interação entre os espaços estruturais é mais bem compreendida quando associamos três contribuições: uma percepção mais acurada da dinâmica do capitalismo em Braudel (1987), que permite a visualização dos efeitos das ações dos habitantes do antimercado nos níveis subnacionais de poder, como vimos acima; a noção de configuração em Elias; e os padrões institucionais de Polanyi (2000).

As possibilidades de ação para os atores se encontram condicionadas pela disputa em torno das oportunidades de poder. É no entrelaçamento dessas oportunidades de poder que surgem os padrões institucionais de Polanyi: a simetria, quando o outro é visto como igual; a autarquia, ligada à responsabilidade de prover, que pode se degenerar para a violência; e a centralidade, quando uma autoridade se impõe, seja ela legítima ou não. Em outras palavras, nosso argumento é que os padrões institucionais de Polanyi dão estabilidade à disputa pelas oportunidades de poder que ocorre em cada uma das configurações. Assim, esses padrões institucionais podem ser vistos como os mecanismos de coordenação dos sistemas de configurações e os fluxos são desencadeados pela disputa em torno daquelas oportunidades de

do Desenvolvimento Econômico” (Schumpeter, 1982), publicado na sua segunda versão na década de 1920, para “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (Schumpeter, 1984), publicado na década de 1930.

¹⁶ Ver Elias (1993 e 2001) e também Chartier (2001). Especificamente sobre o conceito de configuração, ver Elias (1994b:249).

poder. Em meio a esses fluxos, ocorrem as relações de interdependência, cujos protagonistas são as pessoas, as famílias, os grupos sociais, as comunidades as instituições e os Estados, e essas relações são perpassadas por laços pessoais, familiares, grupais, comunitários, institucionais e estatais. Esses laços, tal como mostrado no Mapa da Estrutura-Ação, encontram seus espaços privilegiados nos espaços estruturais, com formas de direito, poder e conhecimento, dinâmicas de desenvolvimento, unidades de práticas sociais e instituições que lhes são características.

Dessa forma, as práticas sociais estão organizadas em configurações que relacionam: a) a disputa pelas oportunidades de poder, da forma como Elias as concebeu; b) os padrões institucionais de Polanyi; e c) as formas de poder, de direito e de conhecimento prevalecentes em cada um dos espaços estruturais. E o Mapa da Estrutura-Ação, assim cremos, torna-se um instrumento importante de forma a contribuir no sentido de aproximarmos um pouco mais da complexidade inerente à vida social.

Nosso objetivo, no entanto, é incluir no Mapa da Estrutura-Ação um espaço próprio aos sujeitos e outro aos grupos sociais. Essa proposta de inclusão advém do fato de que a percepção da realidade ainda fica desfalcada, digamos assim, levando em consideração as contribuições de Santos, se deixamos de contemplar o indivíduo enquanto unidade básica de pensamento da modernidade, bem como o conjunto de relações que ele estabelece fora do ambiente doméstico e que, no entanto, não se confundem com aquelas pertinentes ao espaço da comunidade. Nosso interesse maior é demonstrar que, dos processos gerais em curso, também fazem parte as dinâmicas de desenvolvimento inerentes ao indivíduo, sujeito e protagonista de micro-processos históricos, e aos grupos que esses sujeitos conformam, configurações sem as quais não se consegue compreender as estruturas sociais e seus processos de reprodução e transformação.

Segundo o que veremos, a concepção desses dois espaços estruturais está fundamentada nas contribuições de Norbert Elias. Para Elias (de forma semelhante a Braudel, 1992), a história transcorre em três tempos: o tempo biológico, onde ocorrem as mudanças nas estruturas biológicas; o tempo social, das estruturas das formações sociais; e o tempo individual, relativo à vida dos indivíduos. O indivíduo nesse contexto teórico faz parte de um todo social cuja representação é aberta no sentido da multiplicidade de suas possibilidades, dadas as suas qualidades intrínsecas, as múltiplas configurações das quais faz parte e a herança simbólica prevalecente quando do início de sua vivência.

Os indivíduos e os grupos que eles formam são vistos como sujeitos e atores da construção do ambiente no qual suas próprias vidas transcorrem. Esse ambiente é configurado por relações de poder, as quais se estabelecem e se manifestam desde dentro dos próprios indivíduos – a auto coerção psíquica até os planos mais gerais das sociedades, estabelecendo limites cognitivos, subjetivos e objetivos para o potencial de desenvolvimento dos atores, visto na forma de indivíduos ou na forma de grupos. As estratégias de desenvolvimento local, portanto, devem levar em consideração os limites cognitivos e subjetivos inerentes aos próprios indivíduos, como também os limites colocados pela subjetividade e pela intersubjetividade existente nas relações dos indivíduos com eles mesmos e entre indivíduos, isto é, nos grupos sociais que eles conformam. Isso implica que focar apenas os limites objetivos – infraestrutura; crédito; capacitação; acesso aos recursos naturais; assistência técnica – pode não ser suficiente para provocar o desencadeamento de processos de desenvolvimento local. A inclusão dos espaços do sujeito e dos grupos no Mapa da Estrutura-Ação põe em evidência esse fato, que também vem sendo considerado pela literatura que aqui será analisada nos Capítulos 5 e 6 sobre desenvolvimento local.

Por fim, reorganizaremos a apresentação do Mapa da Estrutura Ação. Isto é, originalmente, sua conformação era dada pela seguinte seqüência: espaço doméstico; da produção; do mercado; da comunidade; da cidadania; e espaço mundial. Segundo o que estamos propondo, o Mapa da Estrutura-Ação Estendido terá a seguinte conformação: espaço do sujeito; doméstico; grupal; da comunidade; da produção; do mercado; da cidadania; e finalmente o espaço mundial. Como já dissemos, os quatro primeiros espaços estruturais expressam o “local” propriamente dito. É aí que as práticas sociais locais, objeto de apropriação das representações do desenvolvimento, se expressam, para transformar processos históricos locais em processos locais de desenvolvimento. Essas práticas se desenvolvem no sentido de garantir a reprodução social dos indivíduos e dos grupos que eles formam e esse desenvolvimento fornece os contornos dos espaços da produção e do mercado.

Nos últimos vinte ou trinta anos, milhares e milhares de experiências que apontam para o desenvolvimento local foram colocadas em prática ao redor de todo o mundo, fazendo despertar de forma simultânea uma força criativa das populações locais e dos atores não locais sem precedentes. Essa criatividade social só foi possível pelo desenvolvimento de formas de articulação entre atores locais e não locais, estatais e não estatais também inédita, criando e recriando espaços de concertação diferentes dos que prevalecia nos anos posteriores à Segunda Grande Guerra. Esforços vêm sendo feitos de modo a recolher essas experiências, catalogá-las e estudá-las para criar uma espécie de massa crítica que venha a permitir a replicação dessas experiências em outros lugares e em outros momentos, com o intuito de contribuir para que o sentido da melhora inerente à idéia de desenvolvimento efetivamente se estabeleça.

O presente estudo possui o mesmo intuito, mas o caminho que estamos propondo é diferente. Em síntese, pelo que vimos acima, o caminho que vamos percorrer parte da idéia de desenvolvimento, de onde extraímos a importância de seu caráter simbólico e o fato de que essa idéia pode ser vista como constituída por quatro outros elementos: melhora, processo, território e ação. Depois, dissemos que o problema do desenvolvimento pode ser visto como circunscrito na questão referente a como transformar processos históricos em processos de desenvolvimento. Nesse contexto, promover a melhora a partir da ação implica o domínio de um quadro conceitual capaz de articular uma leitura dos processos históricos com o desencadeamento de processos de desenvolvimento. Dissemos também que os proprietários dessa articulação são os projetos políticos em disputa.

Identificamos então três teorias do desenvolvimento a partir das quais os projetos políticos disputavam as representações sobre o desenvolvimento nos anos pós-guerra e sugerimos que suas respectivas leituras da história ficaram comprometidas com as transformações históricas que ocorreram nos últimos 50 anos. Aqui estão os nossos dois primeiros passos: analisar os processos históricos recentes para deles retirar o que consideramos importante para a compreensão do problema do desenvolvimento na atualidade, o que será feito no capítulo 1 – Análise das Transformações Históricas; e, a partir das teorias do desenvolvimento dos anos pós-guerra, perceber a realidade social ampliada (Capítulos 2 – Regulação Social e Padrões Institucionais; 3 – Camadas Sociais e Novas Territorialidades)

No Capítulo 2, tomando como ponto de partida a teoria política e econômica liberal, veremos que os espaços sociais se ampliaram para considerar outros mecanismos de regulação social que não aqueles emanados do Estado Territorial; e para considerar outros padrões institucionais para além do padrão institucional dado pelo mercado na regulação dos conflitos em torno da produção, distribuição e consumo da riqueza. Para deduzir esses novos espaços sociais, no primeiro caso, nos valeremos dos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos e, no segundo, de Karl Polanyi. No Capítulo 3, o ponto de partida para percebermos a realidade social ampliada será a teoria marxista. Consideraremos aqui como novos espaços

que se apresentam para a análise as camadas sociais de Braudel – a camada do antimercado, a camada do mercado e a camada da vida material e o surgimento de “novas territorialidades” como um desdobramento da forma como esse autor percebe a dinâmica do capitalismo.

No Capítulo 4 – Novos Atores e os Sentidos da Melhora, vamos olhar a problemática do desenvolvimento local à luz das discussões acerca da promoção do desenvolvimento que vigoravam nos anos pós-guerra, destacando as contribuições da CEPAL. Seu propósito é possibilitar a passagem da discussão acerca da ampliação dos espaços sociais a partir das teorias do desenvolvimento que prevaleciam nos anos pós-guerra, realizada nos capítulos anteriores, para a análise das teorias e enfoques que tratam diretamente ou que impactam as discussões sobre desenvolvimento local, o que será realizado nos dois capítulos subseqüentes (5 e 6). Essa passagem ocorreu em meio ao processo de deslocamento da territorialidade privilegiada para se pensar o desenvolvimento do plano nacional para o plano local e foi acompanhada pela ampliação do leque de atores e fluxos no cenário internacional e da ampliação dos sentidos da melhora em relação aos processos de desenvolvimento. Ao final, elencaremos um conjunto de critérios a partir dos quais analisaremos as teorias e enfoques relacionados ao desenvolvimento local.

Os Capítulos 5 e 6 têm o propósito de responder à seguinte pergunta: como a pesquisa recente, ao se apropriar das práticas sociais locais, vem respondendo àquilo que consideramos ser o problema fundamental do desenvolvimento, isto é, a transformação de processos históricos em processos de desenvolvimento? Ao procurarmos dar resposta a essa pergunta, temos três objetivos: a) caracterizar as abordagens sobre desenvolvimento local, o que será feito a partir dos critérios formulados no Capítulo 4; b) saber como essas abordagens vêm avançando em relação aos quadros conceituais colocados nos anos pós-guerra; e c) verificar em que medida, ao se apropriarem das realidades locais, essas abordagens evidenciam os sujeitos propriamente ditos e os grupos sociais que eles formam. Veremos então que a compreensão dos processos históricos locais passa a levar em consideração a criatividade inerente à vida cotidiana; que essa consideração leva em conta: a) os aspectos subjetivos e intersubjetivos das relações sociais, evidenciando as pessoas e os grupos que elas formam – famílias; grupos sociais; comunidades; instituições; e b) o que se encontra por detrás das relações propriamente mercantis.

Um primeiro aspecto que ficará em evidência é o fato de que as contribuições sobre desenvolvimento local que aqui serão analisadas, em muitos aspectos, reproduzem as discussões sobre desenvolvimento no período 1950/1980. No entanto, elas acrescentam aos quadros teóricos até então prevalentes a idéia de que a criatividade da vida social, ligada à subjetividade e à intersubjetividade dos sujeitos e dos grupos, conta na análise dos processos históricos locais. Nesse esforço, as análises sobre desenvolvimento local põem em evidência o sujeito da ação e os grupos sociais que eles formam. Além disto, essas análises buscam, por detrás das relações mercantis, outros fluxos de relações, a partir dos quais a interação entre pessoas, entre grupos sociais e entre pessoas, grupos e instituições se dá. Aqui ficam em evidência a troca de experiências, os laços de confiança, as instituições informais, as relações fundadas na solidariedade, nos laços familiares e de amizade, etc.

O Capítulo 5, Criatividade, Instituições e Desenvolvimento Local, entretanto, se inicia com uma discussão em torno do dilema entre estrutura e ação, apresentando nossa perspectiva em relação à compreensão dos processos históricos, relacionando-a com a formulação de estratégias de promoção do desenvolvimento local. Aqui, vamos argumentar que, dos processos gerais em curso, também fazem parte as dinâmicas de desenvolvimento inerentes ao indivíduo, sujeito e protagonista de micro-processos históricos e aos grupos que esses sujeitos conformam, insistindo no fato de que essas dinâmicas nem são totalmente desorganizadas, nem são passíveis de serem submetidas a uma orientação única, existindo espaço para a

incerteza e para a pluralidade de caminhos. Nesse sentido, as ações no interior de uma determinada configuração transformam a própria configuração. Essa proposição abre espaço para se pensarem estratégias de desenvolvimento local para além da dicotomia “regulação da ordem / transformação da ordem”, contida no Mapa da Estrutura-Ação de Boaventura Sousa Santos.

Dois pontos aqui serão desenvolvidos: a) as mudanças que aqui serão propostas no Mapa da Estrutura-Ação, a partir das contribuições de Braudel, Polanyi e Elias, como visto acima; e b) o fato de que, apesar da complexidade das relações sociais, o Mapa da Estrutura-Ação se constitui num bom instrumento de apropriação da realidade, para a compreensão dos processos históricos e a formulação de estratégias de desenvolvimento local.

Em seguida, ainda no Capítulo 5, analisaremos um conjunto de contribuições que impactam a construção de estratégias de desenvolvimento local e que têm em comum relacionar inovações, instituições e desenvolvimento. Veremos então três tendências. A primeira se empenha em incluir na compreensão dos processos históricos a criatividade da vida cotidiana e mostrar que tal inclusão leva a uma incerteza quanto aos processos históricos, de onde se deriva a pluralidade de caminhos para se pensarem os sentidos dos processos de desenvolvimento. A consideração dessa criatividade, que relaciona territorialidade, subjetividade e intersubjetividade, passa a ser a própria base sobre a qual o desenvolvimento local é pensado.

Um segundo grupo de contribuições vem buscando associar instituições com inovações para promover o desenvolvimento endógeno, isto é, a partir dos atributos e práticas sociais locais, dado, sobretudo, o aumento da competitividade intercapitalista no âmbito global. A proposição fundamental aqui é que deve haver um processo de adequação institucional de modo a aumentar o grau de cooperação entre os atores locais, principalmente pequenas e médias empresas, inclusive aquelas que atuam no setor informal, aumentando assim o intercâmbio de experiências e facilitando o acesso à inovação.

A terceira contribuição que será analisada é aquela proveniente da Nova Economia Institucional. Nesse caso, será posta em evidência a proposição de que, para que o desenvolvimento ocorra, deve haver uma espécie de emparelhamento institucional, para aprimorar o funcionamento dos mecanismos de mercado. As práticas sociais locais devem ser direcionadas para se adequarem a um arranjo institucional que seja condizente com o melhor grau possível de funcionamento dos mecanismos de mercado. Em contraposição à idéia de desenvolvimento que acena para a igualdade em meio à diversidade como um de seus objetivos, a percepção do desenvolvimento a partir dessa perspectiva torna a diversidade um problema, se a pretensão for minimizar os custos – custos de transação e maximizar os ganhos.

No capítulo 6, Capital, Solidariedade e Desenvolvimento Local, ainda partindo do fato de que o desenvolvimento local se apóia nos atributos e práticas sociais locais, enfatizaremos dois enfoques que vêm sendo muito utilizados: uma percepção ampliada de capital – capital humano, capital social, capital cultural, capital natural e capital produtivo – e as contribuições para o desenvolvimento local oriundas da Economia Social, Economia Popular e ou ainda Economia solidária.

No âmbito do capital social, perceberemos duas tendências: aquela que percebe o capital social como fator de produção e aquela que se vale desse conceito como recurso social. Ambas relacionam observação da realidade e construção de estratégias, mas no primeiro caso a observação da realidade, o aspecto metodológico do conceito, está subsumido, condicionado pelo sentido das estratégias a serem construídas, voltadas para a inserção em redes de troca mercantis; no segundo caso, ocorre o contrário: a proposição de ações está

condicionada à observação da realidade e a como os atores pensam suas estratégias de sobrevivência, de modo que o sentido do desenvolvimento não está dado a priori.

Já no âmbito da economia popular e solidária, encontramos dois significados. O primeiro está ligado ao que vem sendo chamado de “nova economia social”; o segundo, à economia popular e solidária, propriamente dita. O que existe em comum entre ambas as perspectivas é que o ponto de partida é uma crítica ao avanço do capitalismo e a exclusão social que provoca. No entanto, no primeiro caso, não se pretende necessariamente uma transformação da ordem social, mas a criação de condições para se promover a inclusão social. No segundo caso, a crítica é frontal ao modo de produção capitalista, e as estratégias buscam a transformação da ordem social, da forma como podemos observar nos debates sobre desenvolvimento dos anos pós-guerra.

O interessante, no entanto, para os propósitos do presente estudo é observar que, em todos os casos, a ampliação das possibilidades de melhora está condicionada a uma percepção da realidade que envolve indivíduos, famílias, grupos sociais e comunidades; e que essas percepções, em termos da produção em particular, e em termos das diversas questões colocadas para o desenvolvimento, se apropriam da realidade buscando evidenciar relações sociais que não as mercantis apenas. Além disto, procura-se perceber os processos históricos no plano local como que de forma integrada aos processos mais gerais das sociedades mercantis desenvolvidas. Contudo, há aqui uma diferença fundamental: ou esses processos mais gerais são vistos como decorrência dos processos mais específicos, que ocorrem no plano local; ou os processos mais específicos são o resultado direto dos processos mais gerais. Dessa forma, ver as práticas sociais locais como fator de produção implica a busca incessante de uma melhora da performance local nos processos mais globais, inclusive não econômicos. E, por outro lado, ver aquelas práticas como recurso social implica criar mecanismos de defesa nos planos locais – em termos das questões colocadas para o desenvolvimento, em relação aos processos prevaletentes no plano global.

Ao final do Capítulo 6, apresentaremos uma síntese da análise realizada acerca da forma que as representações do desenvolvimento local se apropriam das práticas sociais locais.

O sétimo e último capítulo, Espaço do Sujeito e Espaço Grupal, será dedicado à construção do Espaço do Sujeito e do Espaço Grupal, de modo a incluí-los no Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial, de Boaventura de Sousa Santos. O argumento central, construído a partir dos trabalhos de Norbert Elias, é que a contribuição de Santos, embora tenha avançado na percepção da realidade, propondo a abertura de novos espaços para além dos espaços da cidadania e do mercado; e propondo um esquema que permite, de forma integrada, perceber as interações entre os diversos planos da realidade, não contempla espaços sociais importantes, que ficaram em evidência com as transformações históricas, abordadas no Capítulo 1 e com as recentes pesquisas sobre desenvolvimento local. Nós referimos aqui ao processo de individualização e à importância que os grupos sociais passaram a ter na observação dos processos em curso e na concepção de estratégias para a promoção do desenvolvimento local. Além disto, ficará em evidência a proposição de que focar os aspectos objetivos do desenvolvimento pode não ser suficiente para promovê-lo, já que ambos os aspectos – objetivos e subjetivos – passam a ser importantes na compreensão dos processos históricos locais e, em consequência, na formulação de estratégias para a promoção do desenvolvimento local.

A importância da consideração desses dois espaços estruturais para as discussões sobre desenvolvimento local, segundo o nosso ponto de vista, para além do que vem sendo evidenciado pela literatura que aqui será analisada sobre desenvolvimento local, ocorre por

dois motivos, basicamente. O primeiro é que o indivíduo, o sujeito ficou em evidência com as transformações recentes, dado o processo de individualização que se encontra em curso. Dessa forma, a busca da compreensão dos processos históricos locais, para transformá-los em processos locais de desenvolvimento, passa pela consideração de que, na atualidade, estão colocadas para os indivíduos, as tarefas de “criar sentido e dar sentido à vida cotidiana” e de “decidirmos como ser e como agir”, de acordo com o que veremos no Capítulo 1, a partir das contribuições de Lojkine (1995) e Giddens (1997), respectivamente.

A ação individual e o sentido que se dá à própria vida cotidiana, por parte dos próprios indivíduos, “as formas de ser e de fazer” (Sen, 2000), vêm, entretanto, de acordo com Castells (1999), desenvolvendo-se em um quadro de formação e de fortalecimento de identidades que não aquelas dadas pela “velha territorialidade” (Estados Nacionais) e pelo conteúdo de classe das relações sociais (sindicatos, associações de classe, partidos políticos). Elas vêm se fortalecendo para além dos contextos familiares, formando novos grupos e dando conteúdo aos grupos sociais já existentes. Assim, nem os indivíduos, nem os grupos que eles formam, podem ser desconsiderados pelas representações que se criam acerca do desenvolvimento local, sob a pena de se reproduzirem formas autoritárias de se pensar o desenvolvimento.

O segundo motivo pelo qual esses dois espaços estruturais devem ser considerados nas discussões sobre desenvolvimento local diz respeito à subjetividade e à intersubjetividade que eles expressam. Pelo que veremos, acerca da literatura que analisa o desenvolvimento local, a criatividade está ligada à inovação, que está ligada ao desenvolvimento. No entanto, segundo o nosso entender, não há como considerar a criatividade sem considerar os aspectos subjetivos e intersubjetivos que permeiam as relações das pessoas com elas mesmas e das relações que elas estabelecem na formação dos grupos sociais.

Além disto, segundo o argumento que vamos desenvolver e de acordo com Hirschman, as expectativas em relação às possibilidades de melhora com relação ao futuro – o que chamamos de ampliação dos horizontes das pessoas e dos grupos sociais que elas formam, e que se encontra no âmbito da subjetividade e da intersubjetividade, são importantes no desencadeamento dos processos de desenvolvimento. Aqui estamos falando da ação que é levada em função da crença, da fé, do acreditar que algo possa vir a acontecer. Uma pessoa ou um grupo “contagia” outras pessoas e outros grupos, que tornam possível acontecer algo inicialmente improvável. Nesse movimento existe também a proposição de que “só o fazer vale a pena”, de onde decorre que, no que respeita aos processos de desenvolvimento, os meios são tão importantes quanto os fins. Dessa forma, focar apenas os limites objetivos do desenvolvimento pode não ser suficiente para provocar o desencadeamento de processos de desenvolvimento local.

Nesse contexto, a proposição de se pensarem o sujeito e os grupos sociais como espaços sociais distintos dos demais espaços considerados por Boaventura de Sousa Santos, abre a possibilidade de se trazerem à tona esses aspectos subjetivos e intersubjetivos para a compreensão dos processos históricos locais. Essa proposição abre também, no nosso entender, um vasto campo de pesquisa e de diálogo que perpassa a fronteira da psicologia social com a sociologia, a antropologia e a economia, além de evidenciar um dos limites do autor desta tese.

CAPÍTULO I – ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES

I.1 Introdução

O fim dos anos 60 e o início dos anos 70 constituem um marco de nossa história contemporânea na medida em que dois tipos de fatos de naturezas distintas ocorreram simultaneamente e que vêm conformando a maior parte da pesquisa recente em Ciências Sociais. O primeiro deles consiste no início de um processo de tomada de consciência em torno dos efeitos da ação do homem sobre a natureza, de uma forma geral e, de uma forma específica, da urbanização e industrialização acelerada dos últimos duzentos anos sobre o ecossistema terrestre (Capra, 1982; Lovelock, 1991; Nobre, 2002). Essa tomada de consciência foi intensificada pela identificação de um processo de individuação em curso e pelo surgimento de novas identidades.

O segundo deles foi a desaceleração do crescimento das economias capitalistas desenvolvidas e seus desdobramentos em termos da dissolução do acordo de Bretton Woods, do incremento do processo inflacionário, do desemprego e da introdução de um conjunto de inovações tecnológicas, marcando o fim do que é considerado como o mais longo e vigoroso período de expansão econômica da história do capitalismo. Esse quadro de crise e incerteza foi ainda aprofundado em fins dos anos 80 pela dissolução do bloco soviético, colocando em questão a validade da estratégia do socialismo real e a validade teórica daquilo que havia se constituído o pilar mais forte da ação política questionadora e transformadora do mundo capitalista (Hobsbawn, 1995; Fiori, 1999a).

O objetivo do capítulo, posto isto, é procurar mostrar que as transformações históricas dos últimos 50 anos fizeram levantar questões que puseram em evidência problemas que, se não são exclusivamente locais, têm no local um espaço privilegiado para a sua expressão, como são os problemas relativos ao gênero, a exclusão social de grupos desprivilegiados e as questões ambientais, além da intensificação da concorrência intercapitalista.

Mas, além desses problemas em si, devemos também considerar seus desdobramentos em termos das incertezas que geram. De acordo com nosso entendimento, esse sentimento de incerteza com relação ao futuro se manifesta basicamente de duas formas: a incerteza institucional decorrente das transformações das últimas décadas, e que colocaram em xeque as instituições preexistentes até então, como aquelas que regulam os conflitos ambientais e a própria organização familiar, entre outros; e a incerteza com relação à reprodução material das pessoas, famílias, grupos sociais e populações, em função do acirramento da concorrência intercapitalista.

A resposta que vem sendo dada de maneira predominante para essas incertezas tem sido aquela que advém das análises neoliberais. Essas análises colocam os mercados como instituição central nos processos de regulação social. E para implementar esse tipo de solução, vem acontecendo um vigoroso processo de adequação institucional com a pretensão de liberar o funcionamento dos mecanismos de mercado.

Essa resposta cria ainda um outro tipo de incerteza, isto é, aquela relacionada ao fato de que, nos anos 1950/1980 os Estados Nacionais estavam empenhados em promover o bem-estar social e o desenvolvimento. Existia, portanto, uma certa expectativa de melhora, expectativa essa que se perdeu com a ascensão política do projeto liberal-conservador.

Neste capítulo vamos discutir essas questões. Começaremos tratando do processo de individuação em curso e da formação de novas identidades. No terceiro tópico, vamos tratar do processo de intensificação da concorrência capitalista e, por fim, da ascensão política do projeto liberal-conservador.

I.2 Individualização e Novas Identidades

Uma referência que trata das transformações recentes da ordem global pode ser obtida a partir do trabalho de Ronald Inglehart (1995; 1997). Esse autor defende a idéia de que as mudanças na sociedade contemporânea estão ligadas a um processo de revolução de valores equivalente ao que foi vivido pela humanidade ao longo da Idade Moderna. Nesse sentido, procura sustentar que novos valores estão surgindo, os quais caracterizariam a *sociedade pós-moderna*.

Esses valores consistem na eclosão de uma sociedade mais humana; na existência de espaço para a autonomia individual; diversidade; auto-expressão; maior preocupação com o meio ambiente; e democracia. Os mesmos estariam em franca contradição com o privilégio dado à eficiência econômica e o entusiasmo com o crescimento econômico; com a autoridade burocrática e o comportamento estandardizado e funcional; com a racionalidade científica e a crença na ciência como solucionadora de problemas; e no fato da democracia não ter sido a regra ao longo dos processos de transformação que caracterizaram a sociedade moderna.

A maior evidência encontrada nesse sentido é justamente a diminuição das taxas de crescimento demográfico, característica de todos os países no mundo inteiro, independentes de cultura, religião prevaiente ou posição em relação ao fato de ser desenvolvido ou não. Essa evidência está relacionada ao menor impacto que o crescimento populacional trará ao meio ambiente e coloca-se como condição primeira para a promoção de um desenvolvimento sustentável.

Ao mesmo tempo, um conjunto de respostas no âmbito do Direito, como as novas legislações ambientais, da política, como os movimentos ecológicos e no âmbito da técnica, com, por exemplo, o desenvolvimento de filtros e a mudança de uso de matérias-primas poluentes para as não poluentes vem sendo construídas. Mas, é preciso dizer, insuficientes em relação à dimensão ecossistêmica que assumiu o questionamento da natureza em relação ao padrão de desenvolvimento industrial, para utilizar a terminologia de Castells (2000).

Esse autor, Castells (2000), realiza um esforço teórico considerável no sentido de dar conta dessa complexidade contemporânea. Com efeito, para discutir *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, o autor propõe duas distinções, a saber: capitalismo e estatismo, enquanto modos de produção e industrialismo e informacionalismo, enquanto modos de desenvolvimento, para demonstrar, em sua trilogia, que o processo de reestruturação do capitalismo vem promovendo o desenvolvimento do informacionalismo. Nas palavras do autor:

Este livro estuda o surgimento de uma nova estrutura social [...que] está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX. (Castells, 2000:33)

Nesse contexto, aquelas estruturas de poder que não conseguem dominar o desenvolvimento tecnológico inerente ao novo modo de desenvolvimento e, tampouco, se interagir com e nas redes de informação que dele surgem, a exemplo da estrutura burocrática que caracterizava a antiga União Soviética, estão fadadas ao fracasso. Alia-se a isto o fato de que as referências pessoais e institucionais, sobretudo a partir dos movimentos culturais que eclodiram em fins da década de sessenta do século passado e da desintegração da União Soviética e a conseqüente crise do marxismo, se transformaram, o que vem implicando a perda relativa da capacidade de coesão social, sobretudo dos Estados-Nação e das instituições representativas da divisão tradicional de classes sociais – o capital e o trabalho.

A livre produção, difusão e consumo de novos símbolos, ao mesmo tempo, permite o surgimento e desenvolvimento de novas formas de identidade, como o ecologismo, o feminismo, diversos grupos étnicos e religiosos, que passam a representar novas instâncias de poder, os quais se efetivam via *rede*. Assim, se por um lado novas formas de organização e poder surgem, ignorando os espaços tradicionais demarcados pelos Estados nacionais, por outro, numa escala crescente, representam um desafio às instituições estabelecidas.

Esse desafio às instituições estabelecidas é visto, tanto por Beck (1997) como por Giddens (1997), como resultado da modernidade levada às últimas conseqüências. No caso do primeiro autor, a *modernidade reflexiva* cria um hiato institucional – *a sociedade de risco* - sentido no cotidiano das pessoas e no processo de tomada de decisões, a partir, por exemplo, da desintegração da família burguesa tradicional, que passa a ter que conviver, em seu seio, com dois projetos de vida distintos, um feminino e outro masculino. Mais ainda, são projetos individualizados que se encontram em jogo: *nos contextos pós-tradicionais não temos outra escolha senão decidir como ser e como agir* (Giddens, 1997:94); embora não seja, para o autor, a sociedade pós-tradicional o reino da escolha individual. Isto é, (...) *a abertura da vida social à tomada de decisão não deve ser identificada 'ipso facto' com o pluralismo; é também um meio de poder e estratificação.* (Giddens, 1997:95 e 96).¹⁷

Outro exemplo é o questionamento do padrão de desenvolvimento industrial, pela percepção dos seus efeitos nocivos sobre a natureza em geral, trazendo para o homem a percepção da realidade numa nova dimensão, da qual a ciência tradicional não consegue dar conta. Assim:

A sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças. De maneira cumulativa e latente, estes últimos produzem ameaças que questionam e finalmente destroem as bases da sociedade industrial. (Beck, 1997:16).

¹⁷ Vaitsman (1994), nesse sentido, embora assumindo inteiramente a idéia da conformação de uma sociedade do tipo pós-moderna, realiza uma interessante análise das transformações ocorridas no seio da estrutura familiar brasileira ao longo das décadas de setenta e oitenta, a partir de um estudo de caso de um grupo de casais na cidade do Rio de Janeiro.

A sociedade de risco é então marcada pela incerteza, que leva à individualização como forma social e à subpolítica como forma predominante da política.

Todos são [com o aprofundamento da modernidade] pessimistas, pacifistas, idealistas e ativistas em aspectos parciais do seu ser. Entretanto, isso só significa que as clarezas atuais da política – direita e esquerda, conservador e socialista, retraimento e participação – não são mais corretas ou efetivas. (Beck, 1997:33).

Depreende-se dessas análises a questão fundamental do problema institucional que as transformações do último quarto de século colocou para as sociedades e suas conseqüências, as quais não se limitam às relações de poder, seja no âmbito do Estado, da família, das relações pessoais ou, ainda, no âmbito da relação capital – trabalho. Elas avançam sobre a questão das identidades e das transformações culturais que, segundo Giddens (1997), caminham no sentido da *destradiconalização* das sociedades ou na conformação de uma *sociedade pós-tradicional*.

Com efeito, em sua perspectiva, o autor percebe no aprofundamento da modernidade e, com o desenvolvimento do processo de globalização, o advento de uma *sociedade pós-tradicional*, verdadeiramente *global*. Nessa perspectiva, a *modernidade reflexiva* constitui o ápice de um processo de *destradiconalização* da sociedade, levado a cabo pela própria modernidade.

No âmbito do local, portanto, o avanço do modo de desenvolvimento informacional e a constituição de uma modernização reflexiva, rumo à sociedade de risco ou à sociedade pós-tradicional, ou ainda de uma sociedade pós-moderna, recria as relações sociais e de poder noutras bases, aprofundando o processo de individualização, forjando a conformação de novas identidades e, em conseqüência, novos grupos de interesses, novos espaços de poder e alterando a correlação de forças sociais. Essa nova correlação se expressa através das mudanças ocorridas nas relações entre Estado, sociedade civil e as forças do mercado, com a ascensão das últimas duas em detrimento do espaço ocupado pela primeira.

É certo que, de fato, os indivíduos estão sendo chamados a participarem mais ativamente da *política*, isto é, de assumirem seus papéis de cidadãos num mundo onde, pelo menos aparentemente, como asseverou Giddens, a escolha e a tomada de decisões tomaram conta do cotidiano das pessoas. E isso vem acontecendo no bojo de um processo de desenvolvimento de identidades baseadas em questões relativas ao gênero e ao sexo, à religião e à etnia, à ecologia e ao local, dentre outras. Nesse contexto, a força de coesão exercida pelo poder das identidades nacionais sofreu um abalo ou um retraimento, o que está associado, no caso das análises acima, a uma perda de poder relativo dos Estados-Nação e a ascensão de novos símbolos com os quais os indivíduos se identificam. No mesmo sentido e ao mesmo tempo, a instituição família patriarcal burguesa, base do Estado Moderno, caminha para a desintegração, enquanto o homem se torna mais *desterritorializado*, isto é, sem ligação afetivo-cultural com o território de nascimento, e mais globalizado, por estar ligado nas redes de computadores, onde o espaço definitivamente não conta.

Assim, o processo de individualização se encontra também relacionado ao desenvolvimento de “novas identidades” e ao fortalecimento de identidades já formatadas ao longo da história, como é o caso, por exemplo, dos grupos étnicos, da identidade feminina e de outras identidades sexuais que não as inseridas ao binômio masculino-feminino. Esse fortalecimento permite uma nova segmentação do espaço, para quem e para além do Estado-territorial – as mulheres da comunidade; o bairro onde residem predominantemente

imigrantes; a comunidade gay de um determinado município; os quilombos remanescentes; a comunidade de ecologistas da internet, etc. A ação no sentido da promoção do desenvolvimento, nesse contexto, além da requalificação da idéia de qualidade de vida, pensando aqui não apenas nos sujeitos, mas nos grupos que eles formam, significa caminhar em direção ao ideal da igualdade em meio à diversidade.

A ordenação política do espaço, em ambos os contextos – do processo de individualização e da formação de novos grupos –, sofre alterações significativas, questionando, além da ordem econômica, a ordem política burguesa, fundada na democracia representativa, fazendo surgir outros espaços de poder e, por consequência, outros espaços sobre os quais o poder de agir no sentido da promoção da melhora se coloca.

I.3 Acumulação de Capital e a Intensificação da Concorrência

Mas, o que está posto acima se assemelha mais à contraposição de dois extremos, um ponto de partida e um ponto de chegada. Nos termos de Inglehart (1997), os valores da sociedade moderna estão cedendo espaço para os valores característicos da sociedade pós-moderna; para Castells (2000), parte-se do modo de desenvolvimento industrial para o modo de desenvolvimento informacional; nos termos de Beck (1997), da sociedade industrial para a sociedade de risco; nos termos de Giddens (1997), da sociedade tradicional para a sociedade pós-tradicional.

Entre esses pontos se encontra um espectro quase infinito de possibilidades, e a localização de realidades regionais específicas torna-se praticamente impossível. Sabe-se para onde tais realidades caminharão, mas e o *como caminharão*? E por que caminharão nesse sentido e não noutro? Isto é, quando se procura resposta para a indagação concernente ao motor, por assim dizer, do processo através do qual tais transformações ocorrem, tais análises respondem dando conta ou pressupondo um processo natural: o desenvolvimento tecnológico, fruto de uma gama de fatores coincidentes nos termos de Castells, ou a *modernização autônoma ou normal* à qual se refere Beck ou mesmo a *radicalização da modernidade*, isto é, o desdobramento da atitude racional no plano social da ação do sujeito da psicanálise sobre si mesmo, de acordo com Giddens.

Numa outra perspectiva, que recupera a análise marxista da evolução do processo de trabalho, Jean Lojkin (1995), ao analisar o que chama de *A Revolução Informacional*, percebe que as mudanças substantivas rumo à automação não alteraram substantivamente o controle do capital sobre o trabalho, não introduzindo no processo de trabalho a atitude do sentir – pensar – refletir – agir, tendo aumentado apenas o grau de complexidade das tarefas executadas pelos trabalhadores. Seu argumento, que parte do conceito de evolução das forças produtivas em Marx e se desdobra para uma análise detalhada das novas tecnologias introduzidas no processo de produção, portanto, não perde de vista as categorias que marcaram a maior parte das análises sociais do século XX – capital e trabalho – e tampouco as contradições que as envolvem, ao mesmo tempo em que percebe na *revolução informacional* a construção de um mito, por um lado, e grandes possibilidades para a humanidade, por outro:

Contrariamente às loas à cotidianidade ‘sensual’, que reduzem a ação humana a uma ‘comunidade (cega?) de afetos’, as novas e imensas possibilidades de acesso e de difusão de miríades de informações colocam dois problemas maiores, a serem assumidos pela primeira vez pela humanidade: interpretar o sentido do que regula os fluxos e as massas em

todas as esferas da sociedade; [e] intervir para, por sua vez, criar sentido e dar sentido à vida cotidiana – e este problema já não constitui mais um domínio reservado apenas aos magos, escribas, padres, à *intelligentsia*, aos antigos depositários do sentido e da identidade sociais. (Lojkin, 1995:110)

Lojkin, dessa forma, também parece não perder de vista os processos de individualização e destradicionalização da sociedade acima referidos, embora pareça percebê-los dentro da própria lógica de reprodução do capitalismo enquanto modo de produção. Isto porque, ao ter como referência o processo de evolução das forças produtivas, analisa as transformações da última metade do século XX, como sendo o resultado da continuidade do aprofundamento da divisão social, regional e técnica do trabalho, levada a cabo pela concorrência intercapitalista.

David Harvey (1992), em *A Condição Pós-Moderna*, por seu turno, desenvolve a tese de que as mudanças culturais que marcaram o fim do século XX, *quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova*. Argumenta que o movimento pós-moderno surgiu da crítica às idéias de *liberdade e ordem racional*, que continuaram prevaletentes no pós-guerra e na tendência positivista explícita pelo

(...) Círculo de Viena. Enquanto o modernismo dos anos entre guerras era ‘heróico’, mas acossado pelo desastre, o modernismo universal ‘on alto’ que conseguiu hegemonia depois de 45 exibiu uma relação muito mais confortável com os centros de poder dominantes da sociedade. (Harvey, 1992:42).

Assim:

(...) antagônicas às qualidades opressivas da racionalidade técnico-burocrática de base científica manifesta nas formas corporativas e estatais monolíticas e outras formas de poder institucionalizado (incluindo as dos partidos políticos e sindicatos burocratizados), as contraculturas exploram o domínio da auto-realização individualizada por meio de uma política distintivamente ‘neo-esquerdista’ da incorporação de gestos antiautoritários e de hábitos iconoclastos (na música, no vestuário, na linguagem e no estilo de vida) e da crítica da vida cotidiana. (Harvey, 1992:44).

Esse é o fundamento ideológico do movimento de 1968, sobretudo em Paris, mas também em Chicago, Praga, Cidade do México, Madri, Tóquio, Berlim e Rio de Janeiro.¹⁸ Procedeu-se, então, uma vigorosa crítica, no âmbito da filosofia, da razão abstrata e a *todo projeto que buscasse a emancipação humana universal pela mobilização das forças da tecnologia, da ciência e da razão* (Harvey, 1992:47).

¹⁸ Vaitsman (1994), na análise supra citada, referente às transformações no ambiente familiar carioca, coloca os movimentos da *contracultura* como um de seus primeiros passos. Ademais, não são poucos os trabalhos de cientistas sociais brasileiros que põem em evidência a importância desse momento de radicalização da crítica cultural no Brasil e suas conseqüências nos planos cultural e político.

Interessante, contudo, é notar, a partir do argumento do autor, que, da mesma forma que o movimento chamado de *modernismo*, que se desenvolveu no período pós-1848, a partir de uma reação às então novas condições de produção, circulação e consumo, e não delas foi pioneiro e determinante; o chamado *pós-modernismo* surge da crítica aos mitos da racionalidade e da burocracia. Contudo, ambos são novamente envolvidos na trama da sociedade que lhes empresta o significado: *o pós-modernismo não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado*. (Harvey, 1992:65).

Mas, o que para Harvey se mostra substantivamente novo na ordem social contemporânea? É a percepção da relação entre tempo e espaço. Isto é, as mudanças tecnológicas imprimidas aos processos de produção e circulação de mercadorias pela concorrência intercapitalista, no sentido da valorização do capital – a ânsia de se buscar, no menor tempo e à maior taxa possível, a valorização do capital inicialmente investido, vem possibilitando e ao mesmo tempo fazendo com que haja uma incrível racionalização do uso do espaço e do tempo. Tal racionalização implica a compressão da relação tempo-espaço e a conseqüente diminuição da fricção existente entre esses dois elementos. *Em suma, testemunhamos outra difícil rodada do processo de aniquilação do espaço por meio do tempo que sempre esteve no centro da dinâmica do capitalismo* (Harvey, 1992:264).¹⁹

As mudanças tecnológicas acima aludidas, então, provocam a abertura de novos mercados, como os de serviços e a reconstrução dos já existentes, como os de alimentação, tornando-os mercados de massa, em contraposição aos mercados de elite. Isto consubstancia o processo de aprofundamento da divisão social, técnica e regional do trabalho que marca a dinâmica do capitalismo, cujas conseqüências contemporâneas se apresentam no *acentuar [d]a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas [e na] ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade (...) e da descartabilidade*. (Ídem, pág. 258).

Ao mesmo tempo, esse processo altera as correlações de poder existentes na sociedade. Nas palavras do autor:

(...) a hegemonia ideológica e política em toda sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social. Por essa razão, as materializações e significados atribuídos ao dinheiro, ao tempo e ao espaço têm uma grande importância no tocante à manutenção do poder político. (...) Essa questão geral envolve uma outra: considerar como práticas e ‘discursos’ temporais e espaciais bem estabelecidos são ‘usados’ e ‘trabalhados’ na ação social. (Harvey, 1992:207, 208).

Aqui, paralelamente aos processos de poder relacionados ao domínio do econômico, o autor ressalta sua correspondência com a manutenção do poder político, o que, na pós-modernidade, assume a característica do controle sobre a possibilidade de *se construírem novos sistemas de signos e imagens* – o desenvolvimento local, por exemplo, além de produtos, corporações, governos, empresas, organizações, pessoas – os quais acabam por se tornar, em si mesmos, mercadorias. O novo então surge na esteira do velho essencial que permanece: a lógica de reprodução da sociedade capitalista.

¹⁹ “Economia de tempo, [diz Marx] a isso se resume em última instância toda economia”. (Apud Harvey, 1992:208)

O que está posto acima fornece, assim, uma pista para que se entenda, na sociedade atual, o que move a evolução das forças produtivas e acaba por promover o aprofundamento da divisão social, regional e técnica do trabalho. Isso porque, como foi visto, o último quartel do século XX foi marcado por profundas transformações políticas, econômicas, societárias e culturais, nas quais as introduções de novas tecnologias estão relacionadas com o transbordar da ordem eurocêntrica, vale dizer, a modernidade e a uma nova onda de *globalização*, que põe em evidência o conflito global x local em todos os cantos do planeta.

Então, o mesmo processo de individualização e de constituição e fortalecimento daquelas identidades pode também ser visto a partir da crítica cultural do capitalismo e da ordem estética que ele engendra, crítica essa que, no momento seguinte, acaba por contribuir para a abertura de novos mercados, criação de novos bens e mudanças na organização dos processos de produção. O momento presente, então, não seria mais do que o aprofundamento da dinâmica capitalista, que segmenta o espaço, de modo que se constituam novas necessidades. Por exemplo, já não basta mais que na casa das pessoas exista apenas uma televisão, apenas um telefone ou apenas um automóvel: cada membro da família, no limite, tende a construir seu próprio espaço, num movimento ao mesmo tempo consoante com o processo de individualização e com o processo de acumulação de capital e a intensificação da concorrência intercapitalista.

O aprofundamento da dinâmica capitalista também segmenta o tempo no mesmo sentido. Tempo de ir à academia; de ir ao trabalho; de ir ao psicólogo; tempo de se alimentar; tempo de estar com os filhos; de fazer caminhada, etc. e, para cada um desses “tempos” existe o material ou o equipamento necessário, os quais são escolhidos em meio a uma diversidade de oferta que chega a ser assombrosa. E cada uma das novas identidades cria o seu estilo próprio, combinando o que está à venda no mercado, além da possibilidade do charme de se produzir para o autoconsumo, como uma pulseira, a roupa que veste, seu próprio alimento, etc., mas com insumos também encontrados no próprio mercado. As novas identidades, assim, se alimentam da diversidade da oferta no mercado que, por sua vez, alimenta o forjar de novos estilos que, em última instância, alcança a própria pessoa, no seu desejo simultâneo de se integrar e se diferenciar.²⁰

Mas existe uma dimensão desse processo que vem sendo evidenciada por autores que têm a construção social do espaço como objeto de estudo privilegiado. Essa dimensão é a do urbano que surge na nova fase de expansão do capitalismo. Isto é, a segmentação do espaço e do tempo como visto acima se expressa também no “*novo urbano*” que se desenvolve principalmente com a rápida internacionalização da indústria financeira (Sassen, 1993). E esse “*novo urbano*”, essa “*nova cidade*”, torna-se o espaço privilegiado para acomodar o sujeito no seu processo de individualização e os novos grupos sociais que surgem. Isto porque, em lugar de “*cidades*” e “*campos*” circunscritos a uma lógica territorial definida no âmbito dos Estados Nacionais, passamos a ter redes de pontos hierarquizados no espaço geográfico (urbanos por excelência), cujos elos principais são dados pela centralidade da oferta de serviços financeiros e adjacentes.²¹ Essa centralidade, por um lado, se assenta na dualidade entre dispersão geográfica das atividades econômicas e a necessidade das funções de gerenciamento e financiamento dessas atividades descentralizadas (Sassen, 1993). Por outro lado, desencadeia uma competição entre aqueles pontos no espaço, entre cidades, que recorta o espaço,

²⁰ A proposição de que as pessoas buscam se integrar e, ao mesmo tempo, se diferenciar, se deve às contribuições de Norbert Elias, conforme será visto no Capítulo 7.

²¹ De acordo com Sassen (1993:198), “o crescimento na rede das cidades globais não contribui necessariamente para o crescimento das nações”. Contraditoriamente, o crescimento das cidades globais tem se sustentado nos déficits públicos. Ver a esse respeito, além de Sassen (1993), Oliveira (2006).

provocando, parafraseando Oliveira (2006:47), *uma espécie de 'balcanização' das regiões*.²² E em todo mundo, inclusive no Brasil, *as cidades e o poder local emergem como protagonistas crescentemente importantes*. (Araújo, 2000:26).

Em contraste com a perspectiva da cidade global, que tem como uma de suas expoentes Saskia Sassen, é importante fazer referência à perspectiva da “metrópole industrial pós-fordista”, que privilegia as interdependências locais e as relações cidade-região. Nessa perspectiva, não é o sistema financeiro e seus serviços adjacentes, mas sim a indústria que (...) *comanda o intenso processo de reorganização do espaço (ou da economia geopolítica do espaço urbano)*. (Monte-Mór, 2006:79). No Capítulo V veremos que uma parte das contribuições teóricas que impactam as discussões sobre desenvolvimento local, principalmente aquelas que estabelecem uma relação direta entre condições institucionais, inovações e desenvolvimento local, como as de cunho neo-schumpeteriano, por exemplo, estão associadas a essa perspectiva da “metrópole industrial pós-fordista”.

A perspectiva da cidade global se integra ao argumento que desenvolvemos neste estudo, o qual se fundamenta numa leitura da história a partir das contribuições de F. Braudel, analisadas no Capítulo III. Além do caráter eminentemente financeiro da atual fase do capitalismo, é importante aqui pontuar o fato de que o desenvolvimento local se expressa em “novas territorialidades”, que surgem a partir do acirramento da disputa pelo capital circulante, levada pelos habitantes do antimercado nos níveis local, regional, nacional e global. Essa perspectiva, em termos das discussões sobre desenvolvimento local, se coaduna com contribuições, por exemplo, de Francisco de Oliveira (2002; 2006) e Tânia Bacelar de Araújo.(2000; 2005), como visto acima e às quais faremos referência no Capítulo IV.

No bojo desta leitura, no entanto, existe implícito o fato de que a dinâmica capitalista engendra o aprofundamento da divisão social, técnica e regional do trabalho, por um lado e, por outro, alimenta o processo de exclusão social, justamente por sua natureza concentradora de poder, renda e riqueza. Assim, na medida em que a competição capitalista se intensifica, aumentam as dificuldades para a maior parte das famílias e pessoas acessarem os bens e serviços de que necessitam para sobreviver. Passam, então, a dispensar grande parte dos seus respectivos tempos para fazer com que a renda auferida no período anterior seja no mínimo igual àquela que irão auferir no período presente, deixando, por exemplo, de se alimentar em casa e liberando o trabalho feminino, ao mesmo tempo em que lutam para melhorar a qualidade das relações que mantêm com o mercado, alterando ou fortalecendo laços com pessoas e instituições e “investindo” em suas capacidades pessoais de trabalho.

Esse aumento das dificuldades também ocorre para aqueles que dependem do acesso direto aos recursos naturais para sobreviver, como os agricultores familiares, por exemplo. Aqui, o aumento do preço da terra e de sua renda pertinente se atrela à diversificação das estruturas de consumo e ao processo de minifundização, dada a reprodução dos grupos familiares, entre outros fatores, para precarizar ainda mais as formas de vida e sobrevivência dessas pessoas. Dessa forma, num quadro de intensas mudanças tecnológicas e de precarização das relações de trabalho, motivado pela reorganização produtiva, a luta pela ocupação de novos espaços de poder que estão surgindo – em grande medida *espaços locais*, essa situação se torna mais aguda para, nos termos de Braudel (1987), os que habitam a camada da vida material.²³ O mesmo acontece no que respeita aos habitantes da camada do mercado, fazendo disseminar um tipo específico de incerteza, diferente daquela preconizada por Giddens e por Beck: a incerteza frente à disputa por mercados.

²² Para uma análise da evolução das teorias urbanas, ver Monte-Mór (2006).

²³ Esse autor percebe a estrutura social a partir de três camadas: a camada do antimercado, a camada do mercado e a camada da vida material. Voltaremos a esse ponto no Capítulo 3.

I.4 Desenvolvimento e a Ascensão Política do Projeto Liberal-Conservador

Neste tópico, vamos destacar a mudança nas formas de se pensar o desenvolvimento nos últimos 30 anos, quando ocorreu a evolução da problemática relativa ao desenvolvimento local. Essa problemática surge enquanto tendência geral, como alternativa às políticas nacionais de desenvolvimento, num contexto de perda relativa da capacidade dos Estados-Nação de interferir sobre os processos sociais e econômicos; de ampliação dos sentidos da melhora atribuídos aos processos de desenvolvimento; e de ascensão do projeto liberal conservador. A seguir, esses três aspectos serão analisados separadamente.

I.4.1 Intervenção estatal e desenvolvimento

O desenvolvimento acrescido do adjetivo “econômico” ocupou um lugar significativo nas ações dos governos nacionais nos trinta anos que sucederam o fim da Segunda Grande Guerra, sobretudo com base na literatura inserida nos limites do que se convencionou chamar de economia do desenvolvimento, com destaque para o keynesianismo.²⁴ A partir de então, a economia mundial reduziu significativamente sua marcha e, em meio ao novo estado de coisas que se seguiu, o termo *local*, em muitas situações, tomou o lugar do *econômico* nas discussões sobre desenvolvimento, muitas vezes acrescido de outros adjetivos, como *sustentável*, por exemplo. Como isso ocorreu; o que de fato encontra-se por detrás de tal mudança; e quais suas implicações são questões que ainda estão por ser totalmente respondidas.

Em meio a essas questões, existe uma que também é intrigante: ao longo daqueles trinta anos, os Estados-Nação se valeram de uma estrutura relativamente pesada de planejamento e de instrumentos de política e de estratégias que, pelo menos à primeira vista, contribuíram eficazmente para a promoção do desenvolvimento ou o que por ele se entendia. No momento posterior e na maior parte dos países, essas estruturas de planejamento foram desmanteladas e os instrumentais de política foram postos de lado, sob o argumento de que são ineficazes ou que provocam distúrbios muito maiores do que os problemas que procuram solucionar.²⁵ Mesmo assim, e a despeito desses argumentos, que assumiram uma forma contrária à intervenção estatal, cabe a seguinte pergunta: por que as estratégias utilizadas para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento deixaram de funcionar?

Embora o adjetivo *econômico* tenha perdido seu lugar de destaque no âmbito das representações acerca do desenvolvimento, pensar nesse aspecto da vida social, isto é, na relação entre economia e desenvolvimento, implica admitir que, em grande medida, para fazer uso de uma expressão de Hirschman, *desenvolver significa também crescer e distribuir* (Hirschman, 1996).²⁶ Crescer significa dizer que o *carro* se encontra em movimento; significa agregar valor; utilizar mais eficazmente os recursos disponíveis para a produção de bens e serviços de que as pessoas e as comunidades necessitam; significa o aprofundamento da divisão do trabalho e o aumento dos limites das redes mercantis, quando os seus participantes

²⁴ Para uma análise do enfoque keynesiano aplicado ao desenvolvimento regional, ver Diniz e Crocco (2006).

²⁵ De acordo com Araujo (2000:22), “A crise abre a discussão de novos rumos a seguir, enquanto o planejamento (que exige projeto, visão de médio prazo) é desmontado, cedendo espaço para a gerência da crise.” Em relação ao planejamento regional e especificamente para o caso do Brasil, ainda segundo essa autora, “o fato é a vitória nas urnas do projeto neoliberal do Presidente Collor. A política econômica permanece escrava do curto prazo e da busca da estabilização. (...) Para além do curto prazo, as ações são mais de destruição que de construção. O desmonte do setor público avança atingindo também o aparato de produção de ciência e tecnologia essencialmente público no Brasil, e construído ao longo de muitos anos, a duras penas.” (Araújo, 2000:23).

²⁶ Ver também Wilber. & Francis (1988).

se tornam mais especializados e, portanto, mais eficientes para se aproveitarem da maior eficiência de seus parceiros, nos processos de troca. Significa, assim, o aumento da renda local, regional ou nacional e, ao mesmo tempo, da renda de cada um de seus habitantes.

Distribuir, por sua vez, significa criar condições para que, de maneira equânime, esses habitantes tenham dignamente acesso ao valor adicionado; à riqueza socialmente produzida. Significa fazer com que a maior eficiência sistêmica se transforme em benefícios para todos que dele – do sistema local, regional, nacional ou global – participam, possibilitando que as perspectivas positivas que o crescimento traz possam ser efetivamente as perspectivas de todos, fazendo aqui alusão ao que aquele autor chamou de *efeito túnel: quando as pessoas vêem que a fila do lado está andando, cultivam a esperança de que a delas logo andar também*. (Hirschman, 2000).

Que estratégias eram aquelas? O planejamento das ações governamentais, particularmente no que dizia respeito ao manejo de seus gastos, para a manutenção da demanda agregada em nível elevado e fazendo com que o nível de emprego se aproximasse do pleno-emprego; e o planejamento para o atendimento de demandas sociais, que vão desde a diminuição das incertezas que pairam sobre o ambiente privado dos negócios, até o equacionamento de déficits nas áreas de infra-estrutura, alimentação, saúde, educação, lazer e segurança. Constituiu-se, portanto, numa fórmula que associava crescimento econômico com distribuição de riquezas, o que acabou por proporcionar uma relativa estabilidade política interna aos países do então bloco capitalista.

Houve aqui uma espécie de externalização do conflito, isto é, da instabilidade política inerente às sociedades capitalistas, consubstanciado na contraposição capitalismo versus comunismo. Isto fez com que os gastos militares se tornassem um importante elemento dinamizador do desenvolvimento, o que ocorreu em função dos seus desdobramentos em termos tecnológicos e dos seus efeitos multiplicadores de renda e novos investimentos privados e públicos (Castro, 1979).

Desenvolvimento, nesse contexto, tomou a forma de inovações e avanços tecnológicos, associados ao crescimento da renda per capita, e acrescido do acesso a serviços básicos fundamentais, chamados pelos economistas de bens públicos puros ou quase-puros, como a educação e saúde. Além disso, a referência fundamental era o estágio alcançado por alguns países onde a introdução de inovações e a promoção do avanço tecnológico acontecia, bem como o acesso aos serviços básicos pela maior parte da população. Esses países eram então designados como desenvolvidos, de modo que desenvolver significava, do ponto de vista dos países não desenvolvidos, a busca incessante de uma condição de *emparelhamento* com os primeiros.

Pressupunha-se portanto uma uniformização de *modos de ser e de funcionar para as pessoas*, para utilizar uma expressão de Amartya Sen (Sen, 2000), desconsiderando aquilo que posteriormente Maluf (2001:75) chamou de desigualdade derivada da diversidade (*cultural, institucional, humana e natural*), isto é, a *desigualdade em um sentido qualitativo*. Esse pressuposto possuía a função de colocar num futuro imaginável a solução dos problemas relacionados à pobreza e, portanto, relacionados à fome, à saúde, à educação, etc. Existia pobreza, mas não havia pobreza de perspectivas.

Pressupunha-se também que a forma de organização e funcionamento do Estado-Nação - a democracia representativa, por um lado, havia equacionado satisfatoriamente as disputas internas pelo poder. Organizada a partir do *direito estatal-territorial* (Santos, 2000), a democracia representativa articulava cidadãos auto-interessados e maximização do interesse coletivo, via ação do Estado e das forças de mercado. Do ponto de vista político, isso ocorreria por meio do sistema de eleições e ocupação de cargos públicos, orientada pelo

sistema de mérito; e, do ponto de vista econômico, por meio do mercado e suas escalas de preferências. Em outras palavras, pressupunha-se uma articulação entre democracia representativa, base para a intervenção estatal e eficiência dos mercados, o que colocava uma tarefa para os países tidos como não desenvolvidos: a tarefa do aprimoramento institucional, no sentido da construção de instituições democráticas inerentes ao Estado liberal.

O desenvolvimento, então, estava também relacionado a esse processo de aprimoramento institucional. No âmbito do Estado, ele permitiria a fluidez de interesses dos diversos grupos sociais e a escolha democrática do conjunto deles que pautariam a ação do Estado, no sentido da maximização do interesse coletivo. No âmbito do mercado, o aprimoramento institucional permitiria a livre ação das forças de mercado - de oferta e procura e, portanto, uma maior eficiência alocativa e distributiva. A democracia representativa constituía-se portanto num elemento fundamental do desenvolvimento. O processo de aprimoramento institucional era, dessa forma, visto como uma pré-condição para o estabelecimento de uma dinâmica tecnológica e inovativa, base para o crescimento econômico e para o estabelecimento de mecanismos democráticos de distribuição da riqueza social, base do Estado do Bem-Estar Social e também da existência de perspectivas promissoras no horizonte dos países não desenvolvidos.

A democracia representativa, por outro lado, do ponto de vista da social-democracia, valendo-me aqui de Przeworsky (1991), representava a conquista relativa à possibilidade de se transformar o sistema a partir de dentro, valendo-se das instituições políticas burguesas como alternativa às propostas de ruptura política, já que as condições políticas para tanto inexistiam. Nesse contexto, o Estado era visto como um agente do processo de acumulação de capital em busca de legitimação política e o desenvolvimento como a conquista de direitos e vantagens sociais para a classe trabalhadora, na sua luta contra a classe capitalista, no interior da ordem burguesa. Algo que caminharia rumo ao socialismo - uma maior distribuição da riqueza social, por meio da participação dos partidos de esquerda nas instituições democráticas burguesas, sem que a propriedade privada dos meios de produção fosse de fato eliminada.

Essa espécie de consenso político em torno da intervenção estatal, pelo manejo dos gastos públicos, foi alcançada, nos países chamados de subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina, não por meio da democracia representativa, mas sim por meio da ideologia desenvolvimentista. Nesses países, especialmente no Brasil, o desenvolvimentismo foi o elo que fazia convergir posições políticas tanto à esquerda quanto à direita para o apoio intervencionista que, diferentemente do que ocorria no mundo desenvolvido, objetivavam a construção de infra-estrutura e a internalização da base da estrutura industrial, num vigoroso processo de substituição de importações, comandado pelo Estado e fundado nas análises realizadas no contexto da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina (Bielschowsky, 1988).

Muitas são as interpretações que procuram dar conta do motivo pelo qual esse consenso político se rompeu, seja nos países onde a democracia representativa imperava e parece ainda continuar imperando, seja nos países onde prevaleceu a força da ideologia desenvolvimentista. Essas interpretações, contudo, não são objeto do presente estudo. Importa reter do exposto que esses processos de rompimento aconteceram concomitantemente à perda da capacidade intervencionista do Estado o que, por sua vez, decretou a debilitação das práticas estatais-desenvolvimentistas no segundo grupo de países e, no que diz respeito aos primeiros, comprometeu seriamente o funcionamento dos Estados do Bem-Estar Social, quando a pobreza de perspectivas se instalou.

I.4.2 Ampliação dos sentidos da melhora

De qualquer forma, isso implicou o surgimento de um vácuo no que diz respeito às questões relacionadas ao desenvolvimento, que aos poucos começou a ser preenchido com problemáticas sociais, políticas, ambientais e culturais, além das econômicas, polarizadas na dicotomia global - local e não mais centradas no nacional - regional. Essas problemáticas fizeram aflorar críticas diversas²⁷ e, segundo o nosso entender, acabaram por trazer também para o âmbito do local os problemas relacionados ao desenvolvimento. Como isso ocorreu?

O conflito político inerente às sociedades capitalistas, vale dizer, em relação à produção, à distribuição e ao consumo da riqueza social, foi então reinternalizado e, ao mesmo tempo, passou a se apresentar de forma cada vez mais descentralizada e diversificada: na verdade, mais amplificada. Diversificada porque novos atores políticos surgiram, cuja ação política passou a estar associada a novas identidades, que não as identidades nacionais, de grupos específicos, como os ambientalistas, os gays, os negros, as mulheres, os neonazistas, os migrantes. Descentralizada porque as questões que passaram a ser colocadas e que passaram a dividir espaço - espaço político com as já postas pelos sindicatos, associações profissionais e partidos políticos – se concretizam no local, onde se encontram as pessoas de fato. Isto é, em pontos difusos no espaço e que passaram a ter como referência em parte o espaço já territorialmente organizado, sobretudo o Estado no âmbito municipal, mas não necessariamente a ele se circunscrever, com o surgimento de novas territorialidades. Amplificou-se, portanto, o conflito com as pessoas e os grupos reconhecendo os seus próprios direitos de *ser e de funcionar* de maneira igualitária, demandando igualdade em meio à diversidade.

A problemática relativa ao desenvolvimento, então, assumiu novos contornos, relacionados à mudança nos padrões de produção e consumo; à democracia, não mais a representativa, mas aquela que pleiteia a igualdade na diversidade; e ao local, como espaço privilegiado para a ação, ação política para a promoção do desenvolvimento, para além das ações emanadas do poder político estatal-territorial.

Isso ocorreu concomitantemente com a nova configuração da qual os Estados-Nação passaram a fazer parte, o que lhes restringiu a capacidade de exercer autonomamente o controle sobre a moeda nacional e, em consequência, de praticar políticas monetária, fiscal, social e de promoção do desenvolvimento (Fiori, 1999). Ao longo dos anos 1980 e 1990, as ações do Estado, em todos os níveis de governo, passaram a estar condicionadas às fontes de recursos no âmbito de agências de fomento internacionais (Banco Mundial, Organização das Nações Unidas, Países mais desenvolvidos - PPG7, etc.); e programas nacionais e estaduais para os quais existam recursos, de acordo com o nível de governo que se considera. Os recursos oriundos da tributação passaram a estar quase que completamente comprometidos com o pagamento das dívidas públicas e com o funcionamento da máquina administrativa e a provisão de serviços essenciais, em evidente processo de deterioração, como segurança e manutenção de infra-estrutura já instalada, e os recursos destinados a políticas de desenvolvimento ficaram seriamente comprometidos (Riani, 2002).

²⁷ Por exemplo: aos padrões de produção e consumo do mundo capitalista (Seitz, 1990); à tendência imanente dessa forma de organização social da produção de provocar a desigualdade social; relacionadas à diversidade de interesses dos grupos sociais, não necessariamente alinhados com os dos Estados-Nação (Castells, 2000); à democracia representativa e aos problemas de eficiência alocativa que ela coloca (Przeworsky, 1995); ao keynesianismo e às práticas de intervenção estatal (Barro, 1992); às formas de organização social e política dos países pobres (Campos, 1998), etc.

Contudo, as questões embutidas na problemática relativa ao desenvolvimento que caracterizou o período anterior não desapareceram. Ao contrário, tenderam a se tornar mais agudas do que nunca, pois que a fome e a dificuldade de acesso a alimentos e a serviços básicos aumentou para um grande número de pessoas no mundo inteiro, ao mesmo tempo em que as formas de produção em geral e de alimentos para as populações mais pobres em particular passou a estar relacionada com a degradação ambiental e com a prevalência de instituições sociais e políticas arcaicas, isto é, com a ineficiência, distantes que estavam do funcionamento livre dos mercados.

I.4.3 A Ascensão política do projeto liberal-conservador

De um ponto de vista das correntes de pensamento que se tornaram hegemônicas a partir do fim dos anos 1970, o que se convencionou chamar de neoliberal, o que está posto acima deve ser colocado de forma mais incisiva, no sentido de que a importância relativa da democracia representativa diminuiu e a do funcionamento livre dos mercados aumentou:

(...) é que o mercado aloca recursos para todos os usos mais eficientemente do que as instituições políticas. O processo democrático é defeituoso e o Estado é uma fonte de ineficiência. O Estado sequer precisa fazer qualquer coisa para que as ineficiências ocorram: basta a mera possibilidade de que possa vir a fazer qualquer coisa. (Przeworsky, 1995:26).

Esse tipo de percepção passou então a orientar a ação dos Estados-Nação, realizando privatizações e desregulamentando os mercados, num contexto em que a uniformização das *formas de ser e funcionar* assumiram um caráter extremo, de modo que *A política é vista como basicamente a mesma em qualquer lugar* (Przeworsky, 1975:27). Se ela é a mesma em qualquer lugar, parafraseando Santos (2000), é o mesmo que dizer que ela não existe em lugar nenhum. Decretou-se, então, o *fim da política*, o *fim da ideologia* e o *fim da história* (Bobbio, 2000), e o Estado passou a assumir o caráter de *regulador* das ações de agentes econômicos que agem auto-interessadamente, num contexto em que não há lugar para o espírito público, uma vez que os agentes que agem através da ocupação de cargos públicos o fazem invariavelmente buscando o interesse próprio (Przeworsky, 1995:27).

Não há também lugar no seio dessa interpretação que se tornou hegemônica para discussões que envolvam os problemas colocados pelo desenvolvimento, seja essa problemática oriunda do contexto dos *anos dourados*, seja ela oriunda da complexidade dos fenômenos sociais, ambientais, políticos, econômicos ou ainda culturais que afloraram nos últimos trinta anos, desde 1968, para utilizar um marco proposto por Castells (2000). A resposta que é dada a esse conjunto de questões, nesse contexto mais ideológico do que teórico, é na verdade uma aposta: que as sociedades se organizem dessa forma, isto é, deixem seus mercados funcionarem livremente e não abafem a ação dos indivíduos no sentido do atendimento de seus interesses próprios, que a prosperidade os alcançará. A versão mais recente dessa proposição teórica encontra-se no que vem se convencendo chamar de *Teoria da Convergência*, a qual apregoa a tendência histórica de equalização das taxas anuais de crescimento dos países, sugerindo que no longo prazo o mesmo acontecerá em relação às realidades sócio-econômicas de todos os países (Ferreira, s/d). No mesmo sentido, ao responder à questão *por que somos tão ricos e eles tão pobres*, Jones (2000:145) afirma ter demonstrado

(...) o importante papel desempenhado pelas leis, pelas políticas do governo e pelas instituições. Essa infra-estrutura forma um ambiente econômico em que as pessoas produzem e transacionam. Se a infra-estrutura de uma economia favorece a produção e o investimento, a economia prospera. Mas, se a infra-estrutura favorece o desvio em vez da produção, as conseqüências podem ser prejudiciais. (...) A corrupção, o suborno, o roubo e a expropriação podem reduzir drasticamente os incentivos ao investimento na economia, com efeitos devastadores sobre a renda. A tributação, a regulamentação, os litígios e *lobbies* são exemplos menos drásticos de desvios que afetam os investimentos de todos os tipos, até nas economias avançadas. Obviamente, os países avançados são avançados justamente porque encontraram meios de limitar a extensão do desvio em suas economias. (grifos nossos)

O condicionante do aprimoramento institucional nos processos de desenvolvimento, já presente quando da hegemonia das posturas políticas intervencionistas, assume aqui força total. As estratégias de emparelhamento, por seu turno, que antes possuíam um caráter eminentemente econômico, isto é, subsidiavam ações concretas dos Estados-Nação no aprimoramento das condições de infra-estrutura, indústria de base, etc., para romper obstáculos econômicos estruturais que diferenciavam, em termos de nível de renda per capita, os países desenvolvidos dos não desenvolvidos, agora passam a conter, de forma mais impositiva, um caráter eminentemente político: o emparelhamento político-institucional.

A despeito da crítica neoliberal, procurando reafirmar a máxima do *Estado Mínimo* e das discussões que ainda continuam em aberto em torno das questões que essa corrente de pensamento coloca,²⁸ paulatinamente, ao longo dos anos 1980 e 1990, a problemática relativa ao desenvolvimento local / global foi tomando conta dos debates em torno do desenvolvimento. Assim, em meio a uma estranha forma de integração, a disputa em torno das representações acerca do desenvolvimento passou a se encontrar, como já foi dito, de forma privilegiada, para além e para aquém dos Estados-Nação. No primeiro, a disputa se instalou principalmente nas agências supranacionais de financiamento e regulação, como o Banco Mundial, a OMC - Organização Mundial do Comércio, o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Grupo dos países mais desenvolvidos do mundo e aquele que discute as questões relacionadas com o aquecimento global. E, para aquém do Estado-Nação, a disputa se instalou também no âmbito do local, reconhecendo, mas até certo ponto, os limites dos Estados territoriais municipais e de sua capacidade de ação.

Em síntese, o diagnóstico neoliberal aponta o endividamento público, a inibição da concorrência e as transferências de renda dos proprietários do capital para os trabalhadores, via ganhos salariais sem correspondência com aumentos de produtividade e via programas assistencialistas, como os elementos que promoviam o império da ineficiência e do corporativismo, provocando o aumento generalizado dos preços e o desvio dos recursos de capital da esfera produtiva para a esfera especulativa. Em uma ou duas palavras: estagflação ou inflação com desemprego. Assim, as lideranças políticas defensoras dos princípios neoliberais levaram os Estados Nacionais, de uma maneira generalizada, a praticarem políticas de privatização, de abertura comercial, desregulamentação de seus mercados de trabalho e esfacelamento de suas estruturas de planejamento e assistência social, que tanto caracterizaram os pós Segunda Guerra Mundial (Hobsbawn, 1995; Batista, 1994).

²⁸ Ver Przeworsky (1995). De acordo com esse autor, as questões deixadas em aberto e que relacionam democracia e eficiência são relativas às escalas de preferências, à competição política, à representação de interesses e à autonomia do Estado.

Os países então considerados “em desenvolvimento”, como o Brasil, tiveram sua dependência tecnológica e financeira em relação ao capital financeiro internacional aprofundada e sua “autonomia” em relação à prática do planejamento para a promoção do desenvolvimento seriamente afetada. Nesse quadro, de acordo com a concepção política hegemônica, os desequilíbrios interno e externo seriam corrigidos com a eliminação dos desajustes fiscais do Estado e a desregulamentação e abertura do mercado de capitais nacional, enquanto que a questão relativa ao desenvolvimento passou a ser vista em dois sentidos.

Por um lado, do ponto de vista dessa perspectiva, um ajuste institucional no âmbito do Estado, em todos os seus níveis, era necessário para incrementar a qualidade dos serviços públicos e a concorrência na oferta de bens e serviços que antes eram ofertados sob o monopólio do Estado. Desse modo, intentou-se retirar o caráter produtivista do Estado de então, imputando-lhe a função reguladora dos conflitos entre consumidores e concessionárias, que passaram a operar na oferta dos bens e serviços privatizados. Por outro lado, a promoção do desenvolvimento passou a ser vista a partir do incremento da produtividade dos fatores de produção, que se daria a partir das forças de oferta e procura em um mercado de competição aberta (Batista, 1994). Especificamente no caso do Brasil, principalmente nos anos 90, verifica-se uma drástica mudança nos rumos da política pública, que passou a ter como objetivos principais o controle do processo inflacionário e o equilíbrio externo (Kon, 2002; Baer et al, 2002). Essa mudança foi acompanhada de ações no sentido da implementação de uma profunda reforma institucional, contida no Projeto de Reforma do Estado do Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995 (MARE, 1995).

Essa ascensão política do projeto liberal-conservador ou neoliberal, por outro lado, como que empurrou os projetos políticos concorrentes – o liberal-democrata e o social-democrata – para a atuação nos níveis supranacionais, a exemplo do Fórum Social Mundial, e para a atuação nos níveis subnacionais, quando o local assumiu lugar de destaque para ações visando à promoção do desenvolvimento. Esse contexto motivou o surgimento de novos atores, como as ONGs, a formação de redes perpassando atores locais, regionais, nacionais e internacionais, estatais e não estatais e uma miríade de experiências locais de desenvolvimento. Além disto, o fato desses projetos se caracterizarem pela proposição de ações pró-desenvolvimentistas, que vão muito além da adequação institucional para o funcionamento “mais livre” dos mecanismos de mercado, fez com que eles se deparassem com uma realidade, nos planos locais, que não se encaixava muito bem nos esquemas teóricos existentes nos anos pós-guerra. Posto o que vimos acima, esse tema passará a ser abordado a partir do capítulo seguinte.

Procuramos demonstrar neste Capítulo que a análise das transformações recentes, relacionadas ao processo de individualização que se encontra em curso; a formação de novas identidades; a intensificação da concorrência intercapitalista; e a ascensão política do projeto liberal-conservador aumentaram o grau de incerteza prevalecente no sistema. Isso ocorreu tanto do ponto de vista dos processos de reprodução social, quanto dos processos de regulação social. Segundo o nosso ponto de vista, essas transformações fazem com que as preocupações sobre desenvolvimento caminhem em direção ao que se encontra mais perto, fortalecendo a idéia de local, em contraposição ao que se encontra mais distante – o regional, o nacional ou ainda o global.

Do ponto de vista dos processos de regulação social, as instituições prevalecentes no período anterior caducaram, seja por conta da maior afirmação política de grupos sociais que não encontravam espaços para a manifestação de seus interesses, seja por conta da maior afirmação e diferenciação do indivíduo em relação aos grupos sociais dos quais participam. Do ponto de vista dos processos de reprodução social, a disputa pelas oportunidades de poder

se acirrou, com efeitos importantes sobre os espaços de poder nos planos subnacionais, como a expressão do Estado no âmbito municipal e o fato de terem ficado em evidência outras formas de reprodução social, que não aquelas centradas nos mecanismos de mercado. Assim, a generalização do sentimento de incerteza possui dois aspectos importantes: o aspecto institucional e o aspecto relacionado às condições de reprodução da vida social.

Em termos de desenvolvimento, o que fica em evidência é o sentido das próprias possibilidades de melhora com relação às questões colocadas para o desenvolvimento. Nesse contexto está implícita a ampliação dos sentidos da melhora contidos na idéia de desenvolvimento; o deslocamento da territorialidade privilegiada para se pensar o desenvolvimento; e o fato de que as transformações recentes como que “turvaram” o horizonte em relação às possibilidades de melhora. Esse fenômeno, por si só, segundo o nosso ponto de vista, evoca o sentido de proximidade contido na idéia de “local” e faz com que se evidenciem os processos históricos nesse âmbito da realidade, visando a transformá-los em processos de desenvolvimento. Desse contexto, deve ser destacado o sujeito que ressurgiu com o processo de individualização em curso, bem como os grupos sociais, que ficam em evidência, com o ressurgimento e conformação de “novas” identidades.

As transformações recentes, além disto, também comprometeram a capacidade das teorias do desenvolvimento que prevaleciam no pós-guerra de compreender a realidade e subsidiar a formulação de estratégias de desenvolvimento por parte dos projetos políticos que nelas se apoiavam. Esse tema será discutido nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II – REGULAÇÃO SOCIAL E PADRÕES INSTITUCIONAIS

II.1 Introdução

O esforço que estamos realizando é no sentido de procurar demonstrar que a realidade social se ampliou a partir das transformações que ocorreram ao longo da última metade do século XX. Segundo nossa perspectiva, o deslocamento da territorialidade na qual se pensa de forma privilegiada o desenvolvimento, como também a ampliação dos sentidos de melhora, fez com que muito da capacidade explicativa dos processos históricos, inerentes às teorias do desenvolvimento dos anos 1950/1980, se perdesse.

Uma das impressões que se tem sobre o conjunto das mudanças em curso desde os anos 1970 é que o tempo diminuiu em face das necessidades das pessoas e organizações. Como vimos no capítulo anterior, uma das teses que são suporte a essa avaliação é aquela defendida por Harvey de que, no fundo, é o tempo de rotação do capital que está se impondo sobre o espaço. É fato que a lógica do capital caminha no sentido de fazer com que ele se valorize no menor tempo e à maior taxa possível, e a sobrevivência daqueles que se encontram entrelaçados por redes de troca mercantis depende de suas respectivas capacidades de acompanhar essa tendência. Essa lógica, no entanto, se levada às últimas conseqüências, não nos deixa espaço para pensar nada além do que a inexorabilidade do capital e a predominância das relações sociais capitalistas por sobre todos os espaços sociais.

A proposta do presente estudo é deixar de enfatizar o fato de que o tempo diminuiu e argumentar que os espaços sociais se ampliaram, porque nem todas as pessoas, na verdade a maior parte delas, vive imersa na lógica da ampliação dos estoques privados de riqueza. Essa é uma característica, de acordo com Braudel, dos habitantes do antimercado e não consideramos ser correto generalizar esse condicionante básico da vida cotidiana, a despeito do fato de que os desdobramentos das ações dos que ocupam a camada superior da estrutura social sejam sentidos pelos habitantes das camadas do mercado e da vida material e até mesmo, em certa medida, condicionam sua existência.

Isto é, ao contrário de dizermos que o tempo diminuiu, vamos argumentar que o espaço social se ampliou. Vários motivos podem ser apontados para dar suporte a esse argumento. Por exemplo, a transformação radical ocorrida nos meios de comunicação nos colocou em contato simultâneo com o que ocorre em todas as partes do mundo. Além disto, o foco do nosso olhar sobre a realidade teve também que se ampliar para acomodar o meio ambiente que nos circunda. Não que ele não fosse percebido antes, mas o grau de integração do que chamamos de natureza com nossos respectivos modos de vida se tornou inevitavelmente maior. O mesmo pode ser dito com relação ao que viemos chamando de “novas identidades” e aos sujeitos propriamente ditos.

Então, a realidade se ampliou aos nossos olhos enquanto a batida do relógio permaneceu idêntica. Tomando em conta que o tempo medido pelo relógio é o tempo da civilização ocidental, ver o espaço social ampliado dessa forma significa considerar também outros tempos, isto é, o tempo da natureza, o tempo das comunidades de agricultores familiares, de afro-indígenas, o tempo das mulheres, o tempo das famílias que se esforçam

para garantir sua reprodução material, etc. Ver a realidade ampliada dessa forma implica também a possibilidade de nos desviarmos da inexorabilidade do capital, porque perceber novos espaços e novos tempos coincidindo com os espaços e com o tempo de reprodução do capital amplia a nossa percepção da realidade e implica maiores possibilidades de intervenção sobre ela.

Como dissemos na Introdução, é o olhar sobre os processos históricos, para transformá-los em processos de desenvolvimento, que importa. É com base nesse olhar – e no arcabouço teórico que se encontra por detrás dele – que estratégias para a promoção do desenvolvimento são construídas. Na Introdução, dissemos também que estaríamos considerando três grandes arcabouços teóricos – com a ressalva para o caso da CEPAL, já apontada, que forneciam subsídios para quatro projetos políticos distintos: o liberal-democrático; o liberal-conservador; o social-democrata; e o desenvolvimentista.

Neste e nos próximos dois capítulos, vamos contrapor esses olhares – o oriundo da teoria política e econômica liberal, o da teoria marxista e o da teoria desenvolvimentista da CEPAL – a outras construções teóricas que, a nosso ver, possibilitam olhar para a realidade de uma forma diferente, mais ampliada, digamos assim. Em decorrência disto, os processos históricos se nos apresentarão também de forma diferente. Na nossa concepção, no bojo dessa diferença, surgem novas possibilidades para se pensarem estratégias para se promover o desenvolvimento. Dessa forma, nosso interesse está voltado para a apropriação da realidade e para as maneiras de transformá-la.

Vamos aqui deduzir esses espaços sociais ampliados a partir das teorias do desenvolvimento dos anos pós-guerra, valendo-nos de um conjunto de contribuições que, nos anos mais recentes, surgiram ou ficaram em evidência. Nesse sentido, o presente capítulo tem por objetivo perceber essa realidade social ampliada a partir da teoria política e econômica liberal. Da nossa perspectiva, o espaço social se amplia, a partir dessa teoria, de duas formas. Primeiro, na medida em que os processos de regulação social podem passar a ser percebidos para além das regras emanadas do Direito Estatal Territorial. Segundo, na medida em que podemos perceber o conflito em torno da produção, distribuição e consumo da riqueza e do descarte de recursos utilizados regulado por outros padrões institucionais que não o padrão dado pelo mercado.

Entendemos *regulação social* como sendo o modo através do qual os diversos conflitos sociais, que se expressam nos diversos planos da realidade – doméstico, da comunidade, da produção, do mercado, do Estado e do sistema mundial – são regulados. Nosso argumento aqui está orientado pela idéia de que, até bem recentemente, as regras prevalentes para a regulação desses conflitos provinham da organização política e jurídica do Estado Nacional. Com as transformações recentes, aludidas no capítulo anterior, um conjunto de outros conflitos ficou evidenciado, o que acabou por questionar as formas regulatórias até então prevalentes. Esses conflitos já existiam; só não eram capazes – isto é, os atores neles envolvidos, de questionar as formas de regulação prevalentes. Embora a centralidade do Direito Estatal Territorial não tenha se perdido, outras formas de direito tiveram que passar a ser consideradas, como o direito doméstico, o direito da comunidade e o direito sistêmico, que regula os conflitos no plano internacional.

Por outro lado, entendemos *padrão institucional* como sendo o princípio regulatório básico através do qual as sociedades se organizam para darem conta das suas necessidades em termos da produção, distribuição e consumo da riqueza, além do descarte dos recursos utilizados. Eles dão forma e estabilidade à disputa pelas oportunidades de poder – o controle dos meios com os quais se pratica a violência; sobre os meios de subsistência e os fluxos de

riqueza; e sobre a capacidade de se criarem símbolos sobre a realidade – que as pessoas e grupos sociais engendram em meio às relações que estabelecem.

Na sociedade em que vivemos, o padrão institucional dominante é aquele dado pelo funcionamento dos mecanismos de mercado. Contudo, outros padrões institucionais foram postos em evidência também a partir das transformações analisadas no capítulo anterior, sobretudo em função da intensificação da concorrência intercapitalista. A intensificação da concorrência fez com que parcelas significativas das sociedades tivessem que encontrar formas alternativas de acesso aos bens materiais de que necessitam para sua reprodução social, em face das dificuldades enfrentadas para a participação nas redes de troca mercantis. Aquelas matrizes teóricas ficaram então comprometidas porque elas privilegiavam a compreensão dos conflitos em torno da produção, da distribuição e do consumo da riqueza social a partir do padrão institucional do mercado.

Este Capítulo se encontra dividido em quatro tópicos, além desta Introdução. No tópico seguinte, “Regulação da ordem social a partir do Estado e do mercado”, a proposta é demonstrar como a ordem social é regulada do ponto de vista da teoria política e econômica liberal. Em seguida, apresentaremos duas contribuições que nos possibilitam ampliar essa perspectiva. Em “O Mapa da Estrutura-Ação”, discutiremos as contribuições de Boaventura de Sousa Santos e em “Princípios de regulação”, traremos as contribuições de Karl Polanyi. Ao final, em “Notas parciais acerca da transformação de processos históricos em processos de desenvolvimento”, faremos algumas considerações acerca das contribuições aqui discutidas, pontuando o significado da proposição explicitada pela teoria política e econômica liberal, em termos de processos de desenvolvimento, de que ações individuais auto-interessadas promovem o bem-estar social.

II.2 Regulação da Ordem Social a partir do Estado e do Mercado

A teoria política e econômica liberal percebe a realidade a partir de um conjunto de indivíduos que agem de maneira auto-interessada, racional e maximizante. De acordo com essa teoria, só há três possibilidades desses indivíduos estarem organizados em sociedade: ou em torno do Estado, ou em torno do mercado, ou ainda em torno de alguma combinação entre Estado e mercado. O Estado, por princípio, inibe a liberdade individual, mas, contraditoriamente, ele é necessário para garantir a própria liberdade individual e a propriedade privada, que são constantemente ameaçadas pela natureza humana, por princípio egoísta, belicosa, invejosa e ambiciosa, como disse Thomas Hobbes.²⁹

A melhor ordem possível, no entanto, de acordo com essa teoria, é aquela que faz com que os indivíduos estejam organizados apenas em torno do mercado, onde aquela contradição desapareceria e, com ela, a necessidade de existência do Estado. Nesse caso, a liberdade individual estaria assegurada porque o egoísmo humano e a sua belicosidade estariam condicionados ou direcionados para as virtudes do uso da razão e do trabalho, no esforço do ganho individual. E a justiça e a equidade também estariam asseguradas, porque o mercado é capaz de estabelecer uma relação positiva entre esforço e ganho individual, por um lado, e ação individual, racional e auto-interessada, bem-estar social e progresso coletivo, por outro.

Buscar a melhora, nesse contexto, seria então caminhar no sentido de promover ajustes institucionais que criassem um ambiente propício à liberdade individual de empreendimento e troca no mercado, além da segurança em relação à propriedade privada, pressupostos do progresso econômico e social. A diferença entre os países e as regiões podia

²⁹ Ver, por exemplo, o Capítulo XVII: “Das Causas, Geração e Definição de um Estado”. In Hobbes (1997).

então ser vista dessa forma: aqueles que eram ricos e desenvolvidos eram os que primeiro haviam adotado esse ambiente institucional adequado à indústria e ao comércio e os que eram pobres e não desenvolvidos eram aqueles nos quais prevaleciam ambientes institucionais “tradicionais”; “retrógrados”, favorecedores de uma casta ou elite em detrimento de toda a população. A proposição de Jones, vista no Capítulo anterior, e a de Douglas North, que analisaremos no Capítulo V, caminham nesse sentido.

Evidentemente, a criação desse ambiente institucional deveria partir de cima, isto é, do Estado, que estaria organizado em torno de três poderes: o executivo, o legislativo e o judiciário. O equilíbrio entre esses três poderes era fundamental para se garantir a constituição de um Estado democrático, baseado na democracia representativa e no controle da sociedade civil sobre o Estado.³⁰ Quando esse equilíbrio não fosse respeitado, o Estado, ao invés de exercer o seu papel de favorecer a sociedade como um todo, garantindo a integridade do território nacional e as liberdades individuais, principalmente as de empreender e comerciar, e a propriedade privada, como foi dito acima, ele estaria reproduzindo aqueles ambientes tradicionais, prejudicando o bem-estar e o progresso social.

No decorrer da segunda metade do século XIX e ao longo de todo o século XX, acentuou-se o debate no seio da teoria política e econômica liberal em torno da questão de se as funções do Estado, no sentido da promoção do bem-estar e do progresso social eram apenas aquelas – garantir a integridade dos territórios nacionais, as liberdades individuais e a propriedade privada, ou se o Estado deveria ser mais atuante, interferindo sobre o funcionamento dos mecanismos de mercado, para corrigir as falhas que eles eventualmente pudessem vir a ter. Nesse contexto, a teoria econômica liberal exerceu papel fundamental.

Os argumentos que, ao longo desse período foram suscitados, eram basicamente quatro: primeiro, que a sociedade carecia da oferta de um conjunto de bens que a ordem baseada no mercado, por si só, não era capaz de oferecer, pelo simples fato de que não havia como formar preços para esses bens, dado que eles eram indivisíveis. Se não há a condição de formar preços, não há, portanto, a possibilidade de se calcularem custos e ganhos. A segurança nacional, bem como os serviços prestados pelo Estado em relação à justiça, funções tradicionais do Estado, eram os exemplos mais aventados, mas esses exemplos se estenderam para a saúde, para o saneamento básico e para a educação até que se conformou a noção de “bens públicos puros” ou “quase puros”.

O segundo argumento era de que a ação de indivíduos auto-interessados tinha desdobramentos positivos sobre o bem-estar social, mas tinha também desdobramentos negativos. Nesse contexto, formalizou-se a idéia de “externalidades negativas” provocadas pelas atividades produtivas e de consumo privadas, que implicava distorções na alocação de recursos, não permitindo que houvesse a maximização do bem-estar e do progresso social. O conceito de “externalidades negativas”, mais recentemente, foi também estendido para a compreensão dos efeitos negativos das formas predominantes de produção, distribuição e consumo da riqueza e descarte dos recursos no contexto do que vem sendo chamado de “Economia Ambiental”.³¹

³⁰ Atualmente, como a democracia representativa encontra-se desacreditada, como também a ação do poder judiciário, a sociedade civil, em relação ao Estado, passou a privilegiar menos a democracia representativa e mais o controle social do Estado. Nesse contexto, as formas intermediárias de organização da representação política, antes baseadas nas associações de classe, principalmente os sindicatos, se ampliaram para se organizar também em torno de outras formas de identificação dos indivíduos. Essas formas de identificação estão relacionadas a questões diversas, como gênero, opções sexuais e religiosas, problemas ecológicos, violência, educação, etc. e na maior parte das vezes se expressa no que conhecemos hoje como terceiro setor.

³¹ Ver, a esse respeito, por exemplo, Cánepa (2003:61 e segts.).

O terceiro argumento era de que o progresso tecnológico advindo do acúmulo de experiências das ações privadas e do desenvolvimento da ciência, pela sua própria natureza, em termos do aumento dos custos iniciais do empreendimento e das escalas de produção que passavam a ser requeridas, acabava por implicar na formação de mercados imperfeitos, o que atuava negativamente sobre a capacidade dos mecanismos de mercado de distribuir a renda de forma eqüitativa, prejudicando a associação original que era feita entre esforço e ganho individual.

Por fim, como a atividade econômica privada é exercida a partir das expectativas de ganho que se espera do futuro, devido aos altos custos iniciais e aos elevados períodos de maturação dos investimentos requeridos, alguns bens, como infraestrutura de transporte e energia, por exemplo, necessários à continuidade do progresso econômico e ao bem-estar social, possuíam internamente um risco e um grau de incerteza muito elevado em relação ao retorno esperado, o que desestimulava a investida de agentes privados.

Em síntese, a literatura que até bem recentemente servia de base para compreender os processos em curso e transformá-los em processos de desenvolvimento trazia implicitamente uma tricotomia particular que há muito não é posta em evidência. Falamos aqui da contraposição entre Estado e mercado versus barbárie (Estado versus barbárie e mercado versus barbárie) e que depois se transformou em Estado versus mercado. Essa contraposição se encontra na base das teorias contratualistas de Hobbes e Locke e do pensamento econômico liberal. A segunda contraposição, mercado versus barbárie, substituiu a primeira, Estado versus barbárie, num processo longo discutido por Hirschman (2002), quando as “paixões” foram reduzidas aos interesses individuais e estes foram direcionados para o ganho material. De acordo com Cowen e Shenton (1996), no bojo desse processo, acabou-se por se instituir a idéia de progresso. A origem do termo desenvolvimento, ainda de acordo com esses autores, se encontra na necessidade de correção de rumo em relação ao progresso. Nesse contexto, foi instituída a terceira contraposição, Estado versus mercado.

Ainda hoje, podemos observar nos jornais diários de grande circulação as discussões em torno de se o Estado deve ou não interferir nos mecanismos de mercado, tendo sido uma dessas opções – intervenção sobre os mecanismos de mercado ou não – que estava colocada para quem pudesse vir a pensar em desenvolvimento.

Um detalhe interessante dessa passagem é que, seja pela obra do Estado, seja pela obra do mercado, a visão predominante do ser humano que prevalece é uma visão negativa, instituída por Hobbes, amenizada mas não transformada por Locke, ao evidenciar as virtudes do trabalho e do uso da razão, organizadas em torno do funcionamento do mercado.

II.2.1 O Mapa da Estrutura-Ação

Boaventura de Sousa Santos, ao construir seu Mapa da Estrutura-Ação, a partir do que chamou de “crise paradigmática”, rompe com essa forma tricotômica de se perceber a realidade e o ser humano, dizendo que, embora Estado e mercado ainda não tenham perdido suas respectivas centralidades, outras formas de poder, de direito e de conhecimento que não aquelas que organizam os espaços da cidadania e do mercado organizam o espaço social.

A contribuição maior do autor, a nosso ver, está em, a partir de uma crítica da epistemologia moderna, centrada na ciência moderna, no Estado liberal e no direito estatal, conseguir avançar na construção de um quadro conceitual que permite pensar, simultaneamente, as formas de regulação da sociedade contemporânea com as possibilidades de emancipação social nelas contidas. Seu argumento principal pode ser sintetizado da

seguinte forma: o processo de construção das formas de conhecimento, poder e direito inerentes à vida social, no seu conjunto, foi ocultado na vivência dos processos de regulação social, pela vulgarização da prevalência de apenas uma forma de conhecimento - o conhecimento científico, de apenas uma forma de direito - o direito estatal; e de apenas uma forma de exercício do poder - o poder estatal. Posto isto, a reconstrução teórica dos mecanismos de regulação e emancipação social exige o reconhecimento da perda do monopólio dessas três instituições em relação a outras formas de conhecimento, direito e poder, o que não significa, contudo, a perda de suas centralidades.

Surge, então, seguindo a construção de tal argumento, as seguintes questões: que formas de conhecimento, direito e poder são essas? Como elas estão articuladas com o conjunto quase infinito de relações sociais que as viabiliza? E como elas se articulam e se interagem? No sentido de procurar responder a tais questões, Boaventura, partindo da idéia de que os espaços são socialmente construídos, divide a realidade social em seis espaços estruturais: o doméstico, da produção, do mercado, da comunidade, da cidadania e o mundial. Desloca, assim, para o centro do entendimento dos processos sociais as questões relativas ao poder e seu exercício, na medida em que, partindo da análise marxista e da teoria da dependência acerca das relações entre países centrais e periféricos, o autor passa a perceber o poder essencialmente como uma troca desigual.

Essa *troca desigual* ocorre sobretudo dentro dos próprios campos (isto é, dentro dos próprios espaços estruturais) e cujo exercício permite a acumulação de uma espécie de “capital” (em ambos os casos, a referência aqui é Bourdieu, 1989), que se reproduz de uma maneira contraditória: estabelecendo limites e ampliando horizontes, fixando fronteiras e abrindo caminhos.

Desde que relativizou, a partir de Foucault e das teorias feministas, a prática de poder estatal, de modo que a própria sociedade produz o poder que nela circula – um *poder disciplinar* exercido horizontalmente pelos próprios sujeitos, *a começar pelo corpo humano* –, a questão de como pensar estruturalmente o exercício do poder a partir de um conjunto de relações sociais incomensuráveis fica em aberto. A proposta do autor é pensar tal exercício a partir de “constelações” de relações de poder que tendem a se reforçar ou a se neutralizar entre si. No caso de não se neutralizarem, novos limites e horizontes são estabelecidos.

MAPA DE ESTRUTURA-AÇÃO DAS SOCIEDADES CAPITALISTAS NO SISTEMA MUNDIAL

Dimensões/ Espaços Estruturais	Unidade de Prática Social	Instituições	Dinâmica de Desenvolvimento	Forma de Poder	Forma de Direito	Forma Epistemológica
Espaço Doméstico	Diferença sexual e geracional	Casamento, família e parentesco	Maximização da afetividade	Patriarcado	Direito Doméstico	Familismo Cultura Familiar
Espaço da Produção	Classe e natureza, enquanto natureza capitalista	Fábrica e empresa	Maximização do lucro e da degradação da natureza	Exploração e natureza capitalista	Direito da produção	Produtivismo, tecnologismo, formação profissional e cultura empresarial
Espaço de Mercado	Cliente – consumidor	Mercado	Maximização da utilidade e da mercadorização das necessidades	Fetichismo das mercadorias	Direito da troca	Consumismo e cultura de massa
Espaço da Comunidade	Etnicidade, raça, nação, povo, religião	Comunidade, vizinhança, região, org. populares de base, Igrejas.	Maximização da Identidade	Diferenciação desigual	Direito da comunidade	Conhecimento local, cultura da comunidade e tradição.
Espaço da Cidadania	Cidadania	Estado	Maximização da lealdade	Dominação	Direito territorial (estatal)	Nacionalismo educacional e cultural, cultura cívica
Espaço Mundial	Estado-Nação	Sistema inter-estatal, organismos e assoc. intern., tratados internacionais	Maximização da eficácia	Troca desigual	Direito sistêmico	Ciência, progresso universalístico, cultura global.

Fonte: Santos (2000:273).

O exercício do poder em cada um dos espaços estruturais encontra-se baseado numa determinada forma de conhecimento e de direito, unidades de prática social e instituições que lhes são características e predominantes, as quais, por sua vez, se orientam em função de uma dinâmica de desenvolvimento específica. Isso está apresentado no Mapa da Estrutura-Ação aqui reproduzido. Assim, por exemplo, no espaço doméstico, a forma de poder predominante é o patriarcado, forma esta que se legitima através do direito doméstico e da cultura familiar, fundadas na aceitação das diferenças sexual e geracional e em instituições como o casamento, a família e o parentesco. Sua dinâmica de desenvolvimento caminha no sentido da maximização da afetividade entre os membros que partilham da coexistência nesse espaço estrutural.

As diferenças sexual e geracional são as unidades de prática social prevaletentes no espaço doméstico, pois que definem que os homens, em princípio, mais fortes e mais capacitados em relação às mulheres e aos mais jovens, devem ter sua vontade respeitada, para o bem de todos. Isso é constitutivo da cultura familiar, mantendo-se a partir de instituições como o casamento e a família e se reproduzindo através de relações que buscam maximizar a afetividade entre seus membros. No campo doméstico, portanto, o signo da paternidade garante ao pai a hegemonia sobre os grupos dominados – esposas, filhos e agregados, assentada na propriedade de um certo tipo de capital que lhe é específico – a força física e a capacidade de prover. A disputa diária pelo poder nesse campo, regulada pelo direito doméstico e pela cultura familiar, forma um *habitus* que é peculiar à ação de seus membros,

dominantes e dominados. Esse habitus acaba por reproduzir as instituições que são inerentes a esse espaço – o casamento, a família e o parentesco –, tendo como referência a maximização da afetividade. Desse modo, menos afetividade tende à desagregação do grupo familiar, comprometendo a sobrevivência de todos, e vice-versa.

O exercício do poder nesse espaço, além disso, subjaz ao exercício do poder em todos os outros espaços. Isto é, a sociedade como um todo é patriarcal, como também é capitalista, nacional, conforma uma comunidade, um mercado e um espaço de produção e essa forma de colocar a questão permite que o autor fale de *constelações de relações de poder, de direito e de conhecimento* que caminham no sentido de reproduzir toda a estrutura social, sob a égide das relações de poder, de direito e de conhecimento prevaletentes nos espaços da cidadania e mundial. Isto porque, em primeiro lugar, é no espaço da cidadania que encontramos o Estado liberal, instituição organizadora das sociedades nos âmbitos local, regional e global. Sua organização se dá predominantemente pela imposição do direito territorial-estatal e pela credibilidade que o conhecimento proveniente da Ciência Moderna – forma epistemológica do espaço mundial – assumiu ao longo da modernidade, ofuscando ou legitimando as outras formas de direito e de conhecimento prevaletentes nos demais espaços estruturais.

Além disso, é nesses espaços que se encontram instalados os poderes inerentes ao capitalismo financeiro global. Mais especificamente, é no espaço mundial que se pode perceber mais claramente a ação das grandes corporações capitalistas no sentido de atenderem seus interesses em torno do processo de valorização do capital. Essas colocações são fruto da aceitação parcial, por parte de Boaventura, do que vem se convencendo chamar de *A Teoria do Sistema Mundial*. Isto é, o *espaço mundial* consiste na representação, no plano dos espaços estruturais, do sistema mundial, objeto de estudo da “Teoria do Sistema Mundial”, a qual propõe uma releitura do processo de constituição do capitalismo, principalmente a partir das contribuições de Fernand de Braudel e Karl Polanyi. Não é nosso interesse aqui passar em revista tais contribuições. Apenas dizer que elas se valem das considerações de Marx em torno do processo de valorização do capital e de Max Weber, em torno da organização do sistema mundial. E, a partir dessas considerações, Santos organiza o que para ele passou a ser o *espaço mundial*.³²

Esse espaço se coloca como sendo a matriz organizadora das condições e das hierarquias mundiais sobre os outros espaços e se caracteriza por estar estreitamente relacionado com os espaços da produção e do mercado. Constitui-se assim uma reciprocidade e simbiose entre as dinâmicas de desenvolvimento desses espaços, cujo resultado é o aprofundamento da divisão global do trabalho e o estabelecimento de hierarquias entre países, sociedades, regiões e povos, perpetuadas pelas trocas desiguais e pela prevalência no espaço mundial da Ciência Moderna, como forma privilegiada de conhecimento. Pode-se então dizer que o espaço mundial interfere mais nos espaços da produção, do mercado e da cidadania do que nos espaços da comunidade e doméstico e, como veremos a seguir, nos espaços grupal e do sujeito. Dessa forma, o Mapa da Estrutura-Ação se posta como uma alternativa à teoria do sistema mundial, que se baseia apenas em uma única macro-estrutura: a divisão mundial do trabalho: *o desenvolvimento das sociedades capitalistas, como um todo, estão alicerçados nas constelações formadas pelos espaços estruturais, e não em qualquer dos espaços estruturais tomados individualmente* (Santos, 2000:314).

Em adição, fazendo referência a Wallerstein, ressalta a utopia que ressurgue em face das possibilidades e alternativas às crises sociais locais, mediante transformações profundas que possam vir a ocorrer no âmbito das relações de poder prevaletentes nos espaços doméstico e da comunidade. Aqui fica clara a principal diferença da dinâmica entre regulação

³² Ver, a esse respeito, Fiori (1999b) e Arrighi (1996).

e emancipação no contexto da “transição paradigmática”. É que as possibilidades de transformação da ordem social, ou, melhor dizendo, de emancipação social em relação ao jugo do poder prevalecente no espaço mundial, nesse contexto, encontram-se mais claramente dadas do que nunca.

A crise de regulação no âmbito mundial, quando não coloca alternativas para o processo de reprodução social nos níveis local e regional, senão aquela condizente com o aprofundamento da pauperização da maior parte das populações, acaba por enfraquecer suas instituições predominantes – o Estado liberal, o direito estatal-territorial e o conhecimento científico – em favor de outras formas de organização territorial do espaço, de direito e de conhecimento. Abre-se então a possibilidade para que, principalmente no âmbito dos domicílios e das comunidades, com conseqüências sobre os espaços da cidadania, do mercado e da produção, sejam privilegiadas a solidariedade e a participação em detrimento da maximização do lucro e a maximização das utilidades; o homem em detrimento do bem material; a democracia em detrimento do autoritarismo; a igualdade na diversidade em detrimento da diferenciação desigual; a colaboração em detrimento da exploração; o desenvolvimento sustentável em detrimento da escravização da natureza; a satisfação de necessidades em detrimento do fetichismo das mercadorias.

Cabe, por fim, aqui ressaltar a importância da crítica ao paradigma dominante contida na contribuição do autor. Essa crítica acaba por legitimar as formas de organização político-territorial, de direito e de conhecimento que surgem – ou ressurgem – dessa prática social criativa, ao mesmo tempo que permite a troca de conhecimentos entre as mais variadas experiências no sentido acima apontado e permite também a melhor compreensão dos processos em curso. Preenche assim pelo menos parte da lacuna deixada pela crise da ciência no contexto da transição paradigmática, o que, por sua vez, possibilita desdobramentos no que respeita à construção de alternativas políticas de intervenção sobre a realidade.

O espaço social então se amplia para abarcar outros espaços estruturantes, que possuem regras próprias de funcionamento e dinâmicas de desenvolvimento não coincidentes com aquelas prevalecentes nos espaços do mercado e da cidadania (espaço onde a instituição predominante é o Estado Territorial), ao mesmo tempo em que também permite “outras entradas” para se pensar os processos em curso, os problemas relacionados com o desenvolvimento e sua promoção.

II.2.2 Princípios de regulação

Karl Polanyi, em *A Grande Transformação: as origens de nossa época*, traz duas contribuições significativas que também permitem ver o espaço social ampliado e, ao mesmo tempo, possibilidades em termos da promoção do desenvolvimento. Primeiro, as sociedades encontram formas de se defender do avanço da mercantilização da terra, do trabalho e da generalização do uso do dinheiro. Segundo, juntamente com o padrão institucional dado pelo mercado, outros padrões institucionais – simetria, centralidade e autarquia – regulam os conflitos sociais em torno da produção, distribuição e consumo da riqueza. A nosso ver, do ponto de vista da economia política, essa é uma contribuição significativa, que amplia os horizontes para a análise dos fluxos, recoloca o problema das causas da riqueza e, para o que nos interessa mais de perto, amplia também o espaço social e abre novas oportunidades para se pensarem estratégias de promoção do desenvolvimento.

O espaço social se amplia porque, enquanto predominava a associação entre o padrão institucional dado pelo mercado e o “moderno”, no sentido de novo, do que deve ser alcançado, as formas alternativas de organização social da produção correspondiam ao

tradicional, ao atrasado e, portanto, àquilo que deve ser ignorado porque, fatalmente, seria superado.

Em Polanyi, os problemas relacionados à regulação dos processos sociais são vistos sob um prisma antropológico, colocando em evidência a não exclusividade do padrão institucional dado pelo mercado, pautado por atividades relacionadas à barganha, à permuta e à troca. O autor constata que a revolução industrial foi acompanhada, de um lado, de um *progresso miraculoso nos instrumentos de produção* e de uma *catastrófica desarticulação na vida das pessoas comuns*. (Polanyi, 2000:51). Nesse contexto, as sociedades desenvolvem mecanismos para se defender dos seus próprios processos de transformação, na medida em que esses processos são partilhados por movimentos opostos, semelhantes ao que está acima, e que ocorreu ao longo do século XIX.

Esse processo em particular foi marcado pela idéia de progresso partilhada pelas camadas altas da sociedade, “haute finance”, como diz o autor, ao mesmo tempo em que o problema para a maior parte da população se resumia no termo “habitação”. “A Grande Transformação” para a qual Polanyi nos chama a atenção consiste no fato de que a idéia de progresso foi acompanhada pela crença na vigência de “leis naturais”, leis de mercado, mercado auto-regulável, que reduziu sobremaneira a capacidade das sociedades de se defenderem das transformações em curso na Idade Moderna. Em outras palavras, na medida em que tal crença colocou o mercado como a instituição reguladora por excelência da vida social, negando ao Estado seu papel de contrabalança, promovendo os ajustes necessários à “inclusão” de significativas camadas sociais no jogo que levou à mercantilização da terra e do trabalho, com a generalização do uso do dinheiro, a sociedade viu comprometida sua capacidade de se defender das mazelas promovidas pelo avanço das forças de mercado. Diz o autor:

A crença no progresso espontâneo [fundada na idéia do funcionamento de um mercado auto-regulável] pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica. Esse papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso. Se acreditarmos que tal ritmo é inalterável ou, o que é pior, se acreditarmos ser um sacrilégio interferir com ele, então não existe mesmo um campo para qualquer intervenção. (Polanyi, 2000:55)

Essa crença, além disso, pode nos levar a acreditar, já que a economia de mercado é uma estrutura institucional, que essa estrutura governou, ou melhor, regulou os conflitos ao longo da evolução da humanidade. Contudo:

(...) anteriormente à nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados. Apesar da quantidade de formas cabalísticas acadêmicas, tão persistentes no século XIX, o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica. (Polanyi, 2000:62).

Aqui o autor argumenta, nos fazendo lembrar de Elias e Braudel:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age dessa forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, [e sim] para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. (Polanyi, 2000:65).

E, nesse sentido, faz alusão a três princípios de comportamento, reguladores da vida social, que governavam de forma predominante as sociedades anteriores à nossa. Cada um desses princípios está relacionado a padrões institucionais estabelecidos. Esses princípios, quando acrescidos do princípio da troca, formam um interessante quadro, a partir do qual devemos olhar os processos de regulação social, como a seguir.

PRINCÍPIOS DE COMPORTAMENTO E PADRÕES INSTITUCIONAIS

PRINCÍPIOS DE COMPORTAMENTO	PADRÕES INSTITUCIONAIS	CARACTERÍSTICAS	COMENTÁRIOS
RECIPROCIDADE	SIMETRIA	O que domina o comportamento social é a propensão à reciprocidade. “O que se dá hoje é o que se toma amanhã.” O resultado do produto do trabalho é partilhado em comunidade.	Característico de sociedades democráticas e as motivações predominantes são de cunho não econômico.
REDISTRIBUIÇÃO	CENTRALIDADE	O resultado da produção, partilhada comunitariamente, é redistribuído através da figura do “chefe” ou outro membro do grupo, que age como intermediário.	A redistribuição acontece a partir de festas, festivais, etc., fundados em uma motivação não econômica
DOMESTICIDADE	AUTARQUIA	Produção para auto-consumo, seja no que respeita à família patriarcal, às aldeias, ou aos feudos.	Característico, por exemplo, das redes que conformam as organizações familiares de produção rural.
TROCA	MERCADO	O que domina o comportamento social é a propensão individual à permuta, à barganha e à troca. Elas dependem do padrão do mercado para sua efetivação. Não é a economia que passa a estar embutida nas relações sociais, mas essas é que passam a estar embutidas no sistema econômico.	Essa interpretação se tornou hegemônica com o liberalismo clássico, o que fez com que a realidade fosse trocada pelo que dela se pensa. Nesse caso, vícios privados implicam benefícios públicos.

Fonte: Polanyi, 2000. Elaboração deste autor.

Polanyi demonstra, então, que *todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três* (Polanyi, 2000:75). Em contraste com esses sistemas sociais, a hegemonia do sistema dominado pelos princípios da barganha, da permuta e da troca, cuja instituição fundamental é o mercado, é

exaltado pela doutrina econômica liberal a partir da própria evolução do padrão de mercado. Essa doutrina entende o desenvolvimento alcançado pela humanidade no século XIX como resultado natural da difusão dos mercados:

Não se compreendeu que a engrenagem de mercados num sistema auto-regulável de tremendo poder não foi o resultado de qualquer tendência inerente aos mercados em direção à excrecência, e sim o efeito de estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social, a fim de fazer frente a uma situação criada pelo fenômeno não menos artificial da máquina (Polanyi, 2000:78).

Dessa forma:

O ensino ortodoxo [a doutrina liberal] partiu da propensão do indivíduo à permuta; deduziu daí a necessidade de mercados locais, bem como a divisão do trabalho; inferiu, finalmente, a necessidade do comércio, eventualmente do comércio exterior, incluindo até mesmo o comércio de longa distância (Polanyi, 2000:79).

O argumento hegemônico supõe o desenvolvimento do comércio a partir do local para o global. Ocorre, contudo, de acordo com Polanyi, que *atos individuais de permuta ou troca não levam, como regra, ao estabelecimento de mercados em sociedades onde predominam outros princípios de comportamento econômico* (Idem, p. 81). Desse modo, o que é verificável historicamente é o inverso: o movimento do comércio externo para o comércio interno e o local, por fim. Em outras palavras, *os mercados locais não foram ponto de partida do comércio interno ou nacional* (Ibidem, p. 83). Na verdade, o comércio interno e o externo foram criados pela intervenção do Estado, num movimento levado adiante pela alta finança e que imprimiu a toda a sociedade os padrões recorrentes ao funcionamento dos mercados, tendo como ponta de lança a mercantilização da terra, do trabalho e a generalização do uso do dinheiro.

A despeito disto, com a contribuição de Polanyi, olhar agora para a sociedade implica também buscar perceber onde as relações sociais se encontram reguladas por esses outros padrões institucionais e procurar saber acerca da relevância dessas relações na reprodução social das pessoas, das famílias, dos grupos sociais, das comunidades e das populações de uma forma geral.

Dessa forma, a partir da contraposição entre a percepção da realidade social oriunda da teoria política e econômica liberal e as contribuições de Boaventura de Sousa Santos e Karl Polanyi, identificamos outras formas de regulação da ordem social para além das instituições centrais do capitalismo, que são o Estado e o mercado. Com base na contribuição de Boaventura de Sousa Santos, vimos que as sociedades também se estruturam a partir de outras formas de poder, de direito e de conhecimento que não aquelas que são prevaletentes no Espaço Mundial, no Espaço da Cidadania e no Espaço do Mercado. Ficam então em evidência a organização do Espaço Doméstico, do Espaço da Comunidade e o Espaço da Produção. Nesse ponto é importante acentuar que as formas de organização do Espaço da Produção podem não estar subsumidas à organização daqueles três espaços dominantes. A contribuição de Karl Polanyi amplia esse último aspecto e permite perceber formas de interação entre os espaços domésticos, da cidadania e da produção segundo padrões institucionais que não são aqueles ligados ao funcionamento dos mecanismos de mercado.

II.3 Notas Parciais acerca da Transformação de Processos Históricos em Processos de Desenvolvimento

Estamos argumentando que as transformações históricas ocorridas nos últimos 50 anos fizeram com que os espaços sociais se ampliassem, o que pôde ser posto em evidência a partir das contribuições acima mencionadas. A demonstração de que os espaços sociais se ampliaram, contudo, encontra-se no âmbito da compreensão dos processos históricos. Temos que nos voltar agora, embora ainda que de forma parcial e incompleta, para os processos de desenvolvimento. O objetivo do presente tópico, assim, é pontuar algumas questões que a discussão acima colocou em relevo.

As contribuições de Boaventura de Sousa Santos e Karl Polanyi, no nosso entender, revigoram o ideal transformador existente na pesquisa e na prática política socialista e crítica ao sistema dominante. Elas também recolocam as estratégias para a promoção do desenvolvimento numa posição diferente daquelas que se originavam da idéia de correção de rumo em relação ao progresso, inerente à perspectiva liberal. Isso pode ser visto com clareza no dilema colocado por Santos em relação à contraposição entre regulação da ordem e emancipação em relação a ela. Essa contraposição se complementa na proposta de pesquisa realizada por esse mesmo autor em torno da associação entre “sociologia das ausências” e “sociologia das emergências” (Santos, 2003).

Isto é, de acordo com Santos, a experiência social é muito mais vasta do que se pode supor a partir do que hoje se encontra descrito pela teoria social e, diante do avanço do capitalismo e suas conseqüências em termos de exclusão, é preciso buscar na experiência social ausente da teoria sociológica um aprendizado que faça emergir estratégias para a emancipação em relação à ordem social capitalista. Se as pesquisas antropológicas de Karl Polanyi estiverem corretas, muito do que será encontrado nesse esforço de pesquisa envidado por Santos deverá estar circunscrito aos padrões institucionais não mercado-centrados apontados por Polanyi.

Em outras palavras, de acordo com Santos, há que se distinguir entre a experiência social levada a cabo para se defender dos processos de exclusão engendrados pela dinâmica do capitalismo e o esforço crítico realizado no âmbito da teoria social no sentido da transformação social. A teoria social deve ser capaz de reconhecer que sua capacidade de apreensão da realidade e de formular proposições no sentido de sua transformação é apenas um aspecto da luta social contra a desigualdade e a injustiça. Mais do que isto: para que ela possa ser capaz de contribuir nessa luta, ela tem que se voltar para a experiência social e aprender com ela. E, segundo o que estamos argumentando, voltar-se para a experiência social, como na proposta de Santos em torno da “sociologia das emergências” é criar as possibilidades para se descobrirem outras formas de organização da vida social que não aquelas orientadas pelo padrão institucional do mercado, nos termos de Polanyi.

Mas, é preciso, nesse ponto, tomar cuidado para não ver no mercado tudo que é ruim, em contraposição ao que seria supostamente bom. Isto é, tanto em Polanyi, quanto em Braudel e também em Marx, o desenvolvimento dos mercados surge como atividade humana e a questão que deve ser enfatizada não é com relação ao mercado, à troca ou ao dinheiro, mas é com relação à centralidade que os mecanismos mercantis exercem na regulação da vida social. Mais ainda, é com relação ao fato de que a insistência nessa centralidade favorece a um grupo muito pequeno de pessoas – os habitantes do antimercado, nos termos de Braudel, em detrimento da maioria. É importante ressaltar o fato de que o desenvolvimento dos mercados e o aprofundamento da divisão social do trabalho que lhe é subjacente, na maior

parte dos casos, é motivada, como Schumpeter (1982) chamou a atenção, pela ação empreendedora.

Empreender, assim vemos, é uma característica da natureza humana e não há problemas em relação ao fato da ação que lhe dá sentido ser auto-interessada, embora ela possa também não ser, como disse Amartya Sen (1999). De acordo com Sen, não é o comportamento do sujeito racional o único ordenamento de preferências possíveis, como na economia tradicional. Segundo o autor, existem três motivações dos modos de ser: a busca do interesse próprio, a preocupação com os outros, porque os outros lhe afetam; e aquelas que motivam comportamentos que não guardam nenhuma relação com o interesse próprio.

A própria orientação da ação individual no sentido do auto-interesse pode ser questionada. Como vimos acima, Polanyi sugere que as pessoas não agem buscando seu interesse individual. Elas procuram “salvaguardar sua situação social”. Grande parte das contribuições de Norbert Elias, como veremos, é, aliás, para demonstrar essa proposição. De acordo com esse autor, não há sentido em se levar em consideração indivíduos isolados em qualquer situação social.

O ponto a ser enfatizado, entretanto, está na correlação que se estabelece entre a ação empreendedora, racional e auto-interessada e o bem-estar social para descrever os processos de desenvolvimento. Algo do tipo “vícios privados implicam benefícios públicos”. Primeiro, é preciso dizer que empreender ou agir em benefício próprio não é um vício. Da forma como vemos, fazer por si é um direito. Isso parece relativizar a perspectiva negativa que predomina acerca da natureza humana. Segundo, não se pode depositar a responsabilidade da solução de problemas coletivos – a pobreza, a desigualdade e as questões ambientais, por exemplo –, nos ombros dos sujeitos individuais. Promover o desenvolvimento é obra do coletivo, do público e não do privado. Em alguns casos, o público incentivar o privado em ações empreendedoras pode provocar o desenvolvimento, mas em outros, provoca o contrário: acentua a desigualdade; promove a migração rural-urbana, por exemplo, e aumenta a pobreza nos centros urbanos. Pensar em desenvolvimento, segundo o nosso entender, significa pensar num determinado território e o pensamento deve abarcar o conjunto das pessoas, famílias, grupos sociais, comunidades e populações que o integram, indiferente do enfoque. Assim, a estratégia de promover a eficiência econômica e a inserção nos mercados para, então, esperar que os benefícios se distribuam por toda a coletividade deve vir acompanhada da percepção de que os processos de desenvolvimento, vistos dessa forma, são também passíveis de provocarem o aumento da desigualdade e da exclusão social. Medidas mitigadoras então se impõem para que o desenvolvimento se universalize.

Pelo que está posto acima, no entanto, é possível deduzir que quanto mais essas estratégias mercado-centradas buscarem inserir atores locais em redes de trocas mercantis controladas por atores globais, isto é, por atores que possuem ascendência significativa sobre os Estados Nacionais e sobre as instituições supranacionais, maior o impacto em termos da ampliação da desigualdade em nível local que essas estratégias irão provocar. Decorre disto que um ponto importante a ser ressaltado nesse aspecto é que, do ponto de vista da inserção social, do respeito às culturas e formas de vida locais, em uma palavra, do ponto de vista da igualdade em meio à diversidade, incentivar mercados regionais e locais pode se constituir em uma estratégia mais valiosa para a promoção do desenvolvimento local do que incentivar a participação em mercados nacionais e globais.

Essa proposição pode ser percebida por meio do Mapa da Estrutura-Ação acima apresentado. Existe um fluxo dominante que é emanado dos espaços mundial e da cidadania, que tende a moldar as estruturas inferiores em termos de conhecimento, de direito e de poder. Esse fluxo dominante se reproduz na forma da homogeneização do padrão institucional dado

pelo mercado. Ele ignora os demais padrões institucionais apontados por Polanyi, tendendo a fazer com que eles se tornem nada mais que uma espécie de mitigação para os grupos sociais que não conseguem se inserir de forma competitiva no padrão institucional dominante.

Um exemplo disto é a forma como o que hoje chamamos de “políticas sociais” se encontram organizadas. O princípio que as rege é o princípio da redistribuição, baseado na centralidade que os Estados Nacionais exercem.³³ No conjunto das ações estatais, no entanto, as ações nesse sentido não conseguem ir muito além do seu caráter compensatório, que compensa a exclusão social provocada pela reprodução e expansão do padrão institucional dado pelo mercado. Associar essas “políticas sociais” aos objetivos do desenvolvimento ainda é um desafio, sobretudo político, dado o poder que os que controlam os fluxos mundiais e nacionais de mercadorias e capitais exercem sobre os aparatos estatais nacionais. Esse desafio pode ser contra-restado pela proposição de que mercados locais e regionais devem ser estimulados, como centro das estratégias para a promoção do desenvolvimento local.

³³ Ver a esse respeito, Polanyi (1976) e França Filho e Lavelle (2004).

CAPÍTULO III – CAMADAS SOCIAIS E NOVAS TERRITORIALIDADES

III.1 Introdução

No capítulo anterior, vimos como a realidade social ampliada pode ser percebida a partir da teoria política e econômica liberal, tendo como referência as contribuições de Boaventura de Sousa Santos e Karl Polanyi. O presente capítulo tem por objetivo procurar perceber a realidade social ampliada a partir da Teoria Marxista, tomando como base as contribuições de Fernand Braudel. Percebemos o espaço social, nesse contexto, ampliado de duas formas. Primeiro, as três camadas que compõem a estrutura social e que se superpõem – a camada da vida material, a camada do mercado e a camada do antimercado ou contramercado. Segundo, as “novas territorialidades” que surgem, vistas aqui como desdobramento da dinâmica das sociedades capitalistas.

Na nossa percepção, as pesquisas realizadas por Fernand Braudel se constituem numa alternativa que permite revitalizar uma compreensão crítica da formação das sociedades capitalistas e, ao mesmo tempo, contribuem para se pensar em estratégias para a promoção do desenvolvimento.

O capítulo encontra-se dividido em cinco partes, além da presente Introdução. No tópico seguinte, “A teoria marxista”, vamos expor a forma como, a nosso ver, essa teoria apreendia os espaços sociais. Em “A dinâmica capitalista em Braudel”, faremos uma pequena introdução à forma como esse autor pensa o desenrolar das sociedades capitalistas, contrastando esse pensar com a teoria marxista. Em seguida, trataremos de apresentar as três camadas sociais de Braudel.

Três detalhes importantes na apresentação que faremos dessas camadas devem ser pontuados: o primeiro diz respeito ao fato de que o sentido da incerteza visto no primeiro capítulo, decorrente da intensificação da concorrência intercapitalista deve ser requalificado para abrigar a dinâmica de desenvolvimento que ocorre no interior dessas três camadas e na interação entre elas. O segundo diz respeito à possibilidade que surge em torno da percepção das redes sociais que se formam no próprio interior dessas camadas. Aqui nos reencontramos tanto com as formas sociais de regulação provenientes da contribuição de Boaventura de Sousa Santos, quanto com os padrões institucionais evidenciados por Polanyi.

O terceiro diz respeito ao fato de que, também no Capítulo I, fizemos referência, principalmente com base em Monte-Mór (2006), a dois grandes eixos que vêm se destacando nas discussões sobre a construção social do espaço e a constituição de um “novo urbano” a partir das transformações recentes do capitalismo: a perspectiva da cidade global e a perspectiva da metrópole pós-industrial pós-fordista. Naquele momento, dissemos que a perspectiva da cidade global se integra ao argumento que desenvolvemos neste estudo, o qual se fundamenta numa leitura da história a partir das contribuições de F. Braudel. Além do caráter eminentemente financeiro da atual fase do capitalismo, corrobora nesse sentido o fato de que o desenvolvimento local se expressa em “novas territorialidades”, que surgem a partir do acirramento da disputa pelo capital circulante, levada pelos habitantes do antimercado nos níveis local, regional, nacional e global.

Posto isto, no quinto tópico, mostraremos como as novas territorialidades surgem do próprio desdobramento da dinâmica do capitalismo. Braudel pensa essa dinâmica, além de suas pesquisas, a partir das contribuições de Marx em torno do processo de valorização do capital e das contribuições de Weber, em torno da organização dos Estados Nacionais, em meio à disputa pelo capital circulante. Não é tão claro, no entanto, que essa disputa se reproduza, à medida que a economia-mundo avança no tempo e no espaço, pelos níveis subnacionais de poder, delimitando novos territórios e recriando os antigos. A concomitante construção da economia-mundo e dos Estados Nacionais Territoriais teve como efeito a ampliação da camada do mercado e a desconstrução parcial da camada da vida material, ao longo dos quatro ciclos sistêmicos que o autor considera. Isso vem ocorrendo como movimentos em onda. Uma nova onda surge a cada decisão tomada por parte dos habitantes da camada do antimercado de *mudar o fuzil de ombro*, como disse Braudel (1987:85).

Pensar em territórios nos espaços subnacionais, contudo, implica pensar que, do ponto de vista relativo, cada território reproduz a estrutura social percebida por Braudel: a camada do antimercado, capaz de associar as oportunidades de poder com as oportunidades em termos de ampliação dos seus estoques de riqueza; a camada do mercado, onde prevalece a incerteza no processo de concorrência por mercados; e a camada da vida material que, progressivamente, se vê ameaçada, como disse Polanyi, pela mercantilização da terra, do trabalho e pela generalização do uso do dinheiro.

Por conseguinte, pensar em novas territorialidades é pensar na reorganização dos territórios em face da mudança nas oportunidades de lucro para os habitantes da camada do antimercado, ocorrida nos espaços supranacionais, nacionais e subnacionais de poder. Essa reorganização, como a história nos ensina, *tende* a acontecer em favor dos habitantes do antimercado nesses espaços, apropriando-se das *novas* oportunidades de poder que surgem, no plano dos fluxos de riqueza e no plano das representações da realidade. No primeiro caso, como exemplo, temos a descentralização política com maior fluxo de recursos para os Estados Territoriais municipais; novos investimentos de empresas multinacionais e nacionais e gastos públicos em infraestrutura. No segundo caso, a própria *noção de desenvolvimento local* se torna um “capital simbólico”, que se apropria das novas identidades que (re)surgem, da força cultural e da criatividade de suas populações, das histórias locais e do meio ambiente circundante.

Mas, a reorganização dos territórios implica revolver a camada fértil que se encontra assentada no chão, ali condicionada pela supremacia da cultura dominante, devido à homogeneização do tempo, do espaço e da cultura que, por meio da violência, formou os territórios nacionais. E é essa força que ressurgue que torna o desenvolvimento local o desabrochar de potencialidades e possibilidades.

III.2 A Teoria Marxista

A teoria marxista percebe a realidade a partir das classes sociais que se definem em função da propriedade ou não dos meios de produção. Essas classes sociais encontram-se organizadas em torno da força centrípeta que exerce a propriedade privada daqueles meios, que define uma relação de coerção dos seus proprietários em relação aos não proprietários. Qualquer melhora substantiva está condicionada à eliminação da propriedade privada dos meios de produção por meio da luta dos trabalhadores contra os capitalistas, o que implica a ruptura política com a ordem social capitalista dominante.³⁴

³⁴ Estamos aqui nos baseando em Marx (1978; 1983) e em Marx e Engels (1997).

Numa primeira etapa – o socialismo –, essa ruptura política implicava o controle do Estado, quando haveria a agudização dos conflitos de classes. Numa segunda etapa – o comunismo –, o Estado desapareceria, bem como as classes sociais. As possibilidades em relação à ruptura política, no entanto, estavam condicionadas à existência de condições históricas para tanto, sobretudo no que respeitava ao grau de organização dos trabalhadores. Na inexistência dessas condições, a prática política socialista se voltou para a estratégia de transformar o capitalismo a partir de dentro, atuando sobre as instituições políticas burguesas, sobretudo o Estado, buscando fazer prevalecer os interesses dos trabalhadores frente aos dos capitalistas, a partir da capacidade que o Estado burguês possui de intervir sobre a realidade. De acordo com Przeworsky (1991), essa é a essência do movimento social-democrata.

Essa construção, até bem pouco tempo atrás, no âmbito da teoria social crítica, se constituía na compreensão dominante da lógica de reprodução da sociedade capitalista. Ela está fundada na interpretação marxista da constituição do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico e tem, como pedra angular, como se sabe, o materialismo histórico e dialético como método, a crítica da economia política clássica como caminho e a luta pelo socialismo como objetivo. As transformações que foram aludidas no Capítulo I, contudo, colocaram a questão de se a luta de classes era de fato o motor da história; possibilitaram o ressurgimento, com toda força, das interpretações teóricas e históricas assentadas no individualismo metodológico, por questionar a coincidência entre consciência e consciência de classe; enquanto que o que passou a ser chamado de “socialismo real” se desmoronava.

Tornou-se, portanto, inevitável para a teoria crítica em Ciências Sociais proceder a crítica a tal construção teórica. Nesse sentido, com base em Fiori (1999a), em primeiro lugar, não há como negar o fato, evidente, de como a obra de Marx se insere nos quadros dos desdobramentos teóricos do movimento Iluminista, na medida em que partilha, juntamente com Adam Smith, da idéia de progresso: o capitalismo seria o modo de produção que levaria às últimas conseqüências a evolução das forças produtivas, possibilitando a libertação do homem do jugo da natureza, bem como de seus semelhantes.

Em segundo lugar, também tal como Adam Smith, Marx acreditou na tendência ao desaparecimento do Estado, tendo assim, embora percebido, negligenciado o poder supra-estatal e suas relações com o sistema interestatal, que se formaram com a constituição do capitalismo, centrando sua atenção na contradição entre trabalho e capital para compreender a dinâmica do sistema. Por fim, caminhando nesse mesmo sentido, o argumento de Immanuel Wallenstein em torno do que chama de “geocultura do desenvolvimento”, associando autodeterminação e desenvolvimento nacional, cultura essa partilhada e acordada por Wilson e Lenin, em torno de 1917 (Wallenstein, 2002), pelo menos coloca sem sentido muito da luta socialista que se travou ao longo do século XX.

Surgiu, então um vácuo, ainda de todo não preenchido, ao mesmo tempo em que um conjunto de outras questões novas, postas pela contemporaneidade, sobre as quais a teoria social crítica deve se debruçar. A idéia de “vácuo” está relacionada sobretudo à compreensão que prevalecia acerca do processo histórico de constituição dessa sociedade. Tal compreensão tinha suas raízes no capítulo XXIV de *O Capital*, que trata da acumulação primitiva do capital, como ponto de partida para o processo de acumulação propriamente dito, que informa a sociedade dos séculos XIX e XX. Nesse contexto encontravam-se as discussões sobre o processo de desintegração da sociedade feudal e aquelas em torno da existência ou não de um “capitalismo comercial”. Tinha também suas raízes na teoria imperialista, desdobramento quase natural das análises de Marx sobre a dinâmica das sociedades capitalistas.

III.3 A Dinâmica do Capitalismo em Braudel

A percepção de Braudel (1987) acerca da dinâmica do capitalismo sugere que os Estados Nacionais surgiram em decorrência do acirramento da disputa dos maiores proprietários privados em torno da ampliação de seus respectivos estoques de riqueza. A questão aqui não está relacionada à disputa em si, que já existia antes, mas à forma como ela passou a acontecer. A disputa por terras e ampliação dos territórios – que caracterizava os Estados territorialistas – perdeu importância relativa para a disputa pelo controle do capital circulante, isto é, a riqueza expressa na sua forma mais fluida – o dinheiro. De qualquer forma, a importância relativa do dinheiro, enquanto concentrador do poder sobre os fluxos de riqueza, começou a aumentar, as terras se mercantilizaram e a propriedade da riqueza passou a ser detida e/ou controlada por aqueles que tinham maiores facilidades para obtê-lo. As características principais dos “amigos dos príncipes”, então, mudaram, o que deu origem aos Estados Nacionais que conhecemos hoje.

O pressuposto é que existe uma relação muito forte entre os proprietários da riqueza e os detentores do poder político, o que de fato não é novo para a teoria marxista. O que é novo é a centralidade que essa relação exerce na expansão das sociedades capitalistas, em contraposição à percepção de que a luta de classes é o motor da história. Em outras palavras, a novidade está no fato de que os maiores proprietários da riqueza habitam um espaço social definido – o antimercado, e a expressão “burguesia” ou “proprietários dos meios de produção” não dá conta dessa especificidade.

Braudel percebe os primórdios da sociedade atual como sendo o resultado do soerguimento de uma camada social, denominada de *antimercado* ou *contramercado*, por sobre a camada do mercado, previamente existente e a concomitante apropriação, por parte de seus ocupantes, do poder de intervenção do Estado na realidade. A metodologia utilizada pelo autor teve como ponto de partida a pergunta simples referente a como as pessoas viviam na sociedade mediterrânea à época. Identificou, nesse sentido, primeiramente, uma enorme massa de pessoas que sobreviviam da produção para o autoconsumo e, em segundo lugar, uma camada social, em verdade muito pouco espessa que, para sobrevivência, havia desenvolvido relações de troca relativamente estreitas, conformando uma economia de mercado *de aldeia*.

A existência de ambas as camadas, denominadas por ele de *camada da vida material* e *camada do mercado*, por si só não representavam diferença significativa em relação às organizações sociais anteriores àquele momento específico da história mediterrânea. Na verdade, como o autor demonstra, tal forma de organização social, até por volta do século XV, caracteriza todas as partes do globo terrestre. Contudo, paulatinamente, por sobre a camada do mercado, consolidou-se o *contramercado*. E é este fenômeno, inicialmente sempre ligado ao controle do comércio de longa distância, mas não restrito a ele, cujos protagonistas, que também se tornaram sempre *amigos dos príncipes*, participam do jogo da troca em condições bastante vantajosas, o que caracteriza o *capitalismo*.

E foi por buscar atrás das aparências que Braudel revelou o antimercado por detrás das pequenas feiras, do comércio local estabelecido, de modo que afirma a existência *de dois tipos de troca: um terra-a-terra, competitivo, pois que transparente; o outro superior, sofisticado, dominante, [onde] se situa a esfera do capitalismo, [que] só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado.* (Braudel, 1987:53;55).

Assim, de acordo com Braudel, o capitalismo se caracteriza justamente pelo oposto da noção de economia de mercado desenvolvida e partilhada por grande parte da racionalidade contemporânea, que se encontra cravada no liberalismo econômico e, portanto, na economia política clássica. E a teoria marxista nunca soube se livrar completamente dessa herança.

Mesmo percebendo o Estado como instrumento de dominação de classe, ter colocado em primeiro plano a contradição entre capital e trabalho obscureceu o fato de que existem diferenças substantivas entre os que participam das redes de troca mercantis, bem como o fato de que padrões institucionais não mercado centrados convivem com o funcionamento dos mecanismos de mercado. Talvez pressupor a inexorabilidade do capital, que se reproduz por meio do funcionamento dos mecanismos de mercado, era um ponto importante para dar vida às estratégias de ruptura política.

Então, a nosso ver, a tendência geral no contexto dessa teoria e da prática política a ela inerente foi negar essas redes de troca e o seu importante papel na própria evolução das sociedades humanas, impedindo uma percepção mais aguçada dos processos históricos. Nesse contexto, a teoria da mais valia, embora demonstre o processo de exploração do capital sobre o trabalho e a tendência imanente de ocorrência de crises cíclicas no capitalismo, não aponta para outra alternativa senão as estratégias de ruptura política.³⁵ Em decorrência disto, a ação política crítica ao sistema dominante, em termos de teoria econômica e da promoção do desenvolvimento, teve que se apoiar na teoria keynesiana ou na teoria desenvolvimentista da CEPAL.

Independente disto, de acordo com Braudel, os capitalistas surgem e, por conseguinte, seu espaço social, quando a *alta finança* encontra formas de fugir das regras da concorrência, apropriando-se, por meio do monopólio, de espaços privilegiados no mercado, o que freqüentemente o fazem apoiando-se na capacidade dos Estados Territoriais de interferirem sobre a realidade.

III.4 Camadas Sociais, Incerteza e Redes sociais

No primeiro capítulo, fizemos referência ao fato de que o acirramento da concorrência capitalista tem como efeito intensificar o grau de incerteza com relação à reprodução dos grupos sociais de uma maneira geral. Esse tipo de incerteza, juntamente com a incerteza proveniente da debilitação dos quadros institucionais, de acordo com nosso argumento, contribuiu para que as preocupações relacionadas com o desenvolvimento se direcionassem para o local, porque, quando a incerteza com relação ao futuro cresce, existe uma tendência para se prestar mais atenção ao que se encontra perto: o local, em contraposição ao regional, ao nacional e ao global. No entanto, com a apresentação das três camadas sociais de Braudel, a primeira pergunta que ocorre é como essa incerteza se manifesta junto aos habitantes das três camadas sociais aqui consideradas? Decorre dessa pergunta uma outra: como ocorre a reprodução social no interior dessas camadas e as inter-relações que entre elas se estabelecem?

No que concerne à camada da vida material, um primeiro ponto a ser aventado é o que diz respeito ao fato de que a sua reprodução material está ligada ao acesso aos recursos naturais e à produção para o autoconsumo. Pode-se dizer que essa produção está

³⁵ Przeworsky (1991:242) põe em evidência essa questão:“(…) a teoria econômica marxista jamais possuiu importância para a esquerda. A teoria de Marx proporcionou uma análise muito útil, constituída de três aspectos: primeiro, o capitalismo baseia-se na exploração (a fonte do lucro é a mais-valia); a propriedade privada dos meios de produção é a fonte, simultaneamente, da injustiça e da irracionalidade do capitalismo: terceiro, a taxa de lucro declinante é a fonte das crises. Essa teoria possui utilidade política apenas como justificativa para objetivos revolucionários, especificamente, para o programa de nacionalização dos meios de produção. A economia de Marx, mesmo em suas versões mais sofisticadas, não se constitui em uma ferramenta útil para abordar as reivindicações redistributivas dos trabalhadores no capitalismo, sendo inútil para administrar as economias capitalistas. É fácil dizer: ‘e daí?’, mas o fato é que todos os movimentos de massa da esquerda tiveram de defrontar-se precisamente com essas tarefas.”

condicionada a fatores como a qualidade da água, à alimentação animal e à higiene pessoal e dos grupos familiares, bem como a mudanças na relação quantidade de pessoas versus terra disponível, e à capacidade das famílias de organizarem seu próprio trabalho, no sentido de obterem dos recursos naturais disponíveis aquilo de que necessitam. E esse condicionamento envolve incertezas como a quantidade de chuvas e a ocorrência de doenças que, como a malária, diminuem a capacidade produtiva desses grupos familiares.

Além disto, devemos considerar que a sobrevivência dos habitantes da camada da vida material não se encontra relacionada apenas com a manutenção e reprodução de indivíduos isolados, embora organizados em grupos familiares. Isto é, a disponibilidade de bens e recursos aqui expressa um modo de ser que ultrapassa as unidades familiares e alcança algo próximo à idéia de comunidades, comunidades rurais, no caso. As formas de consumir e de produzir estão não só introjectadas nas famílias, mas em grupos de famílias que conformam redes sociais, onde estão definidas as maneiras de fazer e de não-fazer; o que é bom e o que é ruim, conformando um conjunto de relações sociais que, diante do que está dito acima acerca da incerteza, a relativiza, porquanto essas redes sociais são também redes de proteção social.³⁶

Uma questão importante que deve ser pontuada é aquela referente ao fato de que as redes sociais não podem ser vistas apenas como tendo uma função, a função de proteger seus membros, no caso, da incerteza com relação à produção e ao consumo material; ou mesmo da expansão do capitalismo e as mazelas que deixa em seu rastro. Elas são próprias da natureza humana, como bem deixa claro o trabalho de Norbert Elias. Para esse autor, não há como pensar os indivíduos, ou grupos de indivíduos de forma isolada do contexto social no qual eles se encontram; e nem como indivíduos indiferenciados como que fazendo parte de uma estrutura qualquer, como uma família, ou uma classe social. Relações sociais são um dado, não uma opção; elas não são objeto de escolha para que se possa alcançar algum tipo de objetivo, embora elas se prestem a isto também, como a proteção social ou o desenvolvimento econômico.³⁷ Voltaremos a esse ponto nos Capítulos V e VII.

O que importa reter no momento é que a idéia de sobrevivência e reprodução social inerente aos habitantes da camada da vida material não envolve apenas relações materiais com o meio no qual seus habitantes se encontram inseridos, mas é um conjunto de relações sociais que permeiam tanto a ação dos atores, quanto seus modos de vida. Essa observação deve ser estendida para a nossa compreensão das demais camadas sociais.

Dessa forma, devemos pôr em evidência duas questões. Primeiro, que as idéias de sobrevivência e reprodução social estão relacionadas, além da disponibilidade de bens e serviços necessários à reprodução material das pessoas, famílias, grupos, comunidades, etc., aos gostos, estilos e imperativos inerentes a cada uma daquelas camadas que, além de possibilitar sua diferenciação social, condiciona sua existência. Segundo, redes sociais, como as familiares, indiferentemente da camada social, baseadas em laços de amizade, de crenças religiosas, de interesses comuns, organizadas em torno de outros padrões institucionais e formas de regulação social, que não aquelas dadas pelas relações mercantis, cortam transversalmente as relações mercantis, de modo que essas relações nunca podem ser vistas separadamente das demais.³⁸

³⁶ Ver, nesse sentido, Castel (2001), além dos trabalhos de Polanyi e Santos, discutidos no Capítulo anterior e o interessante estudo realizado por Barone (1996).

³⁷ Como afirmou Polanyi: as sociedades desenvolvem formas de se proteger do avanço da economia de mercado; ou como afirmaram Putnam & Goss (2003:13), no que respeita ao desenvolvimento econômico: “las redes sociales importan”.

³⁸ Essas considerações, é preciso que fique claro, se estendem para todas as redes sociais formadas por famílias.

Posto isto, os habitantes da camada do mercado têm como imperativo o fato de que suas respectivas sobrevivências encontram-se ligadas ao sucesso - ou não - de sua participação em redes de trocas mercantis, onde reside também a incerteza que lhes acomete. Essa incerteza encontra-se relacionada ao fato de encontrarem - ou não - mercado para as mercadorias que vendem: trabalho, por exemplo; ou trabalho, associado à oferta de bens e serviços; ou tão somente bens e serviços, como uma loja no centro da cidade. As pessoas e grupos aqui se diferenciam através da capacidade que possuem de se relacionar com a economia de mercado, em função da quantidade de renda que conseguem acessar, renda essa cujo destino está relativamente mais voltado para o consumo do que para a poupança ou para o investimento.

Esse, por fim, é um dos elementos que distinguem os habitantes dessa última camada com aqueles que habitam o "antimercado" ou o "contramercado". Isto é, de acordo com Braudel, uma das principais características desse grupo é o fato de serem flexíveis com relação à sua capacidade de realizarem gastos de investimento. Adaptam-se facilmente às oportunidades de lucro, sendo ecléticos, isto é, não especializados como os da camada do mercado, com relação ao setor onde será realizado o investimento: *Basta-[lhes] mudar o fuzil de ombro*, disse Braudel. Outra distinção é o fato de sempre terem assento nas decisões governamentais, fazendo com que essas sempre tendam a favorecer seus interesses. Sua característica principal, no entanto, é de estarem envolvidos na disputa pelo capital circulante no sentido de ampliarem seus estoques de riqueza.

Um último ponto deve ser aventado. Isto é, temos que considerar uma grande massa de pessoas que nem estão inseridas nas redes de troca mercantis, nem se encontram diretamente ligadas à disponibilidade de recursos naturais. O surgimento dessa grande massa de pessoas, aos nossos olhos, é decorrente da intensificação da urbanização nos países e regiões subdesenvolvidas e dos processos migratórios em direção aos países chamados de desenvolvidos, que se verifica sobretudo nos últimos 30 anos. O que as distingue é o elevado grau de pobreza que lhes é inerente. Nossa inclinação é incluí-los na camada da vida material. São numerosos grupos sociais que fazem desenvolver e se valem de outras formas de reprodução social, como a ampliação da dádiva e do desenvolvimento de formas de solidariedade, que lhes possibilita a reprodução material e social, mas em condições não raro subumanas.

III.5 Novas Territorialidades

O espaço social também se amplia quando consideramos “novas territorialidades”. “Novas”, segundo o nosso entender, extrapola a circunscrição definida no contexto das “velhas” territorialidades, coincidentes com os Estados Territoriais. Nosso argumento, no entanto, é que sua origem é a mesma, isto é, surgem no contexto da expansão do capitalismo ou, como nos termos de Braudel, no contexto da conformação da economia-mundo.

Assim, a referência que utilizamos aqui para pensar o local e global enquanto territórios onde a promoção do desenvolvimento pode se dar é o conceito de Território Nacional. Território Nacional, nos tratados de Teoria Geral do Estado,³⁹ é a base física sobre a qual se aplicam as leis e toda a ordem jurídica de um Estado – Estado Nacional Moderno. O Estado, além do Território, é constituído, também, pela População e pelo Governo. Então, “territórios locais” ou “territórios globais” ou ainda “novas territorialidades” implicam uma espécie de deslocamento ou ampliação dos territórios tradicionais, por assim dizer. Para falar de desenvolvimento local que, segundo vimos, implica a ação no sentido de transformar

³⁹ Ver, por exemplo, Sahid Maluf (1991).

processos históricos em processos de desenvolvimento em territorialidades locais, temos demonstrar como essas novas territorialidades surgem e como se organiza o governo que lhes é inerente.

Seguindo o pensamento de Braudel acerca da dinâmica do capitalismo, o surgimento e consolidação dos Estados Nacionais é uma função do acirramento da disputa pelo capital circulante ocorrida no âmbito da camada do antimercado. O problema, aos olhos de Braudel, no entanto, é mostrar a mudança dos centros do capitalismo mundial. O nosso problema, por outro lado, é perceber as conseqüências dessas mudanças sobre os espaços subnacionais de poder. Para a análise, dois tipos de conseqüências podem então ser aventados: aquela relacionada à reorganização territorial do espaço e aquela relacionada aos efeitos sobre as condições de sobrevivência e reprodução social dos habitantes das camadas da vida material e do mercado. A seguir, estaremos falando da primeira dessas conseqüências. A segunda, que implica analisar a forma como ocorre a ampliação da camada do mercado nos espaços subnacionais a partir da reprodução da dinâmica do capitalismo no plano mundial, será tratada ao final.

III.5.1 Reorganização territorial do espaço

Em função do argumento que estamos desenvolvendo nesse Capítulo, os Estados Territoriais se formaram para servir de uma espécie de anteparo e de instrumento de ação para os habitantes locais (nacionais) do antimercado, ante aquela disputa, que se dá no plano internacional. Braudel considera que a conformação do que ele chama de “economia-mundo” vem se transcorrendo ao longo de quatro ciclos sistêmicos, desde o século XI. Os motores principais desse movimento cíclico são as mudanças nas oportunidades de lucro, disponíveis aos habitantes do antimercado, caracterizados pelo seu ecletismo, flexibilidade e capacidade de adaptação. Cada uma dessas mudanças repercute nos planos nacionais e subnacionais, provocando reações de defesa e redefinição de estratégias dos habitantes do antimercado nesses planos. E, para se defenderem e redefinirem suas estratégias, valem-se do poder que exercem sobre os Estados Territoriais.

A capacidade dos Estados Territoriais de interferirem sobre a realidade, pode-se argumentar a partir de Elias (1993), encontra-se na concentração do poder bélico que contêm; na capacidade de poupança por meio do instituto da tributação, de onde decorre a definição quanto à realização de gastos; e na institucionalidade territorial que representam – língua, moeda, leis e centralização administrativa, que se expande pelo seu poder simbólico, representado pela “corte” e por sua capacidade de produzir interpretações sobre a realidade – a história oficial. Posto isto, e pensando nos Estados subnacionais e nas “novas territorialidades”, com exceção do poder bélico, as outras duas possibilidades de interferência na realidade se encontram presentes.

Nesse contexto, as mudanças ocorridas no âmbito do capitalismo mundial, desde meados da segunda metade do século XX, quando as maiores oportunidades de lucro passaram a estar na especulação da dívida pública dos Estados Nacionais e num conjunto de inovações tecnológicas, que reordenaram a divisão internacional do trabalho, a disputa pelo capital circulante se acirrou e se desdobrou na formação de “novas territorialidades”, para além e para aquém dos Estados Territoriais. Isto é, de um lado, essas territorialidades se expressam na formação de blocos econômicos; de outro, no forjar de oportunidades – cadeias produtivas, arranjos produtivos locais, *clusters*, comunidades, enfim, no desenvolvimento local.

Em outras palavras, essas “novas territorialidades” também surgem despidas da capacidade bélica inerente aos Estados Nacionais, mas têm o mesmo sentido de servir como anteparo, isto é, possibilitar a afluência de recursos financeiros para dentro delas, bem como estabelecer barreiras para a sua saída, além do fato de alcançarem uma representação simbólica, serem objeto de observação e intervenção não desprezível na atualidade.

Mas, se a cada territorialidade específica – Estado Nacional, Estados Territoriais subnacionais, com base em Braudel, podemos pensar no espaço social a partir das três camadas por ele evidenciadas, as “novas territorialidades” devem também expressá-las. Nesse sentido, elas carecem de “governança”, semelhante ao dos Estados Territoriais. “Governança” implica um novo espaço de concertação, onde os atores sociais relevantes, entre eles os habitantes do antimercado nesse nível, expressam seus interesses. Esse também é o espaço onde o processo de tomada de decisões se dá e onde o desenvolvimento local é pensado. “Novas Territorialidades” e “Governança Local”, assim, andam juntas e, dessa forma, elas passaram a também fazer parte do espaço social ampliado.

Ao contrário, no entanto, do que se encontra por detrás das teorias contratualistas de Hobbes e Locke, a formação dos Estados Nacionais é invariavelmente marcada pela violência. Novaes (2003) se refere a uma certa visão romântica da formação dos Estados Nacionais que pressupõe o território como espaço homogêneo, o tempo homogêneo na história das nações e uma cultura homogênea na formação das suas populações. Essa visão romântica percebe a violência na origem dos Estados-Nação como uma espécie de erro histórico. Erro ou não, é vasta a literatura que nos permite afirmar que aqueles três tipos de homogeneização não ocorreram por conta da participação livre e soberana das partes envolvidas no estabelecimento dos contratos que, pretensamente, deram origem aos Estados Nacionais.

De acordo com Braudel, das 76 civilizações, “culturas” e povos primitivos existentes por volta de 1500, subsistiram apenas 13 no início do século XVIII, por volta de 1800 (Braudel, 1997:45 e 46). A disputa por um novo caminho para “as Índias” é um capítulo dos mais dramáticos da paulatina intensificação da disputa pelo capital circulante, que aos poucos passa a se dar no âmbito dos Estados Nacionais – primeiro, Estados Absolutistas; depois “Estados Modernos”, e não mais no âmbito das cidades-Estado.

Dessa forma, falar hoje, procurar reforçar e instituir o princípio da equidade e o respeito à diversidade, às “novas” identidades que se empoderaram com as transformações dos últimos cinquenta anos é, ao mesmo tempo, fazer referência às injustiças cometidas ao longo do processo de expansão do capitalismo no espaço nos últimos seiscentos anos. *Aquilo que só se pode definir como um irrecusável e coerente movimento geral do capital*, como disse Novaes (2003: 12).

O que, entretanto, importa nesse contexto dizer é que a formação de “novas territorialidades”, implica revolver os conflitos que foram soterrados com os processos de homogeneização do tempo, do espaço e da cultura, característicos da formação dos Estados Nacionais. Não é à toa que a maior parte da literatura que trata do tema do desenvolvimento local se refere à cultura local como base de apoio para a promoção do desenvolvimento. E, nesse movimento, os conflitos originais têm condição de se expressar novamente. E eles se manifestam acrescidos dos conflitos atuais. Assim, em grande medida, novas identidades são velhas identidades ressuscitadas, da mesma forma que novos territórios e velhos territórios. E o desenvolvimento local pode, ao mesmo tempo, ser o resultado da reprodução de uma sociedade que reproduz a desigualdade, mas pode também ser o suscitar de novas possibilidades.

III.5.2 Ampliação da camada do mercado

Vimos acima que a dinâmica do capitalismo se desdobra na conformação de territorialidades específicas, as quais servem de uma espécie de anteparo para os habitantes da camada do antimercado, nos planos subnacionais. Importa agora demonstrar que a conformação dessas territorialidades específicas implica também a ampliação da camada do mercado. A ampliação dessa camada, de acordo com o argumento que estamos desenvolvendo, significa considerar um movimento de ascensão do padrão institucional do mercado, nos termos de Polanyi, por sobre os demais padrões institucionais, colocando em risco as formas prevaletentes até então de reprodução social das famílias, dos grupos sociais e das comunidades, habitantes das camadas da vida material e do mercado pré-existentes nos níveis subnacionais. Também de acordo com nosso argumento, isso ocorre através da mercantilização da terra, do trabalho e da generalização do uso do dinheiro.

Um dos argumentos de que Braudel se vale para demonstrar o soerguimento da camada do antimercado por sobre a camada do mercado é uma associação específica entre as melhores oportunidades de lucro nos mercados e o acesso que os habitantes dessa camada passam a ter à capacidade de intervenção do Estado na realidade. No entanto, a ampliação dos estoques de riqueza se dá pela apropriação do capital circulante e essa apropriação ocorre, ainda de acordo com Braudel e como vimos, pela intensificação do processo de valorização do capital. Então, pensar em ampliação da camada do mercado significa considerar que a disputa pelo capital circulante se reproduz nos planos subnacionais.

É uma espécie de “chamada” das pessoas, famílias, grupos sociais e comunidades para participarem dessa disputa, realocando seus recursos – trabalho, recursos naturais, laços e redes sociais, manifestações culturais – das relações estabelecidas, sejam elas mercantis ou não, para a inserção mais intensa, digamos assim, nos jogos de troca. Essa “chamada” normalmente ocorre de forma compulsória. Por exemplo: a participação em cursos que objetivam a qualificação para o trabalho; a venda da pequena propriedade para uma grande empresa que atua no ramo da silvicultura; a intensificação da concorrência nos mercados; a limitação do tamanho da propriedade em relação ao crescimento do número de membros das famílias, etc.

Esses recursos passam então a fazer parte do processo de valorização do capital e seus proprietários passam a estar mais dependentes – ou totalmente dependentes do estabelecimento de laços mercantis para obter uma certa quantidade de dinheiro e, assim, garantir sua sobrevivência. Quando essa condição se estabelece, a competição no mercado é que passa a contar. O associativismo; o cooperativismo; o estabelecimento de redes solidárias, inclusive de trocas; a formação de grupos de trabalho; a combinação da produção para o autoconsumo e para o mercado, no interior de uma unidade de produção familiar; a utilização de moedas alternativas, como o vale-transporte ou o ticket-refeição; o aluguel de crianças para pedir dinheiro no sinal; a escolha de um membro da família para se formar num curso superior; a conformação de um grupo de crianças, sob a liderança de um chefe, para realizar pequenos furtos; etc., são então estratégias que diminuem a incerteza e potencializam a capacidade de inserção e competição nos mercados.

Nesse contexto, gostaríamos de fazer duas observações, ambas relacionadas à possibilidade de apreender a diversidade que surge desses processos a partir do Mapa da Estrutura-Ação de Boaventura de Sousa Santos e dos padrões institucionais não-mercado centrados de Karl Polanyi. Isto é, o que nos chama a atenção é o fato de que aquilo que Boaventura de Sousa Santos denomina de “forma epistemológica” do espaço da comunidade – conhecimento local, cultura da comunidade e tradição; e do espaço doméstico – cultura familiar, juntamente com suas respectivas formas de poder e de direito se reproduzem na nova

situação. O mesmo ocorre com os padrões institucionais não-mercados centrados de Polanyi – simetria, centralidade e autarquia –, só que agora condicionados pelas exigências dadas pela prevalência do padrão institucional do mercado, ou ainda pela necessidade de se criarem alternativas a ele.

A generalização do padrão institucional do mercado, no entanto, e a territorialidade que lhe é inerente, significa, em princípio, a inserção daquelas pessoas e famílias no espaço da cidadania, o que implica considerá-las como cidadãs, portadoras de direitos e deveres. Possuir a carteira de identidade e votar são respectivamente exemplos de direitos e deveres da condição de cidadão. O esforço realizado no contexto da população indígena para tornar seus membros cidadãos, pelo que está dito acima, não pode então estar dissociado da inclusão dos recursos naturais aos quais essas populações têm acesso para sobreviver nos fluxos inerentes aos mercados de terra, de madeira, de minerais metálicos e não-metálicos e de matérias-primas para a indústria farmacêutica, por exemplo.

Suas relações sociais – a dos indígenas –, seus modos de ser e de fazer, suas capacidades de trabalho e suas culturas que, de acordo com Polanyi, se organizavam em torno daqueles quatro padrões institucionais; agora devem se reorganizar e se direcionar segundo o condicionante dado pela prevalência de apenas um padrão institucional – o do mercado. Essa prevalência, no entanto, e a condição de cidadãos que também passa a prevalecer não garante, de forma nenhuma, o acesso aos direitos que a condição de cidadãos implica: serviços de saúde, de educação, de defesa dos direitos de propriedade e do trabalho, de defesa dos direitos das crianças e das mulheres, etc. E isto ocorre porque a capacidade de intervenção do Estado na realidade está orientada em favor dos habitantes do antimercado nos níveis nacional e subnacionais, para a garantia das condições de reprodução dos mercados e não para a garantia da reprodução daqueles que dele participam.

As formas de poder prevaletentes nos espaços domésticos e da comunidade também se reproduzem, orientadas pelo padrão institucional do mercado. Assim a diferenciação desigual, forma de poder no espaço da comunidade, é expressa no mercado de trabalho, por exemplo, em detrimento das condições relacionadas aos negros, às mulheres e às mulheres negras. O patriarcado, forma de poder no espaço doméstico, também se reproduz, juntamente com a violência contra mulheres, idosos e crianças, muitas vezes relacionadas ao esforço de inserção em redes de troca mercantis. Obrigar crianças e adolescentes do sexo feminino, por exemplo, a se prostituírem, ou obrigar crianças a pedir dinheiro no sinal são exemplos de novas formas de relação que passam a prevalecer no espaço doméstico, coordenadas pelo padrão institucional do mercado.

E, nesse contexto, o que significa promover o desenvolvimento local? Surgem aqui diversos significados, condicionados pelos sentidos da melhora que se espera e pela leitura que se tem dos processos históricos, para transformá-los em processos de desenvolvimento. Pelo que vimos acima, podemos apontar como exemplo a ocupação dos espaços vazios deixados pelo Estado na promoção dos direitos concernentes aos cidadãos; a utilização dos recursos naturais, culturas, habilidades, relações sociais das populações locais no processo de produção de mercadorias para a inserção em mercados globalizados; a promoção da condição de gênero, de raça, de etnia e de idade; o fortalecimento de redes de proteção social que associem inserção nos mercados e condições mínimas de reprodução para as pessoas, as famílias, os grupos sociais e as comunidades; a união de habilidades e capacidades de modo a incrementar o acesso a redes de troca mercantis.

Neste capítulo, verificamos a ampliação do espaço social de duas formas: as camadas sociais de Braudel e o surgimento de novas territorialidades. As camadas sociais surgiram como uma alternativa à percepção marxista da realidade dividida em classes sociais, onde as identidades de classe sobressaem frente a outras identidades. Evidentemente, não é possível

dizer que existem correlações entre os habitantes de uma camada social e a idéia de identidades. Pelo que foi visto acima, essas identidades se formam em contextos sociais nos quais as pessoas e grupos sociais se encontram inseridos.

No capítulo anterior, vimos que o Mapa da Estrutura-Ação permite a visualização da realidade ampliada por colocar em evidência outras formas de direito, de poder e de conhecimento que não aquelas características dos espaços mundial e da cidadania. As instituições que as novas identidades questionam não são apenas as formas de regulação emanadas desses espaços. Elas questionam também o patriarcado; a exploração do homem e da natureza; a tradição implícita na cultura da comunidade e o fetichismo das mercadorias, além da ciência moderna, da prevalência das identidades nacionais, etc. Esse Mapa explicita o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço da comunidade e o espaço do mercado como espaços onde a disputa pela regulação da ordem ou sua transformação acontece.

O afloramento, no entanto, de novas identidades, que questionam os padrões institucionais estabelecidos em qualquer um dos espaços estruturais do Mapa da Estrutura-Ação, pode ser visto como uma manifestação dos conflitos que foram soterrados no processo de formação dos Estados Nacionais. E é a formação de “novas territorialidades” que dá suporte a esse afloramento.

Vimos também que a contribuição de Karl Polanyi descentraliza as atenções em relação ao padrão institucional do mercado que, segundo o poder emanado dos espaços da cidadania e mundial, deve regular os conflitos em torno da produção, distribuição e consumo da riqueza e descarte dos recursos utilizados. Essa insistência, de acordo com esse autor, reproduz a desigualdade e imprime uma situação de pobreza para vastos segmentos das populações, porque ela debilita a capacidade das sociedades de se defenderem das incertezas que rondam seus processos de reprodução material.

Pensando, no entanto, a partir das categorias de Braudel, não é apenas essa insistência, mas a dependência e a sujeição que os habitantes das camadas da vida material e do mercado estão sujeitos ao poder que é emanado dos Estados Territoriais e do que se encontra acima deles: a camada do antimercado. A disputa característica dos habitantes dessa camada, em torno do capital circulante, que os motiva, desestrutura freqüentemente a organização das camadas do mercado e da vida material.

Essa desestruturação ocorre em ondas e, no seu desenrolar, são homogeneizados formas de ser e de fazer. Essas formas de ser e de fazer, que ficaram escondidas por debaixo do espaço, do tempo e da cultura homogêneas ressurgem quando uma nova movimentação de grande vulto nos espaços superiores de poder ocorre, como a dos últimos 30 anos. Elas ressurgiram na forma de novas identidades – ambientais, de gênero, de raça, de consumidores, relacionadas ao meio rural, ao meio urbano, à comunidade, etc. e do processo de individualização em curso. Essa é uma característica dos processos que se encontram em curso, que vêm acompanhados da ampliação da camada do mercado, da generalização do sentimento de incerteza e da ampliação dos problemas com os quais o desenvolvimento deve se dar.

CAPÍTULO IV – NOVOS ATORES E OS SENTIDOS DA MELHORA

IV.1 Introdução

O propósito do presente capítulo é possibilitar a passagem da discussão acerca da ampliação dos espaços sociais a partir das teorias do desenvolvimento que prevaleciam nos anos pós-guerra para a análise das teorias e enfoques que tratam diretamente ou que impactam as discussões sobre desenvolvimento local, o que será realizado nos dois capítulos subseqüentes. Essa passagem ocorreu em meio ao processo de deslocamento da territorialidade privilegiada para se pensar o desenvolvimento do plano nacional para o plano local e foi acompanhada pela ampliação do leque de atores e fluxos no cenário internacional e da ampliação dos sentidos da melhora em relação aos processos de desenvolvimento. Dois aspectos dessa ampliação em relação aos sentidos da melhora serão aqui evidenciados: a melhora para além dos aspectos econômicos e o problema relacionado à definição a priori desses sentidos.

Nos anos 1950/1980, os projetos políticos que se encontravam em disputa – liberal-conservador; liberal-democrático; e social-democrático –, oriundos das matrizes teóricas liberal e marxista, apontavam para um sentido de melhora condizente com a dicotomia transformação da ordem / preservação da ordem estabelecida. Mas eles não conseguiam apreender as especificidades dos países subdesenvolvidos, por um lado e, por outro, pressupunham que o sentido do desenvolvimento para esses países já estava dado pelo caminho percorrido pelos países desenvolvidos. Ter colocado essas questões em evidência foi obra da teoria desenvolvimentista da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – e das discussões que suas contribuições suscitaram.

Por outro lado, embora esse deslocamento tenha sido acompanhado do comprometimento daquelas teorias de apreender a realidade e, portanto, das ações elaboradas no bojo dos projetos políticos delas derivadas, segundo o nosso entender, não é possível analisar a problemática relativa ao desenvolvimento local sem considerar tanto as teorias, quanto as questões que ficaram evidenciadas a partir das disputas realizadas pelos projetos políticos em torno das representações do desenvolvimento nos anos pós-guerra. E isso por um motivo relativamente simples: os enfoques e as teorias que impactam a problemática do desenvolvimento local, em grande medida, são desdobramentos e aperfeiçoamentos das teorias que prevaleciam nos anos pós-guerra.

Além disto, a construção de nosso argumento principal é constituída de três partes: demonstrar que os espaços sociais se ampliaram; que as teorias e os enfoques sobre desenvolvimento local vêm se utilizando em larga escala dos espaços sociais ampliados para formular as representações do desenvolvimento local; e propor que a inclusão dos espaços do sujeito e grupal no Mapa da Estrutura-Ação de Boaventura de Sousa Santos contribui para uma melhor compreensão dos processos históricos e, em conseqüência, para a formulação de estratégias de promoção do desenvolvimento local. Nessa construção, como foi dito acima, o presente capítulo deve permitir a passagem da primeira para a segunda parte.

Com o intuito de demonstrar que as teorias e os enfoques sobre desenvolvimento local vêm se utilizando em larga escala dos espaços sociais ampliados, da maneira que estamos aqui os concebendo, evidenciando os sujeitos, as famílias, os grupos sociais e as comunidades, bem como suas relações formais e informais, os atributos e as culturas locais, precisamos criar critérios para a distinção daquelas teorias e enfoques. Este capítulo também tem o objetivo de formular esses critérios. Um primeiro ponto a ser aventado nesse sentido é que a problemática relativa ao desenvolvimento local se distingue da problemática do desenvolvimento nos anos posteriores à Segunda Grande Guerra pelo fato de o desenvolvimento local ser eminentemente endógeno. Isto é, a participação dos atores locais é tomada como dada e seu ponto de partida são os atributos e as práticas sociais locais.

Em segundo lugar, diante dessa condicionalidade posta para o desenvolvimento local, o problema do desenvolvimento, da forma como vimos na Introdução, deve ser reformulado. Isto é, na Introdução definimos como sendo o problema do desenvolvimento o seguinte: como transformar processos históricos em processos de desenvolvimento? Para o desenvolvimento local, diante do seu caráter endógeno, esse problema deve ser reformulado para: como as representações do desenvolvimento se apropriam das práticas sociais locais de modo a transformar processos históricos locais em processos locais de desenvolvimento?

O que nos interessa de fato nessa discussão, de acordo com nosso objetivo, é o conteúdo da apropriação que se faz das práticas sociais locais. Mas para que consigamos perceber esse conteúdo, precisamos primeiro entender as formas em que se dá essa apropriação, o que significa considerar a maneira como os processos históricos locais são pensados, o que, por sua vez, implica distinguir os arcabouços teóricos que dão suporte às formas específicas de apropriação das realidades locais e os sentidos da melhora que lhes são inerentes.

Nessa perspectiva, o presente capítulo propõe olhar a problemática do desenvolvimento local à luz das discussões acerca da promoção do desenvolvimento que vigoravam nos anos pós-guerra, destacando as contribuições da CEPAL. Assim, além de podermos identificar o surgimento de novos atores e novos fluxos no plano internacional, que se tornaram importantes na construção de estratégias para a promoção do desenvolvimento local, vamos também trazer uma outra discussão, a nosso ver importante para o estudo do desenvolvimento local, qual seja, o problema relacionado à definição dos sentidos da melhora. Essas discussões se colocaram a partir das contribuições da CEPAL e, a nosso ver, ampliam nosso olhar acerca da compreensão dos processos históricos e da sua transformação em processos de desenvolvimento, em relação ao que permitia as teorias de cunho liberal e marxista, chamando-nos a atenção para outros elementos de análise das questões relativas ao desenvolvimento local.

Este capítulo encontra-se dividido em quatro partes, além desta Introdução. O objetivo do tópico seguinte é caracterizar os projetos políticos que disputavam as representações do desenvolvimento nos anos pós-guerra. Em seguida, analisaremos as contribuições da CEPAL, evidenciando o conflito que existia no que respeita à definição dos sentidos da melhora e o papel de atores locais e não locais nos processos de desenvolvimento. O quarto tópico tem o objetivo de procurar perceber, a partir da análise de algumas contribuições que introduzem a problemática relativa ao desenvolvimento local, se as questões colocadas pelos desenvolvimentistas nos anos 1950/1980 perderam o sentido ou ainda se os conflitos que ficaram evidenciados no passado vêm se expressando nas discussões sobre desenvolvimento local. Veremos então que poucas são as contribuições que expressam de alguma forma aquelas discussões e os conflitos relacionados. Entre elas, destacamos as de Francisco de Oliveira e Tânia Bacelar de Araújo. Um ponto importante a ser assinalado é que essas

contribuições, como dissemos no Capítulo I, se coadunam com a perspectiva “das cidades globais” de Sassen (1993). Uma das proposições dessa perspectiva é a idéia de que o sistema financeiro e seus serviços adjacentes coordenam o processo de reorganização do espaço, o que se desdobra, entre outros, na constituição de uma “nova urbanização”.

No quinto tópico, vamos reiterar a importância daquelas questões e daqueles conflitos para as discussões sobre desenvolvimento local, observando que nelas, pelo fato de que o desenvolvimento local é eminentemente endógeno, toma-se como dado a participação dos atores locais; como natural a participação de atores não locais; ao mesmo tempo que tem-se, como ponto de partida para a promoção do desenvolvimento, os atributos e as práticas sociais locais. Esse conjunto de fatores esvazia o conteúdo das críticas relacionadas no passado, por um lado, ao mesmo tempo em que obscurece os problemas relativos à definição dos sentidos da melhora. Esse fato, segundo a nossa perspectiva, contribui, na verdade, para a hegemonia da perspectiva da história inerente ao projeto liberal-conservador. Por fim, com base na discussão anterior, apresentaremos um conjunto de critérios a partir dos quais os enfoques e teorias que impactam as discussões sobre desenvolvimento local serão analisados nos Capítulos V e VI.

IV.2 Projetos Políticos em Disputa nos Anos Pós-Guerra

A promoção do desenvolvimento implica mobilizar recursos econômicos, sociais, políticos, humanos, culturais, institucionais e ambientais de modo a fazer com que os objetivos do desenvolvimento sejam alcançados. Promover o desenvolvimento, então, implica redefinir a utilização dos recursos existentes, para que se possa dar conta dos problemas colocados para o desenvolvimento.

Na maior parte das sociedades em que vivemos, uma parte significativa dos recursos existentes é mobilizada para a produção de riqueza que será apropriada privadamente, enquanto uma outra parte é mobilizada para a produção de bens e serviços públicos e coletivos. A lógica predominante da produção, distribuição e consumo da riqueza e descarte dos recursos utilizados é privada, orientada pelos sinais do mercado. Desse modo, o ganho individual, assim é esperado, deve proporcionar o bem-estar geral. Em meio a essa lógica predominante, baseada na troca que acontece no mercado, outras dinâmicas podem ser observadas, tendo como base outros princípios de comportamento, como a reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade e que não possuem como moto principal a acumulação privada de riquezas, conforme podemos observar a partir dos trabalhos de Karl Polanyi e de Boaventura de Sousa Santos.

Nesse contexto, pode ser dito que existem basicamente três projetos políticos a partir dos quais se pensa o problema do desenvolvimento ou os motivos pelos quais ele não ocorre. Os dois primeiros – liberal-conservador e liberal-democrata – têm como ponto de partida a teoria política e econômica liberal. Nesse contexto, valorizam a lógica predominante acima caracterizada. Vamos aqui chamá-los de mercado-centrados. O terceiro, que tem suas origens na teoria marxista e na teoria social crítica em geral, valoriza as outras dinâmicas postas em evidência por Polanyi e Santos. Vamos aqui chamá-lo de social-centrado.

O primeiro projeto, liberal-conservador, é aquele que atribui ao não-desenvolvimento a inexistência de condições político-institucionais apropriadas para que as ações privadas proporcionem o máximo de benefícios sociais que lhes são inerentes, de modo que promover o desenvolvimento equivaleria à mobilização dos recursos disponíveis para criação dessas condições. O segundo, liberal-democrata, é aquele que atribui ao não-desenvolvimento a inexistência de uma espécie de sintonia fina entre o funcionamento concorrencial dos

mercados e as instituições organizadas em torno da democracia representativa, que orientam a ação do Estado para a produção de bens e serviços públicos. Nesse caso, a promoção do desenvolvimento se daria a partir da utilização dos recursos para o aperfeiçoamento das instituições democráticas, que se desdobraria na universalização do acesso aos bens e serviços públicos e em mercados mais concorrenciais.

Por fim, o terceiro, aqui denominado de social-democrata, é aquele que atribui ao não-desenvolvimento a predominância da própria lógica privada e a forma dominante de propriedade que lhe é inerente, de modo que os recursos disponíveis seriam utilizados para a instituição de formas públicas e coletivas de propriedade e o estímulo a relações sociais que não estejam fundadas no individualismo mercantil, como o associacionismo, o cooperativismo e a solidariedade entre pessoas, grupos sociais, etc.

Pensando em termos do sentido da melhora que se espera dos processos de desenvolvimento, os projetos políticos liberal-conservador e liberal-democrata, encontram-se basicamente orientados para a conservação da ordem social prevalecente.⁴⁰ Isto é, a melhora passível de ocorrer deve ocorrer nos limites da ordem social que se organiza em torno do padrão institucional do mercado. Esses projetos têm em comum o fato de verem, nos mecanismos de mercado, uma evolução institucional, cuja centralidade é primordial para que o desenvolvimento ocorra. No entanto, eles se diferenciam pela concepção de quão eficientes são os mecanismos de mercado para que, sozinhos, sejam capazes de promover o desenvolvimento.

De outro lado, o sentido da melhora condizente com o projeto social-democrata, que se fundamenta na teoria marxista e social crítica, está basicamente orientado para a transformação dessa mesma ordem. Inicialmente, a transformação da ordem prevalecente se daria pela implementação de estratégias de ruptura política, que seriam implementadas pelos movimentos dos trabalhadores. A inexistência de condições históricas para a sua implementação fez com que essas estratégias fossem redirecionadas para a participação dos socialistas nas estruturas políticas burguesas, de onde decorre, como vimos, a designação “social-democrata”.

Então, tínhamos três projetos políticos que disputavam o campo das representações do desenvolvimento, sendo que os dois primeiros, baseados na teoria política e econômica liberal, trazem nas suas estratégias para a promoção do desenvolvimento uma preocupação básica com a preservação da ordem social e o terceiro, baseado na teoria marxista, elabora estratégias com o sentido da transformação dessa mesma ordem.

IV.3 A Teoria Desenvolvimentista da CEPAL

Desde a segunda metade do século XIX, até o terceiro quarto do século XX, os projetos políticos acima mencionados disputavam a capacidade dos Estados Nacionais de intervenção sobre a realidade para a implementação de estratégias para a promoção do desenvolvimento. Até o período entre-guerras, prevalecia a percepção liberal-conservadora dos processos históricos. Entre os anos 1950 e 1980, a percepção prevalecente era a liberal-democrática, apoiada pelo projeto político social-democrático. Dos anos 1980 em diante, voltou a prevalecer o projeto político liberal-conservador.

⁴⁰ A denominação “conservação da ordem” e, como veremos adiante, “transformação da ordem”, que aqui imputamos aos projetos políticos de orientação liberal e marxista, é decorrente das contribuições de Norberto Bobbio (1995).

Contudo, foi entre os anos 1950/1980 que as discussões acerca do desenvolvimento chegaram ao seu auge. Em consonância com o que argumentamos na Introdução, a motivação principal para que isso tenha acontecido foi a superposição de uma teoria econômica que justificava a intervenção do Estado no funcionamento dos mecanismos de mercado – o keynesianismo –, por sobre a leitura da história inerente ao projeto liberal-democrático. Em outras palavras, a percepção da realidade inerente ao projeto liberal-democrático foi aprimorada de forma significativa, elevando o seu estoque de capital simbólico, com a apropriação de uma teoria econômica que propunha, por meio da intervenção estatal, a elevação e a manutenção em níveis elevados do bem-estar social.⁴¹

Paralelamente, as contribuições surgidas no âmbito da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – forneceram também subsídios teóricos importantes para a orientação das ações dos governos nacionais de países subdesenvolvidos no sentido da superação dessa condição via industrialização.⁴² A realidade, nesse contexto, era percebida a partir de Estados Nacionais relativamente independentes, no que respeita à formulação de estratégias para a promoção do desenvolvimento, mas desiguais no que respeita ao poder econômico e político a eles inerentes. As trocas econômicas e as relações políticas entre os países implicavam a promoção do desenvolvimento no centro do capitalismo e a manutenção do subdesenvolvimento nos países periféricos.

Nessa teoria, existia um certo hibridismo no que respeita à percepção dos processos econômicos e sociais. Isto é, internamente, percebiam-se os Estados Nacionais organizados em torno das classes de trabalhadores e capitalistas, de forma semelhante à teoria marxista. A desigualdade entre os países também se reproduzia internamente, do ponto de vista espacial, social e econômico.⁴³ Externamente, a partir de uma construção original, questionava-se a idéia liberal de igualdade política entre os Estados Nacionais e também a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, base da teoria econômica liberal do comércio internacional.

Além disto, a análise realizada pela CEPAL mostrava que, diferentemente do que as análises liberais tradicionais procuravam demonstrar, o subdesenvolvimento, da forma como estava colocado no contexto das relações internacionais, não era um estágio anterior à condição de desenvolvimento, mas sim uma espécie de “alimento” para as nações desenvolvidas, que perpetuava a condição de periféricos dos países não desenvolvidos. Nesse contexto, a idéia de melhora inerente a essa interpretação está relacionada à superação do subdesenvolvimento, o que se daria a partir da ação do Estado no sentido de internalizar os processos de acumulação de capital, retirando a limitação ao desenvolvimento imposta pela capacidade de exportar desses países.

Três pontos em comum entre ambas as teorias – Keynesianos e CEPAL – devem ser ressaltados: a) ambos são críticos em relação à teoria econômica neoclássica, inerente ao projeto liberal-conservador; b) ambos justificavam teoricamente a ação estatal para a promoção do desenvolvimento, seja ele entendido enquanto bem-estar social ou como

⁴¹ Interessante observar que o mesmo pode ser dito em relação à ascensão política do projeto liberal-conservador e seu suporte, em termos teóricos, na “Curva de Phillips, e no que se convencionou chamar de ”hipótese das expectativas racionais”, associada à idéia de taxa natural de desemprego. Ver, nesse sentido, por exemplo, Froyen (1999). Esse conjunto desbancou a teoria keynesiana e levou de roldão a teoria desenvolvimentista da CEPAL.

⁴² Sobre a Teoria Desenvolvimentista da CEPAL e o debate brasileiro sobre desenvolvimentismo, ver Bielschowsky (1988).

⁴³ De acordo com Sunkel, (2000:536), percebia uma tendência “a se produzir nos países, num dos extremos, uma divisão entre espaços físicos, grupos sociais e atividades econômicas avançados e modernos e, no outro, espaços físicos, grupos sociais atividades econômicas atrasados, primitivos, marginalizados e dependentes.”

industrialização; e c) em torno de ambos havia espaço para o acolhimento daqueles que pensavam o sentido do desenvolvimento como uma transformação da ordem social.

Mas uma diferença é importante de ser assinalada. Isto é, enquanto a CEPAL pensava em termos das relações entre países, a teoria keynesiana evidenciava as relações entre consumidores e empresas no interior dos próprios Estados Nacionais e, no mesmo contexto, a teoria marxista evidenciava as relações entre capitalistas e trabalhadores. Ou melhor, no que diz respeito à teoria marxista, de uma certa forma a teoria desenvolvimentista da CEPAL operacionalizou a crítica marxista no que respeita ao imperialismo, visto como “fase superior do capitalismo” (Lênin, 1985), apontando um caminho para a superação das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A implicação daquela diferença, no entanto, é interessante, porque pontua duas questões: a identificação dos atores e dos fluxos no cenário internacional; e o questionamento, em termos dos sentidos da melhora, inerentes à idéia de desenvolvimento implícitos nas construções marxista e liberal. Isto é, os sentidos da melhora, pensando nos países e regiões subdesenvolvidas, estão dados pelos caminhos trilhados pelos países desenvolvidos?

O deslocamento da territorialidade para se pensar o desenvolvimento do plano nacional para o plano local veio acompanhado da diversificação dos atores e dos fluxos prevaletentes no cenário internacional. Esses fluxos se ampliaram, incorporando um conjunto de atores, além dos Estados-Nação e das grandes empresas envolvidas nos fluxos internacionais de mercadorias e capitais, de modo que outros canais e outros objetos de intercâmbio no plano internacional surgiram ou ficaram mais evidenciados.

Essa observação é particularmente importante para o tema do desenvolvimento local, na medida em que sua promoção vem estando baseada na conformação de redes que envolvem atores locais, regionais, nacionais e globais, estatais, não estatais e supra-estatais, oriundos da sociedade civil organizada ou de empresas ou ainda de organizações internacionais. Nesse contexto, o intercâmbio se ampliou significativamente para além dos fluxos tradicionais. Redes de tecnologias alternativas; de experiências de desenvolvimento local; de comércio solidário de mercadorias; de ajuda internacional; de recursos e modelos de desenvolvimento; etc.

O espaço social ampliado dessa forma vem dando substância a uma parte significativa de experiências de desenvolvimento local e os estudos nesse sentido se voltaram para a compreensão da formação e articulação de redes; do papel do terceiro setor; e não raro os Estados subnacionais se empenham em pesquisas para identificar junto a atores internacionais e nacionais a disponibilidade de recursos sobre as quais pautam suas práticas desenvolvimentistas. Encontramos então projetos de desenvolvimento local financiados por grandes empresas, como a Petrobrás; por organizações de países, como o PPG-7 – Grupo dos Sete Países mais desenvolvidos; por instituições nacionais e internacionais com motivação religiosa; pelo Banco Mundial; por fundações dos mais diversos tipos, etc.

Além disto, há que se pontuar o fato de que as contribuições da CEPAL e seus desdobramentos trouxeram uma discussão importante, a nosso ver, para o entendimento das diferentes formas de se apropriar das práticas sociais locais no sentido de se promover o desenvolvimento local, qual seja: a discussão acerca dos sentidos da melhora que se pretende com as estratégias para a promoção do desenvolvimento. Já vimos que as transformações recentes fizeram ampliar os sentidos da melhora condizentes com o desenvolvimento. Este fato acompanhou e até mesmo contribuiu para o deslocamento da territorialidade privilegiada para se pensar o desenvolvimento.

No entanto, temos aqui de nos atentar para dois aspectos dessa ampliação. O primeiro diz respeito à extensão desses sentidos para fatores que estão além dos econômicos propriamente ditos. Podemos então falar de desenvolvimento ambiental, social, político-institucional, por exemplo, e, nesse sentido, em relação ao que preconizava a teoria desenvolvimentista da CEPAL, os espaços sociais também se ampliaram, já que essa teoria privilegiava, como também as demais, os aspectos econômicos da realidade para pensar a promoção do desenvolvimento.

Mas, uma outra questão deve ser evidenciada. Aqui não estamos falando propriamente dos setores da realidade passíveis de melhora, mas sim em relação ao próprio sentido da melhora em si e sua definição a priori. Acima, identificamos a teoria política e econômica liberal como sendo aquela que fundamentalmente se preocupa com a preservação da ordem social, enquanto a teoria marxista estaria preocupada com a transformação dessa mesma ordem. Em termos de desenvolvimento é então razoável supor que os projetos políticos que se apropriavam desses quadros conceituais buscassem construir estratégias que viessem a preservar a ordem social ou que buscassem transformá-la.

A partir da teoria desenvolvimentista da CEPAL, podemos identificar duas questões relacionadas. A primeira diz respeito às relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e suas particularidades. A segunda, posta em evidência por Celso Furtado, diz respeito ao caminho que os países subdesenvolvidos devem trilhar para alcançar o desenvolvimento, questionando a proposição de que o subdesenvolvimento é um estágio anterior ao desenvolvimento, quando essa situação é pensada a partir dos países centrais. A seguinte passagem, extraída do Prefácio à Edição Francesa de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, é esclarecedora:

Uma tradição persistente, que vem de Marx até Hicks, pretende que a explicação dos processos econômicos nos países mais avançados na industrialização seria suficiente para o entendimento do que ocorre nas economias de desenvolvimento retardado. Sendo assim, aos países atrasados, não cabe senão trilhar os caminhos já conhecidos, beneficiando-se da experiência daqueles que se encontram em estágios mais adiantados. O ponto de vista do autor desse livro é fundamentalmente distinto. O subdesenvolvimento é aqui tratado como fenômeno coetâneo do desenvolvimento, conseqüência da forma como se vem propagando até nossos dias a revolução industrial. (Furtado, 1979)

Isto é, sejam as leituras da história inerentes à perspectiva liberal, ou a perspectiva da história inerente à teoria marxista, ou mesmo as estratégias de emparelhamento implícitas no projeto político da CEPAL, em termos de desenvolvimento, as diferenças entre os países eram diferenças de nível, de modo que desenvolver, do ponto de vista dos países não desenvolvidos, seria algo parecido com emparelhar com os países desenvolvidos. Essa perspectiva, aos olhos de Furtado, impõe aos países e povos chamados de não desenvolvidos um caminho a ser trilhado.

Nesse contexto, a participação ou não dos atores locais (nacionais, dos países subdesenvolvidos) nos processos de desenvolvimento assumiu grande importância, que fica ainda mais ressaltada quando pensamos na questão de quão respeitadas eram as culturas locais (nacionais, no caso) e os seus recursos naturais quando da formulação e implementação de estratégias para a promoção do desenvolvimento. Em outras palavras, na forma em que as questões relacionadas ao desenvolvimento estavam colocadas para os países

subdesenvolvidos, existia uma tensão muito clara entre atores locais e não-locais, tensão essa que se estendia para a utilização de recursos naturais e para seus efeitos sobre as culturas locais.

O problema fundamental, a nosso ver, que essas discussões trazem para o desenvolvimento local está relacionado ao fato de que pensar o desenvolvimento no âmbito dessa territorialidade específica significa considerar que o desenvolvimento local se caracteriza por ser eminentemente endógeno. Isto é, a participação dos atores locais é um dado e as culturas locais, seus recursos naturais, relações sociais, quadros político-institucionais, em suma, as práticas sociais locais, são pontos de partida para a promoção do desenvolvimento local.

Assim, por detrás das contribuições da CEPAL e de seus desdobramentos expressava-se um conflito significativo em torno das direções que os processos de desenvolvimento deveriam tomar e também acerca do papel que atores locais e não-locais deveriam ter nesse processo. Aparentemente, tomar os atores locais como um dado e suas práticas sociais como um ponto de partida para a promoção do desenvolvimento resolve os problemas colocados pelos desenvolvimentistas nos anos pós-guerra. Isto é, esvazia as críticas realizadas no passado em relação aos sentidos da melhora que se espera dos processos de desenvolvimento. Mas será que de fato elas perderam o sentido? Como esses conflitos vêm se expressando nas discussões sobre desenvolvimento local, se é que eles vêm se expressando é o que procuraremos saber a seguir.

IV.4 A Caminho do Local

Existe um certo consenso na literatura em torno das discussões sobre desenvolvimento local, quando comparadas com aquelas discussões que eram levadas nos anos 1950/1980: que houve uma mudança de foco em dois sentidos: o foco nas esferas nacionais e regionais se ampliou ou se deslocou para as esferas local e global; e o aspecto econômico passou a disputar espaço com os aspectos ambientais, sociais, culturais e político-institucionais.

No que respeita à ampliação ou deslocamento do foco para as esferas local e global, por exemplo, de acordo com França, Vaz e Silva (2002), as discussões sobre desenvolvimento na América Latina partiram das relações centro-periferia, colocadas em evidência pela CEPAL e pela “Teoria da Dependência” em direção ao *local*, para onde as análises tendem a convergir. Emerge então, ainda de acordo com aqueles autores (...) *uma compreensão de desenvolvimento associada a um processo de múltiplas dimensões, tornando os aspectos econômico, social, político, ambiental e cultural indissociáveis*. (França, Vaz e Silva, 2002:5), sugerindo que, em relação aos anos 1950/1970, houve uma ampliação da problemática relacionada ao desenvolvimento.

Nesse mesmo sentido, Dowbor (1996:29) chama a atenção para o fato de que *a centralidade dos aspectos econômicos não pode ser abandonada*, embora evidencie o que, na sua concepção, deve permear a intervenção para a promoção do desenvolvimento local:

Pretende-se uma visão de desenvolvimento que coloque o ser humano e os interesses coletivos e das maiorias como ponto central, convergindo para a possibilidade de potencialização das capacidades de todos os indivíduos. Esta missão do processo de desenvolvimento não permite que seus defensores possam se furtar a considerar outros fatores como: qualidade de vida, socialização do poder, distribuição da renda, acesso aos serviços públicos e aos benefícios da tecnologia.

No bojo da literatura concernente ao desenvolvimento local, é possível sintetizar os motivos pelos quais os problemas relacionados com o desenvolvimento se encaminharam para o âmbito do local. São eles: a reorganização produtiva e a globalização; a supressão dos regimes autoritários e o conseqüente processo de descentralização política; e o reconhecimento de novos atores sociais organizados em redes.⁴⁴ De acordo com Bava (1996), num contexto, caracterizado pelo:

(...) aumento do desemprego, a precarização das relações de trabalho, o crescimento do setor informal, o colapso das políticas sociais, em suma, o aprofundamento da crise social (...) [em que a] crise dos Estados nacionais, que se combina com a emergência de governos locais, comprometidos com a cidadania e a democracia, (...), é cada vez mais enfatizada a necessidade de que os governos locais, em conjunto com entidades da sociedade civil, interfiram na dinâmica econômica e construam projetos substancialmente capazes de gerar um maior dinamismo das atividades econômicas e maior redistribuição da riqueza e da renda.

A literatura também parece concordar com o fato de que o Estado deixou de ser o único ou o principal agente promotor do desenvolvimento, em favor sobretudo da sociedade civil e que, nesse contexto, houve uma mudança na forma de se planejarem e implementarem ações em prol do desenvolvimento. O espaço local, de acordo com França, Vaz e Silva (2002), passa a ser visto *como um espaço de efetiva atuação de diferentes indivíduos e segmentos sociais na busca do desenvolvimento, onde a capacidade de articulação e mobilização de atores sociais e a relevância da estrutura social no condicionamento das iniciativas de desenvolvimento local tornam-se fundamentais.*

As ações para a promoção do desenvolvimento também mudaram. Coelho (1996:59) diz que a *construção de uma esfera pública democrática*, em contraposição ao planejamento realizado pelo Estado no período pós-guerra, *desgastado por sua história de intervenção autoritária e não compartilhada com outros atores sociais*, suscitou uma dimensão de ação participativa do planejamento que possui cinco pontos distintivos:

(...) modelo de planejamento que trabalham (sic) com incertezas e previsibilidade estratégica do erro (cenário, simulações, etc); o sujeito que planeja está compreendido no objeto a ser planejado; realidade compartilhada com outros atores com capacidades de planejamento diferenciadas; o planejamento não é o monopólio do Estado; [e] método vivencial de aprendizado com processo indutivo.

A noção de esfera pública *incorpora e impõe uma ação que trabalhe a diversidade de atores, suas estratégias, as parcerias possíveis e as novas formas de gestão* (Coelho, 1996:59). Aqui se impõe também a idéia de governança. Guimarães e Martin (2001) dizem que o problema do desenvolvimento local pode ser visto a partir da contraposição entre a busca da eficiência e a preservação dos direitos e se propõem a uma investigação sobre coordenação e governança na sociedade contemporânea a partir do local, onde atores e instituições conformam novos territórios.

⁴⁴ França & Vaz & Silva (2002); Coelho (1996); Dowbor (1996; 2003); Bava (1996); Camarotti & Spink (2001); Franco (2000); Klink, 2001); Defourny *et. al* (1997); Cocco & Galvão & Silva (2003); Buarque (2004), entre outros.

Da ação estatal via planejamento público para a promoção do desenvolvimento, os processos de desenvolvimento passaram a ser vistos como resultado de dinâmicas de relacionamento entre os diversos atores relevantes, em um ambiente institucional que promove a ação pró-ativa em relação ao desenvolvimento. Dowbor (1996:41), discutindo *as exigências para uma atuação eficaz*, que inclui *a realização de diagnósticos aprofundados*, afirma que:

Em um trabalho de articulação política, se constrói um aparato institucional mais ou menos formal que possa dinamizar essa relação que se pretende implantar: conselhos de desenvolvimento local, consórcios intermunicipais, associações de mães, cooperativas, associações comunitárias, fundações comunitárias municipais, movimentos de revitalização de áreas degradadas e muitas outras formas.

Essa ação também tende a ser mais focada, isto é, *É importante que as parcerias estabelecidas tenham um alvo direto, um problema central que se pretende minimizar ou eliminar, mas que se estendam pelo espectro mais amplo possível do processo em que esse problema se insere* (Dowbor, 1996:41). Isso não exclui *trabalhar também com a cultura local para afirmar direitos. Qualquer ação local de desenvolvimento deve ser organizada de maneira a garantir a afirmação de direitos iguais para todos os grupos da sociedade* (Dowbor, 1996:44).

O protagonismo da sociedade civil como agente propulsor do desenvolvimento e a maior autonomia dos Estados no âmbito municipal, associados ou não à parceria do Estado nos níveis regional e nacional e a instituições supraestatais, no âmbito internacional, fez surgir uma miríade de experiências, expressando um potencial criativo das sociedades locais bastante significativo. Essas experiências vêm sendo catalogadas, ao mesmo tempo em que suscitam discussões de vários de seus aspectos, desde vários pontos de vista, como por exemplo, o ambiental; o político-institucional; o da formação de redes; o da geração de emprego e renda; o do papel dos atores locais; governança, etc.⁴⁵

França, Vaz e Silva (2002), no entanto, chamam a atenção para o fato de que, se por um lado o deslocamento do pensar sobre o desenvolvimento para o plano do local, o envolvimento de novos atores e a conformação de novos espaços de concertação encontram no local um espaço privilegiado, por outro ela se desenrola num *ambiente macroeconômico adverso*:

Esse aspecto é importante para evitar a mitificação das iniciativas locais, encarando-as como panacéia capaz de viabilizar o desenvolvimento de maneira desvinculada dos rumos mais gerais da economia. Ao mesmo tempo, aponta para a necessidade de estudos mais aprofundados dos alcances e limites das políticas de desenvolvimento local em ambiente macroeconômico adverso. (França & Vaz & Silva, 2002:12).

⁴⁵ Ver, por exemplo, Biblioteca CF+S - CIUDADES PARA UN FUTURO MÁS SOSTENIBLE <http://habitat.aq.upm.es/busqueda/bestpr.html>. Outro exemplo é o Banco de dados que vem se formando no âmbito do Programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas. Ver, por exemplo, Programa Gestão Pública e Cidadania (2002).

Esses autores pontuam também o alcance limitado dos resultados econômicos das experiências de desenvolvimento local, mesmo que do ponto de vista social – empoderamento de atores, acúmulo de experiências, novas alianças, etc. – os resultados sejam um pouco melhores. Colocam então em questão a natureza mesma das próprias experiências de desenvolvimento local e os limites das ações para a sua promoção:

A iniciativa pretende efetivamente transformar a estrutura socioeconômica da localidade? Almeja uma inserção não subordinada nas relações econômicas? Ou sua finalidade é circunscrita a uma política compensatória que não contesta a ordem econômica excludente em vigor? (França & Vaz & Silva, 2002:12).

A ordem excludente em vigor, como sabemos, foi definida no contexto da ascensão política do projeto liberal-conservador. Apontando para esse sentido, especificamente com relação ao papel “das esquerdas” no Brasil, o Prof. Francisco de Oliveira tece o seguinte comentário:

De fato, as potencialidades e virtualidades do local são, em grande medida, políticas e efeitos da política. Pois, de alguma maneira foi o acesso interdito aos níveis mais altos do poder, sobretudo com derrotas sucessivas para a Presidência da República, que fez as esquerdas voltarem-se (sic) para o local, acreditando ser possível exercer neste nível uma outra forma de poder e uma outra forma de gestão do Estado. O local é, pois, de alguma maneira, uma construção das esquerdas. (Oliveira, 2002:21)

A ascensão política do projeto neoliberal ou liberal-conservador e suas conseqüências – desemprego, informalidade, etc., como parte das transformações recentes, como temos visto, é elemento indispensável para se explicar o deslocamento das discussões sobre desenvolvimento para o âmbito do local. No mesmo sentido caminha a associação entre a ascensão desse projeto político e a organização da economia mundial em torno das cidades globais. Essas cidades, principal elo das redes de centralidades urbanas que vem se formando, de acordo com Oliveira (2006:48), *seria[m] uma espécie de novas ‘cidades-Estado’ da Era Renascentista: Florença e Gênova, Amsterdã e as cidades hanseáticas do Norte europeu.* Fundamentalmente ligadas à expansão do sistema financeiro, como vimos, essa nova conformação da economia mundial engendra uma competição em torno de fundos estatais e das estratégias de localização principalmente de grandes empresas, recortando o espaço *numa progressão infinita que vai bater nos municípios, agora endeusados como sedes do ‘desenvolvimento local’, que parece conter todas as virtudes do ‘small is beautiful’* (Oliveira, 2006:47).

Mas, também pelo que temos visto, um conjunto de transformações históricas em curso trouxeram para o debate outros elementos, que se tornaram importantes para o entendimento dos processos de transformação social e desenvolvimento, tais como a generalização da idéia de incerteza; a compressão do espaço por meio do tempo; o avanço do processo de individualização; a (re) constituição de novas identidades; e o novo papel das inovações, a articulação entre os atores e a formação de redes sociais e de centralidades urbanas.

Esses “outros elementos”, pode-se argumentar, puseram em evidência o sentido da “proximidade” evidenciado por Bourdin (2001) para a solução de novos problemas coletivos, que passaram a dar conteúdo à idéia de melhora que se espera das ações para a promoção do desenvolvimento.⁴⁶ Sem eles, a ação política para a promoção do desenvolvimento não teria, por si só, sido capaz de reinventar o caráter territorial do desenvolvimento, no sentido da conformação de “novas territorialidades” para além e para além dos Estados Territoriais no âmbito municipal.

Mas é preciso tomar cuidado para não pensar que “novas territorialidades” surgem da necessidade de solução de problemas comuns. Pelo que estamos argumentando, “novas territorialidades” são decorrência da disputa pelo capital circulante no âmbito internacional, como resposta dos habitantes do antimercado nos planos subnacionais no sentido de se recolocarem naquela disputa, que envolve, como temos visto, o controle sobre os meios de violência, sobre os meios de sobrevivência e sobre os meios de se criarem representações da realidade. E “desenvolvimento local” e a formulação de estratégias no sentido de sua promoção deve ser visto nesse contexto. Além disto, não devemos desconsiderar o fato de que a expressão “desenvolvimento local” traz em si uma simbologia própria que pode implicar na reconstituição das esperanças em meio à concentração da riqueza e do poder político. O fato de França, Vaz e Silva terem questionado o ambiente macroeconômico no qual o desenvolvimento local vem sendo promovido, como também seus parcos resultados, evidencia a possibilidade de o caráter simbólico contido na idéia de desenvolvimento local estar prevalecendo sobre seus resultados efetivos.

A Professora Tânia Bacelar de Araújo, por seu turno, analisa as políticas de indução do desenvolvimento local em quatro municípios brasileiros: Santos-SP; Porto Alegre-RS; Fortaleza-CE; e Recife-PE e a tentativa de construir o desenvolvimento local sustentável no Seridó-RN. A Professora parte, fundamentada em Chesnais (1994) e Castells e Borja (1996), da não existência de antagonismos entre a “globalização” e os movimentos de descentralização, que tornam *os espaços locais (subnacionais e sobretudo urbanos) [e mais propriamente as cidades e o poder local] atores políticos relevantes*. (Araújo, 2000:25), e toma como ponto de partida a conjuntura política no Brasil dos anos 1990, marcada pela ascensão política do projeto liberal conservador. Essa ascensão reforçou a lógica da acumulação de capital e exacerbou a visão antropocêntrica de mundo. *E um valor [então] se sobrepôs: a obtenção, no curto prazo, do lucro máximo, mesmo à custa do sofrimento de muitos seres humanos e da natureza*. (Araújo, 2005:37,38):

⁴⁶ Alain Bourdin (2001), no prefácio à edição brasileira de “*A questão local*”, afirma que a ascensão da “questão local” se encontra relacionada ao desenrolar de três debates concomitantes: o debate sobre a contraposição entre mundialização e o “local”; o debate sobre a gestão local; e a progressão do modelo dos direitos humanos e do governo democrático. Nesse contexto, a especificidade do local é percebida pelo incrível incremento ocorrido na mobilidade de pessoas, coisas e informações, quando a dicotomia entre proximidade / distância (geográfica, política e social) ficou em evidência. A questão crucial que se coloca para a gênese da questão local, então, é “a produção social da proximidade” e as mudanças que ocorrem nas condições sociais em que essa produção ocorre. Além disto, o autor contribui para precisar um pouco melhor a especificidade que o local assume, no contexto das transformações ocorridas entre 1970 e 1990. Isto é, de acordo com o autor, o que confere especificidade à idéia de localidade é: a) sua circunscrição projetada por uma autoridade; b) o fato de que a localidade expressa proximidade; e c) que ela expressa também um conjunto de especificidades sociais e culturais bem partilhadas.

Mas essa visão, mesmo hegemônica nos tempos recentes, e essa forma específica de organizar a sociedade humana não são imutáveis. (...) [E] Como o modo de organizar a sociedade não é uma fatalidade, mas uma construção de homens e mulheres, como lembra Furtado, é possível alterá-lo (Araújo, 2005:38).

As possibilidades de alteração dessa *forma específica de organizar a sociedade*, de acordo com a autora, são dadas, entre outras, pela melhoria da capacidade organizativa da sociedade civil; a participação ativa dos cidadãos; uma cooperação social intensa e a integração das políticas urbanas (Araújo, 2000:61), além da *magnífica diversidade regional brasileira, uma das principais potencialidades do país. Diversidade ecológica, socioeconômica e cultural que permanece pouco aproveitada (...)*. Mas, antes de tudo, *precisa-se de uma nova e firme Política Nacional de Desenvolvimento Regional*, que só é passível de ser desenhada de forma multiescalar, *mas que tem na escala nacional um local indispensável de formulação, parametrização e articulação e na escala subregional seu locus privilegiado de atuação*. (Araújo, 2005:43).

Mudanças estruturais, no entanto, esbarram em desafios na escala local e, para falar desses desafios, no plano teórico-conceitual, a autora se vale das contribuições de Brandão (2003), que constrói uma crítica à visão apologética consubstanciada no que o autor chamou de “*pensamento único localista*”. Esse pensamento, segundo o autor e de acordo com Araújo (2005:40), desconsidera o ambiente macroeconômico; minimiza os conflitos políticos, o papel do espaço e das políticas nacionais; e não se atém às especificidades do subdesenvolvimento, dado que o desenvolvimento do capitalismo se dá de forma desigual, inclusive internamente aos países, promovendo a ampliação das desigualdades regionais.

Além disto, em comparação com as experiências européias e norte-americanas, Araújo evidencia: a) o fato de que as experiências de desenvolvimento local começam tardiamente no Brasil e também na América Latina; e b) a falta de tradição descentralizadora no Brasil. Valendo-se então das contribuições de Barreira (1998), leva em consideração limites da ação do poder local, tais como as dificuldades de ordem financeira (distribuição do bolo tributário e as políticas macroeconômicas de cunho neoliberal); das defasagens entre a oferta e a demanda de políticas públicas no plano local; o assistencialismo e o clientelismo presentes no gerenciamento de programas locais; e as disputas de espaços políticos por parte dos atores locais, que reduzem as possibilidades de resultados mais amplos (Araújo, 2000: 62, 63).

A despeito dessas contribuições, no sentido do que temos argumentado, são poucas as referências que nos permitem levar em consideração nas discussões sobre desenvolvimento local as questões colocadas pelos desenvolvimentistas dos anos pós-guerra, relacionadas aos sentidos da melhora embutidos nas estratégias para sua promoção. O que não significa que elas perderam o sentido. Uma percepção da interação contraditória entre os atores locais e os atores não locais, por exemplo, pode ser encontrada no volume organizado por Wilson & Dissananyake (1996). Delgado (2001:64), considerando as particularidades do desenvolvimento local, diz que:

(...) o local tem que ser considerado necessariamente de uma dupla ótica: a dos atores e do meio ambiente econômico, social e ecológico locais – sua história, características específicas das comunidades, seu grau de organização, coesão e capacidade de iniciativa etc. – e a dos atores globais – empresários e suas estratégias, agências governamentais e suas políticas, organismos nacionais e internacionais etc. Sem a devida e cuidadosa

apreciação da interação e do convívio, real ou potencial, dessas duas ‘razões’ e ações, as possibilidades, complexidades e dificuldades do desenvolvimento local sustentável não serão plenamente compreendidas, com sérias implicações para a formulação e a implementação de políticas públicas (...).

Isso nos faz lembrar a pergunta que fez o Professor Francisco de Oliveira (2002): onde está o conflito? O conflito, a nosso ver, parece ter sido internalizado, como nas diferenças entre diversos atores que sentam ao redor de uma mesa para encaminhar soluções para problemas comuns. E esses problemas nem sempre são comuns e nem sempre os que se sentam ao redor da mesa são os atores mais relevantes, se pensarmos o desenvolvimento como um processo que elimina pobreza, as desigualdades e amplia os horizontes do conjunto dos que habitam um território determinado.

Mas as abordagens analisadas nesse tópico muitas vezes sugerem que o conflito ideológico em torno do desenvolvimento desapareceu; que é natural a participação dos atores não locais e que certamente os atores locais estarão participando. A nosso ver, é preciso levar em consideração também essas questões, para que o problema do desenvolvimento local não seja reduzido a um problema institucional apenas – governança; espaços de concertação; novas formas de planejamento para a solução de problemas comuns; focalização. A questão que se coloca aí é que, como vimos nos Capítulos I e II a resposta hegemônica na atualidade para o desenvolvimento visto como um problema institucional é proveniente do projeto liberal-conservador e, ao focar esse aspecto do problema do desenvolvimento, algumas das abordagens acima acabam por contribuir para a hegemonia da percepção de processos históricos e processos de desenvolvimento, inerente a esse projeto político.

IV.5 Sentidos da Melhora

Cowen & Shenton (1996) dizem que, até o início da modernidade, a idéia que prevalecia de como o tempo transcorria, o que de certa forma coincidia com a idéia de desenvolvimento – um desenvolvimento natural – era aquela composta de fases de um ciclo, como ocorre a partir da observação da própria vida: movimentos de expansão e fortalecimento eram sucedidos por movimentos de retração e enfraquecimento, até que da morte surge uma nova vida e assim sucessivamente. Superpôs-se a essa concepção a idéia, sistematizada primeiramente por John Locke e que se encontra na base do pensamento liberal, de um tempo linear com tendência imanente de ascensão, consubstanciada na idéia de progresso, deduzida a partir da virtude do trabalho e do atributo da racionalidade, inerentes ao homem, e da condição de liberdade organizada em torno do mercado, como instituição reguladora das paixões humanas, em contraposição ao *Leviatã*.⁴⁷

Posto isto, na nossa percepção, progresso consiste numa leitura dos processos de desenvolvimento que implica o avanço contínuo e linear do bem-estar geral, desde que algumas condições institucionais estejam dadas. Essas condições institucionais marcam a passagem das sociedades tradicionais (feudais e absolutistas) para as sociedades modernas e dizem respeito à mínima intervenção possível do Estado na vida dos cidadãos, principalmente nos negócios, garantindo apenas a integridade dos territórios nacionais e a integridade física dos membros de sua população, além da propriedade privada e das liberdades individuais, com destaque para as liberdades de comerciar e empreender. A conhecida expressão “vícios

⁴⁷ A Lei dos Três Estágios de Conte; a idéia de solidariedade orgânica em Durkheim, a associação entre meios e fins em Weber e a percepção marxista do lugar do capitalismo na história em muito contribuíram nesse sentido.

privados implicam benefícios públicos” sintetiza bem a idéia de progresso. A luta incessante dos atores para atingir o grau máximo de auto-satisfação possível, maximiza também o bem-estar social.

Assim, para que o progresso enquanto processo de desenvolvimento se torne uma realidade, são necessárias determinadas condições institucionais: no passado, isto é, nos momentos coincidentes com a primeira revolução industrial, até meados do século XIX, propunha-se o Estado Mínimo e a liberdade de comerciar e empreender; no presente, dadas a garantia da propriedade privada e as liberdades de comerciar e de empreender, propõe-se o Estado Regulador, com sua capacidade de interferir sobre a realidade diminuída e novos espaços institucionais para concertação entre atores com interesses na solução de problemas comuns. Isto é, a capacidade de intervenção do Estado na realidade deve ser estrangida ou debilitada porque, segundo a percepção atualmente hegemônica, a presença do Estado abre oportunidade para a ação dos atores em benefício próprio, mas se valendo do caráter público das instituições estatais. Desse modo, pode até existir falhas do sistema de mercado, mas não há nenhuma garantia de que essas falhas possam ser resolvidas pela atuação do Estado, por conta de suas próprias falhas. Introduzir então mudanças institucionais que levam à diminuição da capacidade de intervenção do Estado sobre a realidade se constitui em uma estratégia para promover o desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento local.

A idéia de desenvolvimento se difere da idéia de progresso pelo fato de que não bastam apenas determinadas condições institucionais para que as sociedades se encaminhem em direção ao progresso. É necessária a intervenção mais direta sobre a realidade, seja para corrigir as falhas do mercado, seja para potencializar as ações dos atores individuais. No passado recente (1950/1980), essa intervenção era pensada principalmente a partir da ação do Estado Nacional; no presente, além das esferas estatais subnacionais, essa ação pode advir da sociedade civil organizada, de instituições privadas, ou de agências e organismos supra-estatais. Decorre disto, portanto, que a simples proeminência do desenvolvimento local sobre o desenvolvimento nacional não significa que a idéia de progresso como determinante dos rumos do desenvolvimento esteja descartada.

Pensar em desenvolvimento, no entanto, pode implicar que os rumos do desenvolvimento não sejam aqueles orientados pela idéia de progresso. De acordo com o que estamos argumentando, a definição dos sentidos da melhora é anterior à definição do conjunto de estratégias que serão utilizadas para transformar processos históricos em processos de desenvolvimento. Ela depende da leitura que se faz dos processos históricos e, portanto, do quadro conceitual que se utiliza para tanto.

Albert Hirschman,⁴⁸ em vários momentos de sua obra, desafia a concepção acima de desenvolvimento, dizendo que não há um caminho único a ser seguido; que as tentativas de adequar a história dos lugares a concepções de desenvolvimento do capitalismo deturpa a história dos lugares e sua própria realidade; que, nos processos de desenvolvimento, devem se valorizar os processos tanto quanto os objetivos e, ao se proceder dessa forma, está-se valorizando seus atores e os processos sociais. Além disto, o desenvolvimento ocorre quando se tem pessoas certas cercadas por boas pressões e que há várias possibilidades quando os processos de desenvolvimento se iniciam, não sendo de grande valia antecipar grande parte de seus resultados, muito menos quando se procura fazer isto a partir de uma teoria única – a “monoeconomia”.

⁴⁸ Estamos aqui nos baseando em Hirschman (1986a; 1986b; 1996;2000), além de Wilber & Francis, 1988).

Dessa forma, Hirschman coloca em questão os objetivos do desenvolvimento, isto é, o sentido da melhora que desses processos se espera, bem como as ações no sentido de promovê-lo e a concepção de processos de desenvolvimento que se encontra por detrás dessas ações. Ele subverte a noção predominante de desenvolvimento, fazendo com que o sentido do progresso deixe de ser tão evidente, da mesma forma que as ações e os processos que se desencadearão para que o desenvolvimento ocorra.

A noção de subdesenvolvimento implícita na teoria desenvolvimentista da CEPAL e seus desdobramentos, como em Celso Furtado, por exemplo, por sua vez, carrega por um lado aquela necessidade de intervenção sobre a realidade para que os processos de desenvolvimento ocorram; mas, por outro, de forma semelhante à percepção de Hirschman, ela traz em si uma divergência em relação aos rumos do processo de desenvolvimento. Isto é, aceita-se a priori que o caminho a ser percorrido pelo mundo subdesenvolvido já foi trilhado pelos países desenvolvidos – as estratégias de emparelhamento; ou questiona-se essa trajetória linear em favor do respeito às diferenças culturais locais, aos objetivos locais, etc.

Em outras palavras, as questões que advêm da problemática do desenvolvimento que se desdobra a partir das contribuições de Hirschman e da CEPAL podem ser vistas de duas formas: ou se atém aos sentidos do desenvolvimento dado pelos países desenvolvidos, ou se desvia desse sentido, respeitando as culturas e as práticas locais. No primeiro caso, os rumos do desenvolvimento já estão dados: o mundo ou os setores da sociedade não desenvolvidos teriam um único caminho a seguir, isto é, o das sociedades desenvolvidas, não deixando espaço para alternativas que possam vir a compreender os sentidos da melhora e os processos que lhes são inerentes de forma diferente.

Vendo esta questão do ponto de vista do desenvolvimento local, o que fica em evidência é o seguinte: quando se toma a participação dos atores não locais nos processos de desenvolvimento como natural e, ao mesmo tempo, baseia-se os processos de desenvolvimento nas culturas, práticas e nas ações dos atores locais, corre-se um grande risco de deixar de questionar exatamente o sentido que esses processos irão tomar. Isto porque, de qualquer forma, as forças do desenvolvimento são buscadas em fatores endógenos, de modo que os atores locais se tornam co-responsáveis pelos resultados das ações para a promoção do desenvolvimento local. Além disto, parte da crítica realizada no passado à participação de atores não locais nos processos de desenvolvimento nacionais se apoiava nas manifestações das culturais locais, como forma de se afirmar o que é diferente do que prevalecia na “ordem internacional”. Mas como o desenvolvimento local de uma forma geral se apóia fundamentalmente nessas manifestações, bem como na atuação dos atores locais, o próprio sentido da distinção acima se perde. Atores e manifestações culturais locais estão presentes em todas as ações para a promoção do desenvolvimento local e a crítica em si perde muito de sua força.

Nesse caso, a determinação a priori dos sentidos da melhora pode se manifestar de outra forma. Isto é, os esforços realizados podem estar sendo orientados por concepções de desenvolvimento, por sentidos da melhora, que foram estabelecidos previamente. No caso do desenvolvimento local, no entanto, esses sentidos se abrem para além dos sentidos predominantes no pós-guerra, orientados por fatores econômicos. Isto pode ocorrer por dois motivos: primeiro, pela prevalência dos atores não locais nos processos de financiamento, definição de estratégias, imposição de modelos, etc.;⁴⁹ segundo, pela sua diversidade. Isto é, a atuação dos atores não locais se fundamenta em práticas as mais diversas: religiosas, políticas,

⁴⁹ Um exemplo é o receituário ortodoxo do FMI – Fundo Monetário Internacional que, num primeiro plano, atinge a esfera dos Estados Nacionais, mas que reverberam por toda a estrutura administrativa subnacional.

ambientais, econômicas, ligados a gênero, etnia, educação, amamentação materno-infantil, direitos humanos, etc. Diante disto, três considerações podem ser feitas.

A primeira se refere ao particularismo muitas vezes atribuído ao desenvolvimento local. Isto é, o sentido *localista*, na maior parte das vezes levado por atores não locais que, ao mesmo tempo, atrelam a busca do desenvolvimento local aos seus princípios e valores enquanto instituição e desatrelam o desenvolvimento local de uma perspectiva mais ampla, regional ou nacional, por exemplo. Padecem, assim, essas iniciativas, de uma descontinuidade espacial, temporal e cultural que as torna sérias candidatas ao fracasso e ao desperdício de energia e esperança, muito embora isso não seja necessariamente verdadeiro para quem concebe e para quem financia os projetos de desenvolvimento local de fora do *local*. Esses atores encontram-se envolvidos em outras dinâmicas que não as dinâmicas locais e a idéia de *sucesso* para eles, embora contemple, não coincide com a idéia de *sucesso* para os atores locais.

Por outro lado, o problema do *localismo* pode também ser atribuído à hegemonia do projeto liberal-conservador nos planos nacionais. Para além da adequação institucional, ele oferece muito pouco em termos de orientação para a promoção do desenvolvimento, fazendo prevalecer a perspectiva de que a melhora, qualquer que seja o seu sentido, deva partir de baixo para cima, ou seja, do local e de responsabilidade de seus atores.

Um segundo aspecto pode ainda ser aventado. Isto é, muitas vezes parece que o desenvolvimento local se resolve nele mesmo: a governança local; a disponibilidade de recursos; a coordenação e a articulação dos atores, etc.. Em outras palavras, o tema da integração entre os diversos planos da realidade – local, regional, nacional e global, vistos como espaços de poder que se entrelaçam não é muito tratado.

A ligação entre atores locais e não locais, por fim, merece uma última consideração. Muitas vezes a complementação de atividades acontece entre pessoas, grupos sociais e instituições que não partilham do mesmo espaço físico. Isto quer dizer que a proximidade, como vem ressaltando Maluf (2004), não é sinônima de sinergia. Aqui, as possibilidades são muitas, dependendo de cada caso em particular, mas vale a pena fazer a ressalva.

É possível encontrar também em parte da literatura sobre desenvolvimento local a distinção entre ações que caminham no sentido de preservar e reproduzir a ordem dominante e ações que visam à transformação dessa mesma ordem. Isso é próprio da diferenciação entre os projetos políticos baseados na teoria política e econômica liberal e o projeto social-democrático: o questionamento ou não da ordem dominante. Essa distinção reproduz no presente o conflito ideológico existente nos anos pós-guerra. No capítulo seguinte, veremos como essa diferenciação vem se expressando na atualidade.

Assim, numa primeira aproximação, parece existir uma espécie de cortina de fumaça que encobre as discussões sobre desenvolvimento local e que dificulta perceber a forma específica pela qual as práticas sociais são apropriadas pelas representações do desenvolvimento. Mas, a partir das questões suscitadas em meio à problemática do desenvolvimento nos anos pós-guerra, das contribuições da CEPAL e das críticas que a partir dessas contribuições surgiram, podemos pensar em alguns critérios que nos permitem avaliar a forma específica através da qual as práticas sociais locais são apropriadas pelas representações do desenvolvimento e como elas impactam estratégias de desenvolvimento no plano local. Esses critérios são os seguintes:

- o sentido do valor – se positivo ou negativo – que se atribui àquelas práticas;
- a relação entre essas práticas sociais e o sentido da melhora que se espera, de modo que elas podem ser apropriadas com vistas à inserção dos locais em redes globais de trocas mercantis, ou elas podem ser apropriadas de modo a ampliar as possibilidades em relação às estratégias de sobrevivência das famílias e das comunidades, sendo a inserção em redes de troca mercantis apenas uma opção;
- a importância que se atribui ao questionamento da ordem dominante na concepção das representações do desenvolvimento e na formulação de estratégias para a promoção do desenvolvimento local;
- o lugar que o Estado ocupa na apropriação das práticas sociais locais, isto é, se ele existe enquanto contraposição à sociedade civil e ao mercado ou se ele é visto como parte dessas práticas, possibilitando o redirecionamento do seu papel na construção de estratégias de desenvolvimento local;
- o grau de integração do local em relação aos processos mais gerais da sociedade e a autonomia que possui o local de alterar os processos históricos em direção aos processos de desenvolvimento.

Como já dissemos, nosso interesse em definir esses critérios decorre da necessidade de caracterizar as representações do desenvolvimento que se apropriam das “práticas sociais locais” para construir estratégias de desenvolvimento local. Mais exatamente, interessa-nos a forma de apropriação dessas práticas sociais, para evidenciar que é generalizada a utilização por parte das representações do desenvolvimento local da noção de espaços sociais ampliados de que estamos nos valendo neste estudo. E, em meio a essas “práticas sociais”, encontramos, para quem das famílias, a pertinência de um espaço próprio aos sujeitos; e entre as famílias e as comunidades, a relevância de um espaço próprio aos grupos sociais. Nas Considerações Finais apresentaremos uma síntese das formas de apropriação das práticas sociais locais com base nos critérios acima discriminados.

CAPÍTULO V – CRIATIVIDADE, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO LOCAL

V.1 Introdução

O presente capítulo, como também o seguinte, Capital, Solidariedade e Desenvolvimento Local, tem o objetivo de procurar saber como as práticas sociais locais vêm sendo apreendidas pelos enfoques e teorias que impactam o pensar sobre desenvolvimento local e a sua promoção. Contudo, conforme o que dissemos na Introdução, há uma questão de fundo, do ponto de vista metodológico, que é anterior à própria análise dos enfoques e teorias. Essa questão diz respeito à maneira prevalecente na Teoria Social de se abordarem os processos históricos. Do ponto de vista do argumento que estamos desenvolvendo, essa questão é fundamental em função do objetivo a que nos propomos, qual seja, o de contribuir para a compreensão dos processos históricos e para a formulação de estratégias de promoção do desenvolvimento local, propondo a inclusão do Espaço do Sujeito e do Espaço Grupal no Mapa da Estrutura-Ação de Boaventura de Sousa Santos.

Fundamentalmente, vamos argumentar que, dos processos gerais em curso, também fazem parte as dinâmicas de desenvolvimento inerentes ao indivíduo, sujeito e protagonista de micro-processos históricos e aos grupos que esses sujeitos conformam, configurações sem as quais não se consegue compreender as estruturas sociais e seus processos de reprodução e transformação. Com base em Elias, não se pode negligenciar as histórias das pessoas nem dos grupos que elas formam, ao se procurar compreender os processos de conformação e transformação das sociedades. O preço dessa negligência é a simples troca do indivíduo universal da Escolástica pelo indivíduo ideal do Iluminismo. Dessa forma, se de um lado não se pode reduzir os processos históricos mais gerais ao somatório das histórias individuais, também não se pode, por outro, pretender a compreensão daqueles sem que se tenha presente as pessoas e os grupos, as relações que mantêm consigo mesmo, com o ambiente social e natural de que fazem parte e suas respectivas histórias.

Diante desse objetivo, é importante pontuar que o Mapa da Estrutura-Ação foi pensado originalmente a partir de uma crítica às formas prevalecentes de se abordarem os processos históricos, propondo uma maneira de desviar do dilema entre estrutura e ação, no qual essas formas prevalecentes se encontram subsumidas. Assim, antes de nos voltarmos para a análise dos enfoques e teorias que impactam o pensar sobre o desenvolvimento local, vamos aqui introduzir essa discussão, evidenciando nossa posição em relação à solução que o Mapa da Estrutura-Ação oferece para aquele dilema e aos problemas relacionados com o desenvolvimento local em geral e às formas de se compreenderem os processos históricos, para transformá-los em processos de desenvolvimento.

Com respeito às teorias e enfoques, selecionamos neste capítulo aquelas contribuições que se destacam por partirem de uma forte relação entre inovações e desenvolvimento local. A origem dessa relação, como sabemos, pode ser encontrada nas contribuições de Joseph Schumpeter. Na teoria econômica, os processos de desenvolvimento eram vistos como resultado da ação individual de um sujeito especial – o empresário schumpeteriano. Sua ação era motivada pela busca do lucro e, de acordo com Schumpeter (1982), essa ação se

transformava em benefício para toda a sociedade e essa passagem era a essência dos processos de desenvolvimento econômico.

O fato de o desenvolvimento local ser eminentemente endógeno trouxe a consideração de que os atores sociais fazem parte e de que os atores locais e suas práticas são a própria base dos processos de desenvolvimento, o que levou a pesquisa a passar a considerar que existe criatividade na vida cotidiana e no que lhe dá sustentação, diferentemente da proposição original de Schumpeter – e também de Weber.⁵⁰ Assim, tanto na economia quanto na sociologia, passou a existir a tendência à focalização dos atores sociais, das redes de relações e do ambiente institucional em que essas relações se dão, para poder perceber as mudanças sociais e a dinâmica dos processos de desenvolvimento.

No que respeita ao desenvolvimento local, a variação é pequena, isto é, consideram-se os atores locais, sua cultura, as instituições formais e informais que regem as práticas cotidianas, as redes de relações sociais que se encontram por detrás do funcionamento dos mercados, bem como de outros padrões institucionais na compreensão dos processos históricos. Essas redes de relações são compostas de atores locais e não locais, estatais e não-estatais, etc. Estabelece-se, portanto, uma relação entre ambiente institucional, inovações e desenvolvimento local, que passa pelas interdependências locais e as relações cidade-região da perspectiva da cidade pós-fordista. Nessa perspectiva, como vimos, não é o sistema financeiro e seus serviços adjacentes, mas sim a indústria que (...) *comanda o intenso processo de reorganização do espaço (ou da economia geopolítica do espaço urbano)*, de acordo com Monte-Mór (2006).

Em termos da apropriação das práticas sociais locais, no entanto, é possível perceber uma diferença importante na forma em que essa apropriação se dá. Isto é, para parte da literatura, considerar os fluxos inerentes às práticas sociais locais implica caminhar no sentido de que a incerteza é a norma e a pluralidade de caminhos é a regra. Desse ponto de vista, várias então são as direções e os caminhos que aqueles fluxos tomam, dada a diversidade encontrada no cotidiano das pessoas, famílias, grupos sociais e comunidades e promover o desenvolvimento significa considerá-los, respeitando-os, deixando que o sentido da melhora seja definido pelos próprios atores, no interior do jogo de relações que eles mesmos engendram. Ações nesse sentido para a promoção do desenvolvimento estariam mais ligadas à universalização do acesso a bens e serviços básicos, inclusive direitos.

Numa outra perspectiva, isto é, para outra parte da literatura, essas práticas sociais devem ser organizadas de modo a se obter delas o máximo proveito possível em termos de crescimento econômico e desenvolvimento, em todos os sentidos da melhora que podemos pensar: social, ambiental, político-institucional, cultural, etc. Nesse caso, uma intenção definida a-priori age sobre as práticas sociais locais de modo a moldá-las de determinada forma ou utilizá-las de determinada maneira.

É claro que existem várias possibilidades entre esses dois extremos. Mas há que se pontuar o fato de que está presente uma questão em termos de meios e fins que pode ser observada na literatura que aqui será considerada. O segundo caminho, quando levado ao extremo, compromete seriamente os objetivos do desenvolvimento, caso esses estejam relacionados com a igualdade em meio à diversidade, para a qual Maluf (2001) chamou a atenção, já que a diversidade em si, para uma parte da literatura, como veremos no último tópico, torna-se um problema, que se expressa em custos – custos de transação e que impede a maximização do bem-estar coletivo, visto como a maximização da produção social.

⁵⁰ Pode-se argumentar que a racionalidade que envolve a ligação entre meios e fins e que caracteriza o capitalismo, segundo esse autor, torna as mudanças sociais dependentes do surgimento de um tipo especial de sujeito, que carrega em si – não sem a cumplicidade dos demais, carisma (Weber, 1994).

Na nossa perspectiva, por outro lado, aqueles fluxos nem são totalmente desorganizados, nem são passíveis de serem submetidos a uma orientação única, existindo um espaço entre a ação individual e grupal e as estruturas mais gerais da sociedade. E, nesse espaço, há lugar para a incerteza e a pluralidade de caminhos. Quando estamos falando de estruturas mais gerais da sociedade, é importante que se considerem os espaços estruturais do Mapa da Estrutura-Ação, para que essas estruturas não fiquem sem expressão na realidade concreta, isto é, num nível muito abstrato. Cada um desses espaços representa um conjunto de configurações que possuem padrões de organização semelhantes, sendo que os atores se movimentam entre elas e no seu interior.

Posto isto, no próximo tópico, traremos aquela discussão metodológica, para evidenciar a nossa perspectiva acerca dos processos históricos, valendo-nos do Mapa da Estrutura-Ação e das alterações que nele estamos propondo. A partir do terceiro tópico, iniciaremos a apresentação com o enfoque da criatividade na e da vida cotidiana e terminaremos com a contribuição de Douglas North em torno da NEI – Nova Economia Institucional, passando pela discussão empreendida por Abdelmalk e Courlet em torno dos Sistemas Produtivos Localizados (SPL) e pela contribuição de Ignacy Sachs, que relaciona pequenas e médias empresas e desenvolvimento.

V.2 Pessoas, Grupos Sociais e Processos Históricos

Em Hirschman e Elias, encontramos críticas referentes às formas predominantes de se compreenderem os processos históricos. Para esses autores, essa forma predominante é bastante estática ou rígida, de modo que não se percebem as diversas possibilidades que podem vir a se abrir para os atores – as pessoas, as famílias, os grupos e as comunidades – depois mesmo que as ações para a promoção do desenvolvimento foram desencadeadas.

O sentido geral dos processos de desenvolvimento, no contexto da obra de Elias, é o do estabelecimento de uma espécie de harmonia *entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos e as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos*. Ocorre que os projetos à disposição procuram alcançar uma em detrimento da outra (Elias, 1994:17). Mais ainda, eles pressupõem uma certa organização estática da sociedade, além de utilizarem *uma expressão impessoal [desenvolvimento planejado] para traduzir as transformações sociais que não são nem conscientemente programadas nem dirigidas* (Elias, 1991:178-179).

Hirschman⁵¹ advoga as soluções abertas, as quais admitem inclusive a possibilidade de ocorrerem retrocessos ou ainda outras possibilidades se abrirem ao longo dos processos de desenvolvimento. Percebe-se aqui uma certa flexibilidade na compreensão dos processos históricos – existe incerteza e, diante dela, vários caminhos se abrem para o desenvolvimento. Os sentidos da melhora apontam para um futuro melhor do que o presente, mas sem dizer exatamente em que essa melhora consiste, a não ser nos seus sentidos mais gerais, deixando que os próprios atores decidam, diante dos problemas e das possibilidades que a pretensão, o desejo e a obstinação de se promover o desenvolvimento abrem por si mesmas.

Diferente dessa posição encontram-se aqueles que acreditam que a melhora só ocorre como decorrência da inserção das pessoas, famílias, grupos e comunidades em redes de troca mercantis. A história aqui é vista como um processo de aprimoramento institucional em favor do funcionamento dos mecanismos de mercado, de modo que só existe progresso econômico, social, político e ambiental se o mercado prevalecer. E, como vimos, existe todo um

⁵¹ Estamos aqui nos baseando em Hirschman (1986a; 1986b; 2000) e Wilber & Francis (1988).

arcabouço conceitual que apóia essa idéia, no contexto da teoria política e econômica liberal. E o que aqui estamos designando de projeto político liberal-conservador se apóia nesse arcabouço conceitual. Entretanto, no interior mesmo desse arcabouço conceitual, foi pensado um caminho alternativo, que associa o funcionamento dos mecanismos de mercado com a ação estatal, para corrigir as falhas do mercado. Então o sentido da melhora se desdobra na associação de vantagens proporcionadas pelo funcionamento desses mecanismos, com uma forma de organização do Estado que se diz democrática, porque o conjunto da sociedade, através do Estado, tenderá a decidir por equalizar as oportunidades dos atores diante das possibilidades que o mercado abre. O projeto político liberal-democrático se apóia nessa variação da teoria política e econômica liberal.

O entendimento dos processos de desenvolvimento – na verdade, a falta desses processos –, tomando em conta a literatura de origem marxista, se dá a partir de uma associação entre propriedade da riqueza e acesso aos mecanismos de poder. Essa “falta” de desenvolvimento é decorrente da injustiça social que se expressa na concentração da riqueza e na forma particular como esta se encontra associada, sobretudo desde o desabrochar da modernidade, ao exercício do poder inerente aos Estados-Nação. Para além das estratégias de ruptura política que daí decorrem, a melhora só é possível de ser alcançada se se conseguirem redirecionar as ações inerentes aos Estados-Nação, de modo a redistribuir a riqueza e a garantir institucionalmente que o Estado se responsabilize pela exclusão social provocada pelo avanço do capitalismo, combinada com a organização de uma força existente no seio da sociedade, que combate o individualismo através da promoção da solidariedade e da reciprocidade, do associativismo e do cooperativismo.

Em ambos os casos discutidos nos dois últimos parágrafos, existem relações de causa e efeito que, aos olhos de Hirschman e Elias, são por demais estáticas para poder perceber de fato a complexidade dos processos de desenvolvimento. No primeiro caso, numa perspectiva que se aproxima da defesa do capitalismo, criar instituições que permitam uma maior eficiência dos mecanismos de mercado, levaria ao aprofundamento da divisão social do trabalho, o que, por sua vez, permitiria a socialização dos ganhos de produtividade oriundos da especialização produtiva, pela participação nas redes, democráticas por princípio, de trocas mercantis. No segundo caso, numa perspectiva que se aproxima do socialismo, distribuir a riqueza, como forma de promover a justiça social, estaria relacionada à mais democracia, isto é, um acesso mais equitativo às instâncias de poder e aos processos decisórios, o que garantiria a manutenção de mecanismos institucionais de redistribuição dos acréscimos ao estoque de riqueza existente, impedindo a sua reconcentração.

Um dos avanços teóricos nesse sentido, assim pensamos, foi alcançado a partir da contribuição de Boaventura de Sousa Santos (2000), que se expressa através do Mapa da Estrutura-Ação. Como vimos, esse autor parte da constatação de que a circunscrição de toda forma de poder ao exercício do poder por parte do Estado Liberal, de toda forma de direito ao direito estatal-territorial e de toda forma de conhecimento ao conhecimento oriundo da ciência moderna consiste numa espécie de reducionismo que a modernidade operou. Esse reducionismo acabou por ofuscar outras formas de direito, poder e conhecimento e que implicou, entre outras, na imposição de uma certa noção de desenvolvimento. Nesse sentido, adverte Santos (2000:28): *A falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente, e, em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento.*

Diante dessas colocações, as alternativas marxista e liberal parecem se encontrar envoltas pelo sonho iluminista do homem ideal, o indivíduo racional, que ora age maximizando suas utilidades, esperando que a ação egoísta promova o bem-comum; ora age, também no sentido do bem-comum, buscando *pôr a história no seu eixo*, mas, ambos, com uma percepção utilitarista do que não é humano. Nesse exato ponto, a maior das transformações hoje vivenciadas pelo homem neste último meio século, aquela provocada pela natureza, como resposta às interferências antrópicas nos meios físico e biótico, pegou como que de roldão aquelas duas primeiras formas de se perceber a realidade. Colocou assim em xeque a idéia de progresso a elas inerente e, em conseqüência, suas respectivas posturas ideológicas e seus desdobramentos em termos da ação política e das instituições criadas no seu bojo. Com relação a esse ponto, assim Santos (2000:27) se refere:

Neste domínio, a teoria crítica moderna partilhou com a sociologia convencional dois pontos importantes. Por um lado, a concepção do agente histórico corresponde por inteiro à dualidade entre estrutura e ação que subjaz a toda a sociologia. Por outro lado, ambas as tradições sociológicas tiveram a mesma concepção das relações entre natureza e sociedade e ambas viram na industrialização a parteira do desenvolvimento. Não admira, pois, que, neste domínio, a crise da teoria crítica moderna se confunda em boa parte com a crise da sociologia em geral.

Ao mesmo tempo em que assistimos às mudanças no clima – o aumento da temperatura média do planeta, ao aprofundamento dos problemas derivados dos diversos tipos de poluição, alterações na biodiversidade e suas conseqüências para a produção agrícola e para o equilíbrio ecológico entre as espécies, assistimos também o aumento do fosso que separa os mais ricos dos mais pobres, com o crescimento desses últimos evidenciando uma brutal concentração da riqueza existente nas mãos de poucos. Nesse contexto, a carência, em termos de alimentos, saúde, educação, trabalho e segurança se reproduz em meio ao aumento generalizado da violência, sem que existam mecanismos públicos ou coletivos eficazes sequer para estancar, quiçá para reverter, esse processo de exclusão social e degradação ambiental, que caminha a passos largos.

Dentro do quadro colocado acima, parece-nos que a questão singular, de cunho teórico e prático, que se coloca para as Ciências Sociais hoje é que a construção dos mecanismos dos quais se falou pressupõe a compreensão dos processos em curso, para que neles se possa interferir. O problema maior, contudo, aí embutido, a nosso ver, é que as formas disponíveis para se compreenderem os processos em curso, oriundas das posturas teóricas às quais acima se referiu, não dão mais conta dessa tarefa e nossa capacidade de chegar um pouco mais perto da realidade e avançar na compreensão de sua lógica e dinâmica está seriamente comprometida.

Mais especificamente, existem processos sociais em curso e, até recentemente, dois olhares sobre eles, cuja capacidade de compreensão perdeu muito de sua significância a partir das mudanças que daqueles processos irromperam nos últimos cinquenta anos. Antes, era possível olhar a história como que esticando uma linha que perpassava um todo que se apresentava mais ou menos coerente. Existiam conceitos e categorias que permitiam construir estratégias políticas de transformação social. O que ocorreu, contudo, foi que essa linha se partiu em vários pontos, ao mesmo tempo em que ela deixou de perpassar os processos mais fundamentais. Os conceitos de que se fala são os de progresso, desenvolvimento, classes sociais, luta de classes, democracia, entre outros, os quais subsidiavam estratégias, seja no

sentido da superação do subdesenvolvimento – a promoção da industrialização –, seja no sentido de estratégias de ruptura política – o socialismo – e que davam curso aos processos mais fundamentais de consolidação do capitalismo enquanto sistema social. Nas palavras de Santos (2000:25):

Esses conceitos e as configurações teóricas em que eles se integram são ainda hoje parte integrante do trabalho dos sociólogos e cientistas sociais e, à luz disso, é defensável pensar-se que afinal continua hoje a ser tão fácil ou tão possível produzir teoria social como antes. Julgo, contudo, que assim não é. (...) muitos desses conceitos deixaram de ter a centralidade de que gozavam antes ou foram internamente tão reelaborados e matizados que perderam muito da sua força crítica.

Contudo, no contexto do argumento que estamos desenvolvendo, o Mapa da Estruturação não resolve, por si só, o dilema entre estrutura e ação. Para que possamos caminhar nesse sentido, sem a pretensão de solucioná-lo, é importante considerarmos: a) uma visão mais acurada da dinâmica do capitalismo em Braudel, que nos permita perceber os efeitos da disputa pelo capital circulante, própria dos habitantes do antimercado, nos planos subnacionais; b) os padrões institucionais de Karl Polanyi; e c) a noção de configuração contida nos trabalhos de Norbert Elias.

De fato, ao apresentar as formas de poder, de direito e de conhecimento, além das dinâmicas de desenvolvimento para cada um dos espaços estruturais, Santos traz uma contribuição importante para a percepção dos processos em curso, por colocar as famílias e as comunidades, ao mesmo tempo, diante da lógica de reprodução do capitalismo global e das limitações estruturais prevaletentes em cada um desses espaços. Assim, se por um lado a ação, seja das famílias e das comunidades e, pelo que veremos no Capítulo VII, das pessoas e dos grupos se vêm constrangidas por essas limitações estruturais, por outro abrem-se possibilidades de ação dentro desses mesmos espaços estruturais. Santos circunscreveu essas possibilidades na dicotomia *regulação da ordem / emancipação em relação à ordem*.

A noção de espaço estrutural em Santos, no entanto, foi construída a partir do conceito de “campo” em Pierre Bourdieu (1989). Para esse autor, campo constitui-se num espaço estruturado e interdependente em relação a outros campos, sob a hegemonia mais ou menos evidente do campo econômico, onde os atores disputam a representatividade simbólica que dá significado a esse espaço específico. Os atores dominantes são os possuidores de maior capital simbólico e, na sua relação com os dominados e esses, na sua relação com os primeiros, ao mesmo tempo, legitimam o campo de disputa e desenvolvem o *habitus*, isto é, conjunto de práticas sociais que lhes são específicas.⁵² Norbert Elias, no entanto, já se valia dessa noção de “campo” e é preciso atentar para a diferença entre os autores acerca da abordagem que oferecem para o conceito. Isto é, em Elias, a disputa ocorre em torno das oportunidades de poder, as quais compreendem, além das representações simbólicas da realidade (o “poder simbólico” de Bourdieu), o controle sobre os meios de se praticar a violência e o controle sobre as possibilidades de se garantir a sobrevivência, inclusive os fluxos da riqueza.

⁵² Além das contribuições de Bourdieu (1989), para essa definição de “campo” nos termos desse autor, nós apoiamos também em Medeiros (1992).

Além disso, a idéia de “campo” em Elias é relativamente mais aberta do que em Bourdieu, de modo que, enquanto para esse último autor, o “campo” tende mais a se parecer com uma estrutura, que muda pouco e só em espaços de tempo mais esticados, para o primeiro, o “campo” surge como “configuração” ou “figuração”. Do conjunto delas participam indivíduos que fazem parte de um todo social cuja representação é aberta, no sentido da multiplicidade de suas possibilidades, dadas as suas qualidades intrínsecas, as múltiplas configurações das quais fazem parte e o equilíbrio de forças mais ou menos instável, a cada uma delas inerente (Elias, 1991). Em função dessas diferenças, na nossa perspectiva, a noção de espaço estrutural com a qual trabalhamos se aproxima mais do conceito de configuração em Elias. Ela nos dá mais flexibilidade para pensar as possibilidades de ação dos sujeitos e grupos sociais no interior das estruturas nas quais eles se encontram inseridos.

Mas existe implícito na própria construção do Mapa uma ordem predominante, dada pela própria hegemonia do padrão institucional do mercado. Quando pensamos então na emancipação em relação a essa ordem, surge um vazio conceitual. Esse vazio conceitual se expressa em questões como: emancipar em relação à ordem significa negar as redes de troca mercantis? Significa privilegiar os laços locais em detrimento dos laços estabelecidos em outros níveis? Significa voltar às formas tradicionais de organização da produção e da distribuição da riqueza social? Em que consistem essas formas tradicionais? Como essas formas tradicionais se expressam na atualidade? Como as redes de troca mercantis se inserem no cotidiano das pessoas, famílias, grupos sociais e comunidades? O cruzamento do padrão institucional do mercado com as formas de poder, de direito e conhecimento que prevalecem em cada um dos espaços estruturais nos fornece uma combinação razoável para pensarmos as estruturas, levando em conta as possibilidades de ação para os sujeitos, famílias, grupos e comunidades?

Essas questões para nós são importantes, porque temos que levar em conta que estamos preocupados com a compreensão dos processos históricos para transformá-los em processos de desenvolvimento. E, nesse sentido, assim nos parece, o Mapa da Estrutura-Ação nos oferece a possibilidade circunscrita na idéia de “emancipação em relação à ordem”. De fato, essa é uma idéia importante, advinda das contribuições de Bourdieu, mas ela nos leva a uma outra pergunta: para onde caminhar se queremos emancipar em relação à ordem estabelecida? E como caminhar? Não temos, obviamente, a pretensão de dizer para onde as estratégias de desenvolvimento devem caminhar; apenas de contribuir para as formas de pensar essas estratégias, dizendo que a realidade pode ser vista a partir dos espaços estruturais, incluindo o do sujeito e dos grupos. Mas a inclusão desses dois espaços estruturais, no contexto de uma discussão sobre desenvolvimento, implica considerar as ligações que se dão entre os espaços estruturais e o que eles nos oferecem, seja em termos de compreensão dos processos em curso, seja em termos de possibilidades para se promover o desenvolvimento. Aí surge, a nosso ver, uma dificuldade.

Podemos dizer, como faz o autor, valendo-se da expressão “constelações de relações de poder, de direito e de conhecimento”, que no espaço doméstico a forma de poder predominante é o patriarcado; e toda sociedade é patriarcal. Podemos também dizer que, sendo a diferenciação desigual, a forma de poder predominante no espaço da comunidade e, entre as formas em que ela se manifesta está o racismo; que toda a sociedade é racista. Dado que a forma de poder que prevalece no espaço do mercado é o fetichismo das mercadorias, valendo-me aqui de Rubin (1980), isso significa que existe uma tendência à personificação das coisas e a coisificação das pessoas e que, pode-se argumentar, essa é a própria essência do capitalismo; e toda a sociedade é capitalista. E, por ser capitalista, prevalece a exploração do trabalho e da natureza, forma de poder no espaço da produção; e assim sucessivamente.

Mas isso nos ajuda no sentido de estabelecermos princípios, direções para os processos de desenvolvimento, como a busca da equidade em termos de gênero, raça, idade e etnia; em termos da valorização das pessoas em meio à busca pelo bem-estar material; ou em termos do respeito ao trabalho e à busca da sustentabilidade ambiental. Avançar em cada um desses sentidos seria emancipar em relação à ordem estabelecida.

Precisamos, no entanto, mais do que princípios para poder pensar a transformação de processos históricos em processos de desenvolvimento, fazendo da observação da realidade um instrumento para sua transformação. Vontade, obstinação, utopia – o desenvolvimento é uma aventura épica, como diz Hirschman – são certamente ingredientes mais importantes que o trabalho acadêmico, como o próprio Boaventura Santos adverte. Mas, do ponto de vista deste trabalho, encontramos um vazio conceitual quando nos perguntamos o que pode existir entre a realidade e a utopia, para além dos direitos que freqüentemente nos são usurpados? Por onde caminhar, se o lugar onde estamos não nos serve mais?

Para nós, esse vazio conceitual pode ser preenchido, dado o conceito de configuração em Elias e as oportunidades de poder disputadas pelas pessoas, famílias, grupos sociais, como vimos acima e pela pesquisa antropológica de Polanyi e que se condensa nos padrões institucionais e princípios de comportamento, já apresentados no Capítulo II. Nosso argumento é que a disputa pelas oportunidades de poder se organiza a partir dos padrões institucionais de Polanyi.

Esses padrões institucionais dão estabilidade a um sistema que intrinsecamente se move entre a cooperação e a competição, conjugando, como Elias diz, solidariedade e coação. Eles – os padrões institucionais – são, por assim dizer, os mecanismos de coordenação do sistema. Nessa condição, eles, e suas relações de interdependência, garantem as condições de manutenção, reprodução e transformação do sistema. Esse sistema, sem os padrões institucionais, tenderia à desordem. Os protagonistas das relações de interdependência são as pessoas, as famílias, os grupos sociais, as comunidades, as instituições e os Estados e essas relações são perpassadas por relações pessoais, familiares, grupais, comunitárias, institucionais e estatais.⁵³

No interior delas se constituem instituições formais e informais, isto é, normas, regras, que variam em função de cada configuração particular, das pessoas que as compõem e dos aspectos subjetivos e intersubjetivos que lhes são característicos. No interior de cada uma dessas configurações existe portanto um espaço para a ação individual, familiar, grupal, comunitária, institucional e estatal. As configurações se apresentam de forma concatenada ou se superpõem. Toda configuração é constituída por pessoas que, simultaneamente, participam de várias configurações: na família, no trabalho, na escola, no bar, no namoro ou no campo de futebol.

As pessoas também são sujeitos da ação. Nessa condição, no entanto, além dos aspectos subjetivos, podem expressar – e freqüentemente expressam – uma posição institucional, seja essa instituição formal ou informal. Pode-se estar representando uma empresa num processo de negociação, por exemplo. Nesse caso, as regras que estão colocadas, num primeiro plano, são as regras do mercado; mas as relações que se estabelecem não são impessoais, de modo que outros laços, que não apenas os puramente mercantis ou institucionais, fortemente baseados na intersubjetividade que se forma entre as pessoas, são partes constitutivas e, não raro, podem influir no rumo das negociações.

⁵³ Para falarmos de sistemas dessa forma, estamos aqui considerando as contribuições de Capra (1982); Bruseck (1995); e Vasconcelos (2002), além de Santos (2000)..

Uma outra pessoa pode estar num congresso acadêmico representando uma instituição em particular ou não, apresentando um trabalho de sua autoria, ou ainda ambas. Nesse caso, as regras que prevalecem são as regras da academia, relacionadas ou não, conforme o caso, às regras da instituição à qual ela pertence e à importância atribuída por essa pessoa ao fazer parte da instituição – um aspecto subjetivo, o que equivale a dizer que ela se integra a um determinado lugar e essa integração implica a exclusão dos demais. As pessoas, quando agem, podem também estar representando suas próprias posições pessoais, quando originais, ou podem estar representando a posição de um grupo, seja ela uma autoridade legítima para tanto ou não. E, ao fazerem assim, também se igualam a alguns para se diferenciarem dos demais. Há aqui um sentido de pertencimento e exclusão que o próprio grupo acolhe e que faz parte da intersubjetividade que o permeia. O fato de se proclamar vegetariano ou economista são bons exemplos nesse sentido. Os grupos se diferenciam e existe também diferenciação no interior dos grupos, como veremos no Capítulo VII, além do fato de que a importância relativa que se atribui aos grupos muda com o tempo. Isto é, dizer ser bancário nos anos 1950 é diferente de dizer ser bancário nos anos 2000.

O importante, no entanto, para os nossos propósitos no momento, é mostrar que, em meio a esse conjunto infinito de possibilidades em termos de relações interpessoais, perpassadas pelo quadro institucional dado por cada uma das configurações das quais as pessoas participam, são estabelecidas relações que possuem, ao mesmo tempo, um caráter objetivo e outro subjetivo. Isto é, essas relações pressupõem uma subjetividade inerente aos indivíduos e uma certa intersubjetividade entre os indivíduos. Além disto, do ponto de vista do caráter objetivo, essas relações são cooperativas ou competitivas, fundadas na solidariedade ou na coerção. E essas relações podem ser:

- mercantis, baseadas na permuta, na barganha e na troca;
- autárquicas, fundadas na domesticidade, porque se encontram voltadas para dentro do próprio grupo ou na busca da autonomia em relação ao que se considera ser externo;
- centralizadas, na medida em que se atribui a um líder, ou esse líder chama para si essa condição, seja pela força, pelo que possui ou ainda pelo carisma que consegue rotinizar;
- simétricas, na medida em que o outro é percebido como igual nas relações pessoais, familiares, grupais, comunitárias, institucionais ou ainda estatais que se estabelece; ou
- alguma combinação entre essas formas que as relações sociais assumem.

Na vida cotidiana, isto se nos apresenta de uma forma aparentemente desorganizada. Essa desorganização é ainda maior, ou melhor, fica totalmente incompreensível para nós, quando uma determinada perspectiva da realidade, que é hegemônica, insiste em querer demonstrar que um dos padrões institucionais é superior ou melhor que os demais. Quando, no entanto, novas territorialidades surgem a partir da desorganização provocada pelos que detêm as maiores oportunidades de poder, os demais padrões institucionais ficam em evidência, porque grande parte da reprodução material das pessoas, famílias, grupos e comunidades e suas perspectivas quanto ao futuro passam a depender deles e não do padrão institucional do mercado, embora este continue a ser importante também. E, segundo o nosso entendimento, é muito difícil representar toda essa complexidade e, nesse sentido, o Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial, acrescido dos espaços do sujeito e dos grupos, torna-se uma alternativa a ser levada em consideração.

Podemos então ensaiar respostas às perguntas elaboradas acima:

- Emancipar em relação à ordem significa negar as redes de troca mercantis? Não, mas significa considerar que estimular mercados locais e regionais, do ponto de vista da maior parte das pessoas, traz maiores benefícios do que estimular mercados nacionais e globais;
- Significa privilegiar os laços locais em detrimento de laços estabelecidos em outros níveis? Também não: o desenvolvimento local fica potencializado quando as redes de relações ultrapassam os limites do local. Mas devem ser levadas em consideração as sinergias existentes ou passíveis de se estabelecer entre atores locais e não locais e os sentidos da melhora embutidos nas estratégias de desenvolvimento.
- Significa voltar às formas tradicionais de organização da produção e da distribuição da riqueza social? Também não. Mas significa considerar que o padrão institucional do mercado não existe e não funciona sozinho, de modo que existe sempre uma combinação entre os padrões institucionais e, dependendo da situação, os padrões institucionais não-mercado centrados são mais importantes (o caso da agricultura familiar, por exemplo), e vice-versa.
- Em que consistem essas formas tradicionais? Elas consistem na organização social em torno da produção, distribuição e consumo da riqueza orientada por um dos três padrões institucionais não mercado-centrados ou alguma combinação entre eles, sendo que no interior dessa combinação é possível encontrar a presença do padrão institucional do mercado que, no entanto, nunca assumiu uma posição de predominante, o que é característica das sociedades mercantis desenvolvidas. É importante sublinhar que a presença desses padrões institucionais no interior das formas tradicionais não descarta a manifestação da violência nem da injustiça e tampouco da desigualdade. Desse ponto de vista, eles não são melhores ou piores do que o padrão institucional do mercado. E decorre daí a importância da luta pela universalização de direitos para a promoção do desenvolvimento, em qualquer dos níveis da realidade.
- Como essas formas tradicionais se expressam na atualidade? Elas se expressam de duas formas:
 - o No significativo número de pessoas, famílias, grupos e comunidades que ainda constituem a camada da vida material ou que se encontram numa espécie de espaço de interseção entre a camada da vida material e a camada do mercado.
 - o Por detrás das relações mercantis, quando essas são predominantes. Nesse caso, elas não podem ser compreendidas totalmente sem que estejam associadas às formas de poder, de direito e de conhecimento inerentes a cada um dos espaços estruturais e suas dinâmicas de desenvolvimento. Devemos levar em consideração também a observação de Polanyi em relação ao fato de que “a economia do homem, como regra, está submersa em relações sociais.” A ação individual se encontra direcionada “para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social” e não para “salvaguardar seu interesse material na posse de bens”.
 - o Famílias, por exemplo, cuja sobrevivência depende da qualidade das relações mercantis que estabelece, podem ser organizadas internamente sob o padrão institucional da centralidade, no qual o patriarca se apropria do ganho de seus

membros e decide como distribui-los; ou sob o padrão institucional da reciprocidade, no qual ocorrem compensações mútuas e seqüenciais ente os membros da família, sem motivação econômica. Perceba-se, que, neste caso, em relação à ordem dominante, patriarcal, houve uma emancipação se compararmos com o caso anterior.

- Outro exemplo: uma comunidade formada pelos trabalhadores de uma grande empresa, onde cada um dos trabalhadores possui uma relação formal de troca com o empregador. Mas, no interior dessa comunidade existe um conjunto quase infinito de relações formais e informais, permeadas pela estrutura administrativa, pela cultura da comunidade e pela tradição, nos termos de Santos. Ocorre, por exemplo, que a cultura da comunidade é pautada pelo preconceito em relação aos homossexuais, ou às mulheres. Ou a empresa pode ter como política estimular relações de reciprocidade entre funcionários e chefes de seção ou o comportamento da competição.
- Uma questão interessante que a literatura que ainda vamos estudar neste capítulo deixaria no ar, se aceitasse o argumento aqui desenvolvido, seria: dada a cultura e a tradição que prevalecem no interior da empresa, qual a melhor combinação entre os padrões institucionais a serem estimulados para promover a inovação?
- De qualquer forma, o chefe de seção, o funcionário e o patrão fazem parte de outras comunidades, de grupos dentro dessas comunidades e de famílias, levando em conta que são casados, o que eleva exponencialmente as possibilidades para o que nos interessa no momento. Nos termos de Elias, como veremos no Capítulo VII, são muitas as configurações das quais pessoas e grupos sociais fazem parte, de modo que as possibilidades para a ação também são muitas.
- Em síntese, muito do que consiste as formas de poder, de conhecimento e de direito dos espaços doméstico e da comunidade e, pelo que veremos, nos espaços do sujeito e dos grupos reproduzem essas formas tradicionais e garantem a reprodução da desigualdade e da injustiça no espaço e no tempo; mas, em função do que está acima, podem ser identificadas, compreendidas e transformadas.⁵⁴
- Como as redes de troca mercantis se inserem no cotidiano das pessoas, famílias, grupos sociais e comunidades? Tornando-as cada vez mais dependentes da participação nessas redes. Mas isso não significa que os laços familiares, grupais ou comunitários sejam abandonados; e se forem, é porque outros laços dessa natureza se colocaram no lugar. O advento do telefone celular, por exemplo, pode estar significando mais proximidade do que distância entre os membros de uma família, de um grupo ou de uma comunidade.

⁵⁴ Como veremos no Capítulo 6, França Filho e Laville (2004) se esforçam em aplicar os padrões institucionais de Polanyi para a sociedade contemporânea. Segundo esses autores, o princípio da redistribuição, nas sociedades mercantis desenvolvidas, associa-se ao princípio da troca e é exercido pelo Estado, quando aplica políticas redistributivas ou compensatórias. Essa idéia já estava presente em Polanyi (1976). Podemos pensar isto também para uma empresa que exerce a prática da “responsabilidade social”, hoje na pauta do dia.

Assim, o cruzamento do padrão institucional do mercado com as formas de poder, de direito e conhecimento que prevalecem em cada um dos espaços estruturais não nos fornece uma combinação precisa para pensarmos as estruturas, levando em conta as possibilidades de ação para os sujeitos, famílias, grupos e comunidades. Mas nos permite caminhar nesse sentido. Essas possibilidades de ação se encontram condicionadas pela disputa em torno das oportunidades de poder que estão dadas em cada configuração das quais as pessoas participam. E, no entrelaçamento dessas oportunidades de poder, surgem os padrões institucionais de Polanyi: a reciprocidade, quando o outro é visto como igual; a domesticidade, ligada à responsabilidade de prover, que pode se degenerar para a violência; e a redistribuição, quando uma autoridade se impõe, seja ela legítima ou não.

As pessoas, então, se organizam em torno de outros padrões institucionais, para além do padrão institucional do mercado e essa organização pressupõe a definição do estado da disputa em torno das oportunidades de poder. Isto é, o padrão institucional estabelecido pressupõe um certo equilíbrio, mais ou menos instável, como diz Elias, em torno daquelas oportunidades. A prevalência do padrão institucional do mercado, por exemplo, pressupõe o controle sobre parte significativa dos meios com os quais a sobrevivência é alcançada e ele está, como nos ensina Braudel, invariavelmente ligado ao Estado que, nas sociedades mercantis desenvolvidas, detêm o monopólio legítimo da força e a capacidade de criar representações da realidade – a história oficial.

Dessa forma, os fluxos de relações entre pessoas, famílias, grupos, comunidades, instituições e Estados nem são totalmente desorganizados, nem são passíveis de serem submetidos a uma orientação única. Suas possibilidades de ação estão dadas pelo conjunto de configurações das quais participam e essas configurações, cada uma delas, funciona como uma estrutura que define os limites da ação. Esses limites, no entanto, não são rígidos, bem como as configurações das quais se participa não são únicas. Mas elas, além de se superporem umas às outras, oferecem constrangimentos. E, dadas as configurações que prevalecem em cada um dos espaços estruturais e as relações que podem ser observadas entre eles em cada contexto específico, existem possibilidades para os sujeitos da ação – pessoas, famílias, grupos sociais, comunidades, instituições e Estados.

E, em relação ao que nos interessa mais de perto, podemos concluir que, do ponto de vista da transformação de processos históricos em processos de desenvolvimento, pontuar que em meio aos processos em curso também fazem parte as dinâmicas de desenvolvimento inerentes ao indivíduo, sujeito e protagonista de micro-processos históricos e aos grupos que esses sujeitos conformam, parece ser um passo interessante para a compreensão das estruturas sociais e seus processos de reprodução e transformação, sobretudo no que respeita ao desenvolvimento local. Pelo que vimos acima, na nossa perspectiva, as práticas sociais estão organizadas em configurações que relacionam a disputa pelas oportunidades de poder, da forma como Elias as concebeu; os padrões institucionais de Polanyi; e as formas de poder, de direito e de conhecimento prevalecentes em cada um dos espaços estruturais. E o Mapa da Estrutura-Ação contribui para que possamos nos aproximar dessa complexidade.

No restante do presente Capítulo e no seguinte, vamos analisar algumas teorias e enfoques que impactam o pensar sobre o desenvolvimento local e sua promoção. Vamos procurar evidenciar o fato de que essas contribuições buscam em meio às práticas sociais locais um ponto de apoio para a promoção do desenvolvimento local. E, em meio a essa busca, fazem referência ao sujeito e aos grupos sociais sem conseguir, entretanto, distingui-los das dinâmicas sociais locais mais gerais.

V.3 Enfoque da Criatividade na Vida Cotidiana

Neste e nos próximos tópicos, vamos analisar enfoques e teorias que impactam a problemática sobre o desenvolvimento local, os quais associam os processos sociais, instituições e inovações ao problema do desenvolvimento. A relação entre inovações e desenvolvimento foi feita por Schumpeter (1982). Para esse autor, desenvolvimento econômico é o processo pelo qual uma combinação mais eficiente de fatores, que acontece no âmbito privado, se transforma em benefício social. Esse benefício social está consubstanciado no fato de que a sociedade poderá contar com o mesmo volume global de produto, só que produzido utilizando-se uma quantidade menor de recursos, isto é, com custos menores, ou com um produto qualitativa e quantitativamente maior, utilizando-se dos recursos disponíveis. O que possibilita o desenvolvimento econômico, para o autor, é a ação de empresários inovadores, que buscam o lucro através da introdução inovações, definidas como novas combinações de fatores de produção e que implicam o desenvolvimento de um novo bem; a abertura de novos mercados; o controle de fontes de matérias primas e produtos semi-acabados; o desenvolvimento de novos métodos de produção; ou mudanças na organização dos mercados.

No contexto neo-schumpeteriano, as inovações no âmbito de produtos e de processos foram incorporadas ou associadas a contextos institucionais específicos, isto é, de acordo com Wilkinson (1997:314), a rotinas que marcam o funcionamento de organizações e instituições.⁵⁵ De acordo com Diniz e Crocco (2006:19), a “linha neo-schumpeteriana” avança na compreensão dos determinantes e condicionantes das mudanças técnicas. Para esses dois autores, em consonância com o argumento neo-schumpeteriano, *a inovação é a arma central da competição e do crescimento*.

Para além dessa colocação, no entanto, esses autores realizam uma análise dos “marcos teóricos da política regional e urbana”, evidenciando três perspectivas: a perspectiva keynesiana; o enfoque da competitividade; e *a busca de uma terceira geração de políticas regionais: a síntese exógeno-endógeno*. (Diniz e Crocco, 2006:14). Em relação à passagem da primeira para a segunda perspectiva, assinalam que houve, do ponto de vista teórico, duas mudanças importantes: a valorização da capacitação local na formulação de políticas e a incorporação de aspectos institucionais (formais e informais, tais como conhecimento, capital social e cultura) no entendimento das dinâmicas regionais. A terceira geração de políticas, ainda de acordo com os autores, pressupõe (...) *que as políticas de desenvolvimento regional não podem ser exclusivamente locais*, assumindo, citando Helmsing (1999), que a oposição entre exógeno-endógeno deve ser superada na formulação de políticas de desenvolvimento. Duas questões então surgem: a) a promoção do crescimento regional e a diminuição das desigualdades inter-regionais são dependentes das especificidades dos processos de inovação, que, por sua vez, estão condicionados às características dos diversos locais. Em outras palavras, na elaboração de estratégias no sentido acima aventado, as políticas devem *levar em conta as especificidades locais*; e b) em consequência, devem existir políticas diferenciadas em função dos condicionantes estruturais de cada país ou região.

⁵⁵ O autor realiza um interessante esforço de fazer com que essa idéia, que seria uma forma de caracterizar os micro-fundamentos do comportamento econômico, quando associada às formas estruturais, vale dizer, institucionais, que regulam as atividades econômicas em uma determinada sociedade, oriundas da Teoria Francesa da Regulação, contribua no sentido da construção de um modelo teórico que trata da coordenação das atividades econômicas, em função de comportamentos que prevalecem no nível micro com as instituições que se estabelecem no âmbito macro-social.

Posto isto, entre os enfoques e teorias sobre desenvolvimento local que aqui vamos analisar, o primeiro questiona a orientação racionalista, que associa meios a fins, para propor a importância da criatividade nos processos sociais. Lundvall (1997), no esforço de pensar, no contexto da União Européia, novas políticas de inovação, dados os processos de globalização, aponta para o fato de que, na atualidade, os processos de inovação encontram-se umbilicalmente ligados aos processos de aprendizado, à capacidade de aprendizado, melhor dizendo, do modo que a performance de indivíduos, firmas, regiões e países depende do desenvolvimento de habilidades nesse sentido. Realiza, então, uma interessante distinção entre conhecimento tácito e conhecimento codificado. O conhecimento tácito é uma espécie de conhecimento complexo e variável do ponto de vista qualitativo, perceptível na medida em que uma grande quantidade de "habilidades" humanas tem que ser usada ao mesmo tempo para resolver problemas diários, por exemplo.

Essas habilidades, no entanto, só existem num determinado contexto social, o que implica que seu entendimento e apreensão só pode acontecer se se compreendem os contextos sociais específicos nos quais elas se expressam, de modo que o conhecimento aqui possui uma natureza territorial, regionalmente delimitada. De outro lado, o conhecimento codificado, pode-se dizer junto com o autor, é o conhecimento tácito transformado em informações e o grande desafio que se coloca, no âmbito da pesquisa e do desenvolvimento (P&D), é o esforço de transformar uma forma de conhecimento em outra, para que efetivamente possam se explorar as oportunidades inovativas, num mercado economicamente globalizado.

A inovação surge aqui então como uma categoria interdisciplinar e como um processo, constituído a partir da interação social de distintos atores. É, portanto, um processo não linear, complexo e interativo, não necessariamente científico, que não pode ser compreendido a partir da idéia de que a inovação se constitui numa ação singular. Além disso, do ponto de vista da contribuição em foco, o processo inovativo está fortemente orientado pela competitividade entre atores, grupos, regiões e países.

Para Bijker & Hughes & Pinch (1997), no contexto do desenvolvimento de uma sociologia da inovação, o desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui novos conhecimentos, é um processo de construção social. Os trabalhos recolhidos no volume que esses autores organizam deixam para trás três idéias importantes que guiavam a sociologia no que diz respeito aos estudos sobre inovação. Essas idéias são: a) a de que o inventor individual é um conceito central; b) que há uma espécie de determinismo tecnológico nos processos inovativos; e c) que as análises desses processos devem partir de uma distinção entre os aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos.

Eles evidenciam assim a diferença entre tecnologia e ciência e a necessidade de se abrir o que chamam de *black box of society* para a compreensão das dinâmicas sociais a partir da inovação (Bijker & Pinch, 1997). Obviamente, essa última análise assume importância crucial na compreensão dessas dinâmicas, a partir de uma perspectiva social-construtivista, similar, mas não igual à de Lundvall (1997), porque o horizonte de tempo de ambas as perspectivas é diferente. Para esse último autor, a construção social do processo inovativo é uma particularidade do atual momento de globalização dos mercados, enquanto que os social-construtivistas, assim nos referindo a Bijker & Pinch, por exemplo, procuram incorporar ao processo de reprodução das sociedades, particularmente aquelas que se desenvolveram com a modernidade, a dinâmica inovativa.

O interesse maior que essa orientação teórica possui para o que nos interessa de perto está no fato de que ela amplia o horizonte de análise, para se pensar em cadeia ou rede (actor network de Law & Hassard, 1999), e também incorpora na interpretação da ação social,

elementos como os desejos, a criatividade e a intersubjetividade dos grupos sociais. A tecnologia, assim, não pode estar separada do contexto social no qual ela se desenvolve.

No entanto, a perspectiva desses autores pressupõe uma certa interação conflituosa entre os atores, mas aponta para um sentido ou objetivo implícito virtuoso, o da construção social da inovação, tornando-se assim do tipo normativo-teleológica, fundada numa idéia de que a democracia deliberativa processa e promove a evolução desses conflitos no sentido de sua solução. Esse é o conteúdo da crítica formulada por Hamlett (2003) aos autores social-construtivistas. Na perspectiva desse autor, as práticas deliberativas aparecem como um modelo normativo de prática democrática, da qual passou a depender a teoria do construtivismo social, que chama para si uma postura neutra, do ponto de vista científico. Assim, tal como os economistas neoclássicos, os social-construtivistas pretendem que sua forma de abordar a realidade seja isenta de uma perspectiva de mundo, de valores, não normativa, *tornando-se passível de se transformar em um outro mero discurso acadêmico*, com pequeno impacto sobre o mundo científico (Hamlett, 2003:135).

Semelhante caminho pode ser percebido no âmbito da economia, mas pontuando as relações entre instituições com inovações. Isto é, no mesmo sentido das análises acima caminham as contribuições de Storper (1994), que diz que as inovações são fruto de uma ação coletiva; e de Dosi (1988), que afirma que a criatividade tem um lugar central nos processos sociais, sugerindo ambos que inovação e criatividade têm tendido a ser vistos mais como processos sociais e coletivos, do que individuais. Para o primeiro autor, a ação é coletiva, territorialmente definida, porque as decisões individuais estão conectadas às decisões de outros agentes e, portanto, marcadas, por um lado, pela incerteza e, por outro, dependentes de um conjunto de símbolos que permite, por meio de regras, normas e instituições, a comunicação e a coordenação das expectativas e intenções dos atores. Existem, assim, convenções coerentes que permitem e que informam as decisões.

Storper, nesse sentido, afirma que a economia capitalista, movida pela concorrência, possui duas dimensões: tecnologia, que tem sua base no conhecimento e a dimensão das relações humanas, que são essenciais para a coordenação econômica. Separa, então, a economia em dois ambientes, o da produção e o da inovação, sendo essa última essencial para a compreensão da dinâmica econômica. Seu objetivo é *decifrar os mistérios da inovação*, vista como uma ação coletiva (Storper, 1994:107) que, para ele, possui duas instâncias: a do aprendizado e a da interação, pontuando que ambas ocorrem dentro e fora das firmas, envolvendo a vida econômica em geral e as instituições que permitem a regulação econômica em particular. Levar em conta essas instituições, ainda de acordo com o autor, implica assumir que o processo inovativo pressupõe rotinas que são - ou não - favorecidas pelo ambiente institucional, isto é, instituições formais e informais, as quais, no conjunto, formam convenções territorialmente definidas.

Para Dosi, por seu turno, inovação é um processo não linear, complexo, interativo e não necessariamente científico. É o conjunto, é a cadeia que leva um produto a um mercado e não uma ação simples. Discutindo a natureza do processo de inovação, Dosi (1988: 234) aponta para o fato de que existe uma diferença fundamental entre informação e conhecimento e a transformação de um em outro, no contexto da atividade de resolver problemas, está baseada na aglutinação de competências, *visions*, na arte de descobrir (*heuristics*), o que, por sua vez, tem como pressuposto básico, o processamento da informação. Relativamente a isso, a inovação encontra-se baseada numa variedade de conhecimentos que, inevitavelmente, incluem instituições públicas, experiências e acumulação de competências.

Essas análises, em síntese, ultrapassam a visão tradicional que percebia a ação coletiva como sendo racional, orientada por meios e fins, ou ainda por valores, abrindo espaço para perceber a criatividade da e na vida social cotidiana. A vida social não é programada e não estão dados os objetivos de cada um. O eixo da análise, assim, mudou, no sentido de tornar possível a compreensão da ação social a partir da criatividade, da subjetividade, da inovação. E, percebendo dessa forma a organização da vida social, permite que se relacione a criatividade social com as condições que levam à inovação e às novas formas de se perceberem os processos de desenvolvimento, marcados pela incerteza e pela diversidade de possibilidades.

Atribui-se, portanto, valor às práticas sociais locais e, pelo que vimos acima, esse valor pode ser levado ao extremo, como na perspectiva social-construtivista. Nessa perspectiva, no entanto, supõe-se um certo direcionamento natural que essas práticas possuem no sentido de alcançar a melhora. Por outro lado, a despeito das variações, as demais análises se apropriam das práticas sociais locais, de modo a entender como o desenvolvimento ocorre a partir da inovação, seja pensando em um sentido mais amplo, como é o caso de Lundval, seja pensando no âmbito das empresas, seja no âmbito das firmas e da indústria, como em Dosi e Storper, respectivamente.

V.4 Território, Região e Desenvolvimento

A associação entre inovações e instituições, pode também ser feita através do conceito de SPL - Sistemas Produtivos Localizados, cuja noção, de acordo com Abdelmalki & Courlet (1996),⁵⁶ é fértil no sentido de se pensar a dinâmica das economias em desenvolvimento, a partir da dialética entre o local e o global. O ponto de partida é a noção schumpeteriana de inovações e seus desdobramentos em termos das análises neo-schumpeterianas, alcançando a proposição do conceito de desenvolvimento endógeno.

Posto isto, Abdelmalki & Courlet (1996) elaboram uma crítica à economia do desenvolvimento, que acabou por banalizar a aplicação específica dos conceitos inerentes à economia política, culminando na afirmação de que suas estratégias *voluntaristas* de desenvolvimento levaram os países em desenvolvimento a uma crise estrutural, a qual se expressa no desequilíbrio de seus balanços de pagamentos. Posta a questão dessa forma, a problemática relativa ao desenvolvimento permanece, problemática essa relacionada a mudanças estruturais, crescimento do produto e ampliação do bem-estar. Sua solução exige um retorno à *especificidade da heterogeneidade das localizações*, na tentativa de compreender as mudanças que afetam os sistemas produtivos das economias em desenvolvimento, em função de mudanças locais, tidas como mais ou menos difusas, valendo-se das categorias da economia política.

Para fugir do esquema tradicional de influências externas / internas, os autores propõem a apreensão da lógica do desenvolvimento a partir da dialética do global e do local, no sentido de compreender o papel das iniciativas autônomas, da democracia, da cultura e das instituições descentralizadas nas transformações que afetam as economias em desenvolvimento. Faz-se, dessa forma, referência *aos espaços originais do desenvolvimento*: distritos tecnológicos, S.P.L., territórios de industrialização, clusters; bem como a lógicas institucionais, territoriais, familiares, profissionais, e estatais. Ao mesmo tempo, interpõem, no centro das discussões acerca do desenvolvimento, questões relacionadas ao

⁵⁶ Este tópico, em grande medida, foi formulado a partir das contribuições desses autores e daquelas que se encontram no volume que organizaram..

reposicionamento dos espaços locais no sentido de se alcançar o desenvolvimento; à inserção da dinâmica dos espaços locais no movimento de globalização da tecnologia; e ao papel dos sistemas de valor na estruturação e regulação dos sistemas de governança.

Especificamente em relação às dimensões locais do desenvolvimento, os autores afirmam que ele se constitui num processo de reestruturação sócio-econômica que envolve diferentes atores, os quais se apóiam sobre as formas de organização econômica, isto é, o estágio de aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho e sobre o meio ambiente institucional. Deriva-se daí que o desenvolvimento possui um conteúdo territorial, assentado em dinâmicas locais, dadas as vantagens comparativas, existentes ou forjadas, de modo que os distritos industriais e tecnológicos e os sistemas territoriais de inovação são os espaços privilegiados onde se dá a competitividade das firmas e das nações.

Ter como referência a diversidade das estruturas sociais, regionais e locais implica conceber o desenvolvimento como o prolongamento de longas trajetórias tecnológicas e sociais e não como a realização voluntarista de dado sistema produtivo global. Implica também reconhecer o papel dos *atores do desenvolvimento*, que se organizam voluntária e espontaneamente em torno de formas de cooperação entre empresas, indivíduos e atividades econômicas. Dessa organização decorre a conformação dos mercados e de formas de regulação social, encrostadas no território, que passa a ser um componente permanente do desenvolvimento.

Em decorrência do que está posto, Abdelmalki & Courlet (1996) elaboram a noção de *desenvolvimento endógeno*, apoiada na idéia de que o território, com seus mercados e formas de regulação social, pode ser visto como a construção de margens de autonomia para as populações periféricas, já que as seqüências industriais são multiformes e se sustentam por sobre atores públicos e privados territorializados. Em outras palavras, o *jogo dos atores e das instituições* provoca uma espécie de *efeito estruturante*, consubstanciado na recorrência da introdução de inovações, definidas aqui como atividade institucional que pressupõe e ao mesmo tempo implica a multiplicidade de agentes em relação de competição e cooperação e seus desdobramentos em termos da aprendizagem coletiva. Forma-se, assim, uma comunidade de agentes, cujos comportamentos estariam impregnados dessas características intrínsecas da inovação, dadas por trajetórias sociais que se dão desde muito tempo.

As instituições podem então ser vistas como externalidades positivas associadas às interdependências e complementaridades tecnológicas, à infra-estrutura existente e aos fluxos de informações, implicando a redução da incerteza e a garantia da possibilidade de mediação de conflitos. Assim, as instituições fornecem a estabilidade necessária à reprodução e à mudança da sociedade.

A associação dos conceitos de inovações e instituições da forma como foi visto acima, permite também a elaboração de estratégias voltadas para a promoção do desenvolvimento das economias periféricas. Isto é, esse conhecimento permite a construção de estratégias de desenvolvimento de novos territórios, em contraposição àquelas de grandes empresas, por tornarem possíveis comportamentos de cooperação, os quais, por sua vez, tornam possível o acesso à inovação. A cooperação, assim, substitui a dificuldade de acesso das pequenas empresas a recursos que, de outra forma, a elas seria inacessível. Seguindo essa seqüência, o desenvolvimento seria então o resultado da interação de dinâmicas empresariais e territoriais, o que permitiria o germinar e o existir do espírito de empresa nas economias periféricas.

Uma análise dos processos de desenvolvimento em termos dos Sistemas Produtivos Localizados (S.P.L.), dessa forma, possibilita desconcentrar os fenômenos originais do desenvolvimento, localizados nas economias desenvolvidas, em favor das economias em desenvolvimento. Os S.P.L. ilustram, assim, a dimensão endógena ou territorial do

desenvolvimento, por constituir-se num tipo de organização sócio-econômica eficaz por conter uma margem de manobra face à heteronomia da divisão internacional do trabalho. Eles permitem, ademais, a transposição do setor informal, resultado da crise econômica, como tentativa de sobrevivência, por possuir um papel no crescimento econômico, a partir do qual se constrói uma base industrial, isto é, uma *industrialização endógena*, que consiste nos efeitos de imitação e aprendizagem, tornando a inovação um processo coletivo (Hugon, 1996). O setor informal, além disso, tem um papel importante no desenvolvimento, por pertencer ao interior do processo de crescimento endógeno (Requier-Desjardim, 1996).

Essa noção de desenvolvimento, enquanto estratégia, a partir do que está acima, caminha no sentido de transformar o setor informal em pequena produção manufaturada, promover a mutação do artesanato em indústria e, conseqüentemente, promover a decomposição da pequena produção ambulante. O desenvolvimento do setor informal, isto é, pela base e de modo endógeno, orienta o processo de crescimento difuso ou localizado. A esse setor, tido também pelos autores como não estruturado, é inerente um processo de economia de idéias, pertinente à relação que se estabelece entre o setor formal e o informal, a qual, quando devidamente estimulada por políticas públicas eficazes, pode se desdobrar num processo de desenvolvimento.

V.5 Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento

Em Sachs (2002)⁵⁷ encontramos um conjunto de proposições que buscam promover o desenvolvimento em geral e o desenvolvimento local em particular. Essa é uma publicação patrocinada pelo SEBRAE – Nacional – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, com o objetivo

(...) de propor algumas estratégias prioritárias em favor de pequenos produtores e empreendedores, para que eles se constituam nos arquitetos potenciais de um futuro desejável para o país; estratégias capazes de ampará-los com políticas públicas – ações afirmativas em favor dos mais fracos, sem poder e voz. (Sachs, 2002:19).

Para tanto, com o intuito de *transcender a dicotomia formal/informal*, o autor distingue *quatro modos diferentes de produção [nos quais está inserida também a agricultura familiar] que coexistem e se relacionam*: a economia doméstica; economia proto e pré-capitalista; economia capitalista de mercado; e economia solidária. O primeiro refere-se basicamente ao trabalho das donas de casa; o segundo, à economia informal; o setor capitalista divide-se em setor das grandes e médias empresas e o setor das micro e pequenas empresas formais – além das estatais; e, por fim, a economia solidária, *que não se rege pelos princípios da economia capitalista – as cooperativas, empresas autogeridas por trabalhadores, atividades de organizações não governamentais, sem fins lucrativos. É o chamado terceiro setor.* (Sachs, 2002:27).

Em termos de estratégias para a promoção do desenvolvimento *humano, trabalho decente [e para construir] o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*, o autor propõe em encontramos um conjunto de sugestões de políticas que tendem a transformar o setor informal, profissionalizando-o, moralizar o processo de terceirização, impedindo a ação de cooperativas que precarizam as condições de trabalho (Sachs, 2002:28-31). Para propiciar

⁵⁷ O presente tópico está baseado nessa contribuição do autor.

a saída da informalidade, propõe-se o aprimoramento do “sistema fácil”, de modo a facilitar a abertura de novas empresas; aperfeiçoar o “Sistema Simples Tributário”; lançar o “Simples Previdenciário”; facilitar o acesso das micro e pequenas empresas ao crédito; permitir a formação de cooperativas de crédito de empresas com faturamento até R\$ 1,2 milhão; construir estratégias para facilitar o acesso aos mercados: criação de sinergias entre grandes e médias empresas e os pequenos e micro empresários, por exemplo; criação de “tecnocentros de difusão de conhecimento tecnológico”.

Do ponto de vista da agricultura familiar, propõe-se, a partir do uso da noção de multifuncionalidade da agricultura familiar, além dos processos de agregação de valor no âmbito dos assentamentos de reforma agrária – formação de vilas agro-industriais e criação de empregos não-agrícolas –, valendo-se ainda das condições naturais que o país proporciona, associando biodiversidade, biomassa e tecnologias apropriadas. Fazendo ainda uso da contraposição entre competitividade espúria e competitividade genuína, o autor diz que a consolidação das pequenas e médias empresas, por meio das políticas públicas, implica em apoiá-las no sentido do desenvolvimento dessa segunda forma de competitividade, na qual os salários não seriam mais baixos e as jornadas de trabalho não seriam relativamente mais longas. Além disso, não se utilizaria de forma predatória os recursos naturais e não se buscaria escapar do pagamento de impostos e encargos sociais. (Idem, pg. 35)

Por fim, deve-se buscar o “empreendedorismo compartilhado”, da maior participação das micro e pequenas empresas nas exportações brasileiras e a promoção de tecnologias apropriadas, associado à queda na taxa de juros. Do ponto de vista do “desenvolvimento territorial integrado e sustentável”, deve-se evitar soluções “uniformizadas para todo o país”, acatando as especificidades de cada território, quando a idéia de “arranjos produtivos locais” merece destaque. Esses arranjos são vistos como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.⁵⁸

Essa contribuição, como podemos observar, se enquadra no que chamamos no capítulo anterior de projeto político liberal-democrático. Seu principal instrumento na promoção do desenvolvimento local é o aprimoramento institucional, no sentido de ampliar o acesso aos mecanismos formais de organização dos mercados, reconhecendo contudo formas diferentes de organização da atividade produtiva. Mas, associado a essa estratégia nacional, o SEBRAE-Nacional desenvolveu também outras formas de intervenção sobre o local no sentido da promoção do desenvolvimento. Um exemplo disto foi sua atuação seguindo orientação geral do Programa Comunidade Solidária, ligada à Presidência da República durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Nesse contexto, foi elaborado o Projeto *Proder Especial: um vetor de sustentabilidade econômica em processos de desenvolvimento local, integrado e sustentável*. No âmbito desse Projeto, foi pensado um programa piloto, denominado DLIS – Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável. Esse Programa objetivava articular a oferta de programas estatais e não estatais com a demanda local pública, buscando a diminuição de desigualdades sociais numa perspectiva local, regional e setorial.

A metodologia que lhe era característica envolvia os seguintes passos: mobilização e sensibilização da sociedade local; capacitação de agentes para a gestão; constituição do FÓRUM: instância de discussão do desenvolvimento local; elaboração do diagnóstico participativo local; elaboração do PDL – Plano de Desenvolvimento Local; escolha da equipe gestora local; definição da Agenda Básica Local, que consiste de propostas de ações concretas e medidas efetivas para um prazo de dois anos; formalização de um compromisso público

⁵⁸ Ver www.sebrae.org.br.

com a celebração de um pacto de desenvolvimento local; e monitoramento e avaliação dos projetos ao longo do tempo.⁵⁹

V.6 A Diversidade que Implica Custos

Neste tópico vamos analisar as contribuições de Douglas North⁶⁰ em torno da Nova Economia Institucional, as formas específicas de apropriação das práticas locais e suas conseqüências em termos de desenvolvimento local. Pelo que vimos nos capítulos anteriores, a teoria política e econômica liberal concebe os processos históricos como resultado da ação de indivíduos que agem isoladamente e de forma auto-interessada. De acordo com essa interpretação, a ação individual da forma acima definida é possível de ser pensada em três ambientes distintos. O primeiro é aquele em que não existem constrangimentos de qualquer espécie à ação individual e, nesse caso, a sociedade não seria possível. O segundo é aquele em que o constrangimento se dá a partir de uma autoridade delegada pelos próprios indivíduos, no qual a liberdade individual é bastante restringida.

O terceiro é aquele em que o constrangimento da ação individual se dá por um mecanismo de compensação que direciona os interesses individuais para a aquisição de bens materiais mediante a competição no mercado. Tal mecanismo regulador então se incumbe de transformar ações individuais auto-interessadas em bem-estar coletivo. Como já dissemos, do ponto de vista da teoria política e econômica liberal, a melhor sociedade é caracterizada por esse último tipo de constrangimento. Por ele ser naturalmente melhor, havia uma tendência natural das sociedades de um modo geral caminharem no seu sentido. A melhor descrição do funcionamento dessa sociedade, então reduzida a um sistema econômico, foi feita por Leon Walras, por volta de 1870.

Douglas North (1992) questionou o quadro institucional proposto pela teoria econômica tradicional, dizendo que os mercados são socialmente construídos e que essa construção implica a consideração de um conjunto de regras formais e informais, contidas nas instituições, a partir das quais os atores se relacionam. Para North, o desempenho econômico é função das instituições e de sua evolução. Essas instituições constituem *as regras do jogo* a partir das quais os atores, que agem de forma auto-interessada, se orientam. As instituições são formadas, segundo o autor, para reduzir incertezas por meio da estruturação das interações humanas, o que não significa implicitamente que os resultados serão eficientes, no sentido dado a esse termo pelos economistas. As incertezas se expressam nos custos de transação e o maior componente do custo de transação é a informação assimétrica. A assimetria de informações advém da diversidade de modelos mentais a partir dos quais os agentes, atores ou ainda empresários se valem para tomar suas decisões. Os modelos mentais têm três origens:

- A cultura, definida como a transferência, de uma geração a outra, de conhecimentos, valores e outros fatores que afetam o comportamento, variando radicalmente entre grupos étnicos e entre sociedades.
- A experiência, que tem uma conotação local, ou seja, é específica a determinado entorno e, portanto, varia bastante de um ambiente a outro.
- O aprendizado, que não é definido nem cultural, nem localmente.

⁵⁹ Para maiores informações sobre o Projeto Proder Especial e o Programa DLIS, ver Reis (1999), Franco (2000) e BRASIL: Casa civil / Secretaria – Executiva da Comunidade Solidária, 2000.

⁶⁰ Estaremos aqui nos baseando em *Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico* (North, 1992).

Para North, *A redução dos custos de informação no decorrer do último século (...) exerceu uma influência homogeneizante no aprendizado não-cultural, (...) [embora] a cultura e o aprendizado local continuam (sic) a produzir imensas diferenças.* (North, 1992:20). Isto é, na medida em que o *aprendizado que não é definido nem culturalmente, nem localmente* se superpõe aos modelos mentais formados a partir da experiência local e da cultura que se transfere de geração para geração, os custos de informação tendem a diminuir e, em consequência, os custos de transação, potencializando o desempenho econômico de indivíduos e instituições.

Dessa forma, a diversidade implica custos e as “práticas locais”, fundadas na cultura e na experiência local devem ser vistas como um objeto a ser transformado, a ser adequado em função de um modelo “com custos de transação” igual a zero. A idéia de igualdade em meio à diversidade como objetivo do desenvolvimento fica então comprometida, dada uma estratégia de desenvolvimento que, a nosso ver, é bastante autoritária:

A infra-estrutura institucional que precisa ser criada exige um afastamento das organizações sociais, políticas e econômicas centradas em laços familiares, além da promoção de organizações e instituições que possam aparar as inseguranças associadas à extrema interdependência de uma economia de especialização e mercados impessoais. Mudanças bruscas trarão comoção social e política, porque as limitações informais e as percepções ideológicas subjacentes simplesmente não mudam de repente. Aí está o dilema. A mudança lenta será sabotada pela burocracia vigente e pelos grupos de interesse, de tal maneira que as reformas ficarão distorcidas, dissipadas e diluídas (North, 1992:29; 30).

O que aqui percebemos é que o autor encontra uma nova resposta para a teoria do desenvolvimento econômico proveniente da teoria política e econômica liberal, na sua versão mais conservadora, diante das transformações que ocorreram na última metade do século XX: o emparelhamento político-institucional. Em termos de desenvolvimento local, a perspectiva da NEI, aqui apresentada, implica que as “práticas sociais”, como acima as definimos, se organizem em torno de instituições que favoreçam o funcionamento dos mecanismos de mercado.

CAPÍTULO VI – CAPITAL SOCIAL, SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

VI.1 Introdução

O presente capítulo tem por objetivo avançar na discussão de como as pesquisas recentes vêm dando resposta ao problema de transformar processos históricos em processos de desenvolvimento, no contexto do desenvolvimento local. Neste capítulo, vamos considerar duas grandes tendências. A primeira se vale da noção de capital social e a segunda, da idéia de economia social, popular ou solidária. Longe de querer realizar uma análise exaustiva da evolução e da utilização desses conceitos, nossa proposição é que a noção de capital social se confunde com o que chamamos “práticas sociais locais” e que as propostas oriundas da economia popular e solidária vão buscar consistência nessas mesmas práticas sociais.

A pergunta que continua nos orientando é: como aquelas “práticas sociais” vêm sendo apropriadas pelas representações do desenvolvimento local, de modo a transformar processos históricos em processos de desenvolvimento? Percebemos, em meio à literatura sobre desenvolvimento local, quatro possibilidades no sentido da sua promoção:

- i) Do Estado Territorial devem emanar regras: a) que democratizem o acesso dos atores, basicamente pequenas e médias empresas, aos mecanismos de funcionamento do mercado formal e intensifiquem as possibilidades de cooperação no interior das redes sociais, de modo a aumentar a competitividade dos locais nos mercados de uma forma geral; e b) que façam com que aquelas redes sociais, etc., tendam a se transformar em redes mercantis, caracterizadas pela impessoalidade e pela interdependência. Neste caso, contido nas propostas de Douglas North, analisadas no capítulo anterior, as redes em si, seus conteúdos culturais e relacionais são completamente desvalorizados.
- ii) Devem ser realizados esforços no sentido de que aquelas redes se organizem de tal forma que possam servir para a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento. Nesse caso, se os conteúdos das redes sociais não são desvalorizados completamente, lhes é imputado um condicionamento virtuoso que implica a inserção mais vantajosa nas redes de troca mercantis e, em conseqüência, a responsabilidade sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico.
- iii) Aquelas redes devem servir de base para promover a proteção social, dado o avanço do capitalismo e, ao mesmo tempo, para o aumento da competitividade de grupos locais organizados em cooperativas. Aqui, reconhece-se o valor das redes sociais, além de não se questionar totalmente a ordem dominante que, através das políticas públicas, é incapaz de prover as sociedades de serviços públicos universais. Ações nesse sentido estão presentes em algumas análises realizadas a partir da noção de capital social e de outras, contidas no que vem sendo chamado de “A Nova Economia Social”.

- iv) Aquelas redes devem servir de base não apenas para proteger a sociedade do avanço do capitalismo, bem como para fazer frente a ele, desenvolvendo os laços que a elas são característicos, em detrimento dos laços mercantis. Esta perspectiva está identificada com o que vem sendo chamado de economia popular e solidária.

As últimas três possibilidades fornecem o desenho do que vem a seguir. No tópico seguinte, vamos falar da relação entre capital social e desenvolvimento econômico. Dividiremos esse tópico em duas partes, além de uma pequena introdução às contribuições de Robert Putnam: capital social como fator de produção e capital social como recurso social; em seguida, em solidariedade e autogestão, faremos uma pequena incursão nas origens do que vem sendo chamado de “economia social”, para daí percebermos em que de fato consiste “a nova economia social”. Veremos que essa é uma proposição que se encontra mais ligada à crise do Estado do Bem-Estar nos países desenvolvidos e que, não necessariamente, ela questiona a ordem social dominante, senão um tipo específico de capitalismo, o capitalismo neoliberal. Ao final desse tópico faremos referência à contribuição de dois autores, um brasileiro e outro francês, França Filho & Laville (2004), que trabalham a análise de Polanyi, aplicando-a ao problema da economia solidária, pensando-a como estratégia de desenvolvimento local.

Em “Economia popular e solidária”, traremos as contribuições de Paul Singer e José Luís Coraggio para poder entender um pouco melhor alternativas de desenvolvimento local que, ao mesmo tempo, partem das “práticas sociais locais”, mas não perdem de vista a diferença entre países desenvolvidos e não desenvolvidos e, tampouco, a necessidade de intervenção estruturante do Estado no sentido de provocar ações não paliativas, isto é, que de fato abarquem o conjunto das pessoas instaladas em um determinado território, visando promover-lhes a qualidade de vida e a ampliação de suas possibilidades. Por fim, faremos referência à análise realizada por duas autoras argentinas, Basco & Laxalde (2005), que associam capital social e economia solidária

VI.2 Capital Social e Desenvolvimento

De acordo com Putnam & Goss (2003), capital social é uma idéia que se encontra entre o compromisso cívico e a participação em redes sociais, desde laços pessoais até as associações civis. A idéia central que perpassa o conceito de capital social ainda de acordo com os autores, é a de confiança: *La confianza lubrica la vida social* (Putnam & Goss, 2003:14). Segundo os autores,

(...) cada vez es más evidente que las características de la sociedad civil afectan a la salud de nuestras democracias e comunidades e a la de nuestras personas. (...) La idea central de la teoría del capital social es sumamente sencilla: las redes sociales importan. Las redes poseen valor, ante todo, para quienes se hallan en ellas (Putnam & Goss, 2003:13).

Nesse sentido, o capital social pode ser visto como um bem privado, que interfere tanto em nossa renda, quanto em nossa *salud física y mental*, definindo *los beneficios privados o internos de los vínculos socialies*; e também como um bem público, que interfere não apenas no desempenho econômico de comunidades e países, como também no desempenho social, fazendo, por exemplo, diminuir taxas de criminalidade e de delinquência em determinado bairro; e no desempenho político, de modo que, de acordo com comparações realizadas entre governos regionais italianos e estatais estadunidenses *nos llevan a pensar que*

la calidad de la administración pública varia em función de lãs dotaciones de capital social de cada lugar. (Putnam & Goss, 2003:12).

Mas, dizer que as redes sociais possuem valor só faz sentido pra quem as considerava, ou ainda as considera, sem valor. Com efeito, os autores dialogam com a economia neoclássica, contrapondo “capital social” ao “capital humano” e ao “capital físico”. O que deve ser pontuado nessa contraposição, além da homogeneidade e heterogeneidade dos diversos tipos de capital e seus fatores de produtividade, é o fato de que, no âmbito da construção teórica em foco, a idéia de *bienestar subjetivo* equivale à idéia de *felicidad*, e o *melhor predictor de felicidad es la amplitud y profundidad de los contactos sociales de una persona*. Assim:

Calificamos de ‘capital social’ las redes sociales y las normas de reciprocidad asociadas a ellas, porque, al igual que el capital físico e humano (las herramientas y el conocimiento), crean valor, tanto individual como colectivo, y podemos ‘invertir’ en construir una red de relaciones. No obstante, las redes sociales no son meros ‘bienes de inversión’, pues a menudo crean valor de consumo directo[: la felicidad] (Putnam & Goss, 2003:14).

O capital social, da mesma forma que as demais formas de capital, também possui externalidades negativas. Dessa forma, embora uma maior organização das pessoas que residem em um determinado bairro possa fazer com que o governo local lhes preste maior atenção, um grupo de pessoas pode se reunir para formar uma rede de criminosos. Por isso, de acordo com os autores, é necessário, quando se trata do capital social, perguntar: a quem beneficia? E a quem não beneficia? E que tipo de sociedade estimula essa forma específica de capital social? É necessariamente melhor ter mais?

A seguir, vamos ver duas aplicações do conceito de capital social a partir do que foi trabalhado acima. Essas aplicações convergem no sentido de utilizarem uma noção ampliada de capital, mas divergem no sentido de que, na primeira delas, esse conceito é utilizado como instrumento para construção de estratégias de desenvolvimento, nas quais o sentido do desenvolvimento já está dado – a inserção em redes de troca mercantis globais; na segunda, o conceito é utilizado como instrumento metodológico de percepção da realidade, quando o sentido do desenvolvimento não está necessariamente dado.

VI.2.1 Capital social como fator de produção

Os laços sociais podem ser percebidos enquanto fator de produção. Isso implica pensá-los enquanto capital social. Uma consequência disto é que, do ponto de vista do planejamento e da construção de estratégias, desenvolver significa promover a ampliação do estoque de capital social, definido, de acordo com Skidmore (2001), como o resultado das redes sociais que se formam no bojo da sociedade civil, como função da ação de seus membros e que serve de pressuposto para a ação dos atores sociais: *O capital social (...) é próprio dos instrumentos da vida social e econômica (...); refere-se ao potencial de produção de riqueza que flui das várias formas de associação coletiva*. E, se valendo da definição que o Banco Mundial oferece para capital social: *as instituições, relações e normas que conformam a qualidade e a quantidade das interações sociais de uma sociedade (...)*, põe em evidência o caráter relacional do conceito, dizendo que o capital social (...) *reflete o valor da atividade social cooperativa*. (Skidmore, 2001:132, 133).

Dessa forma e ainda segundo o autor, *As famílias, comunidades e nações diferem em seu dote de capital social*, de modo que níveis elevados de desempenho econômico e bem-estar social estão associados ao volume de capital social por elas acumulado. A estratégia, portanto, de elevação do bem-estar social e, em conseqüência, promoção do desenvolvimento local, comunitário, etc., estaria na criação das condições para a ampliação do capital social respectivo, vale dizer, de equiparação ao que se considera desenvolvido em relação aos aparatos institucionais locais, regionais e até mesmo nacionais, sem perder o foco no mercado.

Isso significa pensar em mudanças político-institucionais enquanto processos de inovação, como, por exemplo, está presente nas contribuições oriundas da NEI e dos SPL. Redes de firmas (Britto, s/d); redes de agentes econômicos (Cruz, s/d); redes de comunidades regionais (Valentim, 2003) se organizam, mas fundamentalmente, de acordo com essa última autora, *a tendência no mundo moderno é tornar o capital social, cada vez mais, fator decisivo para o sucesso econômico*. A idéia de capital social como ativo se estende para a idéia de capital cultural e também para a idéia de capital humano. *O conceito de capital social, a base do desenvolvimento de uma região, não está somente na dimensão econômica mas também na dimensão sócio-cultural, onde os valores e as instituições são fundamentais neste contexto*. Consoante com a perspectiva do desenvolvimento endógeno, o desenvolvimento se torna *originalmente local*:

(...) as mais recentes teorias apresentam novos enfoques que enfatizam o progresso técnico endógeno, as economias externas, a educação, o capital humano e o capital social como fontes importantes tanto de crescimento como de desenvolvimento econômicos. Um fator de crescimento, desenvolvimento e de aperfeiçoamento tecnológico são as externalidades geradas pela acumulação de capital humano que se manifestam, por exemplo, no nível de educação acumulado de uma determinada sociedade. (Valentim, 2003:3)

Outro ponto interessante a ser destacado nesse contexto é a demarcação de fronteiras que se faz em relação ao que se chama de “modelo de desenvolvimento tradicional.”

O modelo de desenvolvimento tradicional, baseado numa concepção neoliberal, resultando na acelerada abertura comercial, aumento da vulnerabilidade, ajustes estruturais e de estabilização (sem compensação dos seus custos sociais), tem sido social e ambientalmente destrutivo. O esgotamento da base de recursos naturais e o agravamento das distorções sociais levam à busca incessante por um modelo de desenvolvimento que prime pela qualidade de seus agentes econômicos e sociais. (Valentim, 2003:4)

Ao falar especificamente do capital humano, Valentim cita Fonseca (1992), que retoma o tema da ética que envolve um conjunto de indivíduos que agem a partir da identificação de seus interesses comuns. Nesse sentido, para Fonseca:

(...) o capital humano representa o grau de capacitação da comunidade para o trabalho qualificado, a inovação científica e tecnológica, a liderança, a iniciativa e a organização em nível empresarial privado e na vida pública. Ele é constituído não somente pelo resultado do investimento das famílias e da sociedade como um todo na competência produtiva das pessoas, mas também por elementos da natureza ética como, por exemplo, a capacidade dos indivíduos de perceber e agir consistentemente com base nos seus interesses comuns.

Esse autor, em outra contribuição (Fonseca, 1993), discute o papel da ética na riqueza das nações. Seu argumento central contrapõe o papel da ética como *fator de coesão social* e o papel da ética enquanto *fator de produção* ao que ele chama de *tese do neolítico moral*. A tese do neolítico moral é a *tese do que falta*, segundo o autor. Isto é, existe um espaço vazio entre o avanço tecnológico e científico e o avanço moral da humanidade e seus adeptos, entre eles alguns ecologistas, dizem que os problemas atuais – guerras, pobreza, violência generalizada, etc. – decorre desse espaço vazio. Nessa perspectiva, corroborada por argumentos de Platão, Lucrécio, Hobbes, Maquiavel, Montaigne, Bacon, Spinoza e Locke, as possibilidades de progresso moral do homem no futuro estão desacreditadas. Nesse contexto, *a veia normativa continuou visivelmente pulsando*. O advento do Iluminismo, além disto, tornou a tese do neolítico moral *um verdadeiro lugar comum*. Ele divide os iluministas em dois grupos, os exaltados, como Rousseau, Condorcet e Godwin; de outro, os moderados, como Hume, Adam Smith e Diderot.

O diagnóstico do hiato entre ‘o que é’ e ‘o que deve ser’ [inerente à tese do neolítico moral] baseia-se na identificação de uma ausência, ou seja, daquilo que estava supostamente faltando para tornar o mundo um lugar mais digno e aprazível, ou, no mínimo, menos perigoso. (...) Em contraste com a tese do neolítico moral, a abordagem da ética como fator de coesão social e como fator de produção baseia-se num conceito essencialmente afirmativo. Ao invés de destacar (ou denunciar) uma ausência, afirma-se aqui a presença e a importância de atributos de natureza ética como determinantes da capacidade de sobrevivência comunitária e do desempenho econômico dos indivíduos, empresas e nações. A ênfase recai não no que falta, mas no que ‘conta’: na ética que importa e faz diferença (Fonseca, 1993:34).

A questão que se coloca aqui, entretanto, é a seguinte: até que ponto as perspectivas que tratam de maneira ampliada o conceito de capital, enfatizando a existência de ativos como capital humano, capital social, capital cultural e capital natural, percebendo-os como fatores de produção, deixam aparentemente de ser normativas quanto aos fins para se tornarem normativas quanto aos meios? Isto é, tomando o progresso natural como um dado, o condicionam a determinada forma de se associar, de cooperar, de se relacionar. A ética, nos termos de Lima (2002), deixa de ter um valor intrínseco, ligado à liberdade, à justiça e à equidade e assume um caráter instrumental, como em Fonseca (1993), isto é, a *ética que conta e que faz a diferença no desempenho econômico dos indivíduos, empresas e nações*. A ética, isto é, os laços sociais, as normas comportamentais, o sentido do que é bom ou ruim, deixa de ser a ética dos indígenas, a ética dos negros, a ética das comunidades de agricultores familiares, construída historicamente nas suas relações comuns, com os demais grupos e com

o meio ambiente e passa a ser a ética apropriada ao funcionamento dos mecanismos de mercado.

VI.2.2 Capital social como recurso social

A vertente analisada acima nos ajuda a perceber um pouco melhor o que existe entre indivíduo e mercado, o que, no contexto das análises econômicas tradicionais, é muito difícil de se perceber, embora a noção de eficiência econômica, assim nos parece, ainda continua permeando o raciocínio. Woolcock (2001), entretanto, discutindo sobre a *Incorporación del espíritu del capital social en la economía política y la política Pública*, chama a atenção para o fato de que parte da bibliografia a respeito do capital social o percebe como uma espécie de panacéia. Isto faz com que, ainda de acordo com o autor, parte da bibliografia sobre economia política ainda evite o conceito:

La respuesta práctica ante la lectura de la bibliografía sobre capital social no debe ser un llamado para aumentar los coros y los clubes de fútbol, como en general lo han inferido los lectores que satirizan a Putman. El capital social no es una panacea y el aumento de éste no necesariamente es mejor. Pero el mensaje más general que fluye a través de la bibliografía en cuestión es que la forma en que nos asociemos con los demás y los términos de esta asociación tendrán importantes consecuencias para nuestro bienestar, ya sea que vivamos en países ricos o pobres. Como ésta, existen varias conclusiones importantes que han surgido hace poco en forma independiente de la bibliografía sobre economía política, que aunque evitan (con razón) la terminología de capital social, coinciden por completo con la perspectiva incipiente de este concepto (Woolcock, 2001:8).

De acordo com esse autor, a difusão do conceito está relacionada à experiência e intuição do cidadão comum, por um lado e, por outro, no *vacío conceptual de la economía general y de las teorías sociales del desarrollo acerca de cómo lidiar seriamente con las dimensiones sociales*. (Woolcock, 2001:5). O conceito permite, ademais, uma abordagem multidisciplinar incomum nas ciências sociais:

Por demasiado tiempo la sociología se ha conformado con permitir que sus ideas clave se promuevan bajo una terminología confusa y llena de jerga, la cual tiene muy poca afinidad con otras disciplinas o (más importante aún) con el público en general. En el fondo, la idea del capital social es bastante simple e intuitiva y, por consiguiente, repercute en muchas personas diferentes. Sin comprometerse indebidamente, la idea del capital social le proporciona a los temas sociológicos clásicos (y contemporáneos) un matiz que de otro modo no tendrían (Woolcock, 2001:8).

Por esse motivo, isto é, pelo fato de o conceito de capital social, ao mesmo tempo, poder ser utilizado na academia, por várias disciplinas diferentes e ter uma grande correspondência com o “senso comum”, ele passa a ter outros dois atributos diferenciadores: ao mesmo tempo poder se desvencilhar do discurso econômico predominante e servir de base para se pensar em maneiras diferentes, não necessariamente centradas no mercado, de se

minimizar as diversas formas de incerteza que permeiam a vida em geral das populações excluídas.

En la medida en que vivamos en un mundo en que las ideas predominantes –tanto en el discurso popular como en la política pública– corresponden a la economía, deberemos acoger las oportunidades de modificar los elementos más extremos de esas ideas y de ofrece una alternativa concreta. Hablar de relaciones sociales como “capital”, por ejemplo, no es herejía sociológica ni tampoco significa rendirse ante la economía: es nada más que un reflejo de la realidad de que nuestras relaciones sociales constituyen una de las formas de enfrentar la incertidumbre acudiendo a nuestra familia cuando perdemos el empleo), extender nuestros intereses (usando redes de ex alumnos para obtener un buen empleo) y lograr resultados que no podríamos alcanzar por nuestra cuenta (organizar un desfile). Sin embargo, tal vez la mayor cualidad del capital social es que permite trascender en general las guerras del imperialismo, proporcionando un discurso en común a través de las divisiones disciplinarias, sectoriales y metodológicas (Woolcock, 2001:6).

Mais exatamente, a perspectiva do capital social coloca possibilidades não existentes nas demais perspectivas. O autor aqui está se referindo à teoria marxista, à teoria neoclássica e à teoria da modernização:

Mientras gran parte del discurso en torno a los pobres y las economías pobres dice relación con las carencias, una virtud de la perspectiva del capital social es que permite a los teóricos, autoridades responsables y especialistas asumir un enfoque que reconozca los activos (Woolcock, 2001:6).

Dessa forma, essa perspectiva reconhece que a exclusão social é fruto da ação de poderosos interesses, mas que os grupos marginalizados (...) *poseen recursos sociales únicos que se pueden usar como base para superar esa misma exclusión y como mecanismo para permitir el acceso [às] instituciones públicas, privadas y cívicas* (Woolcock, 2001:6). Nesse contexto, a construção das redes sociais, capazes de promover a ascensão social das populações marginalizadas, não está dada, como num passe de mágica. Aqui,

Los intermediarios, como las ONG tienen un papel clave que desempeñar en este proceso, porque se requiere mucho tiempo para ganar la confianza de los marginados y el respeto de los guardianes institucionales. En resumen, se necesita un esfuerzo claro en sentido descendente y ascendente para poder superar esta exclusión, pero esto se puede lograr, se ha logrado y se está logrando, con resultados positivos y duraderos. (Idem, p. 6)

Nessa última perspectiva, acerca da noção ou do conceito de capital social, podemos olhar para a realidade e procurar perceber as dotações de capital social que as pessoas, as famílias, as comunidades dispõem e pensar nessas dotações enquanto ativos que podem permitir-lhes a ascensão social, sem que o sentido dessa ascensão já esteja dado a priori. Quer dizer, ele já está dado – justiça social, equidade, respeito à diversidade e aos direitos humanos,

eliminação da pobreza, ampliação de perspectivas, etc. – mas, não se restringe às possibilidades dadas pelas redes globais de trocas mercantis.

Do ponto de vista do desenvolvimento, esse sentido dado ao conceito de capital social amplia ainda mais as possibilidades do conceito. Ao invés então de estarmos restritos à pergunta “de que as comunidades, as pessoas, as famílias dispõem para poder ser vendido no mercado?”, podemos ampliá-la para “de que recursos as pessoas, as famílias, as comunidades dispõem para diminuir suas carências, ascender socialmente, ampliar suas perspectivas?” Ambos relacionam observação da realidade e construção de estratégias, mas no primeiro caso a observação da realidade, o aspecto metodológico do conceito, está subsumido, condicionado pelo sentido das estratégias a serem construídas; no segundo caso, ocorre o contrário: a construção de estratégias está condicionada à observação da realidade e ao que os atores pretendem fazer de suas próprias vidas.

É nesse caminho que parece seguir a contribuição de Bebbington (s/d). Esse autor se vale das noções de capital produtivo, capital humano, capital social, capital natural e capital cultural como forma de construir uma nova percepção das realidades pessoais, familiares e comunitárias que permita não apenas entender as formas como as pessoas vivem, mas como elas podem pensar, a partir do que dispõem, suas escolhas e estratégias de vida, de modo a superar a posição de fragilidade social na qual se encontram.

Pensando isto em termos de comunidades rurais, em parte o objetivo do autor nesse trabalho é responder porque as intervenções realizadas por agências de co-financiamento holandesas na região dos Andes não foram bem-sucedidas em termos da promoção do desenvolvimento.⁶¹ Na perspectiva de Bebbington, parte do problema consiste na insistência que se verifica em muitos trabalhos acadêmicos em se considerar que os meios de vida da população rural se encontram restritos à agricultura e suas estratégias ligadas, necessariamente, à base de recursos naturais de que se dispõe.

O autor então se propõe a criar uma abordagem que permite perceber os meios de vida e a pobreza rural de maneira desvinculada da agricultura e dos recursos naturais. O caminho é construir uma espécie de grade de recursos aos quais as pessoas, famílias e comunidades acessam para viver e, ao mesmo tempo, a partir desses recursos, construir estratégias e possibilidades de vida alternativas. Os recursos os quais são acessados são cinco tipos de capital – capital humano, capital social, capital natural, capital cultural e capital produtivo. Valendo-se então da contribuição de Amartya Sen, Bebbington diz que os recursos não são simplesmente recursos que as pessoas usam para “ganhar a vida”, mas sim recursos que permitem às pessoas capacidade para ser e para agir, inclusive no sentido de transformar o mundo, isto é, a realidade circundante. E esta afirmação, ainda de acordo com o autor, se refere principalmente ao capital social, embora ela seja também verdadeira para as demais formas de capital. Segundo o autor,

We therefore require a notion of access to resources that helps us not only understand the way in which people deal with poverty in a material sense (by making a living), but also the ways in which (i) their perceptions of poverty are related to their livelihood choices and strategies, and (ii) the capacities that they possess both add to their quality of life and also enhance their capabilities to confront the social conditions that produce poverty. (Bebbington, s/d, p. 6).

⁶¹ Ver Bebbington (2002).

A perspectiva do acesso implica empoderamento e mudança. Acesso e capital social são os elementos centrais da análise, num contexto no qual as relações e transações entre os membros de uma comunidade e outros atores são relações mediadas pela lógica do Estado, do mercado e da sociedade civil. Grande parte da literatura, de acordo com Bebbington, trabalha o problema do acesso apenas do ponto de vista do conflito que ele suscita em relação aos recursos. A perspectiva do capital social coloca em evidência a dimensão da colaboração em relação ao acesso. E, então, ela pode nos ajudar a elaborar as relações entre acesso, instituições e formas de vida (Bebbington, s/d, p. 8).

VI.3 Solidariedade e Autogestão

Outras interpretações partem da idéia de que existe uma ordem predominante que “sufoca” as realidades locais, provocando a exclusão social, o fechamento dos horizontes de parcelas significativas das populações, as quais não conseguem se inserir nas redes de troca mercantis. O sentido da melhora que aqui se coloca ou está relacionado com a inclusão social ou com a transformação da ordem social. Seja, no entanto, num sentido ou noutro, as estratégias se valem de dois princípios norteadores que são as relações de solidariedade, em contraposição ao individualismo incitado pela evolução do capitalismo; e a autogestão, em contraposição à centralização dos processos de decisão derivados tanto da propriedade dos meios de produção, quanto da competência científica. E o cooperativismo é a melhor expressão dessas estratégias.

A contraposição entre autogestão e competência científica é evidenciada por Singer (2003). Para esse autor, a autogestão é uma resposta à concentração das decisões em função da propriedade privada do capital, de onde deriva a concentração das decisões nas mãos de um pequeno grupo de especialistas. Coloca-se aqui em questão o problema da gestão e do poder de decisão, para concluir que a *gestão democrática é plenamente compatível com o emprego da competência científica*. Democracia, nesse contexto, implica a desvinculação do poder econômico do poder de decisão e a aplicação do princípio da reciprocidade nos processos de apropriação do excedente. Dessa forma, de baixo para cima, contrapõem-se laços de solidariedade, confiança, organizados em torno da busca de objetivos comuns àquilo que, como vimos em Braudel, caracteriza o capitalismo, isto é, a associação entre os maiores proprietários da riqueza e o poder de intervenção dos Estados Territoriais na realidade.

A autogestão numa empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre os interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Numa empresa solidária, todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. (Singer, 2003: 20).

De acordo com Azurmendi (1996:23), ao se pensar em autogestão, o foco deve ser a unidade produtiva, democrática e igualitária, capaz de integrar todas as atividades políticas e sociais. Ainda de acordo com o autor, essa perspectiva ainda coincide com o ideal marxista de que os trabalhadores devem ter sobre controle a organização de todas as atividades econômicas.

A aplicação dos princípios da solidariedade e da autogestão, de acordo com essa perspectiva, acaba por se desdobrar em democracia; imposição de limites democráticos ao poder gerencial; em benefícios sociais, como educação, cuidados com a saúde e melhorias

para a comunidade; melhor qualidade dos bens e serviços produzidos; melhorias em relação ao meio ambiente; criação de oportunidades de trabalho; maior satisfação dos trabalhadores-membros; promoção do associacionismo e do desenvolvimento das comunidades locais. Em suma, de acordo com Lindenfeld & Wyin (1996:73), a maximização dos ganhos privados não é o objetivo das organizações cooperativas: *For worker-co-ops, success is measured by the retention of good jobs and the creation of new ones until all members of the community have jobs or income adequate to meet their needs.*

Essa perspectiva, de acordo com a literatura, tem como marco de referência a criação, em 1844, de uma cooperativa de consumo na cidade de Rochdale, próxima a Manchester, na Inglaterra. O segundo momento nessa trajetória a ser considerado é a formação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1895, que estabeleceu princípios cooperativos comuns, tomando as regras da cooperativa de Rochdale como ponto de partida. Essas regras foram reafirmadas pelo Congresso da ACI em 1995, em Manchester.⁶² Sobre esses princípios se assenta parte do que hoje conhecemos como “A Nova Economia Social” e a Economia Solidária.

De acordo com Defourny *et al* (1997: 35), a economia social ou economia solidária é *hila de la necesidad y de la identidad colectiva. Sob a condición de necesidad, (...) la economía social nace o se desarrolla em respuesta a carências de la economía dominante y, em particular, a las necesidades insatisfeitas pelo mercado.* Os esforços coletivos, nesse sentido, desenvolveram três tipos de cooperativas: as cooperativas de consumo; as cooperativas de produção e as sociedades de ajuda mútua. Contudo, de acordo com os autores, a necessidade não é suficiente para explicar os primórdios da economia social. Além dos fatores de ordem socioeconômica, devem ser considerados fatores de ordem sócio-política ou sócio-cultural. Partindo de Tocqueville:

La identidad colectiva, de pertenencia a un mismo grupo, cuyos miembros son conscientes de compartir un destino común [é a base da associação que, por sua vez] es una condición de la democracia por el compromiso público que evidencia e que mantiene. [Assim], El dinamismo de la economía social en el mundo obrero del siglo XIX y principios del XX ha sido la expresión de una cultura de oficios amenazada en la que se inscribe la exigencia democrática, de una cultura de clase desposeída pero muy solidaria (Defourny *et.al.* 1997: 36).

É por sobre esta base que se erigiram as cooperativas, os sindicatos, as associações, partidos de trabalhadores e outros diferentes tipos de organizações, cujos membros tinham em comum o trabalho, a mesma cultura popular e as lutas contra a exclusão social.

⁶² Ver nesse sentido Barea *et al* (1999); Defourny *et al* (1997); Singer (2003); Azurmendi (1996). Eram oito as normas que regiam a organização cooperativa de Rochdale e que se tornaram base dos princípios cooperativos. De acordo com Singer (2003:19), eram elas: 1) haveria democracia na sociedade, para cada sócio, um voto; 2) a sociedade seria aberta para quem quisesse participar, desde que integrasse a cota de capital mínima igual para todos; 3) qualquer dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria a seu possuidor qualquer direito adicional de decisão; 4) tudo que sobrasse da receita; deduzida todas as despesas, inclusive o juro, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem na cooperativa; 5) todas as vendas seriam à vista; 6) os produtos vendidos seriam sempre puros e de qualidade; 7) a sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; 8) a sociedade seria neutra política e religiosamente.

Por tanto, habia una serie de identidades colectivas, o por lo menos una ‘comunidad de destino’, generadoras de nuevas instituciones que actuaron como matrices de la economia social. La economia social ha surgido de movimientos que querían ser mecanismos de transformación social y que querían aformar a posibilidad de establecer relaciones sociales de solidaridad en las actividades económicas (Defourny *et.al.* 1997: 36).

Desde meados dos anos 1970, de acordo com a literatura, a economia social ou solidária vem ressurgindo em face da intensificação da concorrência intercapitalista e da ascensão do projeto político liberal-conservador. Desestruturou-se nesse contexto o Estado do Bem-Estar Social nos países desenvolvidos e aprofundou-se a crise econômica dos países não desenvolvidos, o que redundou em aumento do desemprego, da exclusão social, da pobreza urbana e rural.

Em face desses desafios, Defourny *et al* (1997) apontam para o ressurgimento da economia social ou de uma “Nova Economia Social”, que se coloca como uma reação contra a incapacidade conjunta do mercado e do Estado de assegurar o pleno emprego com as mesmas bases dos anos pós-guerra.⁶³ Na nova conjuntura, a condição da necessidade vem superando a organização em torno da identidade coletiva, que se vê debilitada pelo individualismo reinante, pelo desaparecimento de vínculos sociais tradicionais, baseados na religião, na escola, na comunidade de vizinhos, no sindicalismo, no movimento dos trabalhadores, etc., além do desemprego, dado que o trabalho é um vetor essencial da integração social.

No entanto, os autores percebem outras possibilidades surgindo, dado o desenvolvimento de novas identidades. Pondo ênfase no incremento do compromisso cidadão a favor da inserção social, isto:

(...) también hace que los ciudadanos se asocien y desarrollen ellos mismos acciones, primero a nivel local (sic) y posteriormente a mayor escala. (...) Tal como sugiere la experiencia [reciente] parece que las iniciativas locales de inserción están constituyendo una red socioeconómica que combina las dimensiones mercantiles y no mercantiles en el seno de actividades productivas que utilizan una perspectiva de economía social y solidaria. De hecho, estas iniciativas buscan reforzar simultáneamente la pertenencia social a una comunidad y la creación de empleos, cuestionando la ‘lógica única de adaptación a la forma de producción mercantil (Defourny *et.al.* 1997: 36,39).

Várias são as denominações que a economia social vem assumindo: NPO - Non Profit Organizations (EUA); Voluntary Organizations (Grã-Bretanha); Economia Social (França), incluindo também o que vem sendo chamado de “Terceiro Setor”. Essas denominações podem se estender para considerar *tercer sistema, economia alternativa, economia asociativa, sector voluntário* e ainda *sector no lucrativo*.

Nesse ressurgimento da economia social, o que se percebe é que a ameaça provém não do capitalismo em geral, mas de um certo tipo de capitalismo – o capitalismo neoliberal. A atuação aqui se dá no espaço deixado entre a economia de empresa privada ou grande

⁶³ “El concepto de ‘economía social’ renace en Francia en la década de los setenta, al constituirse el Comité Nacional de enlace de las actividades mutualistas, Cooperativas e Asociativas y promulgar en 1982 la Carta de la Economía Social.” (Barea *et al*, 1999:15, 16)].

empresa e a economia pública. A preocupação principal é com o desemprego, a desocupação e com a inclusão social de grupos marginalizados. Entre esses estão os deficientes físicos, por exemplo. Assim, não se pretende necessariamente uma transformação da ordem social, mas a criação de condições para se promover a inclusão social. O cooperativismo e o apoio à pequena e média empresa seriam formas de promover o emprego e a inserção de forma mais vantajosa na lógica dos mercados. Ao mesmo tempo, o associacionismo seria uma maneira de compensar as políticas públicas faltantes.

De acordo com Barea *et al* (1999:17), a economia social trata da organização cooperativa e autogestionária de empresas não capitalistas. Ela é constituída de *organizaciones privadas promovidas desde el tejido social, que desarrollan actividades económicas de servicio a sus socios o a la comunidad con criterios de gobierno y de atribución de resultados no capitalista*. Segundo ainda esses últimos autores, *la cooperativa es, mas que ningún otro tipo de empresa, quien mejor representa al sector empresarial de la economía social* (Idem, p. 19). Esses autores identificam as cooperativas tradicionais como sendo organizações produtoras de bens privados que atuam no setor competitivo, com entornos fortemente concorrenciais.

A globalização, além da intensificação da concorrência, vem colocando para essas empresas-cooperativas alguns desafios. São eles: estratégias de marketing; inversões de capital; inovações tecnológicas; e processos de concentração da oferta. Nesse contexto, duas alternativas têm se colocado: reformar a legislação para poder aceitar investidores externos; e formação de grupos, com concentração empresarial. Dois tipos de grupos vêm sendo formados: os grupos por coordenação, onde prevalecem alianças e parcerias e a relação é constituída de modo horizontal; e os grupos por subordinação.

França Filho & Laville (2004), no entanto, percebem o ressurgimento da economia social ou solidária de uma maneira diferente. De acordo com os autores, a economia solidária ressurge das críticas ao mercado e ao Estado. Primeiro, a idéia de “bem-estar social” é questionada a partir da idéia de “qualidade de vida”. Essa idéia se impõe como uma reação à *liberdade pessoal conquistada sob o efeito conjugado do crescimento [dos anos pós-guerra] e da solidariedade nacional*, na medida em que ambos negam a singularidade e a espontaneidade dos indivíduos. Citando Aglietta (1989), afirmam que *o modo impessoal, que representa a moeda, reage sobre as finalidades do indivíduo que perde toda coloração e esgota-se na busca do ter puramente quantitativo. Tal é o mal-estar da civilização moderna*. Por outro lado:

A face escondida do Estado-providência não pode ser ignorada, ela reside na sua incapacidade em produzir uma maneira de viver em conjunto gratificante para os indivíduos. (...) [E, citando Gorz (1988:227), afirmam que] a redistribuição fiscal dos frutos da expansão, os sistemas de previdência social, de seguridade obrigatória, de proteção, suprimindo bem ou mal a dissolução das solidariedades e dos laços sociais, não criam novas solidariedades (...) (França & Laville, 2004:72-74).

A essa “crise de valores”, identificada pelos autores, superpõe-se uma outra crise: a crise econômica. Essa crise põe em evidência a necessidade de encontrar atividades que possam compensar o desemprego, a ineficácia das políticas públicas, macroeconômicas e sociais e a desestruturação da economia não-mercantil, que coincide com a economia doméstica, a economia direcionada para a autoprodução, atividades e pequenas empresas familiares e outras formas de dádiva, que se orientam pelo princípio da reciprocidade.

Desenvolveu-se, ao longo dos últimos dois séculos, de acordo com os autores, três tipos de economia: a economia monetária, a economia não-mercantil e a economia não-monetária. Valendo-se então dos princípios de regulação de Karl Polanyi, associam a idéia de economia monetária ao padrão institucional dado pelo mercado; a economia não-mercantil ao princípio da redistribuição; e a economia não-monetária, tradicional, aos princípios da domesticidade e reciprocidade. Enquanto que, como vimos, de acordo com Polanyi, as sociedades tradicionais eram reguladas por princípios não mercado-centrados, as sociedades atuais passaram a ser reguladas predominantemente pelo princípio do mercado, a o que os autores acrescentam: pelo princípio da redistribuição, que consiste na generalização dos sistemas nacionais de proteção social e serviços fornecidos por organismos sem fins lucrativos

Assim, os autores introduzem uma inovação na forma de compreender os processos de regulação social. De maneira semelhante ao que viemos percebendo nos dois últimos capítulos, em relação a uma tendência de se buscarmos por detrás das relações mercantis relações e práticas sociais que lhes dão suporte, os autores afirmam que não se pode resumir a realidade social à economia de mercado. A proposta de França Filho & Laville é pensar a economia enquanto *economia plural, ou seja, [admitir] que em relação ao conjunto de práticas que conformam a dinâmica econômica mais ampla, existem diferentes princípios em interação (para além do princípio mercantil), como é o caso da redistribuição e da reciprocidade*. Dessa forma de compreensão da dinâmica econômica mais geral, os autores propõem o entendimento do *processo singular de uma economia solidária, que tende a reunir diferentes lógicas em interação* (França & Laville, 2004:17).

Para os autores, a economia solidária contém em si uma dimensão comunitária mais tradicional e uma dimensão pública, mais moderna. E, pensando a economia solidária em sua dimensão pública, afirmam que as propostas relacionadas a ela trazem uma preocupação crescente com a questão do desenvolvimento local. A crise de valores, associada à crise econômica, fazem então surgir propostas ligadas à economia solidária, que lançam sobre os *espaços públicos de proximidade* – uma nova articulação entre economia e política, laços horizontais de associacionismo e cooperativismo que redefinem a economia para além do mercado. A economia solidária, dessa forma, vem preencher o vazio deixado pela crise da solidariedade implícita nos sistemas nacionais de proteção social, ao mesmo tempo em que se coloca como alternativa à idéia de modo cooperativista de produção. ((França & Laville, 2004: 22-26).

VI.3.1 Economia popular e solidária

Prefaciando de forma crítica o trabalho de França Filho & Laville, Singer (2004) associa os princípios de regulação de Polanyi ao conceito de modos de produção em Marx, dizendo que a domesticidade se relaciona ao modo doméstico de produção; as atividades *governadas pela redistribuição correspondem ‘grosso modo’ ao modo público de produção*; e as governadas pelo mercado correspondem ao modo capitalista de produção. Associa então o princípio da reciprocidade à economia da dádiva que, embora não constitua um modo distinto de produção, poderia estar associado a um *modo solidário de produção, na medida que todo tipo de associação autogestionária tem por fundamento a ajuda mútua, que não passa de um sinônimo da economia da dádiva*. Mas, como vimos acima, esse não foi o caminho seguido pelos autores, que privilegiaram a idéia de “economia plural” e a idéia de que a economia solidária preenche o espaço público, complementando diferentes lógicas em interação.

As contribuições de Singer (2003), dessa forma, parecem caminhar em um sentido diferente, isto é, no sentido que acentua a crítica ao capitalismo e, em decorrência, as propostas direcionadas à transformação da ordem social. Esse autor ressalta que, além das questões relacionadas à necessidade, decorrentes da expansão do capitalismo, há uma tendência identitária dos trabalhadores com formas econômicas solidárias. Para esse autor:

(...) uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos seus sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo. É, ao mesmo tempo, uma opção econômica e político-ideológica. Ela exige dos seus integrantes uma opção *contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho*. Por isso, seu nascimento requer em geral o patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras (...), sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais (ONG), etc. Toda empresa solidária é, ao mesmo tempo, uma associação comunitária. (Singer, 2003:21 e 22; *itálicos no original*).

O campo da economia solidária engloba entidades associativas produtoras de mercadorias, de grande, médio e pequeno porte, de cooperativas de trabalho, clubes de trocas, *formados por pequenos produtores de mercadorias, que constroem para si um mercado protegido, ao emitir uma moeda própria que viabiliza o intercâmbio entre os participantes*; diferentes cooperativas de consumidores, com destaque para as de crédito, de habitação, de saúde e escolares. Essa diversidade, ainda de acordo com Singer, permite *formular a hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos da atividade econômica*, o que é possível na medida em que se garantam as bases de sustentação da economia solidária. Essa base deve ser constituída por fontes de financiamento; redes de comercialização; assessoria técnico-científica; formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais (Singer, 2003:23). É preciso também formar um setor integrado de empresas e instituições solidárias. Exemplos nesse sentido no Brasil podem ser observados a partir da Anteag – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária; do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; e a ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário, formada a partir da CUT – Central Única dos trabalhadores, da Rede Unitrabalho e do DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos. Essa construção da economia solidária prescinde da participação governamental já que

(...) o que as experiências indicam é que o [seu] desenvolvimento e sua integração num setor pode se dar de baixo para cima, por iniciativa das próprias empresas e instituições de apoio, sem interferência direta das autoridades governamentais. E que esta alternativa parece preferível sobretudo para preservar a autenticidade das organizações solidárias, que depende de sua democracia interna e da sua autonomia externa (Singer, 2003:23).

O que se observa nesse contexto é que, a despeito do fato de que o foco está voltado para a maior parte das populações e também para a necessidade de se construir redes alternativas àquelas por onde acontecem a reprodução da ordem dominante, o sentido das ações se encontra direcionado para uma possibilidade única de desenvolvimento: aquilo que

se considera uma organização solidária da produção, distribuição e consumo da riqueza. Ficam então contrapostas duas grandes estruturas: a estrutura capitalista, que aprofunda o individualismo e a estrutura socialista, que se vale da solidariedade nos laços que se estabelecem entre os diversos atores. Num certo sentido, isto nos faz pensar que as práticas sociais estariam sendo apropriadas e redirecionadas para servir a um tipo de concepção estrutural na qual o sentido da melhora já está dado. Para além disto, no entanto, é importante acentuar que a prática da autogestão separa o poder econômico e o poder embutido numa determinada forma de conhecimento do poder de decisão, uma das características do capitalismo.

Coraggio (1997), por seu turno, vendo a questão a partir dos países subdesenvolvidos, percebe as propostas incluídas no que ele denomina de “economia social” como insuficientes para a promoção do desenvolvimento humano: (...) *é preciso investir diretamente nas pessoas, obtendo melhorias imediatas na saúde, na educação, na seguridade social e na qualidade de vida em geral de todos os membros da sociedade, ou, o que significa a mesma coisa, investir em capital humano.* (Coraggio, 1997:33).

O investimento em capital humano, nessa perspectiva, pressupõe uma sociedade com elevados níveis de concentração de renda, o que implica que soluções do tipo “via mercado” devem ser desconsideradas. Para investir nas pessoas, no interior do sistema capitalista, deve-se considerar soluções políticas, as quais passam pelo Estado: 1) recuperação da capacidade fiscal do Estado de modo a aumentar a demanda por bens e serviços de primeira necessidade; investir em obras de infra-estrutura social e produtiva, para diminuir o desemprego e aumentar a oferta de serviços sociais; aumentar subsídios, como seguro desemprego ou salário social mínimo garantido, que contribuiria para o aumento da demanda agregada; 2) investimento das rendas oriundas do ajuste fiscal em empresas públicas e associações sem fins lucrativos produtoras de bens de primeira necessidade, segundo critérios de prioridade e equidade social (educação, saúde, pacotes alimentícios, etc.); e recuperação dos sistemas de pensões e aposentadorias; e 3) criação de um fundo de investimento social para financiar pequenas e médias empresas; trabalhadores individualmente ou associados (microempresas familiares, cooperativas).

No entanto, essas três vias que, de acordo com o autor, já vêm sendo experimentadas, não se constituem em alternativas auto-sustentadas de desenvolvimento:

(...) constituem-se em medidas paliativas para os efeitos de processo brutal gerado pela liberação das forças do capital e seus megamecanismos mediáticos de geração de pautas culturais orientadas para o consumismo (e uma insatisfação) sem limites, (...) [de modo que] subsistiria a tensão entre as tendências objetivas do mecanismo capitalista e a utopia de uma sociedade de homens livres. (...) Sem uma mudança adequada das macroestruturas, nem sequer voltar a pleitear um programa público de pleno emprego ou seguridade social equitativa será eficaz. Tampouco será suficiente a somatória das iniciativas da sociedade, como as que hoje proliferam em nossos países. (Coraggio, 1997:34 e 35).

O mesmo é válido para a proposta em voga de desenvolver um setor de economia ‘social’, que não se pauta pelos critérios de eficiência e eficácia do mercado, como vimos acima. Isto é, ainda de acordo com o autor, a crença de que a canalização de recursos e capacidades para a construção de infra-estrutura e serviços em nível local se desdobrará em

novos valores e na redefinição da categoria central do trabalho, para trabalho voluntário, não se efetivará, porque

(...) a somatória desse tipo de empreendimentos não assegura sequer que as necessidades básicas, pela sua própria natureza histórica, venham a ser satisfeitas. (...) Tudo parece indicar que, ao menos nos países periféricos, a resposta à terceira revolução tecno-social do capitalismo não pode ser uma coleção de microintervensões criativas direcionadas para a satisfação das necessidades urgentes. Nem sequer de macrointervensões pontuais (como uma lei de apoio às PEMEs ou o julgamento político de governantes corruptos ou ineficazes) (Coraggio, 1997:36).

Para apoiar seu argumento, Coraggio divide o sistema econômico em três subsistemas: o da economia empresarial, o da economia pública e o da economia popular. Enquanto a lógica do terceiro é orientada pela reprodução ampliada da vida, a do primeiro se orienta pela acumulação de capital e a do segundo, pela acumulação e legitimação do poder. Os agentes da economia popular são as unidades domésticas, suas redes e aparatos *ad hoc*. E, a partir desses agentes, o autor expõe uma quarta alternativa àquelas três citadas anteriormente, baseadas na ação do Estado.

Fala-se aqui do desenvolvimento de um *subsistema sócio-econômico e cultural de produção e distribuição, ou 'economia popular', relativamente autônomo e autárquico, orientado estrategicamente pela reprodução ampliada da vida de seus membros* (Idem). Esse subsistema seria fomentado a partir do Estado e das organizações da sociedade e sua reprodução seria obtida, em parte, pelo consumo de sua própria produção e em parte: pela obtenção de rendas no intercâmbio com o setor de pequenas e médias empresas, com o setor capitalista e através do desenvolvimento de relações comunitárias e sociais e estímulos de vida de outra qualidade.

A partir das contribuições de Coraggio, três pontos devem ser considerados. O primeiro é que o autor retoma a diferença estrutural entre os países desenvolvidos e os países não desenvolvidos, característica das análises cepalinas. O segundo é que a forma de apropriação das práticas sociais não pode ser vista como desvinculada das questões estruturais e estruturantes, como a ação do Estão Nacional na promoção do desenvolvimento, como provedor de infraestrutura e como ordenador de todo o processo.

Terceiro, o Estado é visto aqui como uma extensão da sociedade civil e não de forma contraposta a ela. Em outras palavras, a separação que se faz entre sociedade civil, Estado e mercado é uma separação funcional e não estrutural, de modo que se pode perceber o Estado como constituinte e como expressão daquelas práticas sociais e não como uma organização tecnoburocrática existente acima da sociedade e que, por princípio, se contrapõe a ela. Pensar em estratégias para a promoção do desenvolvimento, nesse contexto, significa então pensar ações estruturantes que vão além do emparelhamento institucional e ações integradas que também vão além do apoio a esse ou àquele setor, sendo que o mesmo pode ser dito em relação ao estímulo à organização da sociedade civil.

Seguindo o caminho aberto por Coraggio, Basco & Laxalde (2005) pensam o desenvolvimento local através da promoção *del capital social económico y la economía solidaria, que suponen la existencia de um marco de políticas 'macro' de redistribución de los ingresos y la riqueza y de democracia participativa* (Basco & Laxalde, 2005:132). De acordo com as autoras, o conceito de economia social ou solidária que utilizam coincide com o que Coraggio chamou de “economia popular”, como vimos acima. Não se trata de

microempreendimento, de informalidade, de “pobres entre pobres”, de escambo porque não existe moeda:

Por cierto, en muchos casos el punto de partida es ese tipo de situaciones que son ‘contenedoras de la pobreza actual’, pero que intentan – buscando nuevas formas de organización económica y social – alcanzar una mayor escala en las actividades que les permita incorporar procesos tecnológicos de avanzada que las hagan más eficientes y sostenibles en el mediano plazo. (Basco & Laxalde, 2005:72).

Retomando a idéia de capital social como recurso através do qual se mobiliza outros recursos para gerar e ampliar benefícios econômicos, sociais, políticos e culturais, focalizam uma dimensão da sociedade *constituída por relaciones o conexiones entre organizaciones, que está em la base o ‘atraviesa’ a todos los demais tipos de capital* (Basco & Laxalde, 2005:49). *Organizaciones*, para as autoras, pode ser um sujeito ou ator social (unipessoal ou coletivo, formal ou informal), que se vale de determinados recursos para alcançar um objetivo qualquer. Pode ser, por exemplo, uma unidade produtiva individual ou familiar, um clube desportivo ou uma sociedade de fomento. O importante de frisar é que o foco são *las relaciones y prácticas sociales de los actores individuales o colectivos* [e] *El capital social sería pues un agrupamiento, una red de organizaciones* (Idem, p. 50). E, dadas as sociedades duais em que vivemos, marcadas cada vez mais pelo aumento da distância entre uma minoria rica e uma maioria destituída de recursos, e dada a hegemonia do projeto neoliberal, promover o capital social corresponderia ao

(...) ‘empoderamiento’ de los sectores sociales que sufren la falta de oportunidades, situaciones de iniquidad en todos los ámbitos, y que precisamente resultan ser los más débiles en cuanto al capital social, como forma fundamental de contribuir al desarrollo sostenible en lo social, lo económico, lo político, lo cultural y lo ambiental ((Basco & Laxalde, 2005:54).

Para pensar a promoção do desenvolvimento local a partir da promoção do capital social, da forma como foi vista acima, as autoras introduzem a noção de *proceso de acumulación del capital social*. Esse processo consistiria na passagem do capital social simples para o capital social ampliado. As relações que caracterizam a idéia de capital social simples são relações marcadas pela menor complexidade, isto é, relações de parentesco, vizinhança, laços étnicos, que formam uma rede de proteção social, mas que não possuem nenhum grau de formalização. São muito pragmáticas, com perspectiva de curto prazo e se movem num nível micro, condizente com o bairro e a vizinhança, por exemplo.

Por outro lado, as relações características do capital social ampliado são relações mais complexas, nas quais os grupos e instituições estabelecem vínculos com outros grupos e instituições, que se desdobram em associações, redes ou federações, *con mayores grados de formalización que se desenvuelven en entornos o niveles más macro, de espacios institucionales más amplios (municipios, provincias, país, incluso desarrollando conexiones internacionales)*. No âmbito dessas relações mais complexas, os interesses a serem defendidos e os objetivos a serem perseguidos são mais bem definidos, o que, no entanto, exige um aprimoramento da gestão, seja no interior das organizações participantes, seja entre elas. As implicações do capital social acumulado dessa forma são maior grau de participação e

maiores graus de consciência, seja em relação à idéia de pertencimento, seja em relação às condições e circunstâncias de vida dos membros em conjunto.

Como puede verse, enfatizando ahora el carácter dinámico del capital social, este proceso de transición del capital simple al ampliado es posible cuando se moviliza el recurso motor del capital social: las relaciones sociales entre sus organizaciones. (...) El concepto clave es que, en este proceso dinámico de complejización de las relaciones sociales que constituyen el capital social, éste se va ampliando, acumulando recursos en dos sentidos: hacia adentro e hacia afuera (Basco & Laxalde, 2005: 61 e 62; grifo nosso).

É importante pontuar aqui que a apropriação das “práticas sociais locais” na perspectiva acima apresentada se dá a partir de uma proposta de potencialização das relações sociais já existentes. Além disto, o espectro social considerado vai desde o indivíduo, o sujeito propriamente dito, até organizações internacionais, passando pela família, pelos grupos sociais, pelas comunidades e pelo Estado Territorial, em seus três níveis.⁶⁴

Procuramos demonstrar neste e no capítulo anterior que as “práticas sociais locais” se tornaram ativos de que se valem os atores para proporem estratégias e ações para a promoção do desenvolvimento local. A questão central que colocamos está na forma como as representações do desenvolvimento se apropriam dessas práticas sociais locais de modo a propor estratégias para a promoção do desenvolvimento. O que pontuamos é que essas “práticas” vêm sendo utilizadas em pelo menos dois sentidos: o sentido de fator de produção, isto é, como pré-requisito para a produção de mercadorias; e o sentido da conformação de uma base de ativos sobre os quais pode-se pensar outras formas de organização social da produção que não sejam necessariamente mercado-centradas.

Pelo que vimos neste capítulo, a perspectiva que se vale de uma noção ampliada de capital pode ser dividida em dois grandes grupos, segundo os autores aqui estudados. No primeiro caso, ligadas sobretudo às contribuições de Putnam, percebem-se as práticas sociais locais como fator de produção. No segundo caso, ligadas às contribuições de Bebbington, as práticas sociais são percebidas como recurso social. Essa última corrente, dessa forma, se encontra mais próxima daquela que se vale da idéia de solidariedade para pensar as práticas sociais e a promoção do desenvolvimento local. Basco & Laxalde, assim nos parece, caminham no sentido de propor uma espécie de síntese das proposições contidas nessas duas últimas vertentes, colocando em evidência as unidades unipessoais, familiares, empresas, etc., suas conexões, para chegarem ao conceito de acumulação de capital social.

Além destes, dois pontos distintivos devem ser evidenciados no contexto da apropriação das práticas sociais como recurso social. O primeiro é a utilização do conceito de autogestão, empregado sobretudo por Paul Singer, para estudar a economia solidária, em contraposição às formas capitalistas de organização da produção e, particularmente, além da propriedade do capital, no que respeita ao seu conteúdo técnico-científico. Isto é, ao saber

⁶⁴ Como as próprias autoras dizem, a noção de capital social ampliado exige “una visión analítica ‘integral’ entre ambos os niveles [micro e macro] para comprender en toda su complejidad tanto un ‘agregado’ simples de grupos primarios (como los grupos de madres de una ‘villa’ que administran comedores comunitarios o escolares, o las familias que llevan adelante panaderías o huertas comunitárias, etc.), como las acciones de las cámaras de empresarios o las federaciones de cooperativas de trabajo o de redes más complejas, aun cuando no posean una forma jurídica definida. (Idem, p. 66).

propriamente dito que, nos contextos autogestivos, deixam de se constituir uma forma de poder que diferencia os trabalhadores e as pessoas. O segundo está relacionado à utilização dos princípios de regulação de Polanyi para entender o funcionamento das sociedades mercantis desenvolvidas, abrindo espaço para se pensar a economia solidária na sua dimensão pública e, enquanto tal, base importante para se pensar a promoção do desenvolvimento local.

No Capítulo IV, dissemos que parece existir uma espécie de cortina de fumaça que encobre as discussões sobre desenvolvimento local e que dificulta perceber a forma específica como as práticas sociais são apropriadas pelas representações do desenvolvimento. Elaboramos, então, a partir das questões suscitadas em meio à problemática do desenvolvimento nos anos pós-guerra, das contribuições da CEPAL e das críticas que a partir dessas contribuições surgiram, critérios que nos permitem avaliar a forma específica através da qual as práticas sociais locais são apropriadas pelas representações do desenvolvimento e como elas impactam estratégias de desenvolvimento no plano local. Pedimos licença ao leitor para reproduzir aqui esses critérios, lembrando que nos interessa a forma de apropriação dessas práticas sociais, para evidenciar que é generalizada a utilização por parte das representações do desenvolvimento local da noção de espaços sociais ampliados de que estamos nos valendo nesse estudo. Em seguida, proporemos uma síntese do que foi visto nesses últimos dois capítulos. Os critérios são os seguintes:

- o sentido do valor – se positivo ou negativo – que se atribui àquelas práticas;
- a relação entre essas práticas sociais e o sentido da melhora que se espera, de modo que elas podem ser apropriadas com vistas à inserção dos locais em redes globais de trocas mercantis, ou elas podem ser apropriadas de modo a ampliar as possibilidades em relação às estratégias de sobrevivência das famílias e das comunidades, sendo a inserção em redes de troca mercantis apenas uma opção;
- a importância que se atribui ao questionamento da ordem dominante na concepção das representações do desenvolvimento e na formulação de estratégias para a promoção do desenvolvimento local;
- o lugar que o Estado ocupa na apropriação das práticas sociais locais, isto é, se ele existe enquanto contraposição à sociedade civil e ao mercado ou se ele é visto como parte dessas práticas, possibilitando o redirecionamento do seu papel na construção de estratégias de desenvolvimento local;
- o grau de integração do local em relação aos processos mais gerais da sociedade e a autonomia que possui o local de alterar os processos históricos em direção aos processos de desenvolvimento.

As representações do desenvolvimento local, como vimos, trazem em si um condicionante. Com efeito, a participação dos atores locais, bem como ter como ponto de partida para o desenvolvimento as “práticas sociais locais” para essas representações, é um dado. Não obstante, a formas de se apropriar dessas práticas sociais é diferente. E as diferenças, embora não seja possível fazer uma transposição mecânica dos projetos políticos que disputavam as representações do desenvolvimento nos anos 1950/1980 para o desenvolvimento local na atualidade, têm algo em comum com os fatores que diferenciavam os projetos políticos no passado.

O que observamos é que, em alguns casos não se atribui valor algum às práticas sociais locais, como é o caso da NEI – Nova Economia Institucional. Em outros casos, essas práticas assumem um valor instrumental – como fator de produção. Em outros casos ainda ela assume a forma de recurso social, para ampliar as possibilidades de sobrevivência das pessoas, das famílias, dos grupos sociais e das próprias comunidades.

Uma outra questão é a seguinte: o sentido do desenvolvimento já está dado a priori, como sendo o caminho trilhado pelas sociedades desenvolvidas ou é possível pensar em estratégias de desenvolvimento no plano local que valorizem as alternativas colocadas pelos próprios atores locais? Nesse caso, no plano teórico, o que está colocado é a inexorabilidade – ou não – da inserção em redes de troca mercantis e a adequação – ou não – dos quadros institucionais locais nesse sentido. Em decorrência, surgem outras questões: como tratar dos problemas do desenvolvimento vistos numa perspectiva ampliada, isto é, para além das questões econômicas propriamente ditas? Em que medida as estratégias de desenvolvimento reproduzem a ordem dominante no plano local ou criam alternativas a essa mesma ordem? Os mecanismos de mercado, por si só, são capazes de orientar as famílias, grupos sociais e comunidades rumo aos sentidos da melhora ou eles precisam da interferência do Estado e de organizações da sociedade civil para aprimorá-los ou retirar-lhes o caráter excludente que lhes é inerente? A interferência do Estado e da sociedade civil deve ocorrer apenas no plano local ou o desenvolvimento local só pode ser pensado a partir de uma integração com os demais planos da realidade: regional, nacional e global?

A apropriação das práticas sociais locais como fator de produção pressupõe a associação entre aumento do associacionismo e do cooperativismo no plano local com a maior competitividade nos demais planos da realidade. Além de aumentar a eficiência econômica, essa estratégia busca dar soluções para os demais problemas colocados para o desenvolvimento, como exclusão social, educação, saúde, meio-ambiente, por exemplo. Aqui, a focalização desses problemas ocorre de duas formas: a) “por tabela”, digamos assim, ou como uma externalidade positiva do incremento do comércio externo, isto é, como decorrência da inserção competitiva do local nos mercados não locais; e b) em paralelo, isto é, o aumento da densidade organizacional local promove, ao mesmo tempo, uma maior eficiência econômica e as condições para se tratar de outras questões colocadas para o desenvolvimento, como educação, crédito, capacitação, violência, destino do lixo, etc.

Nessa perspectiva, isto é, na perspectiva que se apropria das práticas sociais locais como fator de produção, não há um questionamento da ordem dominante ou se há, esse questionamento coincide com críticas ao que decorre da ascensão do projeto liberal-conservador ou neoliberalismo. O caráter integrado do desenvolvimento é pensado a partir de uma idéia de integração que é predominantemente horizontal, abarcando os setores da sociedade local; os setores da atividade econômica local; e a sociedade local de uma forma geral, compreendendo o Estado, a sociedade civil e o setor privado. Mas é possível também pensar a integração de uma forma vertical. Isto pode ser feito de duas formas. Primeiro, uma ação no plano nacional que altera o quadro institucional de uma forma geral, geralmente associada à maior competitividade de pequenas e médias empresas e à inserção do setor informal na economia formal. Segundo, a participação de atores não-locais, basicamente instituições de fomento no plano internacional, como o Banco Mundial, grandes empresas e ONGs – Organizações Não-Governamentais – que atuam com foco em setores e populações específicas.

Imputa-se, dessa forma, uma autonomia relativamente maior ao local, capaz de se organizar, em face de interesses distintos dos atores, num sistema de governança próprio, onde os pactos são negociados e os caminhos para o desenvolvimento traçados. As questões que não podem ser tratadas especificamente no plano local, como a construção de infraestrutura, por exemplo, são vistas como resultado da densidade organizacional local: maior densidade organizacional implica maior pressão sobre os níveis de governo superiores e, em consequência, maiores gastos em infraestrutura. A competição entre os “locais” fica então exacerbada e, numa conjuntura de poucos recursos públicos, saem fortalecidos aqueles

que conseguiram se organizar primeiro e melhor. A competição também se dá por recursos e projetos provenientes de atores não-locais.

A apropriação das práticas sociais locais como recurso social, por outro lado, inverte a ordem de prioridade vista acima, de modo que os problemas sociais colocados para o desenvolvimento são postos em primeiro plano e a inserção em redes de troca mercantis se torna apenas uma das possibilidades. Há aqui também que se fazer referência ao fato de que as redes de troca mercantis, nessa perspectiva, podem ser divididas entre aquelas que perpassam os espaços locais e regionais e aquelas que são nacionais e globais. Mas, além da inserção nessas redes, considera-se em si importante a existência de outros mecanismos de coordenação como os postos em evidência por Polanyi. O associacionismo, o cooperativismo e a formação de redes sociais aqui assumem outro lugar, como também a atuação do Setor Público nos processos de promoção do desenvolvimento local. Esse lugar está relacionado a dar suporte ao que amplia os horizontes das famílias e comunidades – construção de infraestrutura ou prestação de serviços de educação e saúde, por exemplo, sem lhes dizer a priori onde suas possibilidades se encontram. Mas apontam, no entanto, para uma equalização de direitos e oportunidades.

A apropriação das práticas sociais como recurso social também pode vir acompanhada de uma forte crítica à expansão do capitalismo, geralmente assentada na contraposição do individualismo característico das sociedades mercantis desenvolvidas ao sentimento de solidariedade social. Essa crítica ao capitalismo pode ser desferida ao capitalismo em geral ou a uma forma específica de capitalismo – o capitalismo neoliberal. Posta essa diferença, as estratégias para promoção do desenvolvimento local são também diferentes. Como o sentido da intervenção do Estado nos processos de desenvolvimento se alterou quando da ascensão política do projeto liberal-conservador, a promoção do bem-estar social se desvalorizou nesse quadro e uma atuação importante para promover a melhora no plano local passou a ser a busca de alternativas para a organização da sociedade civil de modo a cobrir a falta do Estado em setores como a educação, a saúde, trabalho e ocupação (desemprego), com vistas à diminuição da exclusão social. Aqui também são evidenciados outros problemas mais específicos, como aqueles referentes aos excluídos por deficiência, por idade, por sexo, ou por raça.

Pensando, por outro lado, a exclusão social como decorrência direta da própria expansão do capitalismo, seja qual for o seu tipo, outras estratégias que venham a permitir aos grupos excluídos se defenderem dessa expansão, por meio também do associacionismo, do cooperativismo e da formação de redes sociais, só que orientadas pela autogestão e pelo fortalecimento dos laços de solidariedade entre as pessoas, os grupos sociais, as comunidades. O ponto forte dessa perspectiva é o esforço no sentido de criar fluxos econômicos e políticos que garantam uma estabilidade no plano social local, que estejam organizados de forma independente aos fluxos econômicos e políticos ligados à reprodução do capital. Dessa forma, o “local” estaria como que protegido dos mecanismos de competição engendrados pelo capitalismo e de suas crises cíclicas, decorrentes dos próprios movimentos de expansão do capitalismo.

Ainda nessa variante, isto é, na perspectiva da apropriação das práticas sociais locais para o combate à expansão do capitalismo, algumas alternativas buscam perceber mais explicitamente o caráter integrado do local aos demais planos da realidade, associando uma ação conjunta do Estado, nesses diversos planos, com o potencial local, visto desde o indivíduo propriamente dito até suas formas de organização – em família, em grupos sociais, em comunidades – e as instituições formais e informais que formam para o fortalecimento das ações locais e ampliação das possibilidades colocadas em termos de melhora.

Aqui, a idéia de integração percorre também dois caminhos: a integração horizontal e a integração vertical. Mas esses caminhos são percorridos de forma diferente. A integração horizontal é orientada menos pela idéia de eficiência – a união de atores para solucionar problemas comuns, e mais pela idéia de reciprocidade e de equalização nas relações de poder. Solidariedade e autogestão aqui fazem a diferença e a promoção de ambas é visto como estratégia para que se alcancem melhoras substantivas no plano local. A percepção do que é o local também parece ser diferente. Ou melhor, é mais a qualidade das relações que interessa do que propriamente o fórum para onde essas relações irão convergir, embora evidentemente esse fórum seja também importante. Mas ele pode se formar numa fábrica, numa associação de bairro ou num conselho municipal. Nesse sentido, os resultados a serem alcançados perdem em importância relativa para os meios através dos quais esses resultados serão alcançados.

A integração vertical também é diferente, de modo que o desenvolvimento local não é possível sem que haja ações integradas às demais instâncias de poder da realidade: o Estado nos âmbitos regional e nacional. A autonomia do local é vista como sendo relativamente menor. Não é exacerbada, dessa forma, a competição entre os “locais”, mas sim uma busca incessante por políticas públicas nos âmbitos não locais que venham a disseminar o acesso a bens e serviços públicos fundamentais ao desenvolvimento, como a oferta de infra-estrutura, de serviços de saúde e uma política nacional de crédito, por exemplo. Ao mesmo tempo, a integração que se busca com atores não-locais é diferente. Redes de comércio solidário e redes de difusão de tecnologias alternativas, por exemplo, são vistas como instrumentos importantes para provocar a melhora no plano local, o que está sempre associado a uma defesa maior da originalidade das culturas locais contra a mercadorização das necessidades.

Pode-se dizer que a desigualdade, nesse caso, é mais fruto da desigualdade de acesso a esses bens do que da predisposição dos atores individuais em se esforçar para obter ganhos econômicos. Mas ela decorre da própria natureza do capitalismo enquanto modo de produção, no qual o Estado e sua capacidade de intervenção sobre a realidade é apropriada pelos maiores proprietários da riqueza.

CAPÍTULO VII – ESPAÇO DO SUJEITO E ESPAÇO GRUPAL

VII.1 Introdução

Nos capítulos anteriores, viemos nos referindo às práticas sociais locais como sendo a base sobre a qual o desenvolvimento local vem sendo pensado. Essas práticas, de acordo com o que vem sendo dito pela literatura, correspondem ao conjunto de relações que podem ser percebidas no âmbito local, e que envolvem desde o indivíduo (como organização unipessoal, conforme disseram Basco & Laxalde, 2005), até uma comunidade ou a população de um município ou de uma região. Essas relações, ao mesmo tempo em que se apóiam nos atributos locais – o meio ambiente –, também se apóiam nos atributos pessoais, familiares e de grupos de indivíduos. Elas, além disto, são permeadas por instituições formais e informais, laços de confiança e amizade, como disseram Putnam & Goss; por laços institucionais, como relações de trabalho, prestação de serviços para o Setor Público; e por laços interinstitucionais, entre associações comunitárias e ONGs, por exemplo.

Pelo que vimos no Capítulo II, acerca do Mapa da Estrutura Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial, de Boaventura de Sousa Santos, esse Mapa é constituído a partir de seis espaços estruturais: o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania e, finalmente, o espaço mundial. Segundo o nosso ponto de vista, o Mapa da Estrutura-Ação se coloca como uma ferramenta para percepção da realidade, na medida em que:

- a) Define espaços institucionais, dinâmicas de desenvolvimento, formas de poder, de direito e de conhecimento, nos quais os conflitos inerentes a cada um dos espaços estruturais podem ser observados.
- b) Permite perceber como se dá a reprodução das relações emanadas do centro do capitalismo mundial nos planos inferiores da realidade, e que acabam por refletir e reproduzir a desigualdade e a assimetria de poder nesses planos.
- c) Possibilita perceber alternativas para o desenvolvimento local que caminham no sentido inverso, isto é, da equalização das relações de poder, da igualdade em meio à diversidade, da melhora da qualidade de vida e do bem-estar material e social.

Comparando os espaços estruturais considerados por Santos com o que a literatura vem identificando como relações sociais locais, fica em evidência, em primeiro lugar, o fato de que se quisermos contemplar os indivíduos, as pessoas, como sujeitos da ação por exemplo, não temos como fazê-lo a partir do Mapa em questão, sugerindo que eles se encontram subsumidos no interior de estruturas maiores, como as famílias ou a comunidade. Em segundo lugar, quando se pensa em relações sociais que não estejam acontecendo no âmbito das famílias propriamente ditas, a possibilidade que o Mapa nos oferece é de percebê-las no contexto de uma comunidade.

Contudo, tanto pelo que vimos no Capítulo I, acerca de um processo de individualização em curso, bem como com a formatação de “novas” identidades, quanto pelo que vimos em termos do que a literatura vem considerando para procurar abarcar as práticas sociais locais, isto é, conhecer melhor os processos históricos e, então, pensar em estratégias para a promoção do desenvolvimento, parece-nos ser importante discernir, para aquém do espaço doméstico, a presença do sujeito; e, entre o espaço doméstico e o espaço da comunidade, a presença de grupos sociais.

No Capítulo III, quando estávamos discutindo os processos de reprodução social a partir das camadas sociais de Braudel, fizemos referência a uma questão importante, relativa ao fato de que as redes sociais não podem ser vistas apenas como tendo uma função. No caso, dizíamos acerca da função de proteger seus membros da incerteza com relação à produção e ao consumo material; ou mesmo da expansão do capitalismo e as mazelas que deixa em seu rastro. Afirmamos então que essas redes são próprias da natureza humana, baseando-nos em Norbert Elias. Relações sociais são um dado, não uma opção; elas não são objeto de escolha para que se possa alcançar algum tipo de objetivo, embora elas se prestem a isto também, como a proteção social ou o desenvolvimento econômico.

Pelo que vimos nos Capítulos II e V, o Mapa da Estrutura-Ação contribui no sentido de aproximarmos da realidade e percebermos processos que ocorrem no âmbito das famílias, associados a processos que ocorrem nos demais âmbitos da realidade: no âmbito da comunidade; do Estado Territorial; do espaço mundial, passando pelos espaços da produção e do mercado. No entanto, a nosso ver, a percepção dos processos em curso a partir do Mapa da Estrutura-Ação deve vir acompanhada de uma percepção mais acurada dos efeitos da ação dos habitantes do antimercado sobre os níveis subnacionais; da organização de pessoas, grupos sociais, famílias e comunidades em torno dos padrões institucionais de Polanyi; e da proposição de Elias relacionada à disputa por parte dos atores sociais em torno das oportunidades de poder. Dessa forma, a disputa pelas oportunidades de poder adquire estabilidade a partir de um dos padrões institucionais de Polanyi ou de alguma combinação entre eles.

Ainda no Capítulo V, propusemos uma mudança na concepção dos espaços estruturais, originalmente pensados a partir da noção de “campo” em Pierre Bourdieu, para a noção de “configuração” em Norbert Elias. Essa mudança nos ajuda a pensar melhor o dilema entre estrutura e ação, para além da dicotomia “regulação da ordem/emancipação em relação à ordem”, permitindo-nos perceber que os fluxos de relações sociais nem são totalmente desorganizados; nem são passíveis de serem submetidos a uma única direção, existindo espaço para a incerteza e a pluralidade de caminhos. Essa observação, do nosso ponto de vista, é importante e deve ser levada em consideração, dadas as discussões sobre os sentidos da melhora realizadas no Capítulo IV. Isto é, é importante pontuar que não existe caminho único para se pensarem os processos de desenvolvimento, sobretudo no que respeita às sociedades tidas como subdesenvolvidas.

Posto isto, o objetivo do presente capítulo é propor, a partir das contribuições de Elias, a inclusão no Mapa da Estrutura-Ação de dois outros espaços estruturais: o Espaço do Sujeito e o Espaço Grupal. Essa proposta de inclusão advém do fato de que a percepção da realidade ainda fica desfalcada, digamos assim, levando em consideração as contribuições de Santos, se se deixa de contemplar a unidade básica de pensamento da modernidade, isto é, o indivíduo, bem como o conjunto de relações que esse pode estabelecer fora do ambiente doméstico e que, no entanto, não se confundem com aquelas pertinentes ao espaço da comunidade.

A concepção de ambos os espaços estruturais originalmente decorreu de uma observação das transformações recentes, mais ou menos como se encontra expressa no Capítulo I, associada à crítica à percepção da realidade proposta pelas teorias política e econômica liberal e marxista, semelhante à discussão realizada nos Capítulos II e III. Sua associação com os processos de desenvolvimento ocorreu em função da proposição de que a compreensão dos processos históricos pressupõe também as dinâmicas de desenvolvimento inerentes ao indivíduo, sujeito e protagonista de micro-processos históricos e aos grupos que esses sujeitos conformam.

Mas os espaços do sujeito e dos grupos adquiriram contornos mais definidos a partir das contribuições de Norbert Elias. Acerca de suas contribuições, particularmente nos interessa seu esforço no sentido de se desviar da dicotomia entre estrutura e ação, propondo uma percepção do todo social baseada no conjunto das relações de interdependência que se estabelece entre os indivíduos, levando em conta a estrutura psicológica e sua subjetividade e os grupos, a intersubjetividade e a consciência coletiva que eles formam. A constituição e o desenvolvimento das sociedades, portanto, envolve uma dimensão que é estrutural e uma dimensão que leva em conta a subjetividade e o cotidiano das pessoas e dos grupos.

O indivíduo de que nos fala o autor, dessa forma, é aquele que faz parte de um todo social cuja representação é aberta no sentido da multiplicidade de suas possibilidades, dadas as suas qualidades intrínsecas, as múltiplas configurações das quais faz parte e a herança simbólica prevalecente quando do início de sua vivência. Além disto, os indivíduos e os grupos que eles formam são vistos como sujeitos e atores da construção do ambiente no qual suas próprias vidas transcorrem. Esse ambiente é configurado por relações de poder, as quais se estabelecem e se manifestam desde dentro dos próprios indivíduos – a autocoerção psíquica – até os planos mais gerais das sociedades, estabelecendo limites cognitivos, subjetivos e objetivos para o potencial de desenvolvimento dos atores, visto na forma de indivíduos ou na forma de grupos

Esse ponto, assim nos parece, é muito importante quando se pensa em promover processos de desenvolvimento, porque normalmente se concebem ações de modo a retirar os limites objetivos colocados para o potencial de desenvolvimento dos atores e das configurações das quais fazem parte. Entretanto, os limites cognitivos e subjetivos podem ser mais efetivos no sentido de obstaculizar os processos de desenvolvimento do que os próprios limites objetivos. Então, ações no sentido de se retirarem esses últimos não necessariamente são suficientes para que os atores possam assumir as rédeas dos processos de melhora que possam vir a estar colocados para suas próprias vidas e para a existência dos grupos dos quais fazem parte. Assim, o problema da identidade das pessoas e dos grupos que conformam, associado às relações de poder que moldam as configurações, são importantes para se pensarem os processos históricos, de modo a transformá-los em processos de desenvolvimento. Além disto, as pessoas participam de várias configurações simultaneamente e os limites que elas impõem aos sujeitos da ação não são tão rígidos a ponto de imprimirem um caminho único às ações, de modo que há espaço para a incerteza e a pluralidade de alternativas.

A proposta de inclusão do espaço do sujeito e do espaço grupal no Mapa da Estrutura-Ação possui o propósito de evidenciar essas questões, pressupondo que existe um espaço de diálogo do sujeito com ele mesmo, que também é mediado por relações de poder, de direito e de conhecimento, com uma dinâmica de desenvolvimento própria, o mesmo acontecendo com os grupos sociais que as pessoas formam.

A seguir, faremos uma breve incursão na sociologia de Norbert Elias, com o objetivo de evidenciar suas contribuições no sentido aqui proposto, isto é, de incluir, no Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial de Boaventura de Sousa Santos, o Espaço do Sujeito e Grupal. Em seguida, com base nos critérios definidos por Santos para a construção dos demais espaços estruturais, trataremos do espaço do sujeito e do espaço grupal. Ao final, faremos algumas considerações em torno do Mapa da Estrutura-Ação Estendido e acerca dos processos de desenvolvimento local.

Antes, contudo, é preciso dizer que introduzimos mais uma modificação no Mapa da Estrutura-Ação em relação ao que ele foi originalmente pensado. Isto é, vamos também propor uma mudança na forma em que os espaços estruturais são apresentados. A formatação original do Mapa da Estrutura-Ação obedece à seguinte seqüência: espaço doméstico; da produção; do mercado; da comunidade; da cidadania; e espaço mundial. Diferente disto, a partir do que estamos propondo, a formatação do Mapa da Estrutura-Ação Estendido ficará assim: espaço do sujeito; doméstico, grupal; da comunidade; da produção; do mercado; da cidadania; e espaço mundial. Segundo a nossa percepção, os quatro primeiros espaços estruturais representam o local propriamente dito. É na interação dos espaços do sujeito, das famílias, dos grupos e das comunidades que se podem perceber de forma mais efetiva os processos em curso no âmbito local, tornando mais precisa a observação da realidade e, assim nos parece, permitindo a potencialização de estratégias para a promoção do desenvolvimento local.

VII.2 Configuração, o Sujeito e Relações Sociais

A crítica à tendência de olhar o funcionamento das sociedades, seja a partir do indivíduo isolado, seja a partir de uma estrutura pré-concebida, parece ser o ponto de partida de Elias⁶⁵ para construir toda a sua contribuição à sociologia. Ele procurava entender como o todo social se constitui e se desenvolve, levando em consideração o fato de que o indivíduo, bem como sua estrutura psicológica e sua subjetividade e os grupos, a intersubjetividade e a consciência coletiva que eles formam, mais do que fazem parte. Ele, o indivíduo (o *eu*), da mesma forma que os grupos (o *nós*) é e são agentes, sujeitos de um processo dialético, cuja compreensão só pode acontecer a partir, ao mesmo tempo, de suas respectivas presenças e ações, sua interatividade com outras pessoas e dos grupos que elas formam com outros grupos, bem como a partir do ambiente simbólico que cada geração encontra ao iniciar sua vivência.

Para o autor, as relações que pressupõem essa interatividade complexa entre pessoas, entre grupos e entre gerações são essencialmente relações de poder. Elas se expressam na compreensão que esses atores têm de si mesmos e dos outros, no conhecimento e nos costumes, bem como na forma de repassá-los de geração para geração, o que, no conjunto, forma um tipo de *habitus* particular de cada grupo e cada geração. Sua compreensão dos processos constitutivos e de desenvolvimento das sociedades envolve, portanto, uma dimensão que é estrutural e uma dimensão que leva em conta a subjetividade e o cotidiano das pessoas e dos grupos, desviando-se também do determinismo estrutural e do individualismo metodológico.

⁶⁵ Estamos aqui nos valendo de Elias (1991; 1994a; 1994b 2001a; 2001b) e Chartier (2001).

Nos termos de Elias, a expressão *dimensão estrutural* não é exatamente correta. O autor trabalha com o conceito de *configuração ou figuração*:

O conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocamente o que chamamos de 'sociedade' que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um 'sistema' ou 'totalidade' para além dos indivíduos, mas a rede de interdependência por eles formada. Certamente é possível falar de um sistema social formado de indivíduos. Mas as conotações associadas ao conceito de sistema social na sociologia moderna fazem com que pareça forçada essa expressão. Além do mais, o conceito do sistema é prejudicado pela idéia correlata de imutabilidade (Elias, 1994b:249).

Esse conceito, assim, se funda na interdependência que envolve os indivíduos e os grupos que esses formam, o que assume formas que os envolvidos não conceberam a priori; bem como nas lutas comuns pelas oportunidades de poder de que participam. A existência de uma figuração, portanto, implica o exercício, por um lado, de solidariedade e, por outro, de pressão, constrangimento ou coerção sobre o indivíduo e do indivíduo sobre ele mesmo, cujo resultado é freqüentemente incerto no plano das histórias individuais, ao mesmo tempo em que vai transformando as figurações mais amplas das sociedades, ao contrário do que a noção de estrutura impõe, pois que, entre as características normais das figurações, está *uma tendência para mudar, às vezes até em uma direção específica*. (Elias, 1994b:251). Isso permite ver o indivíduo e os grupos que eles formam como sujeitos e atores da construção do ambiente no qual suas próprias vidas transcorrem. Esse ambiente, por sua vez, seja pelas relações de poder que o configuram, seja pelos limites cognitivos e subjetivos que o conformam, delimita, ou melhor, cria fronteiras para o potencial de desenvolvimento dos atores, vistos na forma de indivíduos ou na forma de grupos.

Tomando como objeto de estudo da sociologia as redes de inter-relações, as interdependências, as configurações e os processos formados por homens interdependentes, o autor procura responder a questões do tipo: como e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo configurações dinâmicas específicas? Como ocorre o desenvolvimento dessas configurações e, em conseqüência, os processos de evolução social? Para tanto, constata que a história transcorre em três tempos distintos: o tempo biológico, em que ocorrem as mudanças nas estruturas biológicas; o tempo social, das estruturas das formações sociais; e o tempo individual, relativo à vida dos indivíduos. Dadas as *especificidades do ser humano*, o autor diferencia o primeiro dos dois últimos e afirma que *As estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana são indissociavelmente complementares, só podendo ser estudadas em conjunto* (Elias, 1994a:38).

As *especificidades* de que se falou estão sintetizadas no fato de que, para Elias, os indivíduos só podem ser compreendidos enquanto ligados entre si - só é possível *o eu*, quando se pressupõe *o nós*, em relações de interdependências recíprocas, que implicam ao mesmo tempo solidariedade e coerção, tanto no sentido dos dominantes em relação aos dominados e vice-versa. A idéia de liberdade, então, só é possível de ser pensada em termos relativos, isto é, dada a cadeia *obrigatória* de interdependências que, antes de tudo, se constituem de relações intersubjetivas historicamente variáveis, dependentes das exigências próprias de cada configuração. Nesse contexto, os processos de transformação e evolução social pressupõem a

existência de um equilíbrio móvel de tensões que se instaura, se perpetua ou se rompe em função: a) das mudanças nas relações de poder e força dos grupos envolvidos; e b) do advento de um novo grupo, que recusa sua exclusão no processo de disputa pelas oportunidades de poder. Essas oportunidades podem ser sintetizadas nas possibilidades de controle sobre os mecanismos da violência e uso da força; no controle sobre os fluxos de riqueza; e no controle da produção de signos e representações da realidade, inerentes a cada configuração.

A luta por essas possibilidades, de acordo com Elias, implica uma *tendência a formar monopólios que é imanente a uma configuração de unidades livremente competitivas entre si*. Essa tendência é parte constitutiva da dinâmica endógena das configurações e implica a impossibilidade de se explicarem os processos de mudança a elas inerente a partir do estabelecimento de relações causais. (Elias, 1994b:250). Além disso, cada configuração possui um *habitus* que lhe é inerente e que se constitui num instrumento de dominação. Para o autor, a civilização enquanto configuração tem como *habitus* que lhe é próprio a autocoerção psíquica, derivada de um mecanismo de condicionamento social, graças ao qual cada indivíduo é educado no sentido de um rigoroso autocontrole. Esse mecanismo é em parte automático e implica o autocontrole sobre pulsões e emoções e permite a passagem da coerção social para a autocoerção. Ele também pressupõe, do ponto de vista dos indivíduos, algumas propriedades psicológicas específicas: a arte da observação de si e dos outros; a censura dos sentimentos; o domínio das paixões; e a incorporação de disciplinas.

Do ponto de vista dos grupos que esses indivíduos conformam, o mecanismo de condicionamento social pressupõe a representação da posição social pela forma, pela aparência e pela estética, de modo que a hierarquia de *habitus* específicos é também um modelo de diferenciação social. Esse modelo se encontra na base dos processos de competição levados a cabo pelos grupos sociais. A identidade individual, então, passa a ser dada pela contradição entre a representação que as pessoas se esforçam em construir de si mesmas versus o crédito concedido pelos outros em relação à sua pessoa. Assim, a disputa pelos signos do prestígio dá sentido à luta por vantagens e poder social.

Finalmente, essa breve incursão na obra de Elias não ficaria satisfatória se não colocássemos em evidência que a noção de indivíduos interdependentes difere radicalmente daquilo que o autor chama de *homo clausus*, isto é, a ilusão da existência de um indivíduo separado do meio em que vive e centro de uma estrutura que se ergue em seu entorno e que vai desde a família até o Estado:

A imagem do homem como 'personalidade fechada' é substituída aqui pela de 'personalidade aberta', que possui um maior ou menor grau (mas nunca absoluto ou total) de autonomia face a de outras pessoas e que, na realidade, durante toda a vida, é fundamentalmente orientada para outras pessoas e dependente delas.

O indivíduo de que nos fala o autor, dessa forma, é aquele que faz parte de um todo social, cuja representação é aberta no sentido da multiplicidade de suas possibilidades, dadas as suas qualidades intrínsecas, as múltiplas configurações da qual faz parte e o equilíbrio de forças mais ou menos instável a cada uma delas inerente (Elias, 1991).

VII.3 O Espaço do Sujeito

A construção teórica do *Espaço do Sujeito* exige uma crítica do indivíduo racional que nasceu com a modernidade, um indivíduo ideal concebido no âmbito da revolução iluminista que muito longe está dos sujeitos concretos. Essa crítica, contudo, deve admitir que a modernidade produziu o sujeito-indivíduo como unidade de prática social, no sentido de que ele estabelece uma relação com ele mesmo. Se, por um lado, ao longo da modernidade essa relação foi constituída no sentido da internalização do processo de regulação de determinada ordem, contendo impulsos, modelando condutas e promovendo a auto-observação, o autodomínio e a observação dos outros, em direção ao auto-interesse, separando o interno do externo, por outro, contribuiu *para a própria possibilidade da intensificação da experiência individualizada*, de modo que o indivíduo se coloca como *o modo hegemônico de organização da subjetividade na modernidade* (Mancebo, 2002:102;100).

Dois aspectos devem aqui ser ressaltados: o primeiro está relacionado às formas de regulação que foram capazes de fazer com que os indivíduos passassem a conter seus impulsos menos nobres, suas *paixões avassaladoras*, através da válvula reguladora do auto-interesse.⁶⁶ O segundo encontra-se relacionado com a explicitação dos limites desse processo regulador no contexto da *transição paradigmática*.

Nossa proposta, aqui apresentada, é que, no que respeita ao processo regulador acima referido, a diferenciação entre *externo/interno* produziu o desenvolvimento de uma forma de poder que se exerce internamente sobre os indivíduos, e pelos próprios indivíduos, a qual designamos de *culpa*: o sentimento de *culpa* advém do fato de que, ao deixar *vazar* impulsos menos nobres em detrimento daqueles condizentes com o auto-interesse, ele, o sujeito, deixaria de estar contribuindo para a maximização do bem-estar no âmbito da família, do grupo, da comunidade, e do Estado. Exerce, então, sobre ele mesmo uma forma de direito específica – *a auto-censura*, com base numa forma epistemológica também específica: *o auto-conhecimento*.

Como a auto-imagem e a auto-estima só possuem sentido se se considera o indivíduo inserido em determinado contexto social, que possui os outros como referência, da forma como asseverou Elias, sua maximização, isto é, a *maximização da auto-imagem e da auto-estima* constitui-se na dinâmica de desenvolvimento sobre a qual o *espaço do sujeito* se estrutura. Essa estruturação, além disso, está de acordo com os limites e critérios desenvolvidos por Boaventura na construção de seu Mapa. Isto é, no que respeita às formas de poder, *todas elas são trocas desiguais [de modo que] formas diferentes de troca desigual dão origem a formas diferentes de poder* (Santos, 2000:284). Nesse caso, a troca desigual acontece entre a busca dos benefícios materiais, fruto da ação auto-interessada e a expressão fidedigna dos seus impulsos tidos, nos termos de Hirschman, na ordem social prevalecente ao longo da modernidade, como avassaladores. Essa troca desigual acaba por se constituir num dos aspectos da crítica à modernidade, que encontra-se assentado na revalidação *do indivíduo como ele é*: o respeito aos seus verdadeiros sentimentos e impulsos, longe do indivíduo racional e homogêneo da ordem capitalista.

A concepção de direito adotada por Boaventura, da mesma forma, é capaz de encampar a forma de direito proposta para regular, juntamente com a sua forma epistemológica e de poder específicas, o espaço do sujeito. Isto é, para o autor, *o direito é um corpo de procedimentos regularizados e de padrões normativos considerados justificáveis*

⁶⁶ A contraposição é devida a Albert Hirschman (2002).

num dado grupo social, que contribui para a criação e prevenção de litígios e para a sua resolução através de um discurso argumentativo, articulados com a ameaça de força (Santos, 2000:290).

MAPA DA ESTRUTURA-AÇÃO: O ESPAÇO DO SUJEITO

Dimensões/ Espaços Estruturais	Unidade de Prática Social	Instituições	Dinâmica de Desenvolvimen to	Forma de Poder	Forma de Direito	Forma Epistemológica
Espaço do Sujeito	Relação do indivíduo com ele mesmo	Indivíduo	Maximização da auto-imagem e estima	Culpa	Auto-censura	Auto- conhecimento

Elaboração deste autor.

A definição do que é bom e do que é ruim; do que pode e do que não pode é algo convencionalizado nos outros espaços estruturais, que podem então ser considerados como padrões normativos internalizados pelo sujeito como critério para avaliar sua conduta, base para o exercício da *auto-censura*, forma específica de direito exercida no *espaço do sujeito*. Essa forma de direito, ao mesmo tempo, é passível de ser objeto de discurso, o qual o próprio sujeito pode empreender e, na verdade, empreende, para normatizar sua conduta e estabelecer punições, autopunições que, no limite, podem levá-lo a infringir sobre si mesmo a sua autoanulação ou autodestruição, por meio da autoviolência.

Esse processo de argumentação e contra-argumentação que tem o espaço do sujeito como espaço privilegiado, por sua vez, se fundamenta no *auto-conhecimento*, *forma epistemológica* prevalecte nesse espaço. Auto-conhecimento, assim, é uma forma de saber que se desenvolve no interior dos próprios indivíduos, em torno da relação entre o mundo externo e o mundo interno que, como sujeitos sociais, estabelecem desde o nascimento. Essa forma de conhecimento específica, também da mesma forma que as formas epistemológicas sobretudo dos espaços doméstico e da comunidade, foi ofuscada pelo conhecimento proveniente da Ciência Moderna. A psicanálise aqui exerceu papel fundamental nesse processo de ofuscação, impedindo que o sujeito pudesse vir a se conhecer / reconhecer a partir de outros critérios que não os desenvolvidos por Freud, fundados em outros paradigmas que não os da cientificidade moderna.

Assim, de acordo com Elias (1994), da mesma forma que as ciências sociais, que concebem a relação entre indivíduo e sociedade ora a partir apenas da existência concreta dos primeiros, sem nenhuma significância para a segunda, e vice-versa, na psicologia

(...) encontram-se, de um lado, ramos de pesquisa que tratam o indivíduo singular como algo que pode ser completamente isolado e que buscam elucidar as estruturas de suas funções psicológicas independentemente de suas relações com as demais pessoas. Por outro lado, encontram-se as correntes, na psicologia social ou de massa, que não conferem nenhum lugar apropriado às funções psicológicas do indivíduo singular. Às vezes, os membros deste último campo, mais ou menos como seus equivalentes nas ciências sociais ou históricas, atribuem a formações sociais inteiras, ou a uma massa de pessoas, uma alma própria que transcende as almas individuais, uma *anima collectiva ou mentalidade grupal*. E quando não

chegam a ir tão longe, é comum se contentarem em tratar os fenômenos sócio-psicológicos como a soma – ou o que dá na mesma – a média das manifestações psicológicas de muitos indivíduos. (Elias, 1994:15; itálicos no original).

A dicotomia entre sociedade e indivíduo fica assim em evidência e, de acordo com esse autor, não é possível compreender a sociedade, sua história e o curso que segue sem que se compreenda *de que modo um grande número de indivíduos compõem entre si algo maior e diferente de uma coleção de indivíduos isolados* (Elias, 1994:16). Valendo-me da metáfora que o autor utiliza, essas partes separadas não possuem sentido apenas quando encontram-se juntas, formando algo maior do que elas próprias: *seremos também nós, como seres humanos individuais, não mais que um meio que vive e ama, luta e morre, em prol do todo social?* (Elias, 1994:16).

O que se pretende demonstrar aqui, em primeiro lugar, é a presença dessa forma de subjetividade específica à modernidade e ao capitalismo. Em segundo lugar, contudo, essa subjetividade, como nos é apresentada, aparece mais como um resultado, uma consequência daqueles processos históricos, do que também como uma causa compartilhada desses processos, a partir de indivíduos interdependentes, nos termos de Elias. É nesse último sentido, ao mesmo tempo como causa e como consequência, que também Giddens (1997) argumenta para poder explicar as grandes transformações dos últimos trinta anos. Aponta então o surgimento do sujeito da psicanálise como uma das causas privilegiadas, que levaram ao colapso da modernidade e o advento de uma *sociedade pós-tradicional*. Nesse contexto, a auto-reflexão promoveu a desmistificação das tradições – valores, crenças – prevaletentes nas comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que o sujeito do conhecimento que surgiu com o paradigma da ciência moderna eliminou o caráter místico do saber, colocando a todos a possibilidade de acessar o conhecimento.⁶⁷

Não é, contudo, apenas o caráter ativo da subjetividade sobre a realidade, aqui representado pela capacidade de escolher, que no momento nos interessa apontar, mas também o fato de que o exercício soberano dessa subjetividade implica reconhecer a existência de um espaço de diálogo – diálogo que o sujeito mantém com ele mesmo –, o que, nos parece, já estava presente em Elias. O exercício desse diálogo implica, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que, com o advento da modernidade, ou do *processo civilizador*, se desenvolve, entre tantas outras, uma relação entre o indivíduo e ele mesmo. A despeito do fato de ser isto também que a psicanálise ou as terapias de um modo geral estimulam, isto é, a busca do auto-conhecimento no sentido de fazer com que o sujeito, a partir da relação que estabelece consigo mesmo, caminhe no sentido da maximização da auto-imagem e da auto-estima, o conteúdo dessa relação foi negligenciado em termos da compreensão dos processos em curso, vale dizer dos processos de construção do espaço social.

Ao mesmo tempo, a relação que o indivíduo estabelece consigo mesmo, num contexto de transição paradigmática, implica a possibilidade de se pensar a tensão entre regulação e emancipação a partir também do espaço do sujeito. Isto é, a crise da modernidade leva ao estabelecimento de parâmetros diferenciados nos quais o indivíduo pauta a sua conduta e o estabelecimento de relações: surgem novos veios sobre os quais o certo e o errado podem ser sentidos e pensados, com implicações profundas sobre o novo sujeito que está a nascer. Isto vem alterando as relações entre as gerações, os padrões prevaletentes nos espaços domésticos

⁶⁷ Como foi visto no Capítulo 1, para Giddens, tomando o cuidado de discernir entre escolha e decisão, a evidência da desconstrução das sociedades tradicionais está no fato dos sujeitos não terem escolha, *senão decidir como ser e como agir* (Giddens, 1997:94).

e a conformação de comunidades, e ainda sobre as relações nos espaços do mercado e da produção, embora nesses dois últimos espaços, os impactos ainda sejam quase imperceptíveis, da mesma forma que nos espaços da cidadania e no espaço mundial.

Do ponto de vista do desenvolvimento, há que se considerar o sujeito e sua capacidade de ação. Amartya Sen (2000) trouxe uma grande contribuição a esse respeito. Mas o espaço do sujeito coloca em evidência uma dimensão subjetiva da ação, relacionada ao potencial de desenvolvimento dos atores. No contexto das transformações recentes, quando a balança vem tendendo a pender mais para o eu do que para o nós, nos termos de Elias, focar o sujeito para a construção de estratégias de desenvolvimento significa, entre outras, contribuir para que as pessoas possam se localizar melhor em meio aos conflitos que prevalecem no próprio espaço estrutural que ela conforma. Em outras palavras, estamos dizendo, a partir da construção do espaço do sujeito, que estratégias de desenvolvimento local devem levar em consideração os aspectos subjetivos inerentes aos sujeitos, na sua relação consigo mesmo e com os demais.

VII.4 O Espaço Grupal

À medida que a modernidade foi se desenvolvendo, juntamente com os processos de urbanização e industrialização, uma nova forma de sociabilidade se desenvolveu e o argumento que aqui se pretende construir encontra-se baseado no fato de que, da mesma forma que ocorreu com a dissolução das sociedades tradicionais, as relações familiares vão perdendo espaço para um outro tipo de relações que os sujeitos passam a estabelecer com iguais. A questão da identidade aqui é fundamental, conformando grupos sociais os quais não podem nem devem ser concebidos como que inseridos no espaço doméstico, ao mesmo tempo em que também não devem servir de síntese para a formulação dos espaços da comunidade.

Em outras palavras, numa estrutura social qualquer, o conjunto das relações sociais predominantes podem ser percebidas a partir do espaço doméstico e do espaço da sociedade. Contudo, e é isto que se pretende enfatizar, existe um outro conjunto dessas relações, potencialmente já existente, mas que se desenvolveu com a própria modernidade, que não se sintetiza nas relações familiares nem nas comunitárias e que possui uma dinâmica própria, com relações de poder, de direito e de conhecimento que lhes são características. Fala-se aqui do Espaço Grupal e seu desenvolvimento encontra-se, mas não apenas, na própria conformação de grandes centros urbanos, onde parece predominar e prevalecer a impessoalidade e a inexistência de limites para a ação de sujeitos, que não aqueles colocados pelo espaço da cidadania, provenientes do direito estatal-territorial.

Monte-Mór (2006:80,81), se referindo à vida urbana na pós-metrópole do início do novo século, percebe a

(...) periferização crescente das populações ricas e médias, fechando-se em condomínios, buscando simulacros do campo e mesmo da cidade, em unidades semi-autônomas (...).

Entre nós, ricos e pobres fecham seus espaços de vida, aumentam sua segregação socioespacial e aprofundam as lutas de classes travestidas de vários matizes na cidade, no campo, nas florestas, nos espaços de fluxos das drogas, das armas, do dinheiro lavado.

Formam-se então novas famílias, novos grupos e novas comunidades no rastro, ou melhor, no interior da

(...) cidade espetáculo, [d]a cidade-empresa neoliberal, [d]a cidade que busca se inserir nos circuitos do capital financeiro e do capital entretenimento, do turismo e no circuito dos grandes espetáculos esportivos, das grandes exposições e dos parques temáticos, enfim, na construção de novos imaginários da cidade e da vida futura, [e que] se perde também [a cidade] em células fechadas onde as heterotopias são impossíveis e apenas a vida entre iguais é segura. (Idem)

Essa cidade, ainda de acordo com o autor, além de ser a cidade *das articulações distantes no espaço e no tempo* e ser a cidade do simulacro e das simulações, é cada vez mais virtual em dois sentidos: *no sentido da representação do espaço social nas imagens 'fotoshopadas' das telinhas de televisão e/ou do computador*; e *no sentido lefebvriano, isto é, do futuro que já está contido no presente, que o informa e que lhe dá a forma atual*. E essas representações, virtuais ou não, dão sentido aos novos grupos que se formam.

Castells nos fala das *identidades de resistência* e das *identidades de projetos*, de modo que

(...) a lógica dominante da sociedade em rede lança seus próprios desafios, na forma de identidades de resistência comunitárias e de identidades de projeto que podem eventualmente surgir desses espaços, sob determinadas circunstâncias, e por meio de processos específicos a cada contexto institucional e cultural. A dinâmica de contradição daí decorrente está no cerne do processo histórico pelo qual uma nova estrutura social e a 'carne e os ossos' de nossas sociedades estão sendo constituídas. (Castells, 1999:423; grifos no original)

O autor nos fala, sobretudo no que respeita às *identidades de projetos*, dos movimentos que eclodiram a partir da crítica da modernidade e que as manifestações de 1968 foram capazes de sintetizar. Fala-se aqui dos movimentos feministas, ecológicos, assentados na etnia e nas identidades territoriais que, no contexto de uma *sociedade em rede*, acabam por alterar as correlações de poder nela prevaletentes.

Contudo, o leitor há de perceber que não se trata aqui apenas desse tipo de identidade que se pretende evidenciar. Aqui nos referimos aos grupos que se formam nos ambientes de trabalho, de estudo, de prática de lazer, diretamente ligados ao cotidiano das pessoas. No limite, aspiram se constituir enquanto famílias, mas não o são; da mesma forma que pretendem formar comunidades, isto é, de se ampliar nesse sentido. Observemos, por exemplo, um grupo que se forma dentro de uma sala de aula. São também estudantes, mas não se identificam, senão em momentos específicos com o conjunto de estudantes e suas instituições. Separam-se dos demais por algum motivo que não coincide com as *identidades de projeto e de resistência*, tendendo a criar uma linha divisória entre o pertencimento e o não pertencimento. Estudam juntos, vão às festas juntos, comentam intimidades, *fofocam* e se fortalecem mutuamente, vivendo experiências comuns – ou comungando das mesmas experiências e/ou estigmatizando os outros em geral e os outros grupos em particular.⁶⁸ Isso

⁶⁸ Sobre a importância da fofoca e do estigma na constituição e reprodução de grupos estabelecidos e outsiders, ver Elias & Scotson (2000).

pode também ser pensado para um grupo de usuários de droga no bairro; para o grupo de pessoas que fazem parte de uma agremiação política; para um grupo de jovens que praticam pequenos furtos, ou ainda para um grupo de funcionários de uma agência bancária.

Quando Foucault (2002) adverte para o fato de que o poder que predomina nos contextos sociais é horizontal e não vertical, e que ele se estabelece sobretudo entre os iguais, a despeito das relações de poder entre diferentes, torna possível pensar que, para além das unidades familiares e para além das comunidades e dos grupos politicamente organizados, podem-se observar outras construções sociais, fundadas em identificações de cunho mais subjetivo que objetivo e mais relacionadas ao *devoir* da própria vida das pessoas que aos processos históricos e políticos mais gerais. Nesse sentido, afirma o autor:

Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder? Onde o exerce? Atualmente se sabe, mais ou menos, quem explora, para onde vai o lucro, por que mãos ele passa e onde ele se reinveste, mas o poder ... Sabe-se muito bem que não são os governantes que o detêm. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, freqüentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. (Foucault, 2002:75)

Esses grupos, em consonância com o que pensa Foucault, possuem também sempre um líder, liderança essa cujo exercício tende a se transformar em relação de poder e dominação. Essa dominação e esse poder, pode-se pensar a partir de Weber, tende a coincidir mais com o que esse autor chamou de *dominação do tipo carismática*, seja porque a formação de grupos acontece como uma forma dos indivíduos fugirem do ambiente familiar, fundado em laços tradicionais, procurando algo fora desses, que lhes envolva em laços com *caráter extracotidiano* e representa uma relação estritamente pessoal, ligada à validade carismática de determinadas qualidades pessoais e à prova destas (Weber, 1994).⁶⁹

Assim identificados, os contornos desses grupos parecem ser mais tênues que aqueles fundados numa causa, pois que sua consolidação institucional, apenas na margem, assume o caráter formal, quando aí o poder e a dominação tendem a se rotinizar, prevalecendo suas regras informais, mais ou menos imprecisas, mas presentes e constitutivas das relações que os indivíduos mantêm em sociedade. Assim, é possível falar que tais grupos existem desde sempre por serem a forma predominante de mediação do sujeito com o todo social, mesmo nas comunidades tradicionais, mas sobretudo em espaços urbanizados de grande vulto.

Fundados, assim, na *identificação social*, na *união de iguais*, esses grupos se valem de um conjunto de espaços institucionalizados, como bares, restaurantes, praças de esportes, calçadas, ambientes de trabalho e estudo. Podem até vir a formalmente se institucionalizar, mas essa é a exceção, não a regra. As relações que mantêm são, fundamentalmente, relações de poder, assentadas numa forma de direito e de conhecimento específicos. A forma de poder que se exerce no que estamos designando como *Espaço Grupal* é a *desfiliação*; sua forma de direito predominante é o *direito social-grupal* e sua forma epistemológica prevalecente é o *sensu comum*, que se orientam em função de uma dinâmica de desenvolvimento específica: *a maximização do pertencimento e do carisma*.

⁶⁹ Mesmo apontando limites para a compreensão da "sociedade dos indivíduos" a partir dos tipos ideais weberianos, Elias (2001:52 e segs) formula uma análise da importância desse aspecto - do carisma - das relações na constituição dos grupos.

No que respeita à forma de poder, a troca desigual se estabelece entre os líderes, interessados na perpetuação do grupo, e o restante de seus membros, interessados *no status do pertencimento* como forma de viabilização das suas respectivas inserções sociais. No bojo dessa troca, estabelece-se um conjunto de relações, que tendem a se instituir informalmente, as quais conformam, da mesma forma que nos demais espaços estruturais, um conjunto de *procedimentos regularizados e de padrões normativos considerados justificáveis num dado grupo social, que contribui para a criação e prevenção de litígios e para a sua resolução através de um discurso argumentativo, articulados com a ameaça de força* (Santos, 2000:290).

Em outras palavras, as regras e procedimentos comuns, *habitus* nos termos de Elias, prevaletentes nas configurações que envolvem a formação desses grupos regulam seu funcionamento, pressupondo uma disputa de poder interna, entre os *dominantes e dominados* e as relações que mantêm com os demais grupos, da mesma espécie ou de espécies diferentes.

MAPA DA ESTRUTURA-AÇÃO: O ESPAÇO GRUPAL

Dimensões/ Espaços Estruturais	Unidade de Prática Social	Instituições	Dinâmica de Desenvolvi- mento	Forma de Poder	Forma de Direito	Forma Epistemológica
Espaço Grupal	Identificação social; união de iguais	Bares, rest., pças esporte, calçadas, ambientes de trab./estudo.	Maximização do pertencimento e do carisma.	Desfiliação	Direito social - grupal	Senso comum

Elaboração deste autor.

A forma de conhecimento neles prevaletente é o *senso comum*. Senso comum ao grupo, que envolve suas respectivas concepções de mundo, uma determinada leitura da história e uma expectativa com relação ao futuro. É, como todas as formas de senso comum, um conhecimento fragmentado, que oculta mais que ilumina, não disposto a ser colocado à prova, caracterizado por um raciocínio circular e que tem por trás relações de poder, o poder que, de uma forma geral, se exerce em torno dos grupos, nos espaços grupais que conformam as sociedades. Assim, da mesma forma que os sujeitos individualizados, as famílias, as comunidades, os mercados, as unidades produtivas, os Estados ou ainda as organizações mundiais, o funcionamento e a dinâmica dos grupos nas estruturas sociais aos quais aqui se refere não podem ser pensadas isoladamente, senão nas suas relações com as demais instâncias da realidade. É nesse sentido que Elias & Scotson (2000) pensam o *funcionamento* que se estabelece entre os grupos *estabelecidos e os outsiders*:

Como indica o estudo de Winston Parva, o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’ – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais ‘nômico’ ou normativo – na minoria de seus ‘melhores’ membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é ‘bom’ e que o outro é ‘ruim’. (Elias & Scotson, 2000:22, 23)

Dessa forma, o estigma é a maneira característica dos grupos se relacionarem e se diferenciarem, rotulando os demais em nome do que se considera ser bom e ruim. Ele se funda, por outro lado, no *habitus* característico de cada grupo e acaba por servir de critério através do qual seus membros se diferenciam e se utilizam na disputa pelo controle das oportunidades de poder: os instrumentos com os quais se exerce a violência física; os caminhos por onde flui a riqueza financeira; os signos com os quais se representa a realidade. Decorre daí que as relações entre os membros de um mesmo grupo e entre grupos se estabelece como uma disputa pelo poder. Contudo, o poder aí não está relacionado apenas à representação e à inserção social do sujeito: está fundado na garantia dessa representação e nessa necessidade de inserção social, e tende a caminhar no sentido do controle de instituições que, na concepção de seus membros, os qualificam para tanto.

Por fim, a tensão entre regulação e emancipação também pode ser vista a partir da análise do Espaço Grupal, como aqui se propõe. Caberia então a pergunta: em que medida a crise paradigmática vem alterando as relações que se estabelecem nos grupos e entre os grupos? É verdade que ela sugere que outro tipo de conduta ética entre os grupos tende a se estabelecer, sobretudo com a maior difusão de informações, como nos diz Castells e, possibilitando ainda a formação de outros grupos, que não os convencionais: os de internautas, por exemplo.

Interessante, nesse sentido, é fazer referência ao Filme *Denise está chamando* (Salwen, 1995), no qual um grupo de internautas é levado ao limite de temer o estabelecimento de relações pessoais senão aquelas constituídas por meio eletrônico, inclusive relações sexuais. Mas, haveremos de convir que estabelecer relações dessa forma não implica um processo de emancipação, senão o estabelecimento de relações reguladas da forma convencional. Pode-se também dizer, nesse mesmo sentido, que novos grupos tendem a se formar em função de questões objetivas, relacionadas à reprodução material das pessoas e ao ambiente (da cidade e do urbano) onde essa reprodução material vem tendendo predominantemente a se dar. Isto é, as amizades passam a possuir interesses outros que não aqueles que se estabelecem a partir da dinâmica grupal das sociedades. Estamos falando aqui de interesses econômicos, relacionados à disputa pelo capital circulante, isto é, pelo controle dos meios por onde fluem partes da riqueza financeira. Mas isso apenas objetiva um pouco mais as relações entre os grupos, sem tirar seu caráter regulacionista, além de sabermos que são muitos os caminhos pelos quais as relações pessoais e grupais fluem.

Talvez, as relações que se estabelecem entre os grupos numa dada sociedade são muito mais consolidadas do que se nos parece, de maneira equivalente àquelas concernentes aos espaços domésticos. Contudo, de um ponto de vista emancipatório, é possível pensar em tornar tais relações mais democráticas e mais sinceras. Isso sim é diferente e tende a estabelecer um novo padrão de regulação das relações que ocorrem no espaço grupal. Essa idéia se aproxima do conceito de autogestão visto no Capítulo VI. mas, de qualquer forma, pensar em processos locais de desenvolvimento implica levar em consideração os grupos que se formam no âmbito local. Isso tem implicações sobre as estratégias que buscam, por exemplo, promover o associativismo e o cooperativismo. Isto é, essas estratégias devem levar em consideração a diferenciação interna dos grupos e entre os grupos. Essa consideração pode se estender para a formação de grupos dentro de uma empresa; de uma ONG; do Setor Público; ou ainda dentro de uma sala de aula.

VII.5 O Mapa da Estrutura-Ação “Estendido”

Buscamos aqui demonstrar a originalidade da contribuição de Boaventura de Sousa Santos no contexto do vácuo teórico que passou a existir no âmbito das Ciências Sociais, dado o período de transição paradigmática que se instalou sobretudo a partir da eclosão de uma série de transformações que marcaram os últimos cinquenta anos. Essa contribuição caminha no sentido de possibilitar uma maior aproximação da realidade e da compreensão dos processos que se encontram em curso. É isso que possibilita o Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial.

Em relação à forma original, o Mapa da Estrutura-Ação, da maneira como o estamos percebendo, passou por quatro mudanças. Como vimos no Capítulo V, além de pensarmos os espaços estruturais a partir do conceito de configuração em Elias e não a partir do conceito de “campo” em Bourdieu, propusemos que as relações entre os espaços estruturais e no interior dos próprios espaços estruturais sejam também mediadas pela consideração dos padrões institucionais de Polanyi e pelos efeitos da dinâmica do capitalismo sobre os níveis subnacionais. No presente capítulo, propusemos a incorporação ao Mapa dos espaços do sujeito e dos grupos, além de uma reorganização interna que venha a permitir a visualização do “local” e das práticas sociais que nele circulam.

Procuramos argumentar que não podemos desconsiderar a história das pessoas e dos grupos que elas formam quando estamos pretendendo entender as realidades locais, para propor estratégias no sentido da promoção de processos de desenvolvimento. Desse modo, dos processos gerais em curso também fazem parte as dinâmicas de desenvolvimento inerentes ao indivíduo, sujeito e protagonista de micro-processos históricos e aos grupos que esses sujeitos conformam, configurações sem as quais não se consegue compreender as estruturas sociais e seus processos de reprodução e transformação.

**MAPA DE ESTRUTURA-AÇÃO ESTENDIDO DAS SOCIEDADES CAPITALISTAS
NO SISTEMA MUNDIAL**

Dimensões/ Espaços Estruturais	Unidade de Prática Social	Instituições	Dinâmica de Desenvolvim ento	Forma de Poder	Forma de Direito	Forma Epistemológica
Espaço do Sujeito	Relação do indivíduo com ele mesmo	Indivíduo	Maximização da auto- imagem e estima	Culpa	Auto-censura	Auto- conhecimento
Espaço Doméstico	Diferença sexual e geracional	Casamento, família e parentesco	Maximização da afetividade	Patriarcado	Direito Doméstico	Familismo Cultura Familiar
Espaço Grupal	Identificação social; união de iguais	Bares, rest., pças esporte, calçadas, ambientes de trab./estudo.	Maximização do pertenci- mento	Desfiliação	Direito social - grupal	Senso comum
Espaço da Comunidade	Etnicidade, raça, nação, povo, religião	Comunidade, vizinhança, região, org. populares de base, Igrejas.	Maximização da Identidade	Diferenciação desigual	Direito da comunidade	Conhecimento local, cultura da comunidade e tradição.
Espaço da Produção	Classe e natureza, enquanto natureza capitalista	Fábrica e empresa	Maximização do lucro e da degradação da natureza	Exploração e natureza capitalista	Direito Da Produção	Produtivismo, tecnologismo, formação profissional e cultura empresarial
Espaço de Mercado	Cliente – consumidor	Mercado	Maximização da utilidade e da mercadori- zação das necessidades	Fetichismo das mercadorias	Direito da troca	Consumismo e cultura de massa
Espaço da Cidadania	Cidadania	Estado	Maximização da lealdade	Dominação	Direito territorial (estatal)	Nacionalismo educacional e cultural, cultura cívica
Espaço Mundial	Estado-Nação	Sistema interestatal, organismos e assoc. intern., tratados internacionais	Maximização da eficácia	Troca desigual	Direito sistêmico	Ciência, progresso universalístico, cultura global.

Elaboração deste autor.

Nesse sentido, não se pode negligenciar as histórias das pessoas nem dos grupos que elas conformam, ao se procurar compreender os processos de conformação e transformação das sociedades. Se de um lado não se pode reduzir os processos históricos mais gerais ao somatório das histórias individuais; por outro, não se pode pretender a compreensão daqueles sem que se tenha presente as pessoas e os grupos, as relações que mantêm consigo mesmo, com o ambiente social e natural de que fazem parte e suas respectivas histórias.

Esse Mapa, por fim, permite perceber os processos em curso de construção do espaço social de forma compartilhada, a partir de espaços estruturais distintos, com suas respectivas dinâmicas de desenvolvimento. Alcança-se, nesse sentido, duas possibilidades de naturezas distintas. Isto é, além daquela relativa ao término do monopólio da percepção predominante, que privilegia ora o espaço da cidadania, ora o espaço mundial e seus desdobramentos em termos dos espaços do mercado e da produção, possibilita também que se pense na construção de estratégias sócio-econômicas de desenvolvimento e/ou de transformação social, que possuem outras *entradas*, como aquelas relacionadas aos espaços do sujeito, doméstico, do grupo e da comunidade, com implicações sobre os espaços da produção, do mercado e da cidadania.

Uma política, por exemplo, que tencione fomentar o associativismo e/ou as organizações de mulheres, no âmbito das comunidades, poderá ter efeitos significativos nas relações de poder prevaletentes nos espaços do sujeito e dos grupos, doméstico e da produção e, em consequência, sobre os espaços do mercado e da cidadania, alterando o equilíbrio de forças mais ou menos instável das instituições prevaletentes nesses espaços e, em consequência, transformando substancialmente os processos de construção social no âmbito local e regional. O estudo aplicado tanto das contribuições quanto da análise aqui contida, contudo, constitui-se ainda num desafio com muitas possibilidades ainda a serem exploradas.⁷⁰

Neste capítulo, construímos teoricamente os espaços do sujeito e dos grupos, baseados nas contribuições de Norbert Elias. Esses espaços sociais, a nosso ver, complementam a proposição original de Boaventura de Sousa Santos. Queremos, no entanto, chamar a atenção para um detalhe. Ao trocarmos de lugar os espaços estruturais como haviam sido concebidos originalmente e incluirmos os espaços do sujeito e dos grupos, optamos por seguir a seguinte ordem: o espaço do sujeito, o espaço doméstico, o espaço grupal, seguido do espaço da comunidade. Só então viriam os espaços da produção e do mercado, onde os princípios de regulação da produção, distribuição e consumo da riqueza se colocam e se interagem.

Segundo o nosso entender, nos quatro primeiros espaços estruturais circulam as “práticas sociais locais”. Como temos visto, a literatura se refere a essas “práticas”, evidenciando as regras formais e informais, redes de parentesco, laços de amizade e de confiança, etc. Esse também é o ambiente no qual a criatividade social se manifesta – ou é sufocada, dependendo de cada caso, muito em função da intersubjetividade presente em cada configuração. Esse é o “local”; isto é, onde ele se manifesta de forma genuína.

Na nossa compreensão, essa especificidade é sobretudo função das formas em que a sobrevivência dos grupos se dá, associada à possibilidade de uso da força e da capacidade de controle e criação de representações da realidade. Como já vimos, essas são as oportunidades de poder que, segundo Elias, organizam as configurações sociais. Elas se entrelaçam e nesse entrelaçamento surgem os padrões institucionais de Polanyi. A reciprocidade, por exemplo, se estabelece quando o outro é visto como igual; a domesticidade se impõe quando existe a responsabilidade pelo provimento, e que pode se degenerar para a violência; a redistribuição, por fim, se impõe quando alguma autoridade, seja ela legítima ou não, se coloca.

As formas de produção, distribuição e consumo da riqueza inerentes às necessidades de reprodução material e social das pessoas, famílias, grupos sociais e comunidades podem ou não estar dependentes das relações mercantis que são estabelecidas. Além disto, elas podem ser relações mercantis, mas atreladas a circuitos locais/regionais e/ou a circuitos nacionais e

⁷⁰ (Reis 2004b) encontra-se um estudo aplicado da análise aqui realizada, procurando compreender o processo de formação de um associação de pequenos produtores rurais no sul de Minas Gerais a partir do quadro proposto por Boaventura. Esse estudo foi realizado a partir do trabalho de Souza (1995).

internacionais, o que se encontra representado pelo espaço do mercado. Quanto mais nacionais e/ou internacionais sejam esses circuitos de troca, mais se impõem as formas de direito, de poder e de conhecimento, e suas dinâmicas de desenvolvimento, relativas aos espaços da produção, do mercado, da cidadania e do espaço mundial – e vice-versa, considerando a forma que esses espaços são apresentados no Mapa da Estrutura-Ação.

Em termos de desenvolvimento, além do que já foi dito em relação à promoção dos circuitos locais e regionais de troca em detrimento dos circuitos nacionais e internacionais, impõe-se a questão referente à mudança das normas e regras emanadas do espaço da cidadania, isto é, do Estado Territorial, que impliquem o sentido da equidade social, em termos de raça, etnia, gênero e geração e o efetivo respeito às culturas locais, às formas de ser e de fazer das pessoas, das famílias, dos grupos e das comunidades, envolvendo aí suas relações com o meio ambiente, a manutenção das condições para a vida futura e da vida em geral.

As estratégias para a promoção do desenvolvimento, além de estarem associadas a esse conjunto de princípios e à defesa desses direitos, devem estar preocupadas com a ampliação das possibilidades colocadas para as pessoas e para os grupos que elas formam – as famílias, os grupos que se encontram entre as famílias e as comunidades; e as próprias comunidades –, tendo como ponto de partida suas condições de existência e não um modelo qualquer de desenvolvimento. Para tanto, aquelas estratégias devem vir acompanhadas de uma percepção dos processos históricos que coloquem em primeiro plano as pessoas e os grupos sociais, suas limitações cognitivas, subjetivas e intersubjetivas, além das limitações objetivas, levando em consideração o fato de que eles conformam e participam de diferentes configurações, as quais se encontram conectadas umas às outras, horizontal e verticalmente falando, desde o sujeito até o espaço mundial. E que, no interior dessas configurações, existe espaço para a pluralidade de caminhos, além do fato de que elas próprias não são tão rígidas a ponto de não serem passíveis de mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo contribuir para a compreensão dos processos históricos e para a formulação de estratégias de promoção do desenvolvimento local propondo a inclusão, no Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial, de Boaventura de Sousa Santos, do Espaço do Sujeito e do Espaço Grupal.

A tese que procuramos demonstrar, em meio à análise das representações do desenvolvimento no plano local, é que os espaços sociais se ampliaram com as transformações históricas ocorridas ao longo do último meio século. Essa ampliação dos espaços sociais provocou dois efeitos: comprometeu as leituras da história que forneciam subsídios para a construção de estratégias de promoção do desenvolvimento; e tornou os espaços locais espaços privilegiados para se pensar o desenvolvimento. As análises, ao longo desse período, passaram a pontuar os atributos locais, os atores, suas instituições e relações sociais como forma de alavancar o desenvolvimento local. Ao caminharem nesse sentido, enfatizam as famílias, as comunidades, formas de produção que não se encontram direcionadas para o mercado, formas de regulação dos conflitos sociais que não são abarcadas pelas regras emanadas do Estado Territorial e relações internacionais que não se encontram limitadas àquelas estabelecidas entre os Estados Nacionais e nem pelo fluxo tradicional de capitais e de comércio internacional.

O interessante, no entanto, para os propósitos do presente estudo é observar que, em todos os casos, a ampliação das possibilidades de melhora está condicionada a uma percepção da realidade que envolve indivíduos, famílias, grupos sociais e comunidades; e que essas percepções, em termos das diversas questões colocadas para o desenvolvimento, se apropriam da realidade buscando evidenciar relações sociais que não as mercantis apenas. Além disto, procura-se perceber os processos históricos no plano local como que de forma integrada aos processos mais gerais das sociedades mercantis desenvolvidas. Contudo, há aqui uma diferença fundamental: ou esses processos mais gerais são vistos como decorrência dos processos mais específicos, que ocorrem no plano local; ou os processos mais específicos são o resultado direto dos processos mais gerais. Dessa forma, ver as práticas sociais locais como fator de produção implica a busca incessante de uma melhora da performance local nos processos mais globais, inclusive não econômicos. E, por outro lado, ver aquelas práticas como recurso social implica criar mecanismos de defesa nos planos locais – em termos das questões colocadas para o desenvolvimento, em relação aos processos prevalecentes no plano global.

Então, o dilema entre estrutura e ação, para a apreensão dos processos em curso, de modo a criar estratégias de promoção do desenvolvimento local, permanece. O Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial, de Boaventura de Sousa Santos, foi concebido de forma a encontrar formas de se desviar desse dilema. Esse Mapa, contudo, não abarca duas dimensões da realidade que tanto as transformações históricas, quanto as pesquisas recentes vêm colocando em evidência no que respeita ao desenvolvimento local. Essas dimensões são a do próprio sujeito, indivíduo, como instituição básica da modernidade, que vem passando por um processo de individualização crescente, isto é, de reconhecimento do “eu” como parte de estruturas e relações que se estendem para além dele; e a dos grupos sociais, que estão para além dos grupos familiares, mas que não se

confundem com a comunidade enquanto totalidade. Assim, a inclusão desses dois espaços estruturais, na nossa perspectiva, aprimora a condição de ferramenta para a percepção da realidade contida no Mapa da Estrutura-Ação.

Além disto, quando estamos pensando em desenvolvimento, precisamos ampliar nossa perspectiva para além da dicotomia entre preservação da ordem e emancipação em relação à ordem, que o Mapa da Estrutura-Ação nos oferece. Na tentativa de realizar um esforço nesse sentido, valemo-nos aqui de três contribuições que, segundo o nosso entender, aprimoram a sua condição de instrumento para a percepção dos processos em curso. A contribuição de F. Braudel, quando estendida para podermos perceber os efeitos dos fluxos inerentes ao processo de reprodução do capital nos planos locais, permite considerar nesses planos uma estrutura social caracterizada pela presença das três camadas sociais – o antimercado; o mercado e a camada da vida material que o autor evidencia. Essa consideração nos leva à distinção, no plano local, dos fluxos relacionados à reprodução do capital nos planos nacionais e internacionais dos demais fluxos. Ficam aqui em evidência os fluxos fundados em redes de troca mercantis, mas que têm sua origem e destino nos âmbitos locais e regionais, bem como outros fluxos que se encontram ao lado ou por detrás das redes de troca mercantis.

A partir das contribuições de K. Polanyi, dissemos que esses demais fluxos se orientam em função de padrões institucionais não centrados no mercado, como a autarquia, a centralidade e a simetria. Assim, mesmo no que respeita aos fluxos dominantes – aqueles emanados do centro do capitalismo mundial –, mas sobretudo no que importa aos demais fluxos, as redes de troca mercantis convivem ou se encontram assentadas em relações sociais que se organizam em torno desses padrões institucionais não centrados no mercado. Além disto, tomando a disputa pelas oportunidades de poder, nos termos de Elias – o controle sobre os meios de se praticar a violência; o controle sobre os meios de subsistência, inclusive os fluxos de riqueza; e o controle sobre a capacidade de se criar representações da realidade –, como uma maneira razoável de se entender as ações levadas pelas pessoas e pelos grupos que elas formam nos seus processos de interação social, dissemos que os padrões institucionais de Polanyi organizam e fornecem estabilidade à disputa por essas oportunidades de poder.

Procurando perceber essa complexidade a partir do Mapa da Estrutura-Ação Estendido, que divide a realidade em oito espaços estruturais – os espaços do sujeito, doméstico, dos grupos sociais; das comunidades; da produção; do mercado; da cidadania; e o espaço mundial–, dissemos também que a disputa pelas oportunidades de poder, estabilizadas, por assim dizer, pelos padrões institucionais, circulam nos espaços estruturais e entre os espaços estruturais. Os espaços estruturais, nesse sentido, são configurações das quais pessoas, famílias, grupos e comunidades participam. Essas configurações representam estruturas no interior das quais os atores se movimentam, reproduzindo-se socialmente e esse movimento transforma as próprias configurações, na medida em que os atores vão se locomovendo no seu interior. Dessa forma, os fluxos de relações sociais nem são totalmente desorganizados, nem são passíveis de serem submetidos a uma orientação única.

Quando pensamos então na transformação de processos históricos em processos de desenvolvimento, devemos levar em consideração a incerteza inerente aos processos sociais, como também os diversos caminhos que estão abertos, devido à diversidade de configurações das quais os sujeitos participam e suas possibilidades de mudança ao longo do tempo. Dessa forma que falamos de pluralidade de caminhos, condizentes com a idéia de igualdade em meio à diversidade e com a idéia de liberdade dos sujeitos de ser e de fazer, fazendo aqui novamente referência a Amartya Sen. Segundo o nosso entender, o principal objetivo do desenvolvimento deve ser ampliar os horizontes das pessoas, grupos e instituições que eles formam, tomando como ponto de partida o lugar que eles ocupam nas configurações das quais

fazem parte. E procurar fazer com que as relações que são estabelecidas caminhem no sentido da equalização do acesso às oportunidades de poder.

Mas, o mais importante do ponto de vista da tese que aqui se propõe é a percepção de que a observação dos processos históricos, para transformá-los em processos de desenvolvimento, não pode vir desacompanhada da percepção dos sujeitos e dos grupos que eles formam, sob a pena de se trocar o indivíduo universal da Escolástica pelo indivíduo ideal do Iluminismo. Nem um nem outro. As redes sociais mais do que importam. Sem elas não existe nem o indivíduo, nem o sujeito da ação. Este sujeito está, ao mesmo tempo, voltado para si mesmo e para o que se encontra além dele e essas duas dimensões de cada um de nós e dos grupos que formamos são indissociáveis. Desta forma, não é possível se apropriar do indivíduo como se ele existisse isolado dos demais, pressupondo que ele seja preguiçoso, belicoso e egoísta por natureza; ou então querer fazer com que a “extrema interdependência” entre os indivíduos seja apenas mediada pela sua participação em “mercados impessoais”, como quer fazer crer Douglas North.

A inclusão dos espaços do sujeito e dos grupos sociais no Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial é, antes de tudo, o reconhecimento de que a trajetória de vida das pessoas e dos grupos que elas formam, bem como suas expectativas quanto ao futuro, não devem ser desconsideradas quando se pensa o desenvolvimento local e sua promoção. Os quadros conceituais que possibilitam a compreensão dos processos históricos, de modo a transformá-los em processos de desenvolvimento, de alguma forma se apropriam da realidade das pessoas e realizam uma leitura das suas expectativas com relação ao futuro. Pode-se, por exemplo, dizer que a vida das pessoas se constitui de um conjunto de eventos sucessivos originados da ação auto-interessada e racional, a qual é realizada no bojo da dicotomia entre trabalho e lazer. Ou pode-se dizer que os homens se dividem em alienados e conscientes, sendo que estes últimos, diferentemente dos primeiros, reconhecem a estrutura social de opressão e exploração à qual se encontram submetidos e, posto isto, pautam sua ação no sentido de transformar tal estrutura. Enquanto isto, os alienados agem de acordo com um leque possível de ações, as quais não têm outro sentido senão o da reprodução do sistema. A vida das pessoas é, então, reduzida a ações que visam à maximização do bem-estar material, no primeiro caso, ou a ações que visam transformar a ordem ou reproduzir a ordem, no segundo caso.

Mesmo que possamos enxergar objetivos e expectativas nobres em ambos os casos – a busca da liberdade, seja com relação à exploração e à opressão, seja com relação ao desconforto e à dor, colocados para o homem pelo meio natural e/ou social no qual ele se encontra inserido, temos que reconhecer que, dadas as transformações históricas recentes, devemos avançar na compreensão dos processos históricos, para aumentar nossa capacidade de criar estratégias para a promoção do desenvolvimento. Da forma como grande parte das discussões a esse respeito são levadas, assim nos parece, elas vêm na verdade reproduzindo um tema próprio dos filósofos modernos, isto é, se a ação individual provoca ou não provoca benefícios públicos. Esses filósofos tinham como referência a idéia que prevalecia no período anterior, que chamamos de Idade Média. Precisamos nos libertar dessa discussão e uma maneira de fazer isto é evidenciar a existência de um espaço do sujeito e que os sujeitos se organizam em grupos para atender aos seus próprios interesses. E, como já dissemos, fazer por si mesmo não é um vício. É um direito.

É preciso também compreender, como diz Elias, que a dinâmica social possui um componente dado pela diferenciação que as pessoas e os grupos buscam estabelecer em relação a outras pessoas e outros grupos e que as opções de ação individual estão dadas pelas configurações que o indivíduo mesmo ajuda a formar. Então é muito melhor entendermos essas configurações, de modo a propor estratégias – quadros institucionais, ações específicas,

etc – que ampliem o horizonte de ação das pessoas e dos grupos sociais que elas conformam. A forma como percebemos o entendimento dessas configurações leva em consideração o fato, colocado em evidência por Elias e Braudel, de que os processos históricos não podem ser compreendidos sem que se tenham presentes três âmbitos distintos da realidade: os processos individuais; os processos sociais e os processos naturais (biológicos, nos termos de Elias e geográficos, nos termos de Braudel).

A questão que colocamos, no entanto, não se resume ao tema do desenvolvimento local em si, mas à passagem do desenvolvimento nacional para o desenvolvimento local, porque é nessa passagem que se pode perceber a ampliação dos espaços sociais, a forma como essa ampliação comprometeu as leituras da história que subsidiavam estratégias para a promoção do desenvolvimento e como as pesquisas sobre desenvolvimento local absorveram essas transformações históricas, adequaram seus quadros conceituais e conceberam estratégias para a sua promoção. Além disto, há que se considerar que o tema do desenvolvimento é objeto de disputa e perceber os espaços sociais se ampliando à medida que a problemática do desenvolvimento se desloca dos planos nacionais para os planos locais significa também considerar como essa disputa se transformou ao longo do período.

Um ponto importante em meio à passagem do desenvolvimento nacional para o desenvolvimento local é que ela trouxe consigo a possibilidade de se ampliar a perspectiva dicotômica inserida na contraposição desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento para o reforço da idéia relacionada ao reconhecimento da diferença. Isto é, olhando para o sujeito propriamente dito, aquela contraposição pode ser lida, por exemplo, como melhor *versus* pior, o que não faz muito sentido. O que faz sentido, nesse contexto, é reconhecer a diferença. Isto é, as pessoas são diferentes e, em conseqüência, suas formas de se organizarem em famílias, grupos e comunidades, etc. O reconhecimento da diferença pode então ser tomado como um princípio para elaboração de políticas públicas em geral e políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento. Os processos de desenvolvimento devem então caminhar no sentido da igualdade em meio à diversidade.

As pessoas e os grupos que elas formam, além disto, têm acesso desigual às oportunidades de poder. As políticas públicas, assim, ao promoverem o desenvolvimento, além de se orientarem pelo princípio da diferença, devem buscar a equalização das relações de poder. No caso da capacidade de se impingir violência ao outro, deve-se reconhecer, primeiro, que o Estado não detém o monopólio da força; segundo, que são várias as formas de se praticar a violência, para além da força física; e terceiro, que as regras emanadas do Estado para regular os conflitos sociais não são suficientes para tanto, de modo que, tomando os espaços estruturais do Mapa da Estrutura-Ação Estendido como referência, em cada um desses espaços são desenvolvidos mecanismos informais de regulação desses conflitos, com base nos padrões institucionais de Polanyi, que devem ser tomados como referência para a elaboração de estratégias para a promoção do desenvolvimento local.

O ambiente no qual se dá o acesso às oportunidades de poder também mudou. Hoje, esse ambiente é essencialmente urbano e esse urbano se transforma em função das representações que dele se cria. Essas representações são criadas seja para a inserção na lógica competitiva das cidades globais, seja para dar sentido à vida das pessoas e dos grupos que elas fazem parte. Pensar em desenvolvimento local nesse contexto é também levar em consideração essas representações que dão sentido à existência dos sujeitos e dos novos grupos que se formam e não apenas às possibilidades de inserção na lógica do capital financeiro globalizado. Pensar esses grupos a partir do seu lugar na estrutura social, com base nas camadas sociais de Braudel, é um desafio que está colocado para a pesquisa futura e pode vir a abrir alternativas interessantes à estrutura marxista das classes sociais em termos de estratégias de desenvolvimento.

No caso da capacidade de acessar os meios sobre os quais se garante a sobrevivência, além do fato de desmistificar a importância absoluta das redes de troca mercantis nesse sentido, a pesquisa recente vem evidenciando a importância de outras relações que não as fundadas na barganha, na permuta e na troca para o próprio funcionamento dessas redes e a necessidade de democratização de elementos importantes para o desenvolvimento, como o acesso ao crédito, à assistência técnica, aos recursos naturais, à infraestrutura, à educação e à saúde. Deve ser destacado, no entanto, que a distinção de um espaço próprio aos sujeitos, de forma intercalada aos demais espaços estruturais, implica reconhecer, primeiro, que o acesso àqueles meios deve ser visto de duas dimensões: a dimensão do sujeito e a dimensão do meio, isto é, do conjunto de configurações das quais o sujeito faz parte. Assim, por um lado, não se pode retirar do sujeito o direito de buscar garantir sua própria subsistência, porque isto promove a auto-estima e também a inserção social. Mas por outro, o sujeito é criança, é jovem, é adulto e é idoso; é masculino e feminino; brinca, trabalha, vive e ama; cria expectativas e sofre decepções. E pensar em acesso aos meios de sobrevivência, em termos de promoção do desenvolvimento, implica também considerar as fases pelas quais as pessoas passam ao longo da vida; sua condição e o devir da própria vida. Essa implicação torna mais que tudo o coletivo e o público e não o pessoal e o privado responsáveis pelo desencadeamento de processos que visem à melhora do conjunto das pessoas e comunidades.

As contribuições recentes também vêm evidenciando a importância dos grupos sociais na promoção do acesso aos meios de sobrevivência. Associativismo, cooperativismo, redes sociais, são temas importantes nas discussões sobre desenvolvimento local. Muito se discute, nesse contexto, porque alguns grupos e comunidades “dão certo” e outros não. Pensar em um espaço próprio dos grupos sociais, nesse contexto, é muito interessante porque, primeiro, nos diz acerca do fato de que algumas pessoas preferem caminhar sozinhas, embora saibamos que o termo “sozinhas” é força de expressão, já que o sujeito não existe sem sua expressão nos grupos dos quais faz parte; e, nesses termos, não há problemas na opção, temporária ou permanente, de caminhar sozinho. Segundo, potencializa o acesso das famílias e comunidades aos recursos necessários à sobrevivência. Terceiro, muitas tentativas de associacionismo malogram e a construção do espaço dos grupos, em meio aos demais espaços estruturais, abre um campo de pesquisa para se estudar a formação dos grupos sociais, inclusive aqueles voltados às atividades econômicas.

Em termos do acesso às possibilidades de se criar representações simbólicas da realidade, o primeiro aspecto para o qual gostaríamos de chamar a atenção é o fato de que, no esforço de procurar se diferenciar de outras pessoas e outros grupos, cria-se representações de si e da realidade e esse processo fica cada vez mais evidenciado na medida em que o novo urbano, a cidade que se constitui na nova fase de expansão do capitalismo, se consolida com seus simulacros e simulações, com seu real e seu virtual.

Um segundo aspecto é que não se pode jogar sobre os indivíduos a responsabilidade pela promoção dos processos de desenvolvimento. Essa proposição se encontra implícita na perspectiva dominante, calcada na idéia de que “vícios privados provocam benefícios públicos”, associada a uma idéia negativa do indivíduo, sujeito da ação. A representação da realidade obtida a partir do Mapa da Estrutura-Ação Estendido mostra que entre a ação dos sujeitos individuais e dos grupos e instituições que ele participa e o desencadeamento de processos de desenvolvimento existe uma miríade de possibilidades; e que o desencadeamento desses processos, pensando em toda a população de um território, não necessariamente é o resultado mais provável. Deve então haver a mediação da sociedade civil e do Estado para organizar e coordenar os fluxos emanados daquelas ações no sentido da promoção do desenvolvimento.

Surge aqui, no entanto, um segundo problema: qual o sentido que os processos de desenvolvimento deverão tomar? Este estudo mostrou que, embora pouco discutida ao se pensar sobre desenvolvimento local, os sentidos a serem dados aos processos de desenvolvimento no presente deveriam ser olhados com a importância que era dada a essa discussão nos anos pós-guerra. A representação da melhora, tendo em conta apenas o aumento da disponibilidade de bens materiais não necessariamente promove a melhora das condições de acesso a esses bens – e às oportunidades de poder de uma forma geral, por parte de toda uma população, sobretudo quando se pensa em fortalecimento de vínculos mercantis como estratégia dominante para tanto. E o inverso também é verdadeiro. Isto é, identificar nas redes de troca mercantis um mal em si é restringir caminhos e possibilidades que vão muito além da troca dos bens materiais, que fazem parte e muito contribuem para a integração das pessoas, famílias, grupos, comunidades, instituições e nações e também para a promoção do desenvolvimento.

Ainda no contexto da disputa em torno das representações da realidade, as discussões sobre desenvolvimento local também vêm evidenciando a grande importância da construção de novos espaços de concertação e canais de participação social. Nesses espaços e por meio desses canais as pessoas e os grupos sociais podem se expressar, relativizando a construção simbólica dominante da realidade. Contudo, a tarefa da capacitação para participação social está colocada, bem como a tarefa de construção de um sistema educacional universal que permita o desenvolvimento das capacidades cognitivas de forma livre e crítica. Isso é particularmente importante no que diz respeito especificamente ao espaço do sujeito, de modo a possibilitar a interpretação do enorme fluxo de informações às quais as pessoas passaram a estar submetidas, como também de modo a dar sentido à própria vida cotidiana, como chamou a atenção Jean Lojkin.

Pensar o desenvolvimento local de forma endógena significa considerar que os processos de desenvolvimento devem ter como ponto de partida os atributos e as práticas sociais locais, envolvendo aí os atores, suas capacidades e relações, bem como os recursos disponíveis. Vimos que existe uma tendência na literatura de perceber a criatividade da vida cotidiana e a intersubjetividade implícita nos laços sociais na compreensão dos processos históricos locais. Essa forma de perceber esses processos coloca em evidência a incerteza a eles inerentes, por um lado, e a necessidade de se considerar a pluralidade de alternativas, quando se pensa em desenvolvimento, por outro. No entanto, alguns enfoques de desenvolvimento local caminham no sentido de reduzir essa incerteza e estreitar os caminhos possíveis para o desenvolvimento. Na nossa percepção, a forma mais autoritária em que essa proposição se manifesta é quando se passa a perceber custos (de transação) na incerteza, na diversidade e na pluralidade de alternativas. Essa percepção, diante desses “custos”, leva às últimas consequências a idéia de emparelhamento institucional que favorece o funcionamento dos mecanismos de mercado.

Na nossa perspectiva, é preciso abrir mão dessa idéia de maximização dos benefícios materiais que um certo grupamento humano pode vir a obter, como orientação única para os processos de desenvolvimento. Essa idéia só faz sentido para os habitantes do antimercado. Essa é a lógica de funcionamento dessa camada específica da sociedade e não de todas as camadas sociais. Quando as propostas de desenvolvimento se orientam por essa lógica, envolvem toda a sociedade na disputa que os habitantes da camada superior engendram em função da suas próprias necessidades de aumentarem os estoques de riqueza privados.

Outras alternativas, no entanto, são menos impositivas, isto é, atribuem valor às práticas sociais locais e procuram, através da proposição de ambientes institucionais adequados, fomentar o processo inovativo, como é o caso da proposta contida no conceito de desenvolvimento endógeno e das propostas de adequação do quadro institucional para

favorecer o pequeno e o médio empreendimento. Essas outras alternativas surgiram a partir da análise das contribuições que se valem de uma noção ampliada de capital – capital humano, capital social, capital cultural, capital natural e capital produtivo e dos conceitos de economia social, popular ou solidária. Vimos, nesse contexto, que as “práticas sociais locais” vêm sendo apropriadas de cinco formas. São elas:

- A utilização de uma noção ampliada de capital que visa ordenar as práticas sociais locais de modo a que elas possam tornar “os locais” mais competitivos num mercado de competição global. Nesse caso é indiferente a existência de países desenvolvidos e não desenvolvidos; o sentido da melhora já está dado, isto é, a inserção em redes de troca mercantis geralmente globais, não sendo questionada, portanto, a ordem prevalecente.
- A utilização de uma noção ampliada de capital para identificar a disponibilidade de recursos de modo a fazer com que, a partir desses recursos, se possa pensar em estratégias de desenvolvimento local que visem à melhoria das condições de vida e a ampliação das possibilidades em termos de estratégias de sobrevivência para as famílias. Nesse caso, não é indiferente a existência de países desenvolvidos e não desenvolvidos; o sentido da melhora está dado pela ampliação da cidadania e das oportunidades, não sendo questionada a ordem prevalecente.
- A utilização do conceito de economia social ou solidária para dar sustentação a estratégias de desenvolvimento local centradas nos espaços deixados pela crise do Estado do Bem-Estar Social. Essa perspectiva é aplicada principalmente aos países desenvolvidos; o sentido da melhora é a inclusão social, não havendo um questionamento profundo da ordem dominante, apenas de um determinado tipo de capitalismo, isto é, o capitalismo neoliberal.
- A utilização do conceito de economia solidária para fazer frente às mazelas deixadas pela expansão do capitalismo e para se contrapor a ele enquanto modo de produção dominante, reafirmando os princípios do cooperativismo, do associativismo e da solidariedade. Nesse caso, não se desconsidera a diferença entre países desenvolvidos e não desenvolvidos, mas essa diferença é subsumida pelo sentido da melhora que se pretende, isto é, a superação do modo de produção dominante, a partir da prevalência de relações cooperativistas e solidárias por sobre a centralização e o individualismo característicos do capitalismo.
- A utilização de uma noção ampliada de capital, associada ao conceito de economia popular e solidária, para a identificação da disponibilidade de recursos que darão sustentação a estratégias de desenvolvimento local, que no entanto não é visto como desvinculado de ações macro, oriundas do Estado Nacional, responsável pela ordenação dos processos de desenvolvimento, pela provisão de infraestrutura física e social e pela promoção distribuição da renda e da riqueza. Por fim, nesse caso, direcionado aos países latino-americanos, mas que pode ser replicado em outras partes do mundo subdesenvolvido, o sentido da melhora está direcionado a uma espécie de desenvolvimento integral, que pressupõe o empoderamento das parcelas menos favorecidas das populações, onde se questiona o modo de produção dominante, a partir das formas usuais de intervenção do Estado na realidade.

Neste estudo, pensamos em ter caminhado em direção a uma melhor definição dos contornos do que vem a ser o “local”, como também os fluxos de relações que por ele circulam, com seus mecanismos de coordenação e sua interação com os demais planos da realidade. Uma primeira questão que surge é como relacionar os espaços estruturais aqui analisados e as políticas para a promoção de Arranjos Produtivos Locais (APL), parques tecnológicos e outros arranjos locais, já que estes dependem dos condicionantes estruturais de cada local. A mesma pergunta é válida no que respeita à história e à cultura das empresas, no sentido de fomentar não apenas a criatividade e a inovação, mas também o bem-estar e a qualidade das relações que se estabelecem.

Estamos acostumados a olhar os processos sociais tendo como referência principal as dinâmicas de acumulação de capital no âmbito global. A perspectiva que nos abre as camadas sociais de Braudel, nesse contexto e segundo o nosso ponto de vista, no que respeita a possibilidades de pesquisas futuras, também é interessante. Isto é, pensar os processos particulares inerentes às camadas do mercado e da vida material de forma distinta e relativamente autônoma aos processos inerentes à camada do antimercado significa uma maior aproximação das possibilidades de ação das pessoas e dos grupos que elas formam, bem como de suas respectivas expectativas de melhora quanto ao futuro. Parece-nos que esse tipo de pesquisa vem trazer novos elementos para tornar a construção de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento local mais eficazes.

Nesse mesmo sentido, a investigação em relação às formas de manifestação dos padrões institucionais não centrados no mercado de Polanyi, ao lado e por detrás das redes de troca mercantis, possui campo aberto à sua frente, até mesmo para saber se esses padrões institucionais dão conta de fato da coordenação dos fluxos quase infinitos de relações sociais que circulam nas sociedades. O mesmo pode ser dito com relação aos espaços estruturais do Mapa da Estrutura-Ação Estendido que aqui propomos. Cada um dos espaços estruturais merece uma investigação específica e verificações na realidade, seja para poder consolidá-los enquanto expressão razoável dos espaços sociais que eles procuram representar, seja para aproximar esse arcabouço conceitual das realidades empíricas, de forma a aprimorar suas respectivas capacidades de apreender a realidade. Essa investigação pode também ser atravessada pelas questões colocadas em função do processo de individualização em curso, pelas “novas” identidades que vêm se fortalecendo, dadas as características do processo de urbanização que se encontra em curso, num momento em que aumentaram as dificuldades de reprodução social das pessoas e dos grupos sociais que elas formam.

“Estabelecidos” e “outsiders” dizem respeito a pessoas e grupos sociais em relação. Nessa relação e do ponto de vista da promoção dos processos de desenvolvimento, estão embutidos elementos que são objetivos e outros que são subjetivos e intersubjetivos. Posto isto, esperamos também ter demonstrado que focar apenas os elementos objetivos talvez possa não ser suficiente para o desencadeamento de processos de desenvolvimento local. Isto é, as estratégias de desenvolvimento devem também levar em conta a subjetividade e a intersubjetividade que perpassa as relações que os atores sociais estabelecem. Dessa forma, por exemplo, uma comunidade que tem sua história marcada pela submissão econômica e cultural pode precisar mais do que a promoção dos fatores objetivos, como infraestrutura e acesso ao crédito, para experimentar processos históricos de desenvolvimento.

Apontar essas questões, por fim, é também fazer referência a uma ampla gama de possibilidades de pesquisa que envolve, para além da economia e da sociologia, a psicologia e, mais especificamente, a psicologia social e aqui se encontra um dos muitos limites do autor deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDELMALKI, L. & COURLET, C. (Org.) (1996): Les nouvelles logiques du développement: globalisation versus localisation. Paris, Éditions L'Harmattan.
- AGLIETTA, M. (1989): Compte rendu de "Philosophie de l'argent". Sociologie du travail, v. 31, n.2.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de (2000): Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. RJ, Editora Revan.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de (2005): Rio Grande do Norte: a contribuição da experiência do Seridó. In CRUZ, José Luiz Vianna: Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional. RJ, Editora Senac Nacional.
- ARRIGHI, G. (1996): O longo Século XX. São Paulo, Unesp.
- AZURMENDI, Baleren Bakaikoa (1996): The Future of Social Economy. In CORUJEIRA, Mari Mar Martinez [et al]: Social Economy and social participation: the ways of the basques. Madrid, Ed. Marcial Pons / GEZKI.
- BAER, Werner; HADAD, Eduardo e HEWINGS, Geoffrey (2002): O impacto regional de políticas neoliberais no Brasil. In KON, Anita (Org): Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- BAREA, J. [et. All] (1999): Grupos Empresariales de la Economía Social en España. Valencia, España, CIRIEC – Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa.
- BARONE, Luiz Antônio(1996): Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. Dissertação de Mestrado, FCL/UNESP. Araraquara, São Paulo, FCL / UNESP.
- BARRO, Robert (1992): Novos-clássicos e keynesianos, ou os mocinhos e os bandidos. In Literatura Econômica, Número Especial. Brasília, ANPEC / IPEA – Junho de 1992.
- BASCO, Mercedes C. & LAXALDE, Maria Del Pilar F. (2005): Economía solidária y capital social: contribuciones al desarrollo local. Buenos Aires, Ed. Piadós.
- BATISTA, P. N. (1994): O Consenso de Washington. S.P.; Ed. Peres Ltda.
- BAVA, Sílvio Caccia (1996): Apresentação. In BAVA, Sílvio Caccia (Org): Desenvolvimento Local: geração de emprego e renda. Publicações Polis N. 25. São Paulo, Polis.

- BEBBINGHTON, Anthony [et al] (2002): El programa de cofinanciamiento de Holanda y sus contribuciones al desarrollo rural en las zonas altas de Perú y Bolivia: informe de síntesis. Bolder Colorado, September 2002.
- BEBBINGHTON, Anthony (s/d): Capitals and capabilities: A framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes. A background paper for: Policies that work for sustainable agriculture and regenerating rural economies. International Institute for Environment and Development. Series Editor: Simon Croxton.
- BECK, U. (1997): A Sociedade de Risco. In. BECK, U; GIDDENS, A.; LASCH, S.: Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. S.P., Unesp.
- BECKERT, J. (1999): *Economic Action and Embeddedness: The Problem of the Structure of Action*, mimeo, pp1-17, 25-30
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (1988): Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo; Rio de Janeiro; IPEA-INPES; 1988.
- BIJKER, W. et al (1997): The Social Construction of Technological Systems. London: The MIT Press. pp 17-51
- BOBBIO, Norberto (1995): Estado, Governo e Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BOBBIO, Norberto (2000): Dicionário de Política. Brasília, Ed. UNB.
- BOURDIEU, P. (1989): O Poder Simbólico. Lisboa, Difel – Bertrand Brasil.
- BOURDIN, Alain (2001): A questão local. Rio de Janeiro; DP & A Editora.
- BRASIL: Casa civil / Secretaria – Executiva da Comunidade Solidária: Comunidade Ativa (2000): Uma estratégia de indução ao desenvolvimento local integrado e Sustentável. Documento de referência. Brasília, Presidência da República.
- BRASIL: Ministério da Administração e da Reforma do Estado (1995): Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília.
- BRAUDEL, F. (1987): A Dinâmica do Capitalismo. S.P., Ed. Rocco.
- BRAUDEL, F. (1992): História e Ciências Sociais: a longa duração. In BRAUDEL, F.: Escritos sobre a História. São Paulo, Editora Perspectiva.
- BRAUDEL, F. (1997): Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV- XVIII – Volume I: As Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo, Martins Fontes.
- BRUSEKE, F. Josef (1995): Caos e Ordem na Teoria Sociológica. In RCBS, ano 8, jun / 1993.
- BUARQUE, Sérgio C. (2004): Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro, Ed. Garamond.

- CALLON, M. & B. LATOUR (1986) “Comment Suivre les Innovations: clefs pour l’analyse socio-téchnique”, *Prospective et Santé*, 36, 1986,
- CALLON, M. (1981): “Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St. Brieuc Bay” in *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*, K. Knorr-Cetina & A. V. Cicourel eds, Routledge, 1981
- CALLON, M. (1997): *Society in the Making: The Study of technology as a tool for sociological analysis*. In BIJKER, W. E. [et. All]: *The Social Construction of Technological Systems*. London: The MIT Press.
- CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs) (2001): *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- CAMPOS, Roberto (1998): *Lanterna na Popa*. *Jornal Folha de São Paulo* de 02.08.98.
- CÁNEPA, Eugenio Miguel (2003): *Economia da Poluição*. In MAY, Peter H. [et al] (Org): *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro, Ed. Elsevier.
- CAPRA, F. (1982): *O Ponto de Mutação*. S.P., Ed. Cultrix.
- CASTELLS, M. (2000): *A Sociedade em Rede: o poder da identidade*. S. P., Paz e Terra.
- CASTEL, R. (2001): *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis, R.J., Ed. Vozes.
- CASTRO, Antônio Barros de (1979): *O Capitalismo ainda é Aquele*. S. P., F. Universitária.
- CHARTIER, R. (2001): *Prefácio*. In Elias, N.: *A Sociedade de Corte*. R.J., Jorge Zahar Editor.
- COCCO, Giuseppe; SILVA, Geraldo e GALVÃO, Alexander Patez (2003): *Introdução: conhecimento, inovação e redes de redes*. In COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez e SILVA, Geraldo (orgs.): *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação; tradução Eliana Aguiar*; Rio de Janeiro; DP&A; 2003.
- COELHO, Franklin Dias (1996): *Reestruturação econômica, políticas públicas e as novas estratégias de desenvolvimento local*. In BAVA, Sílvio Caccia (org.): *Desenvolvimento Local: geração de emprego e renda*. Publicações Polis N. 25. São Paulo, Instituto Polis.
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento: *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro, FGV, 1988.
- COWEN, M. P. & SHENTON, R.W. (1996): *Doctrines of Development*. New York, Routledge.
- DEFOURNY, J. [et. All] (1997): *Inserción e Nueva Economía Social: un balance internacional*. Valencia, España, CIRIEC – Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa.
- DELGADO, Ana Paula Teixeira (2001): *A (des) configuração do Estado no contexto da globalização*. In DELGADO, Ana Paula Teixeira: *O direito ao desenvolvimento na perspectiva da globalização: paradoxos e desafios*; Rio de Janeiro; Renovar; 2001.

- DELGADO, Nelson Giordano (2001): Desenvolvimento local e extensão rural e pesca: reflexões metodológicas. Revista Estudos Sociedade e Agricultura N. 16, Abril de 2001.
- DEQUECH, David (1999): Incerteza num sentido forte: significado e fontes. In LIMA, [et.al] (1999): Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea. R.J., Campus,.
- DINIZ, Clélio Campolina & CROCCO, Marco (2006): Introdução – Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. In DINIZ, Clélio Campolina & CROCCO, Marco (Orgs): Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes. BH, Editora UFMG.
- DOBB, M.: A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- DOMINGUES, J. M.(1999): Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro, Contra-Capa Livraria.
- DOSI, G. (1988): “Sources, Procedures and Microeconomic Effects of Innovation”, Journal of Economic Literature, Vol XXVI.
- DOSI, G. (1988): The Nature of the innovative process. In DOSI, G; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; & SOETE, Luc: Thechnical Change and Economic Theory. London, Pinter Publishers.
- DOWBOR, Ladislau e BAVA, Sílvio Caccia (1996): Políticas Municipais de Emprego. In BAVA, Sílvio Caccia (org.): Desenvolvimento Local; São Paulo; Publicações Pólis, 25; 1996.
- DOWBOR, Ladislau (2002): A Comunidade Inteligente: visitando as experiências de gestão local. In SPINK, Peter; BAVA, Sílvio Caccia e PAULICS, Veronika (orgs.): Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção; São Paulo; Pólis; 2002.
- DOWBOR, Ladislau (2003): A Reprodução Social Vol. III: Descentralização e participação: as novas tendências. Petrópolis, Ed. Vozes.
- DOWBOR, Ladislau (2003): A economia da família. In ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amália Faller (orgs.): Família: Redes, Laços e Políticas Públicas; São Paulo; IEE/PUC-SP.; 2003.
- ELIAS, Norbert (1991): Quést-ce que la sociologie. Paris, Éditions de L'aube.
- ELIAS, Norbert (1994): A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- ELIAS, Norbert (2001a): A Sociedade de Corte. R. Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert (2001b): Norbert Elias por ele mesmo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, J. L. (2000): Os Estabelecidos e os Outsiders. R. J., J. Zahar.
- FERREIRA, Afonso Henriques Borges (s/d): O Debate sobre a Convergência de Rendas Per-capta. Belo Horizonte, CEDEPLAR / UFMG.

- FIORI, J. L. (1999a): Estados, Moedas e Desenvolvimento. In.: FIORI, J. L. (Org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petropólis, Vozes, 1999.
- FIORI, J. L. (1999b): Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In.: FIORI, J. L. (Org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petropólis, Vozes, 1999.
- FONSECA, Eduardo Gianetti da (1992a). O capital humano e a filosofia social de Marshall. Revista de Economia Política, Vol. 12, nº 2(46), abril-junho/1992.
- FONSECA, Eduardo Gianetti da (1992b): Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações. São Paulo, Cia, das Letras.
- FOUCAULT, M. (2002): A Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Ed. Graal Ltda.
- FRANÇA, Cássio Luiz de ; VAZ, José Carlos e SILVA, Ivan Prado (orgs.) (2002): Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local. São Paulo; Publicações Pólis, n. 40.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de & LAVILLE, Jean-Louis (2004): Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre, UFRGS Editora.
- FRANCO, Augusto de (2000): Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável; Brasília; Instituto de Política, Millennium; 2000.
- FROYEN, R.: Macroeconomia. S. P., Saraiva, 1999.
- FURTADO, C. (1979): Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Cia, Editora Nacional.
- FURTADO, C. (2003): Raízes do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira.
- GIDDENS, A.: A Vida em uma Sociedade Pós-tradicional. In. Beck, U; Giddens, A.; Lasch, S.: Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. S.P., Unesp, 1997.
- GORZ, A. (1988): Méthamorphoses du travail, quête du sens. Paris, Galilée.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo & MARTIN, Scott (2001): Descentralização, equidade e desenvolvimento: atores e instituições locais. In GUIMARÃES, Nadya Araujo & MARTIN, Scott (Orgs): Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais. São Paulo, Ed. Senac.
- HALL, N. [et. All.] (1996): The Urban Opportunity: the work NGOs in cities of the South. London: Intermediate Technology Publications.
- HAMLETT, Patrick W. (2003): Technology Theory and Deliberative Democracy. Science, Technology & Human Values. Vol. 28, No. 1. London, SAGE Publications.
- HARVEY, David: A Sociedade Pós-moderna. S. P., Ed. Loyola, 1992.

- HIRSCHMAN, A. O.(1986a): A Economia como Ciência Moral e política. S. P., Brasiliense.
- HIRSCHMAN, A. O.(1986b): El Avance en Colectividad: experimentos populares en la América Latina. México, Fondo de Cultura Económica.
- HIRSCHMAN, A. O.(1996): Auto-Subversão: teorias consagradas em xeque. S.P., Cia. Das Letras.
- HIRSCHMAN, A. O.(2000): A Moral Secreta do Economista. São Paulo, UNESP.
- HIRSCHMAN, Albert O . (2002): As paixões e os interesses. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HOBBS DE MALMESBURY, Thomas (1997): Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil. São Paulo, Ed. Nova Cultural.
- HOBBSAWN, E. (1995): A Era dos Extremos: o breve século XX/ 1914-1991. S.P., Cia das Letras,.
- HUGON, Philippe (1996): La dialectique du local et du global dans le développement. In ABDELMALKI, L. & COURLET, C. (Org.) (1996): Les nouvelles logiques du développement: globalisation versus localisation. Paris, Éditions L'Harmattan.
- HUNT, E.K. (1989): História do Pensamento Econômico. RJ., Ed. Campus.
- ICAZA, Ana M. Sarria (2004): Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In GAIGER, Luiz Inácio: Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre, UFRGS Ed.
- INGLEHART, Ronald (1995): Public Support for Environmental Protection: objective problems and subjective values in 43 societies. *PS: Political Science & Politics*. 1995.
- INGLEHART, Ronald (1997): Modernization and Postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies. Princeton, Princeton University Press, 1997.
- JOAS, H. (1996): The Creativity of Action. Chicago, The University Chicago Press.
- JONES, Charles I. (2000): Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. R.J., Campus.
- JUDET, Pierre (1996): La dialectique du global et du local: une nouvelle manière de penser la dynamique des économies en développement: présentation. In In ABDELMALKI, L. & COURLET, C. (Org.) (1996): Les nouvelles logiques du développement: globalisation versus localisation. Paris, Éditions L'Harmattan.
- KEYNES, J. M.: A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. S.P., Atlas, 1982.
- KIRAT, Thierry & SIERRA, Christophe (1996): Organisation territoriale, institutions et dynamique économique: repères théoriques. In ABDELMALKI, L. & COURLET, C. (Org.) (1996): Les nouvelles logiques du développement: globalisation versus localisation. Paris, Éditions L'Harmattan.
- KLINK, Jeroen Johannes (2001): A cidade-região. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista; Rio de Janeiro; DP & A . Editora; 2001.

- KON, Anita (2002): Apresentação. In KON, Anita (Org): Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- LIMA, Gilberto Tadeu [et.al] (1999): Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea. R.J., Campus,.
- LIMA, Gilberto Tadeu (2002): Naturalizando o capital, capitalizando a natureza: o conceito de capital natural no desenvolvimento sustentável. In NOBRE, Marcos e AMAZONAS, Maurício de Carvalho (orgs.): Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito; Brasília; Edições Ibama; 2002.
- LINDENFELD, Frank e WYNN, Pamela (1996): Why do some workers co-ops succeed while others fail? The role of internal and external social factors. In CORUJEIRA, Mari Mar Martinez [et al]: Social Economy and social participation: the ways of the basques. Madrid, Ed. Marcial Pons / GEZKI.
- LOJKINE, Jean (1995): A Revolução Informacional. São Paulo, Ed. Cortez.
- LOVELOCK, James (1991): As Eras de Gaia: a biografia da nossa terra viva. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- LUNDVALL, Bengt-Ake (1997): The Globalising Learning Economy: implications for innovation policy. Report based contributions from seven projects under the TSER programme. DG XII, Commission of the European Union.
- MALUF, Renato S. J. (2000): Atribuindo Sentido(s) à Noção de Desenvolvimento Econômico. In Estudos: Sociedade e Agricultura. R.J., UFRRJ/CPDA, número 15, outubro de 2000.
- MALUF, Renato S. J. (2001a): Planejamento, desenvolvimento e agricultura na América Latina: um roteiro de temas. Debates CPDA N. 3/Novembro de 1997 (Segunda reimpressão).
- MALUF, Renato S. J.(2001b): Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: perspectivas de inserção, obstáculos e instrumentos de política. Documento preparado para o projeto “Futuro da Pequena Produção do Brasil” (SEBRAE/PNUD), coordenado pelo Prof. Ignacy Sachs. Versão Preliminar.. R. de Janeiro, setembro de 2001. Mimeo.
- MALUF, Renato S. J. (2004): Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In Ensaio FEE Porto Alegre v. 25 n. 1.
- MALUF, Sahid (1991): A Teoria Geral do Estado. São Paulo, Ed. Saraiva.
- MANCIBO, Deise (2002): Modernidade e Produção de Subjetividades: um breve percurso histórico. In Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília, CFP, Ano 22, número 1, 2002.
- MARX. K. (1978): El Capital: crítica de la economía política. México, Fondo de Cultura, 1978.
- MARX, K. (1983): Contribuição à Crítica da Economia Política. S. P., Brasiliense, 1983.

- MARX, K & ENGELS, F. (1997): O Manifesto Comunista. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MEDEIROS, Leonilde dos Santos: Algumas Considerações em torno do Conceito de Classe Social. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1992, mimeo.
- MELO, Aloísio L.P.de (1999): Das Intenções de Desenvolver aos Processos de Desenvolvimento: a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia-PA. Dissertação de Mestrado. CPDA / UFRRJ – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura da Universidade Federal Rural do R.J. R.J., CPDA.
- MERQUIOR, J. Guilherme (1991): o Liberalismo: antigo e moderno. Rj. Nova Fronteira, 1991.
- MINDLIN, Betty (2001): O Conceito de Planejamento. In MINDLIN, Betty (Org): Planejamento no Brasil. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- MISES, E. Von: O Mercado. Belo Horizonte, Instituto Liberal, 1987.
- MONTE-MÓR, Roberto Luiz (2006): As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In DINIZ, Clélio Campolina & CROCCO, Marco (Orgs): Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes. BH, Editora UFMG.
- NOBRE, Marcos (2002): Desenvolvimento Sustentável: origens e significado atual. In NOBRE, Marcos & AMAZONAS, Maurício de Carvalho (Orgs.): Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília, Ed. IBAMA.
- NORTH, Douglas (1992): Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico. Rio de Janeiro, Instituto Liberal.
- NOVAES, Adauto (2003): Invenção e crise do Estado-nação. In NOVAES, Adauto (Org.): A Crise do Estado-Nação. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- OLIVEIRA, Francisco de (2002): Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In SPINK, Peter; BAVA, Silvio Caccia e PAULICS, Veronika (orgs.): Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção; São Paulo; Pólis; 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de (2006): As contradições do ão; globalização, nação, região e metropolização. In DINIZ, Clélio Campolina & CROCCO, Marco (Orgs): Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes. BH, Editora UFMG.
- PINCH, T. J.(1996): “The Social Construction of Technology: A Review” in *Technological Change* ed. R. Fox, Harwood, 1996
- POLANYI, K.(2000): A Grande Transformação. RJ, Campus.
- Programa de Gestão Pública e Cidadania (2002): Histórias de um Brasil que Funciona. S.P., PGPC.
- PRZEWORSKY, Adam (1991): Capitalismo e Social Democracia. SP. Cia. das Letras.
- PRZEWORSKY, Adam (1995): Estado e Economia no Capitalismo. R. J., Relume-Dumará

- PUTNAM, R. D. & GOSS, Kristin A. (2003): Introducción, In PUTNAM, R. D. (Ed): El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario. Barcelona, Galaxia Gutenberg Ed.
- REIS, Márcio Carneiro (1999): Carai: Levantamento das Potencialidades Locais. Relatório Final de Implantação do Programa PRODER – ESPECIAL para o Município de Carai-MG. Belo Horizonte, SEBRAE-MG, Novembro de 1999.
- REIS, Márcio Carneiro (2003): Desenvolvimento Local e Identidade Territorial. Anais do IX Colóquio Internacional sobre Poder Local. Salvador, 15 - 18 de junho de 2003.
- REIS, Márcio Carneiro dos (2004a): Do Espaço do Sujeito ao Espaço Mundial: uma nova maneira de apreender a realidade. In Revista Sociedade e Estado. Brasília, V. 17, n. 2, p. 397-428, jul-dez. 2002.
- REIS, Márcio Carneiro dos (2004b): Dialogando com Boaventura de Sousa Santos: considerações em torno do Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas. CPDA-Textos, n. 20, Dezembro de 2004.
- REQUIER-DESJARDINS, Denis (1996): L'économie du développement et l'économie des territoires: vers une démarche intégrée? In ABDELMALKI, L. & COURLET, C. (Org.) (1996): Les nouvelles logiques du développement: globalisation versus localisation. Paris, Éditions L'Harmattan.
- RIANI, F.: Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória. São Paulo, Atlas, 2002.
- RUBIN, I. I. (1980): A teoria marxista do valor. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- SACHS, Ignacy (2002): Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil. Brasília, Ed. Sebrae.
- SALWEN, Hall (1995): "Denise Está Chamando". Columbia/Tristar Studios.
- SANTOS, Boaventura de Souza.(2000):Crítica à Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. SP Cortez.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (2003): Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. Coimbra, Portugal, mimeo.
- SASSEN, Saskia (1993): A cidade global. In NABUCO, Maria Regina [et all]: Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. S.P., Hucitec / ANPUR.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1982): A Teoria do Desenvolvimento Econômico. S.P., Abril Cultural.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1984): Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SEITZ, J.: A Política do Desenvolvimento. R.J., Paz e Terra, 1990,
- SEN, Amartya (1999): Sobre Ética e Economia. S.P., Cia. Das Letras.

- SEN, Amartya (2000): *Desenvolvimento como Liberdade*. S. P., Cia. Das Letras.
- SINGER, Paul (1999): *O Brasil na Crise: perigos e oportunidades*. São Paulo, Ed. Contexto.
- SINGER, Paul (2000): *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo, Ed. Contexto.
- SINGER, Paul (2003): *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In SINGER, P. & SOUXA, André R. de: *A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Ed. Contexto.
- SINGER, Paul. (2004): *Um olhar diferente sobre a economia solidária*. In FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de & LAVILLE, Jean-Louis: *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, UFRGS Editora.
- SKIDMORE, David (2001): *Sociedade Civil, Capital Social e Desenvolvimento Econômico*. In ABREU, Alzira Alves de: *Transição em Fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- SOUZA, Maria de Lourdes O.: *Participação em Associação de Pequenos Produtores: dilemas da administração coletiva*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Administração Rural da Universidade Federal de Lavras. Lavras, Minas Gerais, UFL., 1995.
- STORPER, M. (1994): "The Regional World: Innovation as Collective Action", Guildford,
- SUNKEL, O. (2000): *Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante*. In BIELCHOWISKY, R. (Org): *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2000. (Artigo originalmente publicado in *Eure – Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*, vol. 1, n. 1, Santiago do Chile, Centro Interdisciplinario de Desarrollo Urbano y Regional/Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CIDU/CLACSO), s/d.
- VAITSMAN, Jeni: *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. São Paulo, Ed. Rocco, 1994.
- VALENTIM, Rosa de Fátima (2003): *O capital social como um dos elementos que compõem a dinâmica do desenvolvimento regional*. Recife. V Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, 5 - 7 de novembro de 2003.
- VASCONCELOS, M. J. E. (2002): *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas, Papirus.
- VINCENT, Andrew (1995): *Ideologias Políticas Modernas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2002): *Após o Liberalismo*. Petrópolis, R.M., Ed. Vozes.
- WEBER, Max (1946): *A Política como Vocação*. In *Ensaio de Sociologia*. R. J., Zahar Ed., 1946.

- WEBER, Max (1994): Os Três Tipos de Dominação. In *Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, UNB, 1994.
- WEBER, Max (2002).: *O Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2002.
- WILBER, Charles K. & FRANCIS, Steven (1988): A Base Metodológica da Economia do Desenvolvimento de Hirschman: modelo de padrões versus leis gerais. In.: Foxley, Alejandro & McPherson, Michael & O'Donnell, Guillermo (Org) (1988): *Desenvolvimento e Política e Aspirações Sociais: o pensamento de Abert Hirschman*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- WILKINSON, John (1997): A new paradigm for economic analysis? Recent convergences in French social science and an exploration of the convention theory approach with a consideration of its application to the analysis of the agrofood system. *Economy and Society*. Volume 26, Number 3, August 1997.
- WILKINSON, John (2002): *Contemporary Consumers: an interdisciplinary gaze on current debates*. CPDA / UFRRJ, versão preliminar.
- WILKINSON, John (2003): *Biotechnology, the Agrofood System, Science and the Consumer*. Paper presented to the Ciclo de conferencias de la Asociación Mexicana de Estudios Rurales (AMER) y el Depto. De Sociologia de la UAM - A y CONACYT , 03/04/2003.
- WILSON, Rob & DISSANAYAKE, W.(Org): *Global/Local: cultural production and the transnational imaginary*. Durham, USA, Duke University Press, 1996.
- WOOLCOCK, Michael (2001): La importancia del capital social para comprender los resultados económicos y sociales. In WOOLCOCK, Michael: *Using Social Capital: Getting the Social Relations Right in the Theory and Practice of Economic Development*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- WOOLCOCK, Michael e NARAYAN, Deepa (2000): Capital social: Implicaciones para la teoría, la investigación y las políticas sobre desarrollo. *World Bank Research Observer*, Vol. 15, nº 2 (2000). Disponible em (<http://www.worldbank.org/poverty/scapital/>).
- WYNNE, Brian (2002): Risk and Environment as Legitimatory Discourses of Technology: reflexivity inside out?. *Current Sociology*, May 2002. Vol. 50(3): 459-477. London: SAGE Publications.